

“Revisitando o Tambor das Flores”

**A Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado
do Pará como Guardiã de uma Tradição**



Taissa Tavernard de Luca

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

“REVISITANDO O TAMBOR DAS FLORES”

**A FEDERAÇÃO ESPÍRITA E UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO-
BRASILEIROS DO ESTADO DO PARÁ COMO GUARDIÃ DE UMA TRADIÇÃO**

TAISSA TAVERNARD DE LUCA

**PROFª. DRA. MARIA DO CARMO TINOCO BRANDÃO
ORIENTADORA**

RECIFE

2003

Ata de Defesa de Dissertação de
Taisse Taverneard de Luca.

As quatorze horas da véspera quatorze de fevereiro
de dois mil e três no Auditório do Programa de
Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal
de Pernambuco, foi proferida em ato público a defesa
de Dissertação para obtenção do grau de Mestre em
Antropologia da mestrandra Taisse Taverneard de Luca,
que apresentou a Dissertação sob o título: REVISITANDO
"TAMBOR DAS FLORES" A FEDERAÇÃO ESPIRITA DOS CULTOS
AFRO-BRASILEIROS NO PARÁ COMO GUARDIÃ DA TRADICÃO
JINA

A banca formada pelas professoras doutoras
Maria do Carmo Timóco Brandão (Orientadora-UFPE), Bartolomeu
Ligueiro de Melo (Membro Examinador Interno) e
Marília Maria Campelo (Membro Examinador Externo).
A senhora professora Maria do Carmo Timóco Brandão,
realizou os trabalhos que constam apresentação e
argumentação da referida aluna, acompanhando
as intervenções dos membros da banca, conforme
regulamento interno deste Pós-Graduação. Após argumentação
pública da examinanda a banca emitiu a seguinte
avaliação final:

Aprovada por unanimidade
É para constar, os señores membros da
banca, datam e subscrever a presente ata para
quaisquer efeitos legais.

Pecife, 14 de fevereiro de 2003.

Maria do Carmo Timóco Brandão

Bartolomeu Ligueiro de Melo

Marília Maria Campelo (defensora)

Mestranda

Taisse Taverneard de Luca

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

“REVISITANDO O TAMBOR DAS FLORES”

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA E UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS DO ESTADO DO PARÁ COMO GUARDIÃ DE UMA TRADIÇÃO

TAISSA TAVERNARD DE LUCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Profª. Dra. Maria do Carmo Tinoco Brandão, para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia

RECIFE

2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**“REVISITANDO O TAMBOR DAS FLORES”
A FEDERAÇÃO ESPÍRITA E UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO-
BRASILEIROS DO ESTADO DO PARÁ COMO GUARDIÃ DE UMA TRADIÇÃO**

TAISSA TAVERNARD DE LUCA

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Maria do Carmo Tinoco Brandão – Orientadora.

Profª. Dra. Marilu Márcia Campêlo – Examinadora Externa.

Profº. Dr. Bartolomeu Tito Figueirôa – Examinador Interno.

RECIFE

2003

Essa dissertação foi pensada como homenagem a uma pessoa por quem eu tenho muito carinho; a querida professora Anaíza Vergolino. É a minha forma de dizer muito obrigada pelo afeto, pela dedicação e pelo zelo que têm dispensado a mim e a minha formação profissional

Hino da FEUCABEP

A FEUCABEP
Ao raiar de um novo dia
Fala aos quatro ventos
Já sem o lamento
Dois irmãos de além mar
São negros
Onde a luz veio nascer
Firmaram!
Dos orixás o seu poder
Vitória
A nossa luta consagrou
Vencemos
Salve Iansã, Ogum e Xangô
Branca e Vermelha é a nossa bandeira
Forma comigo, irmão a trincheira
É branca a bandeira
Irradiar
É força
Epé Epé, Axuê Babá
Unidos com garra ao ideal
Lutamos pelo bem e contra o mal.
(Letra e música de Ayrton Soeiro)

Agradecimentos

Construir uma dissertação é um processo coletivo que se inicia no ato de seleção do candidato a uma vaga no Programa de Pós-Graduação. Gostaria de agradecer aqui a cada uma das pessoas que acompanharam meu percurso até o dia desta defesa.

Seria injusto iniciar essa seção sem referir primeiramente à Deus. Obrigada por ter abençoado o meu caminho, escutado meus anseios, relevado meus ímpetos, enfeitado minha vida apenas com pessoas lindas e estado ao meu lado a todo instante.

Aos meus pais Marco Alberto e Vera Maria, meus avós Mário e Yolanda, minhas irmãs Gabriela, e Tainá, minhas “tias” Gabriela e Cristina e meus sobrinhos Pedro Arthur e Aimê; pelos ensinamentos de que devo seguir sempre em frente fazendo bom uso das pedras no meio do caminho.

Aos meus tios Marises, Yeda e Pedro, pessoas especiais na minha vida, amigos fiéis que estão por perto em qualquer circunstância ainda que ela lhe desgrade.

À minha Madrinha - a quem amo muito - Ilze (Inha Io) pela credibilidade, pelo apoio, pelo carinho e pela certeza de estar sempre comigo em qualquer ocasião.

Às “irmãs” Gabi, Iracema e Ligia, que deixei em Belém e que permaneceram torcendo e rezando por mim. Pela amizade sincera, pelo amor incondicional e pela companhia de suas lindas cartas, lidas sempre de maneira saudosa.

Ao “irmão” Almir que ganhei de Recife e que daqui vou levar dentro do meu coração pela vida inteira. Sem seu colo, seu carinho, sua paciência, sua amizade e sua presença constante eu jamais teria conseguido chegar até aqui.

Ao amigos queridos Sebastião (Sabá), Luzanira, Érika, Wagner, Nete, Nazira e Regina pelo bem que me faz o carinho, a preocupação e a companhia dessas pessoas. Sinto-me muito feliz por merecer essas amizades.

Aos outros amigos que Recife me deu de presente, Aluízio, Felipe, Luís Felipe, Jane, Antonielly e muitos outros.

A Daniella Jatobá que, mesmo tão longe está sempre junto de mim, obrigada pelo presente que é sua amizade.

A toda minha turma formada por pessoas especiais que vão ficar sempre no meu coração Abmalena, Danielle, Germana, Suziene, Luís, Cristiano, Joselito, Sévia, Helena, Alekssandra, James, Isabela, Carol, Clarissa e todos os demais, se é que o cansaço da madrugada me fez esquecer de alguém.

À minha orientadora Maria do Carmo Tinoco Brandão por ter acreditado em meu projeto de pesquisa e acompanhado o mesmo, viajando até Belém para conhecer meu campo.

Aos professores João Simões Cardoso e Mário Lima Brasil que me aceitaram em suas pesquisas quando a única contribuição que eu lhes tinha a dar era a minha vontade de aprender

À professora Marilú Campelo que também me acolheu em sua pesquisa, pelo incentivo que me dispensou durante minha graduação, no processo de seleção e por todo o período de realização deste mestrado.

Aos professores Raymundo Heraldo Maués e Maria Angélica Motta Maués pelo apoio constante, e pela atenção com que têm recebido meus trabalhos em ocasião de congressos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia de Recife, em especial a prof. Aparecida Nogueira e ao prof. Bartolomeu Tito Figueiredo pelos quais eu tenho muito carinho.

À professora Conceição Pina que realizou a correção ortográfica desta dissertação.

À Elizabeth Figueiredo pela paciência com o que tem me ensinado a podar todas as minhas arestas.

Às funcionárias do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Ademilda, Ana e Regina, companhias constantes durante o primeiro ano de curso.

Especialmente:

Ao povo-de-santo da capital paraense, principalmente à Antônio Gomes da Cruz, Pai Benedito Saraiva e Aldo Ferreira, pelo carinho com que têm me recebido e pelas lindas entrevistas concedidas sempre de forma paciente. O envolvimento com essas pessoas me trouxe alegrias profissionais e pessoais.

Muito Especialmente:

À professora Anaíza Vergolino meu muito obrigada pelo seu cuidado. Sou-lhe grata também por ter proporcionado meu contato com o campo de pesquisa, o acesso a todos os dados aqui utilizados, por ter concedido entrevistas valiosas, me acudido nos momentos de maior sufoco e sido meu norte tanto no que se refere a minha formação profissional quanto pessoal. Sem essa pessoa eu não teria sido capaz de chegar até aqui.

Resumo

Os cultos afro-brasileiros na capital paraense possuem uma forma muito peculiar de organização social. Trabalhos anteriores ressaltam a inexistência de um ‘terreiro de raiz’, que siga o modelo maranhense ou baiano, dispondo de genealogia, formação de família e mito fundador que remeta à África. Mediante a essa realidade que rompe os modelos tradicionais, as casas de culto afro-brasileiros de Belém, se agrupam em torno de instituições de caráter civil que se relacionam, entre si, de maneira conflituosa.

Neste contexto, o presente trabalho elege por objeto de estudo a mais antiga dessas instituições; a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará; na tentativa de mostrar sua estrutura interna, bem como, o lugar ocupado pela mesma diante do campo religioso afro-paraense.

ABSTRACT

The Afro-Brazilian rituals in the capital city of the state of Pará, north of Brazil, have a peculiar method of organizing its social groups. Previous studies emphasize the existence of a “terreiro de raiz” (ritual site), originated from the maranhense and bahiano models, having the genealogy, family members and founding myth, which is originated from Africa. By means of this reality and breaking the old-fashioned models, the Afro-Brazilian ritual sites in Belém get together through civil institutions. The relationship between these institutions is conflicting.

This study is based on the oldest institution among all the existing ones: “Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará” (a local Afro-Brazilian ritual institution) and attempts to show the internal organization and the place it takes in the Afro-Paraense religious field as well.

Lista de Anexo

Anexos _____ **167**

Anexo 1: Documentos da FEUCABEP _____ **168**

Documento 1: Exemplar da Primeira Ficha de Filiação da FEUCABEP **169**

Documento 2: Hino da FEUCABEP _____ **170**

Documento 3: Arma da FEUCABEP _____ **171**

Documento 4: Edital de Convocação para Assembléia Geral da FEUCABEP

171

Documento 5: Convite para o Tambor das Flores _____ **172**

Documento 6: Tabela de Preços _____ **173**

Sumário

Dedicatória	5
Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	10
Introdução	13
• Encontro Etnográfico – Aspecto Metodológico e Trajetória do Trabalho de Campo	16
Capítulo 1: Mapeamento do Campo Religioso Afro-Brasileiro em Belém do Pará: Uma disputa entre instituições	22
1.1. Campo Religioso Afro-Paraense: A Legitimação pela Filiação Institucional	25
1.2. A Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará (FEUCABEP): Um Pólo de Tradição e Memória	26
1.2.1. Memória	30
1.2.2. Tradição	31
1.3. A Associação dos Amigos de Iemanjá (AAI) e a União de Tenda de Umbanda e Candomblé do Brasil (UT): O Espetáculo de Marketing	36
1.3.1. O Marketing	38
1.3.2. Rede de Relações	40
1.4. O Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro Brasileira (Intecab) e sua Relação com o Candomblé Baiano	42
1.4.1. Africanização	45
1.4.2. Modelo de Organização Semelhante ao Acadêmico	47
1.5. Associação dos Amigos do Ilê Omim Asé Ofá Karê (AFAIA) e sua Ligação com o Movimento Negro	48
1.5.1. A AFAIA e a Relação com o Movimento Negro	49
1.5.2. A Realização de Projetos Sociais	51
1.6. Uma Tentativa Frustrada de Diálogo	52

Capítulo 2: A História da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará como um Objeto de Disputa	55
2.1. A Gênese da FEUCABEP como uma Tentativa de Ordenação e Controle	54
2.1.1. O Governo João Cardoso: Os Primeiros Passos de Uma Nascente Instituição	58
2.1.2. Governo Esmeralda Almeida: Um Mandato para Cair no Esquecimento	60
2.2. FEUCABEP: Um Objeto de Disputa	62
2.2.1. Governo Neném Gaia: Um Período de Transição	62
2.2.2. Governo Juvenal Barbosa: de Democrata à Ditador	70
2.2.3. Governo Antônio Gomes da Cruz: da Calmaria à Tempestade	82
Capítulo 3: O Poder Burocrático da FEUCABEP	88
3.1. A FEUCABEP como uma Burocracia	92
3.2. Antônio Gomes da Cruz: O Vodunsi Laico	98
Capítulo 4: Revisitando o Tambor das Flores	109
4.1. O Poder Religioso: A Federação como Terreiro de Raiz	109
4.2. O Tambor das Flores como uma Tradição Inventada	121
4.2.1. Histórico do Tambor das Flores	121
4.3. O Tambor das Flores: A Etnografia de um Ritual de Mina	125
4.3.1. Os Preparativos para a Festa	125
4.3.2. Etnografia da Festa Religiosa	128
Considerações Finais	148
Bibliografia	155
Glossário	158

Introdução

Esta dissertação não é um trabalho pioneiro no estudo das Federações Espíritas e Umbandistas no Brasil. Ao contrário, trata-se apenas da retomada a um campo outrora já visitado. Existe uma vasta literatura sobre o surgimento de Federações principalmente no eixo Rio-São Paulo.

O ISER, no ano de 1985, dedicou o exemplar número 18 de seus cadernos a esse assunto. O mesmo, entitulou-se "*Umbanda e Política*" e contou com artigos de pesquisadores tais como Diana Brown, Maria Helena Vilas Boas Concone, Lísias Negrão, Patrícia Birman e outros.

Todos esses autores se referem ao surgimento da umbanda enquanto religião nacional e a sua reunião sob a tutela dessas Federações surgidas em meio ao contexto de ditadura varguista como espécies de “sindicatos da umbanda”. As mesmas, tinham como função primeira retirar as religiões de origem africana do poder das delegacias de costumes - que exerciam controle de outros espaços lúdicos como cabarés, boites - tomando para si a responsabilidade de fornecer alvarás de funcionamento e promover a normatização das casas de culto a partir da ideologia dominante, que abarcava estratégias como “branqueamento” dos rituais africanos (Birman,1985).

Outros trabalhos ainda, como o “*Saravás da Política: Um Estudo das Federações Umbandistas no Grande Rio*”, se dedicam a perceber a interação entre os ‘casas’¹ de umbanda e a esfera política nacional. As Federações, neste contexto, importam pelo vínculo estabelecido com terreiros dos mais diversos setores sociais e pela responsabilidade de estabelecer o elo entre essas unidades e a política partidária. Seiblitz (1983) nos afirma que seria impossível entender a relação da Umbanda com a política sem aprofundar os estudos das Federações. São estes órgãos que conferem legitimidade a uma religião periférica, bem como permite a articulação com a sociedade abrangente. Para a autora essas instituições são participantes de um campo de forças que cruzam interesses religiosos e políticos.

A Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará (FEUCABEP), instituição localizada no norte do Brasil também tem merecido destaque. Pela primeira vez esta instituição foi citada na literatura especializada através do trabalho de um casal de americanos, Seth e Ruth Leacocks, que esteve em Belém durante sete meses nos anos de 1962 e 1963, (ano que precede a fundação da FEUCABEP) ali retornando em 1965. Seu interesse primeiro era realizar um minucioso estudo acerca do modelo de culto local, naquele tempo denominado “Batuque”, abordando aspectos como panteão, histórico, diversidade de rituais etc.

¹ Todas as palavras ou expressões utilizadas entre aspas possuem significado definido no glossário.

Esses autores registraram o surgimento da FEUCABEP, referindo-se a ela como uma sociedade de ajuda mútua que dificilmente resistiria a situação constante de competição e conflito latente no universo em questão.

Todavia, o nosso objeto de estudo sobreviveu às previsões apocalípticas dos americanos tanto que se tornou objeto de uma dissertação de mestrado defendida na UNICAMP de 1976 intitulada “*O Tambor das Flores*”.²

Trata-se de um trabalho pioneiro no campo desses estudos no Brasil. Sua autora, Anaíza Vergolino, procura analisar a Federação, enfocando, não o envolvimento da instituição com a política partidária, mas o seu processo de estruturação interna e sua relação; bem como dos ‘terreiros’ a ela filiados; com a sociedade abrangente. A autora traça um histórico da existência da FEUCABEP durante os anos de 1965 a 1975, mostrando importância da rede de relações de seus dirigentes e da “fofoca” como mecanismo de controle no interior da instituição, enfatizando sua relevância no cenário de uma sociedade, anos mais tarde considerada como relacional pelo antropólogo Roberto da Matta (1979, 1991).

Pode-se dizer que o “*Tambor das Flores*” difere dos demais trabalhos, posteriormente publicados sobre o assunto, por extrapolar a esfera burocrática da instituição e abordá-la também do ponto de vista religioso. Vergolino nos mostra que a FEUCABEP surgiu agregando em si dois poderes importantes; o burocrático e o religioso; contando com calendário litúrgico (nesta época em formação), ‘assentamentos’ e sobretudo com uma ‘casa de Exu’.

Durante a década de oitenta e noventa nenhum outro trabalho elegeu a FEUCABEP, como objeto de estudo central. Chegamos a perceber que a própria literatura antropológica nacional produzida a partir da década de noventa deixa de enfocar estas instituições que agrupam religiosos afro-brasileiros. Talvez isso se explique pela pouca importância que as mesmas passam a ter após a promulgação da Constituição de 1988, que institui a liberdade irrestrita de culto.

Todavia, todos os trabalhos produzidos sobre os cultos afro-paraenses nas últimas duas décadas, se referem a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará, mesmo que de forma tangencial; dentre eles podemos destacar uma dissertação de mestrado intitulada “*Uma Rosa a Iemanjá*” (Cardoso, 1999) e um relatório de pesquisa apresentado a CAPES que se chamou “*Os Candomblés de Belém*”(Campôlo, 2001).

“*Uma Rosa a Iemanjá*” (1999), trata-se da dissertação de mestrado de autoria de João Simões Cardoso Filho. Seu objetivo básico é fazer uma análise antropológica da Associação dos Amigos de Iemanjá (AAI), um grupo formado, em 1971, por pais e mães-de-santo com pouco

² Utilizaremos *Tambor das Flores* para nos referirmos à dissertação de mestrado de Anaíza Vergolino (1976) e ‘Tambor das Flores’ para nos referirmos ao ritual da FEUCABEP.

tempo de iniciação, lideranças emergentes e vinculados à FEUCABEP que se juntaram a profissionais da área da comunicação para realizar um Festival à Iemanjá, numa praia de água doce nas redondezas de Belém.

O caráter espetaculoso do Festival e algumas divergências doutrinárias – realização de ritual para Iemanjá em água doce – provocaram a desaprovação por parte Federação, o que acabou por gerar a ruptura desses religiosos com a instituição. Depois da ruptura, os dissidentes registraram a Associação dos Amigos de Iemanjá em Cartório e fundaram na capital paraense outra Federação; a União de Tendas de Umbanda e Candomblé de Belém (UT) que também tinha por objetivo expedir alvarás, o que à primeira vista, poderia concorrer e enfraquecer a FEUCABEP.

Os Candomblés de Belém” (2001), pesquisa realizada por Marilu Campôlo contou pela primeira vez, a história do ‘Candomblé Ketu’ na capital paraense. Ela mostra que durante a década de 80 religiosos pertencentes a tradição ‘mineira’ procuraram terreiros baianos a fim de se iniciarem no ‘Candomblé Ketu’. Ao retornarem à Belém essas pessoas tentaram se aproximar da FEUCABEP e pleitear espaço político e religioso dentro da instituição.

Alguns desses ex-mineiros formados sobre a égide do modelo baiano (‘ketu’), chegaram a disputar a presidência da instituição mas foram barrados por manipulações políticas o que ocasionou uma ruptura em que a maioria dos candomblecistas deixou a FEUCABEP fundando no Pará uma ramificação do INTECAB (Instituto Nacional de tradição e Cultura Afro-Brasileira) e passando a combater a Federação na tentativa frustrada de esvaziar o seu papel.

Foi, na verdade, o resultado dessas pesquisas que nos levou a voltar os olhos à Federação. Percebemos que apesar de ter perdido, com a Constituição de 1988, seu papel de normatizadora e mediadora entre as casa-de-culto e o Estado a Federação sobrevivia. Atacada e criticada, ela, ao mesmo tempo, era objeto de acirrada disputa.

Todas essas informações nos suscitaram alguns questionamentos:

Que papel a FEUCABEP ainda exerce para o contexto religioso afro-paraeense?

Em que se baseia sua legitimidade, a ponto de todos os grupos dissidentes quererem seu controle apesar de haverem fundado outras organizações?

Nossa opinião é a de que a FEUCABEP existe até hoje porque ela não é apenas o órgão normatizador que foi no passado, mas se tornou, no presente, uma instituição tradicional que se legitima principalmente a partir de seu poder religioso.

Para entendermos esta instituição sui gêneris a partir de sua organização interna precisaremos lançar mão de alguns conceitos básicos: O primeiro conceito a ser destacado é o de poder, mais especificamente, o de poder burocrático e poder religioso conforme Maggie (1975). O poder burocrático da FEUCABEP está associado ao conceito de burocracia proposto por Max

Weber no seu “*Ensaio de Sociologia*” (1982) enquanto que o de poder religioso está pensado a partir do conceito de tradição conforme, no “*As Conseqüências da Modernidade*” (Guiddens, 1991).

Se a Federação possui tanta importância no cenário religioso afro-paraense local a ponto de todos os seus dissidentes fundarem novas instituições passando, simultaneamente a concorrer com ela por uma parcela do mercado religioso local, não pudemos deixar de nos referir ao conceito de campo definido por Bourdieu em “*Questões de Sociologia*” (1983). Foram esses os principais referenciais teóricos que utilizamos em nossa tentativa de traçar um mapeamento do campo religioso paraense designando quais são as principais instituições civis existentes no Estado, que instrumentos elas utilizam para se legitimar e a forma com que elas se relacionam entre si.

- **Encontro Etnográfico – Aspectos Metodológicos e Trajetória do Trabalho de Campo.**

Nossa inserção no campo religioso afro-paraense se deu pelo lado oposto da instituição que hoje estudamos. Em 1996 havíamos ingressado no curso de História da Universidade Federal do Pará e nos deparado com uma escola que enfatizava os estudos relativos à presença escrava africana no Pará. Escutávamos a movimentação de alunos e professores debruçados nos rotos livros de códices do Arquivo Público Municipal de Belém.

Acreditávamos que talvez nós, pudéssemos achar algum dado no meio desses códices, que nos dessem pistas sobre a presença religiosa africana no Pará colonial. Procurávamos nomes de religiosos, descrições de tipo de culto, indícios de origem. No entanto isso era apenas um sonho de estudante ainda pouco familiarizada com a documentação.

Mas porque esse súbito interesse pela religião? Por que não enfatizar abordagens como gênero, relações de família ou tantas outras? A resposta talvez estivesse na busca pela novidade ou era uma curiosidade antiga, advinda das parcias e soltas lembranças dos tempos de infância quando nossa mãe ‘baiava’ num ‘terreiro’ de ‘Mina’. Tudo o que lembrávamos dessa época era das roupas muito alvas, de um busto do ‘caboclo’ Zé Raimundo localizado nos fundos de nossa casa e da “guerra santa” travada por nossa avó – uma católica “ferrenha” – contra essas crenças.

Devemos dizer, contudo, que mesmo com os frustrados passeios pela documentação não desistimos da idéia indefinida de estudar religião afro-brasileira. Professores e colegas de curso nos aconselharam buscar auxílio no Departamento de Antropologia, o que de fato fizemos. Lá chegando tivemos contato com a Professora Anaíza Vergolino, que juntamente com o falecido professor Arthur Napoleão Figueiredo, havia iniciado essa linha de estudo na UFPA. Na época não

sabíamos da importância que ela teria para o nosso processo de profissionalização e especialmente para nosso acesso ao campo.

Por ela, fomos indicadas para trabalhar como auxiliar de pesquisa de um mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA, o professor João Simões Cardoso Filho que na época estudava o grupo de religiosos dissidentes da FEUCABEP – A Associação dos Amigos de Iemanjá - que promovia um “Festival de Iemanjá” numa praia de água doce do distrito de Outeiro (Município de Belém). Foi nessa ocasião que começamos a freqüentar os primeiros terreiros no Pará. Ajudávamos a coletar dados, transcrevíamos fitas, tirávamos fotos gravávamos músicas com o objetivo de darmos os primeiros passos na pesquisa de campo de natureza antropológica. Logo nesse primeiro contato com as religiões afro-brasileiras que ouvimos as primeiras críticas à FEUCABEP mas elas muito pouco nos diziam já que nada conhecíamos sobre a realidade religiosa afro-paraense.

Concomitantemente, tomamos conhecimento da existência de uma Federação e começamos a freqüentar alguns terreiros de religiosos vinculados a ela, acompanhando a Professora Anaíza Vergolino em tarefas de extensão relativas ao Curso de Antropologia da Religião, ministrados pela mesma na UFPA. Já começávamos também a pensar num tema a ser desenvolvido no nosso Trabalho de Conclusão de Curso.

Um ano depois, já havíamos definido nosso objeto de estudo, quando procuramos a sede da FEUCABEP, apresentadas pela Professora Anaíza Vergolino. Nossa objetivo era conseguir uma listagem de alguns religiosos antigos com os quais pudéssemos buscar informações para escrever sobre a História dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará. Este era o tema de nosso Trabalho de Conclusão de Curso agora com a orientação formal da Professora Anaíza Vergolino.

Fomos muito bem recebidos pelo senhor Antônio Gomes da Cruz, presidente recém eleito daquela instituição, porque tínhamos a indicação da pesquisadora que acompanhava a instituição há mais de 30 anos. Na secretaria da sede social. Graças à essa recomendação, ele abriu os arquivos da casa, bem como sua memória e citou diversos nomes lidos por ele num velho fichário.

O entrosamento entre nós e este grupo das lideranças religiosas da Federação foi gradativo, começou com encontros nos momentos de festas religiosas. Tempos depois nos envolvemos em outras pesquisas. Uma com o Professor Mário Brasil do Departamento de Etnomusicologia da UnB que viera a Belém para refazer as gravações de músicas religiosas realizadas pela missão folclórica de 1934 organizada por Mário de Andrade. Este pesquisador escolheu um dos terreiros mais inovadores da capital paraense para realizar sua pesquisa da qual também participamos como auxiliar. Esta experiência nos mostrou a multiplicidade dos tipos de culto de ‘Mina’ praticados em Belém.

No ano 2000 acompanhamos a Professora, Marilú Campêlo do Departamento de Antropologia da UFPA, em sua pesquisa sobre a história do Candomblé no Pará. Percebemos que os membros desta vertente religiosa formavam um grupo distante da Federação, vinculado ao Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira (INTECAB). Dessas pessoas ouvimos um discurso magoado com a Federação. Observamos também um movimento “anti-Federação” com distribuição de trechos da Constituição de 1988 que pregam a liberdade de culto.

Nessa época já não éramos mais tão leigas. Já conhecíamos os principais pólos de poder: a experiência da AAI conhecida através da pesquisa do Professor João Simões Cardoso Filho; do Intecab através do relatório elaborado pela Professora Marilu Campêlo e da Federação graças a Professora Anaíza Vergolino. Conviver com os pesquisadores, participar dos diálogos, freqüentar festas-de-santo e escutar as fofocas nos permitiu familiaridade com os mais importantes atores daquele cenário.

Até então jamais tínhamos pensado em analisar a Federação de maneira mais detida, achávamos que tudo havia sido dito no “*Tambor das Flores*” e que aquela instituição civil por si só se explicava. Foi através das críticas feitas pela Associação dos Amigos de Iemanjá e pelos ‘candomblecistas’ que percebemos ser a FEUCABEP um excelente objeto de pesquisa.

Decidimos então prestar seleção para o mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, fomos aprovadas e elaboramos um projeto cujo objeto de estudo fora a FEUCABEP. Faríamos uma revisita ao “*Tambor das Flores*” e analisaríamos aquela instituição a partir de duas perspectivas: uma horizontal que observa a Federação a partir de sua relação com o contexto religioso afro-paraense, mapeando as zonas de poder; e outra vertical, enfatizando a diacronia, considerando o processo de transformação histórica sofrida pela mesma até desembocar naquilo que ela é hoje: a grande guardiã da tradição religiosa afro-paraense.

Esse projeto foi verbalmente apresentado para o presidente da Federação, bem como para os seus líderes religiosos e imediatamente aprovado o que nos trouxe muita alegria. Ter sido aprovadas num mestrado fora de Belém e ainda escolher como objeto de estudo a Federação, de certa forma consolidou nossa credibilidade diante do campo de pesquisa. Da parte das lideranças, houve uma percepção de continuidade entre a pesquisa em desenvolvimento e o trabalho realizado na década de 70 pela professora Anaíza Vergolino.

Chegamos a ouvir frases do tipo: “*Ontem foi a doutora que saiu para estudar, hoje é a Taissa.*” Descobrimos, a partir desta frase, que dentro da Federação cada um exerce seu papel; uns são responsáveis pelo poder burocrático, outros pelo religioso e à outros, cabe a tarefa da pesquisa. Ter sido introduzida no campo pela “doutora”, que também estudara a Federação, foi de suprema

importância no nosso processo de aceitação pois eles usaram a lógica religiosa para nos assimilar. O pesquisador também estava ‘fazendo’ um ‘filho-de-santo’.

A viagem de nossa orientadora acadêmica – Dra. Maria do Carmo Tinoco Brandão à Belém no ano de 2001 e sua visita a sede da Federação, quando se fez presente às promoções do Dia das Crianças, reforçou ainda mais a legitimidade de nossa “feitura”. Estábamos na posição análoga daquelas lideranças que começaram seu “desenvolvimento” nos ‘terreiros’ locais e mais tarde, sem nenhuma dificuldade, foram aceitos nos ‘terreiros’ e ‘casas’ de outros Estados por que já se encontravam “firmes no santo”.

Para o pesquisador iniciante e apaixonado pelo tema, tal aceitação, reconhecimento e carinho foi muito gratificante. Pudemos perceber e confirmar o peso de uma rede de relações sociais como já havia sido profundamente analisado por Vergolino anteriormente (1976). Certamente não eram só os nossos esforços que garantia nossa aceitação. Nós havíamos sido apresentadas como alunas de alguém que tinha trabalhado “em defesa” das religiões afro-brasileiras, levando-as às universidades e seminários católicos do Pará, divulgando-as em seus artigos escritos, publicados ou apresentados em congressos pelo Brasil. Ser introduzida por uma pessoa considerada “amiga” também nos incluía nessa categoria.

Assim, em nossa relação com os federalizados, o período de “barreira” que costuma acontecer entre o pesquisador e esses cultos com estrutura de segredo, não foi tão longo pois logo passamos a ser chamadas para todas as ‘festas de santo’, bem como para seus momentos de lazer (domingueiras, bingos e outros) e suas viagens interestaduais. Até não foi surpresa quando fomos convidadas a nos associar à instituição.

Conduzidas pela facilidade de uma rede anterior que agora era também a nossa rede pessoal, delimitamos finalmente o nosso universo de pesquisa que se referiu basicamente à cúpula da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará, ou seja, às pessoas mais ativas dentro da instituição, fosse no que diz respeito a ordem religiosa, ou fosse por sua participação na esfera burocrática. São elas: o presidente, o vice presidente, os principais ex-presidentes, o ‘pai-de-santo’ responsável pelos rituais da FEUCABEP, o ‘ogã’ responsável pelos sacrifícios, ‘alimentação’ dos ‘assentamentos’ entre outros deveres hieráticos. Mas incluímos também os principais membros de algumas instituições que são rivais à Federação como o Intecab (o Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira) e a AFAIA (Associação dos Amigos do Ilê Min Asé Of. Are). Os dados referentes a AAI (Associação dos Amigos de Iemanjá) e a UT (União de Tendas de Umbanda e Candomblé do Pará), foram recolhidos a partir da dissertação de mestrado do Professor João Simões Cardoso Filho, intitulada “*Uma Rosa a Iemanjá*” (1999).

Os membros dessa instituições foram entrevistados por nós a partir de técnicas qualitativas de investigação tais como: histórias de vida, entrevistas e observação direta complementadas com a investigação e análise de fontes documentais a saber as atas de Assembléia Geral .

Utilizamos a técnica da entrevista com a maioria dos informantes, vale dizer, todos os membros significativos da FEUCABEP e com pelo menos um membro de cada grupo dissidente (Intecab e AFAIA). Nossa objetivo básico foi coletar aspectos importantes da história da FEUCABEP para entender seu papel no contexto religioso local. Sempre que foi possível utilizamos gravador e máquina fotográfica.

Utilizamos a técnica da história de vida para recolher a biografia de Antônio Gomes da Cruz, atual presidente da FEUCABEP. Foi importante enfocar esse personagem de maneira tão enfática porque ele concentra o poder burocrático da FEUCABEP desde sua fundação, conforme Vergolino e Silva (1976). Sua biografia se confunde com a história da instituição, de modo que, muitos religiosos da capital paraense - incluindo alguns de seus inimigos- afirmam que no dia de seu falecimento a Federação fenecerá.

Utilizamos a observação direta para acompanhar o cotidiano da Federação, sua relação com o universo religioso afro-brasileiro mais amplo e, principalmente, para observar um ritual específico; no ‘Tambor das Flores’.

A partir desses dados a dissertação se estruturou em quatro capítulos assim constituídos:

Capítulo 1: Mapeamento do Campo Religioso Afro-Brasileiro em Belém do Pará: Uma Disputa entre Instituições. Capítulo em que mostramos que, no Pará, as religiões afro-brasileiras possuem forma diferente de organização social. Os ‘terreiros’ se agrupam em torno de instituições civis que disputam um pedaço do campo religioso local. Mapeamos o campo religioso afro-paraense destacando as principais instituições civis bem como os elementos que cada uma delas utiliza para buscar legitimidade.

Capítulo 2: A História da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará como um Objeto de Disputa. Capítulo que conta a história da FEUCABEP desde sua fundação (1964) até o final do ano de 2002. Podemos dizer que essa história se divide em dois grandes períodos. O primeiro se caracteriza pela sua de estruturação e estabelecimento no terreno religioso local. O segundo é marcado por disputas acirradas por espaço e poder dentro da instituição o que acaba gerando rupturas com a Federação. Cada um desses períodos está dividido em gestões presidenciais. O primeiro período conta com as gestões João Cardoso e Esmeralda Almeida e o subsequente é formado pelos governo Julia Gaia Mendes, Juvenal Barbosa e Antônio Gomes da Cruz.

Capítulo 3: O poder burocrático da Federação. Capítulo dedicado a observação do poder burocrático no interior da Federação. Mostrando como a instituição se estrutura seguindo o conceito weberiano (1983) de burocracia e como a trajetória do tesoureiro burocrata (Vergolino, 1976), hoje presidente; se articula com o conceito de funcionário do mesmo teórico.

Capítulo 4- Revisitando o ‘Tambor das Flores’. Capítulo dedicado ao poder religioso da Federação, observando sua fundação tanto institucional quanto ritual. Mostra algumas das características que a aproximam da estrutura de um ‘terreiro de raiz’. Para tanto, é traçada a genealogia de seus dirigentes e definido o calendário litúrgico da FEUCABEP composto de rituais ordinários; praticados segundo os padrões da ‘Mina’ paraense; e rituais extraordinários; momento em que a Federação abre suas portas aos cultos alienígenas como o candomblé. Por último o ‘Tambor das Flores’ é etnografado para mostrar ao leitor as principais características da ‘Mina’ praticada na Federação.

Capítulo 1:

Mapeamento do Campo Religioso Afro-Brasileiro em Belém do Pará: Uma Disputa entre Instituições.

Um breve passeio pela literatura afro-brasileira, especialmente a nordestina, nos mostra de maneira enfática, um pouco da história colonial da região, especialmente no que tange ao legado religioso de origem africana.

É possível tomarmos ciência dos grupos étnicos que ocuparam cada estado e da forma que eles se organizaram em torno de ‘terreiros de raiz’³. A maior parte destes ‘terreiros’, fundados por africanos, conservavam não só alguns símbolos sagrados do antigo continente como a memória religiosa dos grupos.

No Maranhão, podemos mencionar o ‘Querebetã de Zomadonu’ (Casa Grande das Minas), como um dos mais antigos. Trata-se de uma ‘casa’ secular freqüentemente visitada por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Sobre ele discorre a maior parte da bibliografia produzida na região.

Conforme informações registradas por Ferretti (1996), é um conjunto arquitetônico formado por dois casarões de taipa, erguidos num bairro antigo e populoso próximo ao centro. A memória de seus membros registra a fundação ocorrida ainda nos primórdios do século XIX por negros africanos de ‘nação jeje’ trazidos como “contrabando”⁴ para o Maranhão.

Sua fundadora teria sido uma africana da região do Daomei, atual Benim, iniciada ainda na África. Seu nome era Maria Jesuína, supostamente a mesma Nã Agotine nascida por volta de 1770, que carregava o ‘vodum’ Zomadonu.

A lembrança das velhas ‘vodunsis’ do Querebetã de Zomadonu registra características muito vivas dessa primeira geração compostas por matrizes africanas. Eram negras que possuíam o rosto “lanhado” por marcas tribais.

Existe também uma genealogia que liga mãe Jesuína, a fundadora à mãe Amélia, a atual responsável pelo ‘terreiro’. Desta descendência fazem parte, mãe Luíza Ferreira (?-1905/1910); Mãe Hozana da Conceição (1905/1910 – 1915); mãe Andresa Maria Ramos (1915-1954); Mãe Leocádia Santos (1954-1970); mãe Filomena Maria de Jesus (1970-1972); Mãe Amância Vieira (1972-1976) e Dona Amélia Pinto (1976- ...).

³ Chamamos de Terreiro de Raiz, àquelas casas-de-santo, antigas, tradicionais, que possuem genealogia que remonta a África, represente a origem e tenha importância histórica.

⁴ Negros advindos após a primeira lei de proibição do tráfico promulgada em 1831 (Ferretti, 1996:58)

A Casa das Minas, apesar de ser um ‘terreiro de raiz’, não é um pólo irradiador de tradição, haja vista que concentra sob suas asas todas as ‘filhas-de-santo’ ‘feitas’, sem liberá-las para que fundem “filiais”. Maria do Rosário Carvalho Santos em seu trabalho intitulado “*Boboromina*” (1986), tenta descrever a árvore genealógica dos diversos ‘terreiros’ maranhenses e compara a Casa das Minas a uma palmeira, planta caracterizada por tronco indiviso sem ramificações.⁵

Gonçalves Fernandes, médico do Serviço de Higiene Mental de Pernambuco, nos cede algumas informações importantes sobre os culto afro-pernambucanos. Em seu livro intitulado “*Xangôs do Recife*” (1937), alerta para o fato de que “*não se encontra no Recife um só culto fetichista puro*” acontecendo freqüentemente a “*adoração dos ‘encantados’ da Costa em imagens católicas, uma maneira de conciliar a imposição do senhor com os sentimentos de veneração do escravo africano a seus Deuses. O entrelaçamento da religião do branco com esse ecletismo religioso, juntou-se ainda a influência Espírita*” (pp. 11)

Entre os ‘pais-de-santo’ recifenses pai Adão, de acordo com o autor, era o de maior destaque. Tratava-se de um filho de africanos trazidos de Lagos que, na época da pesquisa, contava 60 anos. Sua ‘casa-de-santo’ intitulava-se “Seita Africana Obaomim” e ocupava rua afastada do centro da cidade. Era um sítio cheio de árvores frondosas, dentre elas havia um ‘Iroko’ secular ao pé do qual se fazia ‘oferenda’.

É possível ter acesso a pedaços da história de fundação deste ‘terreiro’ e consequentemente de seu fundador. Sabemos ser um negro que desejoso de conhecer a pátria de seus antepassado, tomou um cargueiro para Lisboa de onde, num barco inglês, seguiu para Lagos. O conhecimento do ‘Nagô’, repassado por seu pai, deu-lhe acesso à religião local e lhe permitiu o aperfeiçoamento da liturgia. De volta a capital pernambucana instalou casa-de-santo e passou a praticar culto ‘yorubá’.

Pai Adão foi responsável pela ‘feitura’ de diversos filhos que fundaram suas ‘casas’ ramificando assim o tronco mater. Temos conhecimento que até a presente data seu ‘terreiro’ está em funcionamento, tendo passado à responsabilidade de Manuel do Nascimento, vulgo Manuel Papai.

A despeito da tradição baiana, adquirimos informações através de um discurso proferido por mãe Olga Francisca Regis (Olga de Alaketu), publicado nos anais do Encontro de Nações de Candomblé. O objetivo do texto é narrar o histórico do ‘terreiro’ do Alaketo e definir traços gerais do modelo de culto representante da ‘nação queto’.

⁵ Sergio Ferretti (1996) nos informa sobre uma frustrada tentativa de ramificação. Uma paraense de nome Zuleide Amorim, radicada no Rio de Janeiro, em meados da década de setenta tentou fundar um ‘terreiro’ semelhante ao Querebetã De Zomadonu em Jacarepaguá. Seu intuito era reunir todas as suas ‘filhas-de-santo’ residentes naquela capital

Mãe Olga diz que o Alaketo foi fundado no Brasil em 1916 por duas gêmeas africanas capturadas na beira do Rio Minas Santé -fronteira do reino do Ketu- que aqui se instalaram definitivamente aos 22 anos.

Ia Otampé Ojaré, uma das gêmeas, foi a responsável pela abertura do ‘terreiro’, mas é de sua irmã, Ia Gogorixá, que descende a atual representante dessa ‘casa-de-santo’. Os rituais nela realizados seguem a tradição do candomblé Ketu. Dentre outras entidades, cultua-se Obaunlu, o ‘Oxossi’ mais velho que está assentado aos pés de um biribazeiro, ali existente desde a fundação da ‘casa’.

Se todas as informações acima mencionadas estão corretas, não nos cabe avaliar. Devemos é constatar as peculiaridades existentes entre as matrizes. São dois espaços religiosos seculares diretamente ligados à África e à história da colonização. Através da memória de seus membros é possível adquirir informações, ainda que esparsas e truncadas, acerca das etnias que se instalaram nas respectivas capitais.

Em se tratando de Pará, o que se pode dizer? Que grupos africanos adentraram nesse estado? Onde está sua casa matriz? Pesquisadores (Figueiredo & Vergolino, 1990, Vergolino, 2000, Luca, 1999), se empenharam no sentido de tentar encontrar o elo perdido que ligaria os ‘terreiros’ belenenses à África. Com essa finalidade eles vasculharam arquivos e entrevistaram religiosos.

Anaiza Vergolino, no seu artigo “*Religiões Africanas no Pará: Uma Tentativa de Reconstrução Histórica*” afirma que “*reconstituir as religiões afro-paroenses nas suas mais remotas origens não é tarefa fácil. A dificuldade consiste (...) em não se poder afirmar com precisão que nações foram introduzidas no Pará*” (Vergolino, 2000: 34).

A autora, baseada em trabalhos anteriores (Salles, 1971 e Figueiredo & Vergolino, 1990), se dedica à reconstrução histórica e nos informa, a partir das provisões régias, sobre a entrada de escravos angola (1662-1680), mina (século XIX), angolas moxicongos (século XVIII), oriundos de Bissau (século XVIII) e outros. Todavia, ressalta a autora, essa origem é plenamente contestável devido ao fato das “peças” vindas das áreas acima citadas serem, em sua maioria, prisioneiros de guerra vendidos em feitorias litorâneas.

O Pará colonial contou com significativa presença africana mas não se conhece o legado religioso aqui implantado por essas levas. A bibliografia afro-brasileira local constata a inexistência de um ‘terreiro de raiz’⁶. Segundo Vergolino a causa dessa ausência teria sido a baixa concentração

⁶ Apesar disso podemos traçar duas genealogias que alcançam terras africanas, uma delas será mencionada ao longo desse capítulo e a outra Liga Pai Orlando Machado, vulgo Bassu, líder do Abassá Afro-Brasileiro Lêgo Xapanã à africana Macinocô, fundadora do extinto ‘Terreiro do Egito’ (Vergolino, 2000). Em Belém existe ainda um ‘terreiro’ centenário, tido como tradicional, mas não conseguimos, nem através da memória de seus líderes, nem através da bibliografia especializada traçar sua ligação com a África. Este terreiro se chama “Terreiro Dois Irmãos” situado no bairro do Guamá.

dos negros nos centros urbanos, haja vista terem os mesmos se dispersado pelas lavouras, roçados e fortificações militares do Vale Amazônico, dificultando assim as trocas econômicas e simbólicas e, conseqüentemente, a tomada de consciência dos interesses coletivos (Vergolino, 2000:38).

Se a documentação escrita pouco elucida sobre este impasse, a oralidade abre outras portas e conduzindo a outros questionamentos. O discurso que o ‘povo de santo’ possui sobre a sua história não é homogêneo e sua memória possui uma profundidade temporal mais curta. Continuamos a desconhecer as informações precisas sobre o legado colonial, mas adquirimos outras respostas.

O ‘povo-de-santo’ paraense⁷ possui um discurso construído sobre sua história. Trata-se de uma história dividida em quatro fases quais sejam: 1- O período da ‘pajelança’. 2- O período da chegada dos rituais afro-brasileiros. 3- O período da perseguição policial. 4- O período da Calmaria (Luca, 1999).

A referência mais antiga diz respeito aos supostos fundadores da ‘Mina’ no Estado do Pará. De acordo com a memória dos líderes religiosos ainda vivos, o primeiro culto afro-brasileiro instalado em Belém foi a ‘Mina Nagô’ trazido por maranhenses radicados na Amazônia, em meio a economia gomífera, que fundaram ‘terreiros’ hoje totalmente extintos. Esses negros eram descendentes dos escravos trazidos para o Maranhão. A África extraída da narrativa dos velhos é distante, só alcançada através das águas maranhenses.

Essa peculiaridade tão própria da religiosidade paraense nos trouxe a idéia de tentar juntar as arestas, buscar as balizas do campo religioso afro-parauense, enfocando a suposta inexistência de um terreiro de raiz e buscando conhecer a forma de organização social dos religiosos locais.

1.1.Campo Religioso Afro-Paraense: A Legitimação pela Filiação Institucional

Adentrar no universo afro-parauense é deparar-se, sem dúvida, com uma realidade religiosa muito própria, cheia de peculiaridades. A mais forte delas, que talvez abra precedentes a todas as outras, diz respeito à organização social dos religiosos.

No Pará, ao contrário de todos os outros grandes centros de influência religiosa africana, não se registrou ‘um terreiro de raiz’ capaz de exportar legitimidade. Os grupos se formam em torno de instituições de caráter civil como a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará (FEUCABEP), Associação dos Amigos de Iemanjá (AAI), União de Tendas (UT), o Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Intecab) e a Associação dos Amigos do Ilê Omin

⁷ Em trabalho anterior ressaltamos que o discurso do povo-de-santo paraense sobre a sua história não é homogêneo. Divide-se em duas versões: aquela contada pelos “intelectuais do santo” e a contada pelos “leigos do santo”. A versão citada acima corresponde ao discurso dos “intelectuais do santo”.

Asé Ofa Kare (AFAIA). Cada uma dessas instituições agrupa em torno de si religiosos que, em sua maioria, possuem o mesmo habitus⁸ e disputam pela supremacia do campo religioso afro-paraense.

A noção de campo será entendida a partir da conceituação de Pierre Bourdier segundo o qual:

“campo se refere aos diferentes espaços da vida social ou das práticas social que possuem estrutura própria e relativamente autônoma. Um campo se forma, entre outras coisas, através da definição de objetos de disputa, de interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputa nos de interesses próprios de outros campos (...). Cada categoria de interesse implica em indiferença em relação aos outros interesses, a outros investimentos destinados assim a serem percebidos como absurdos insensatos (...). Para que um campo funcione é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que implica conhecimento e reconhecimento imanentes das leis do jogo, dos objetos de disputa etc...” (Bourdier, 1983:89)

O universo em questão se constrói a partir de alianças e conflitos entre diferentes agentes que, baseados em linguagens distintas, disputam a posse do capital simbólico. As ‘casas-de-santo’ paraenses se unem em torno de determinadas associações institucionais que, baseadas em idiomas específicos (tradição, marketing, africanização), se transformam nos pólos da luta pelo poder. Trata-se de um grande mercado onde o capital vendido é a legitimidade. Vejamos a seguir quais são as partes que concorrem à supremacia do mercado religioso afro-paraense.

1.2. A Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado Pará (FEUCABEP) : Um Pólo de Tradição e Memória.

A Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará foi a primeira instituição civil a ser fundada no Pará que filiou-se a CONDU (Conselho Nacional Deliberativo da Umbanda), durante o ano de 1966. Dela saíram, de forma pouco pacífica, os grupos formadores de todas as demais.

Ela surgiu no ano de 1964 em um contexto de ditadura militar uma vez que o governo ditatorial instalado no Pará via nos ‘batuques’ um foco de desordem, em função de freqüentes matérias jornalísticas que falavam de práticas como bebedeira, bagunça e charlatanismo, exigindo assim a organização formal dos mesmos.

⁸ Conforme Bourdier (1983) habitus caracteriza-se como um sistema de disposições constituídas e incorporadas por um agente ou um conjunto de agentes que orientam e dão significado a suas ações e representações. O habitus são estruturas (...) que ultrapassam o nível da consciência e fazem a mediação entre, de um lado as estruturas sociais e de outro, as práticas individuais.

Diante dessa situação, um grupo de ‘pais-de-santo’ liderado pelo maranhense Manoel Colaço Veras, teria convencido o chefe de polícia sobre a possibilidade de fundar uma Federação cuja função seria coibir abusos e controlar as casas-de-santo (Vergolino, 1976). A FEUCABEP, passou a legitimar-se como mediadora entre as ‘casas-de-culto’ e o Estado. Era a própria voz do governo e tinha a seu dispor o poder coercivo da polícia controlando de fato as ‘casas de santo’ e definindo regras de culto.

“ Quando a ‘Umbanda’ era perseguida pela polícia, a Federação, metia medo. Ela que governava:

-Não Vai fazer o que eu quero? Não é do jeito que é? Manda a Polícia na casa e fecha a casa.

Eu mesmo cansei de fechar casa, invadia casa dos outros pra fechar, mandado pela Federação.” (pai Hyder, candomblecista federalizado)

“ A Federação não prendia, a Federação denunciava. A federação denunciava para a polícia os (‘terreiros’ clandestinos)⁹. Ela amedrontava, ela colocava a pessoa na parede ameaçando com a polícia. Então o que a pessoa fazia? Tinha que se federalizar. Existia nessa época um cursinho.

-Então você é ‘Pena e Maracá’? Vai fazer o curso de ‘Pena e Maracá’.

(...)A pessoa fazia um teste primeiro. Quem passou no teste bem. Quem não passou fazia o curso. Era o vestibular da ‘Umbanda’,” (pai Hyder, ‘candomblecista’ federalizado)

A FEUCABEP assim agia por ser respaldada pela legitimidade dos grandes ‘vodunsis’, os fundadores da ‘Mina’ no Pará como Manoel Colaço Veras¹⁰, Rosa Nunes¹¹ Vieira (mãe Doca), Maria de Nazaré Aguiar¹², Inez Ferreira¹³, Raimundo Silva¹⁴, Astianax Gomes Barreiro¹⁵, Joana

⁹ Todas as informações localizadas no meio de citação, entre parênteses, foram acrescida por nós para facilitar o entendimento do texto.

¹⁰ Conforme mencionaremos posteriormente trata-se de um maranhense ‘curador’, ‘feito’ mineiro por mãe Anastácia Santos do ‘Terreiro’ da Turquia. Tratava-se do fundador da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará, em seu terreiro foi edificada esta instituição

¹¹ Maranhense, ‘feita’ por Manuel Tel Santo que mora na literatura local (Leacock, 1972 e Furuya, 1986) como fundadora da ‘Mina’ no Pará.

¹² Mãe Maria Aguiar era uma ‘mineira’ que ‘cruzou-se’ na ‘Umbanda’ e foi responsável pela introdução da ‘Umbanda’ modelo sulino no Pará.

¹³ ‘Mãe-de-santo’ maranhense cuja origem ainda é desconhecida, responsável pela fundação de um dos ‘terreiros’ mais conservadores do Pará extinto em 1999 por ocasião da morte de sua segunda líder.

¹⁴ ‘Umbandista’ antigo iniciado por Maria Aguiar, eleito secretário particular do interventor Magalhães Barata durante o Estado Novo.

¹⁵ Primeiro paraense iniciado do ‘Candomblé’. Foi ‘feito’ em Salvador, na década de 60 por pai Rufino do ‘terreiro’ do Beiru.

Pereira do Nascimento¹⁶, Carmelina Amâncio Neto¹⁷, Antônio Gomes da Cruz¹⁸ e muitos outros. Todas “estrelas de primeira grandeza” no cenário dos cultos africanos no Pará que, em sua maioria, fizeram parte da primeira Diretoria da FEUCABEP e posteriormente de seus Conselhos.

“O primeiro a se fazer no ‘candomblé’ fui eu. Aqui no Pará não tinha não senhor. Só tinha mina, finado Pedro, finado Satiro, mãe Joana da Castanheira, Valerão do Guamá. (...) Quando eu cheguei, eles não acreditavam que eu tinha ‘raspado o santo’ lá em Salvador. Então o Cruz mandou me chamar e disse:

-Olha Astianax, nós vamos fazer um piquenique para Salvador e quero que tu vás para nos mostrar as ‘casas’.

Alguém por traz mandou me chamar e disse:

-Não é nada disso. Vão pra saber tua vida dentro do santo.

-Eu vou.

E nós fomos, eu lá, levei na ‘casa’ onde tinha sido ‘feito’. Aí meu pai disse tudo pra eles, passou a maior decepção. (...) O Opô Afonjá de mãe Aninha, quem vai pra roça do meu pai passa bem na porta. Lá não faz branco, não. So faz preto da minha cor, mais escuro. Tanto é que aqui se deu um caso que até nega mas eu vou contar. Já ouviu falar na Ida Carmem? Ida Carmem muito minha amiga. Ela viajou, chegou aqui teria dito que foi feita no Opô Afonjá. Lá não fazem branco, só preto, pessoas escuras. O Cruz (...):

-Astianax, assim como eu fui saber da tua vida na Bahia, sobre o assunto de teu santo, eu quero saber da vida da Ida Carmem. Nós vamos a Bahia(...).

Fomos bater lá. Era um dia de função, parece que ia haver toque. Só gente, só as meninas escurinhas mas todas de branco. Elas vestem branco de janeiro a janeiro. E lá a gente se identificou e perguntou tudo.

Não, aqui não se faz gente branca, só as pessoas de cor.”

(Pai Astianax, ‘candomblecista’ apud Campelo, 2000/46 -47)

Em 1982, a portaria nº 1288/82- SEGUP de 16-12-1982 – promulgada pelo então Secretário de Segurança Pública Dr. Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara - revogou a proibição do toque de tambor na zona urbana de Belém,. A Federação perdeu então seu papel de mediadora e normatizadora e, com isso, a legitimação do Estado passando a se incumbir, tão somente, do controle.

Diz o referido documento: “ *A Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará é entidade legitimamente constituída e por consequência necessita do apoio*

¹⁶ ‘Mãe-de-santo’ maranhense, tida como “uma das primeiras” a se instalarem no Pará, cuja origem é desconhecida. Seu apelido é Joana da Castanheira supostamente devido a seus ‘assentamentos’ terem sido feitos no pé de uma árvore dessa espécie.

¹⁷ ‘Mineira’ antiga, segunda liderança de um dos terreiros mais antigos desta Capital. Era uma paraense, ‘filha-de-santo’ da maranhense Josina também citada como uma das fundadoras da ‘Mina’ no Pará

¹⁸ Atual presidente da FEUCABEP que representa a mais importante liderança burocrático da mesma.

das autoridades para melhor fiscalizar a prática dos aludidos cultos o que ficou comprovado em experiências anteriores.” (pp.2)

Os espaços da cidade ficavam liberados para o exercício da religião desde que isso não implicasse na obstrução de trânsito de veículos, poluição dos logradouros públicos, incômodo a comunidade e poluição do meio-ambiente.

Atividades que aos olhos do restante da população civil poderiam parecer ininteligíveis, exóticas e barulhentas - como as realizadas em cemitérios, praias, beiras de rio, ou às que constassem de queima de fogos de artifícios – têm liberação restrita à ordem da direção desses logradouros ou à autorização da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará que continua com direitos de impor horários.

Essa nova situação teria gerado uma total falta de controle que é vista de forma negativa por alguns dos entrevistados federalizados:

“Por volta de 84, 85, em 84, 85 foi quando teve mais abertura. E com essa abertura maior as pessoas começaram a fazer tudo o que quiseram. Então o que aconteceu ? O remédio e a febre matou o paciente. Todo mundo abriu ‘casa’, todo mundo fez ‘filho-de-santo’, todo mundo tocou tambor, todo mundo fazia o que queria. Era aquela farra. Despeitaram as normas e diretrizes da federação. Todo mundo fez o que quis, todo mundo mesmo, quase sem exceção. (...) Quando caíram foi pra se espatifar. Porque quando você não conhece os parâmetros de responsabilidade, acaba fazendo aquilo que depois tem uma repercussão negativa. Muitas pessoas que fizeram tudo isso depois ficaram igual barata tonta e bode na chuva e num sabiam mais pregar o fio da meada. Então fizeram 30,40,50 ‘filhos-de-santo’, abriram casa, tocaram na casa de A, de B, de C. Virou um pandemônio. Depois começaram a se incompatibilizar entre si e voltaram a Federação. Hoje em dia não se vê mais essa disputa. A disputa tá em querer fundar outros órgãos” (Pai Hyder, ‘candomblecista’ federalizado).

Essa falta de controle teria sido nociva uma vez que, segundo a narrativa acima referida, teria ocasionado uma celeuma litúrgica, acentuando o sincretismo entre as diversas religiões afro-brasileiras. A consequência mais importante trazida pelos novos ares de liberdade foi a fundação de novos órgãos que se fundamentaram sobre alicerces distintos, repartindo o mercado religioso paraense e representando concorrência à supremacia da Federação.

“ Começaram a querer criar novos órgãos. A Celina criou um negócio lá pra Pedreira (refere-se a Associação dos Amigos de Iemanjá), outro pra Sacramenta (União de Tendas) e levou algumas pessoas pra lá. Aí o Walmir já criou outra num sei pra onde

(Intecab), já tem outra criada pro Maguari (AFAIA) (...) É uma concorrência, mas uma concorrência desleal porque eles não tem o cabedal de conhecimento jurídico que se encontra na nossa Federação. A nossa Federação é Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará, ela é regularizada junto a confederação” (pai Hyder, candomblecista).

Todas as demais associações surgiram após a década de setenta e a partir de rupturas com a casa mater¹⁹. Consta nas atas de Assembléia Geral da Federação, que antes de se decidirem pela fundação de novos centros os ex-federalizados tentaram alçar vôos políticos dentro da Federação. Frustradas essas tentativas, passaram a fazer frente a esta instituição concorrendo com ela, açambarcando uma fatia do campo religioso local e principalmente contestando sua legitimidade, através de um discurso agressivo que procurava esvaziar o significado da FEUCABEP frente a liberdade de culto garantida pela Constituição de 1988.

“Não sei se te contei a história de uma pessoa do ‘Candomblé’ que ia ser presidente, se candidatou, se candidatou a presidente. Isso foi..., teve sessão, a Assembléia Geral então essa pessoa do ‘Candomblé’ foi expulsa, ele era sócio remido. Colocaram como ele tivesse deixado de pagar a Federação(...).” (Mãe Nanjetun, candomblecista apud Campelo, 2000)

As contestações eram feitas mediante a entrega de fotocópias do título II, capítulo I da Constituição de 1988 onde se lê o seguinte:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).”

Os termos I, VI, VII, VIII nos Informa:

“I- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

VI- É inviolável a liberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantidas na forma de lei a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

VII- É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de interação coletiva.

¹⁹ A FEUCABEP é conhecida no campo religioso local como “Casa-Mater” até por alguns de seus dissidentes.

VIII- Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religioso ou de convicção filosófica ou política salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos impostos e recusar-se a cumprir a prestação alternativa fixada em lei.

A mensagem passada de maneira surda é que com a liberdade de culto garantida em lei, a FEUCABEP perdia sua função original. Deixa de existir as necessidade de um órgão normatizador, pois qualquer liturgia passa a ser permitida. Também não cabe a intervenção mediadora pois toda e qualquer ‘casa-de-culto’ recebe direito de existência independente.

Mesmo com essa reformulação do campo, a FEUCABEP continua cruzando as décadas, conquistando adeptos de novas e antigas gerações e estendendo sua influência pelos municípios do interior do Estado. Pensamos então que sua legitimidade está fundamentada em outros atributos básicos que lhe são inerentes e lhe sustentam: a memória e a tradição.

1.2.1. Memória.

O primeiro ponto de legitimação da Federação é justamente a memória. Essa instituição encerra em seus limites a antigüidade, pressuposto fundamental para as religiões de origem africana. Ela constrói um elo entre o tempo da “fundação” e a atualidade; carrega em suas paredes, como pedras da memória, documentos que por si só, contam a trajetória do grupo afro-paraense como um todo.

São duas placas de mármore penduradas nos salões de ritual e de reunião que os intitulam respectivamente de “Manoel Colaço Veras” - o fundador – e “Antônio Gomes da Cruz”- o responsável pelo poder burocrático da instituição que a recebeu das mãos de seu fundador e desde então é um dos responsáveis por sua existência. Pode-se ainda verificar um diploma cedido pela Universidade Federal do Pará por ocasião de seu trigésimo aniversário, como forma de lembrar que sua existência foi construída a partir de uma interação com o universo acadêmico.

A memória coletiva dos pais e ‘mães-de-santo’ paraenses não está solta, ela se prende a um elemento imutável que é a referência a antigos ‘vodunsis’ e essas pessoas, em sua maioria, fazem parte dos arquivos da FEUCABEP por terem participado de sua gênese. Ou seja, existe uma memória construída sobre o campo afro-brasileiro local que está completamente permeada pela existência da Federação e de seus fundadores, mas certamente não é só a memória que confere legitimidade e garante o poder desta instituição.

1.2.2. Tradição

Pode-se destacar outro elemento de importância fundamental; tradição²⁰. Entenderemos tradição a partir do conceito de Antonny Guiddens segundo o qual:

“Nas culturas tradicionais o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contém e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme isso assume sua herança cultural dos precedentes.” (Guiddens, 1991:44)

Podemos afirmar que a tradição se expressa no espaço e no poder religioso organizado em genealogia que lhe confere status de ‘terreiro de raiz’.

Espaço:

A Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará está localizada em um terreno de 200 metros quadrados (Campelo, 2001) com frente situada numa rua, hoje asfaltada e pavimentada denominada, Travessa Enéas Pinheiro nº 697 e fundos para a passagem denominada Joana D' arc, no bairro da Pedreira. É a única das instituições locais que possui sede própria com patrimônio a ser dividido entre os sócios no caso de extinção.

A sede da FEUCABEP encerra em suas fronteiras espaços de ordem burocrática e principalmente espaços de ordem sagrada. A maior parte de sua área construída destina-se à realização de rituais e atividades que os completam. O maior espaço do pavimento térreo, é o salão de ritual que recebeu o nome do fundador da sede “Manoel Colaço Veras”. Há também neste piso, uma ‘capela’ com os ‘assentamentos’ da casa, uma ‘casa de exu’, um poço para depósito das ‘oferendas’ quando retiradas dos altares, um quarto para troca de roupa dos dançantes e um quintal com plantas e bichos sagrados, como o Jabuti, o animal dedicado ao orixá ‘Xangô’, o patrono da FEUCABEP.

No pavimento superior há também lugares destinados a viabilização de rituais como dois quartos onde alguns religiosos pernoitam após as festas públicas. Certos espaços são eminentemente burocráticos como as três pequenas saletas onde funcionam a secretaria (térreo), a

sala de computação (superior) e sala dos arquivos (superior). Outros lugares, apesar de sagrados, são dessacralizados quando usados para finalidades “profanas”; são eles o salão de ritual e a cozinha.

É comum a realização de bingos de caráter benficiares cuja finalidade é arrecadar bens para a sede. Esses bingos acontecem no salão “Manoel Colaço Veras”. Nessas ocasiões, os tambores são retirados do pedestal para a ‘capela’, cedendo espaço a diversas mesas e cadeiras dispostas de forma a deixar espaço livre para pista de dança. Durante esses eventos a cozinha é utilizada para o preparo de comidas e refrigeração de bebidas.

O que dá legitimidade à FEUCABEP é justamente “mana”²¹ que está em suas paredes, em seus ‘assentamentos’, seus ‘otás’ e no próprio bairro onde o prédio se ergue. A Federação é uma instituição construída dentro do ‘terreiro’ de um maranhense de Caxias²² que se chamava Manoel Colaço Veras, um “curador de mão cheia”, que ‘carregava’ ‘Xangô Aganju’. Sabe-se que foi ‘feito’ ‘mineiro’ por mãe Anastácia Santos e por isso pertencia o ‘terreiro’ da Turquia no Maranhão.

Está nas lembranças de seu único ‘filho-de-santo’ como um “professor formado em universidade”. Chegou ao Pará trazido por Manoel Almeida, o Chico Légua²³, também maranhense e ‘curador’, introduzido na ‘Mina’ por mãe Maximiliana.

Neste Estado, Colaço – como ficou conhecido – radicou-se no dito bairro da Pedreira que na época da fundação da Federação, era um local inóspito, periférico que abrigava a população pobre de Belém.

“A pedreira era piçarra, era estrada de piçarra, aquele barro amarelo, num tinha calçamento. A luz era, as ruas que tinha luz era uma bagana de cigarro” (Pai João Ramos, Candomblé)

“Tudo era mato, era, as ruas por exemplo pra gente ir a noite prum tambor na Cremação, em qualquer lugar, era a pé que a gente ia. A gente ia a pé, só ia muita gente. Era dez, quinze, aquela procissão. Só tinha uma coisa, a gente ia pra voltar daqui a dois dias.” (Antônio Gomes da Cruz, Presidente da Feucabep)

²⁰ Referimo-nos a tradição local, ao que é considerado gênesis dos cultos afro-brasileiros em Belém do Pará.

²¹ Referimo-nos aqui ao conceito de Marcel Mauss que diz que mana “é o que dá valor às coisas e às pessoas- valor mágico, valor religioso e até mesmo valor social. A posição social dos indivíduos e principalmente a posição na sociedade secreta está na razão direta da importância de seu mana.(...) É em primeiro lugar uma qualidade, alguma coisa possui uma coisa chamada mana, mas não é a própria coisa. (...) Em segundo lugar, mana é uma coisa, uma substância, uma essência manejável mas também independente. (...) Em terceiro lugar mana é uma força, especialmente a força dos seres espirituais, isto é, das almas dos ancestrais. É ele que torna os seres mágicos. (1974; 138-139)

²² Essa informação da proveniência de Manoel Colaço Veras não é consensual pois alguns religiosos paraenses afirmam ser ele oriundo da cidade de Pedrinhas-Ma.

²³ Alguns de nossos informantes afirmam que Manoel Colaço viera a Belém para realizar os rituais fúnebres –Tambor de Choro – de Chico Légua.

Todavia, este bairro já figurava no imaginário popular como um território lúdico e mágico, que acolhia os mais famosos blocos carnavalescos, cordões de entrudo, os bambas do samba e os tambores de ‘Mina’ que acordavam a população nas madrugadas. Em resumo, Manoel Colaço escolheu um bairro onde a sonoridade, os cheiros e as cores, se condensavam dentro e fora dos limites do terreiro.

Conta-nos um samba antigo, publicado em 1935:

*“Na Pedreira tem batucada
Onde a negrada vai se divertir
Tem uma negra conhecida por Suzana
É que faz os ‘Caruanas’
É que fuma ‘Tauari’.
Se falo é porque vi”*

(Trecho de samba de Emanuel Queiroz²⁴-1935, apud Figueiredo, 1996: 371-372)

Neste Local, Manuel Colaço abriu, em data desconhecida, o “Terreiro de Nagô Fé em Deus” onde mais tarde seria erguida a sede da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará. A Federação foi fundada tanto de forma legal quanto ritual.

Vergolino (2001) nos diz que o maranhense Manoel Colaço, antes da inauguração “viu nos búzios” seus patronos que seriam ‘Xangô Agodô’ e ‘Yansã’ .

“Dois “orixás” cultuados na quarta-feira. ‘Xangô’ do elemento fogo; responsável pelos relâmpagos e trovões; e ‘Yansã’ do elemento ar; responsável pelos ventos que acompanham as tempestades. Desde então, formou-se um equilíbrio entre os dois patronos; à ‘Yansã’, uma guerreira de pavio curto; um ‘Xangô’ que tem forma de agir sempre com neutralidade” (Vergolino, 2001: 2).

Foi Colaço quem realizou o ‘assentamento’ desses ‘orixás’, bem como foi ele também o responsável pela implantação do ‘Exu’ da casa que hoje é ‘alimentado’ por seus descendentes.

Esses espaços religiosos só existem em função da realização de atividades rituais e de um tempo sagrado. Esses aspectos serão abordados em seguida.

• Poder Religioso.

O que sustenta a Federação nos dias atuais é seu poder religioso estruturado, segundo os padrões de um ‘terreiro’. O espaço da FEUCABEP, que deveria ser eminentemente profano, se formou também enquanto espaço sagrado. Algumas peculiaridades nos levam a considerá-lo

²⁴ As pessoas mais velhas da cidade de Belém contam que este sambista morreu louco. Sua doença é explicada pelas referências feitas em seus sambas a ‘encantaria’ paraense.

enquanto tal. A primeira delas é a própria existência de atividades religiosas dentro da Federação que possui um calendário de festas específico, formado pelos seguintes rituais ordinários e extraordinários²⁵:

Rituais	
Rituais Ordinários- Mina	
Ritual:	Calendário:
Festa de Oxalá	Janeiro
Tambor das Flores	27 e 28 de Maio
Festa de Exu	Agosto
Festa de Xangô	Setembro
Obrigação do Dia das Crianças	12 de Outubro
Festa dos Caboclos	15 de Novembro
Festa de Yansã	Dezembro
Obrigação de Praia	31 de Dezembro
Rituais Extra-Ordinários	
Ritual:	Calendário:
Toque de Candomblé	Dias Indeterminados

Os rituais denominados ordinários são fixos, antigos e praticados segundo o modelo de ‘Mina Nagô’ por pessoas responsáveis pelas obrigações e festas da ‘casa’. São ela o Pai Benedito Saraiva e Aldo Ferreira, o primeiro iniciado por Manoel Colaço.

Os demais, por nós denominados de extraordinários, são praticados em outras ‘nações’, por pessoas que não participam do cotidiano religioso da instituição e assumem provisoriamente a direção ritual. Nestes dias a cúpula ‘mineira’ se mantém ausente ou arredia ao acontecimento.

Os símbolos sagrados (‘assentamentos’, ‘casa de Exu’, tambores) também são implantados atendendo aos ‘fundamentos’ da ‘Mina Nagô’, manuseados apenas pelas pessoas específicas²⁶. Durante os rituais extraordinários esses ‘assentamentos’ não são manipulados. Os ‘candomblecistas’ fazem suas ‘obrigações’ nos respectivos ‘terreiros’, fora dos limites da FEUCABEP.

²⁵ Gostaríamos de ressaltar que essa diferenciação entre rituais ordinários e extraordinários é nossa e descarta uma outra diferenciação que divide os rituais em estatutários, pessoais e não estatutários. Essa última diferenciação será mostrada no último capítulo.

²⁶ Fala-se na FEUCABEP que tanto os ‘Orixás’ da ‘casa’ quanto seus ‘Exus’ não aceitam ‘obrigação’ feitas por outras mãos. Existe ainda uma interdição por sexo, consta que apenas homens podem presenciar as ‘matanças’ e ‘obrigações’. Nós mesmas tentamos observar o corte de um galo para ‘Exu’ e fomos impedidas mediante a explicação de que mulher não pode presenciar esse tipo de ritual.

Pode-se perceber que a FEUCABEP, órgão de defesa dos interesses de todas as vertentes religiosas afro-brasileira, acaba por se tornar a grande “guardiã” de uma nação específica introduzida no Pará pelos velhos fundadores; a ‘Mina Nagô’²⁷.

A Federação também possui uma genealogia que, por terras maranhenses, deita suas raízes na África²⁸. Se olhada bem de perto ela é governada por uma espécie de triunvirato formado por Antônio, Benedito Saraiva e Aldo Ferreira. Essas pessoas descendem genealogicamente da casa do africano Manoel Tel Santo.

Duas dessas lideranças iniciaram suas carreiras na casa de um pai-de-santo chamado Aimorino da Conceição Pimentel, vulgo Crioulo. Pai Bené fora ‘borizado’ por esse religioso que também “cruzara e sacramentara” Antônio Gomes da Cruz na Umbanda. Crioulo era um maranhense iniciado pela suposta introdutora da ‘Mina’ no Pará (mãe Doca) e ‘neto-de-santo’ de Manoel Tel Santo. Mãe Doca era ‘irmã de santo’ de mãe Anastácia, a fundadora do ‘terreiro’ da Turquia de onde veio Manoel Colaço Veras.

Após a morte de Crioulo, as pessoas acima citadas migraram para casa de Manoel Colaço. Uma delas, pai Benedito Saraiva (pai Bené) foi o único ‘filho-de-santo’ ‘feito’ pelo fundador da FEUCABEP.

Sendo assim temos:

Manoel Tel Santo
Mãe Anastácia – Terreiro da Turquia
Manoel Colaço Veras (FEUCABEP)
Antônio Cruz -- Benedito Saraiva –Aldo Ferreira
FEUCABEP

Podemos perceber ainda a ligação entre outra casa-mater maranhense e a história da fundação da FEUCABEP. Tomamos conhecimento de que Manoel Colaço Veras também esteve em contato com Manuel Almeida, vulgo Chico Légua, responsável por sua vinda para o Pará. Este homem é descendente em quarta geração da Casa de Nagô.

²⁷ Não estamos afirmando que a FEUCABEP seja um órgão eminentemente de ‘Mina’ ou que só filie ‘mineiros’. Existem em seus arquivos adeptos de todos os tipos de culto afro-brasileiro, inclusive ‘candomblecistas’. Também não dizemos que só aconteçam rituais de ‘Mina’ dentro da Federação. Mencionamos que a FEUCABEP possui um calendário litúrgico que se baseia na ‘Mina Nagô’ embora aconteçam dentro da mesma ‘toques’ de ‘Candomblé’ sem que se manuseei os ‘assentamentos’ da mesma.

²⁸ Vale ressaltar que essa árvore genealógica foi construída por pesquisadores com auxílio da bibliografia específica haja vista que as informações cedidas pelo ‘povo-de-santo’ permitiam ultrapassar apenas as fronteiras maranhenses chegando a Mãe Anastácia e mãe Doca. Não existe um discurso elaborado que se utilize da África como elemento legitimador. As narrativas dos ‘mineiros’ (federalizados) enfatizam mais a introdução da ‘Mina’ no Pará e consequentemente o vínculo com o Maranhão.

Pode-se então concluir que a FEUCABEP é uma ramificação dos mais tradicionais ‘terreiros’ maranhenses. Todavia, no que diz respeito ao campo religioso afro-paraense, ela própria se faz casa mater e açambarca em seu bojo a maior parte dos ‘terreiros’ da região, garantindo assim a sua continuidade.

Outras associações existem em Belém e serão citadas pelas relações estabelecidas com a FEUCABEP. A tentativa é de elucidar o papel de cada uma dessas associações, em meio ao universo religioso afro-paraense.

1.3. Associação dos Amigos de Iemanjá (AAI) e União de Tendas de Umbanda e Candomblé do Brasil Seção –Pa (UT)²⁹: O Espetáculo de Marketing.

A Associação dos Amigos de Iemanjá e a União de Tendas de Umbanda e Candomblé do Brasil Seção - PA, são duas associações que surgem seguindo um mesmo contexto histórico; foram fundadas por um grupo de pais e ‘mães-de-santo’ de carreira recente, dissidentes da FEUCABEP que estão ligadas a homens de marketing como jornalistas e radialistas.

A AAI foi criada extra-oficialmente em 1971 com a finalidade de organizar ritual com ares de espetáculo: o Festival de Iemanjá, realizado numa praia de água doce no distrito de Outeiro (Belém-PA). Essa associação só funciona durante quatro meses no ano –de setembro à dezembro – período em que se realizam encontros semanais com objetivo de organizar todos os detalhes do evento. A AAI não possui sede própria funcionando no terreiro de uma de suas ex – diretoras, falecida no ano de 2001.

Os fundadores da AAI eram em sua maioria membros da FEUCABEP e participavam de seus Conselhos. Apesar disso este órgão nunca aceitou agregar tal festa a seu calendário litúrgico alegando dois motivos: O caráter de espetáculo que o Festival assumia e a infração de uma regra básica do ritual afro-brasileiro que é a saudação a ‘Iemanjá’ em água salgada, conforme declara o presidente da Feucabep:

“A Federação não aceita o Festival de Iemanjá por causa do nome (...). é o nome do festejo que não se dá com a Federação. Festival é tudo menos religião, festival de caranguejo, camarão, açaí, pirarucu, de tudo, de abacaxi mas não existe festival de religião. Tem da Igreja Católica? Tem dos Crentes? Como é que nós umbandistas vamos ter festival? Outra, é dois contra; é o nome e é ser festejado em água doce. Que ‘Iemanjá’ só se festeja no salgado mas como cada um festeja como

²⁹ Os dados citados sobre a Associação dos Amigos de Iemanjá e a União de Tendas foram retirados da pesquisa realizada por João Simões Cardoso Filho intitulada “*Uma Rosa a Iemanjá*” (1999) cujo enfoque principal é uma análise do Festival de Iemanjá e dessas instituições que surgiram atreladas ao mesmo.

pode... (...) Já vi fazer em Minas naquele negócio da Pampulha... ”(Antônio Gomes da Cruz, Presidente da FEUCABEP apud Cardoso, 1999)

Se por um lado a FEUCABEP discordava da realização do Festival, por outro ela não o impidiu ou tão pouco expulsou seus participantes da instituição. Ela apenas não o agregava a seu calendário litúrgico, seja por acreditar que o caráter espetaculoso do mesmo superava o religioso, seja por já possuir dois festejos em homenagem a ‘Iemanjá’: O ‘Tambor das Flores’, realizado no mês de maio, onde ‘Iemanjá’ é associada a Santa Maria e a ‘Obrigação’ de Praia realizada numa cidade da região do salgado paraense – Salinas – no último dia do ano.

Apesar da recusa por parte da FEUCABEP em assimilar o Festival de ‘Iemanjá’, a cúpula da AAI não se distanciou daquela instituição. Suas principais lideranças não só permaneceram na Federação como ocuparam diversos cargos em seus conselhos.

Pesquisas anteriores (Vergolino, 1976 e Cardoso, 1999) nos fornecem dados que permitem traçar um histórico com mais dez anos de tentativa de aproximação da AAI com a FEUCABEP. Seu grupo chega a assumir a direção do jornal daquela instituição denominado “*O Culto da Umbanda*” e a partir dele coloca em evidência notícias sobre o ‘terreiro’ de uma de suas lideranças, sua relação com políticos locais de renome e diversos rituais realizados pela mesma em logradouros públicos de grande circulação³⁰.

Por várias vezes os líderes da AAI tentaram ter o Festival de ‘Iemanjá’ assimilado pela FEUCABEP. Mãe Celina chegou a anunciar a transferência da saída do cortejo para frente da sede social dessa instituição o que não se realizou por falta de apoio dos líderes da Federação.

Muitas foram as tentativas de galgar altos cargos dentro da FEUCABEP, membros da AAI chegam a participar do Supremo Conselho do Ritual. Podemos perceber também algumas manobras que visavam conquistar poder político dentro da instituição. Consta que em 1984, ela apoiou a ação pedindo a renúncia do presidente e vice-presidente da FEUCABEP.

Em 1985, efetivada a renúncia, esse grupo vinculado a AAI participou de uma Assembléia Geral Extraordinária cuja finalidade era a eleição de uma Junta Governativa que presidiria a instituição a partir de então. Nesta reunião os membros da Diretoria da AAI participaram de maneira efetiva apontando irregularidades. Neste momento Itacy Domingues³¹, atual presidente

³⁰ Chegamos a ver notícias que atribuem a mãe Celina o pioneirismo na realização de ‘cortes para ‘Exu’ em encruzilhadas de grande circulação ou de rituais em cemitérios da cidade de Belém.

³¹ Já terminávamos nosso trabalho de campo quando tomamos conhecimento de que o Coronel Itacy Domingues, presidente vitalício da Associação dos Amigos de Iemanjá havia rompido com a União de Tendas e formado outra instituição civil intitulada União Religiosa dos Cultos Umbandistas e Afro-Brasileiros do Estado do Pará (URCABEP). Essa instituição nascente tem, de acordo com entrevista concedida pelo seu fundador, por finalidades: Promover simpósios para ensinar não doutrina, mas noções de ética; Ceder alvará; fornecer assistência médica, jurídica e odontológica; pleitear espaços de reservas em praia e mata para realização de oferendas; etc...

vitalício da AAI, se apresenta como advogado, sendo, em virtude disso, vaiado pela plenária que respondeu não precisar de advogado uma vez que a FEUCABEP já possuía outro.

Eleita uma Junta Governativa, os membros da AAI conquistaram apenas um cargo de importância secundária; Itacy Domingues assumiu apenas um cargo secundário no Conselho Fiscal e logo foi destituído, mediante a alegação de não participar das reuniões.

Sem conseguir seus objetivos o grupo se afasta da FEUCABEP e logo em seguida, no dia 4 de dezembro de 1986, providencia o registro da Associação dos Amigos de Iemanjá junto à Secretaria de Segurança Pública declarando-a como de utilidade pública. Posteriormente, *para contrariar o poder hegemonic da Federação no campo das religiões de Orixás em Belém, “de fora”, criará finalmente a União de Tendas de Umbanda e Candomblé do Brasil Seção Pará”* (Cardoso, 1999: 100).

Esta entidade é criada com finalidades muito próximas às da FECABEP: tais como expedir alvarás de funcionamento e fornecer serviços benficiares como médico, dentista e funeral, chegando a criar uma escola primária para as crianças do bairro, conveniada com o Governo do Estado. Para se legitimar a Associação dos Amigos de Iemanjá e a União de Tendas buscam outros elementos tais como o marketing e uma rede de relações composta por diversos políticos de expressão local.

1.3.1. O Marketing.

O Festival de Iemanjá é, em si, um grande espetáculo envolvendo patrocínio de multinacionais como a Coca-Cola, a colaboração de serviços públicos como policiamento e venda de espaço de propaganda. Amauri Silveira, o radialista que é chefe de cerimônia do evento diz:

“O Festival realmente se situou, ganhou o espaço dele e hoje vende uma imagem da umbanda no Pará(Grifo é nosso)” (Amauri Silveira, radialista apud Cardoso, 1999: 100)

Sua organização interna se assemelha a uma vitrine que exibe diferentes vertentes dos cultos afro-brasileiros à multidão. O comando do evento público foi entregue a um leigo, o radialista Amauri Silveira que serve de “mestre de cerimônia” organizando-o também a partir de critérios estéticos que atraia e agrade os espectadores.

A festa pública concentra ‘terreiros’ e seus adeptos em rodas independentes na frente de um altar montado na praia sob a luz dos refletores. O ritual consta das seguintes etapas³²:

³² O Festival de Iemanjá foi aqui descrito de maneira muito sucinta para adquirir maiores detalhes ver Cardoso, 1999.

- § Carreata com cerca de 40 ônibus e uma caminhonete carregando a Imagem de Iemanjá puxada por um carro-som que faz o percurso Belém-Outeiro (distrito onde realiza-se a festa) realizando paradas com saudação em lugares considerados sagrados³³.
- § Duas aberturas realizadas uma na ‘Mina’ e outra ‘Umbanda’.
- § Apresentação individual dos ‘terreiros’, que se dirigem ao centro do recinto onde fazem uma curta prece, entoam ‘doutrinas’, divulgam serviços e dotes mediúnicos e retornam ao local de origem.
- § Queima de fogos e entrega das ‘oferendas’ em barcos que as depositam no meio do rio.
- § ‘Virada para Caboclo’, momento no qual se abre um precedente ao transe. Canta-se chamando os ‘encantados’ e ‘caboclos’ que ‘possuem’ os religiosos e alguns membros da assistência e logo são mandados de volta a ‘encantaria’ pelo mestre de cerimônia que encerra o evento.

Podemos perceber através dessa sucinta descrição que o Festival de Iemanjá é um ritual esteticamente vendável aos milhares de curiosos e fiéis que anualmente o prestigiam. Para seu maior conforto monta-se uma arquibancada cujos ingressos são adquiridos mediante a compra. Os elementos religiosos às vezes são preteridos de forma que, entre os próprios partícipes, não há consenso se o Festival é um ritual sagrado ou um mero espetáculo.

Os símbolos são “traduzidos” para facilitar a assimilação por parte do público. Desta forma Amauri Silveira, o apresentador do evento, pressiona os religiosos para entoarem os ‘pontos’ preferencialmente em português pois assim poderiam ser acompanhados. O transe, elemento fundamental nas religiões afro-brasileiras, é controlado, possui tempo restrito dentro do evento. As entidades são recebidas somente ao final da cerimônia e logo encaminhadas de volta às ‘encantaria’.

A publicidade não é, no entanto, uma peculiaridade só do Festival de Iemanjá. Alguns ‘pais e mães-de-santo’ integrantes da AAI, como mãe Celina por exemplo, são afeitos a rituais realizados em logradouros públicos de grande circulação como podemos observar nas matérias abaixo:

“Mãe Celina e Machado no Cemitério.

Arroz com farofa de dendê, vinho, flores vermelhas, amarelas e brancas; pipocas feitas com dendê e bife de coxão de porco com tomate, pimentão e cebola além de muitas velas foi a oferenda feita a “Abalaoê Omulú” – São Lázaro e São Roque na religião católica - pela ‘babalorixá’ mãe Celina, anteontem as 18:00, pela primeira vez em Belém, no cemitério de São Jorge, no bairro da Marambaia, o que chamou a atenção de alguns ‘umbandistas’ e curiosos” (“O Culto da Umbanda, Ano 4- Nº 5 s/d: 8”)

“Pela Primeira Vez ‘Exu’ é Homenageado na Encruzilhada

³³ Os lugares sagrados escolhidos pelos membros da AAI são O Bosque Rodrigues Alves, espécie de parque zoobotânico localizado na avenida de entrada da cidade de Belém e A ponte que dá acesso a Ilha de Outeiro.

*Mãe-de-santo Celina Soares da Costa realizou dia 23 a noite, uma cerimônia de ‘ofertendas’ para ‘Exu’, pelo agradecimento de tudo que fez de bem pelos ‘umbandistas’. A cerimônia teve lugar no final da noite do dia vinte e três na avenida Pedro Álvares Cabral com Júlio Cesar, tendo comparecido na ocasião muitos adeptos da ‘umbanda’, amigos da ‘mãe de santo’ Celina. (...) Conforme mostra as fotos, os tambores sendo batidos na encruzilhada e um galo sendo sacrificado (...)” (*O Culto da Umbanda*, Ano 4- Nº 5 s/d: 8”)*

1.3.2. Rede de Relações.

Se as narrativas dos federalizados e as atas de Assembléia Geral da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará nos remetem a nomes de pessoas tidas como introdutoras das religiões afro-brasileiras na capital paraense, os documentos que se referem a AAI ou a UT mostram que seus membros constróem uma rede de relações repleta de políticos de renome local.

O Jornal “*O Culto da Umbanda*” ano 4, número 5 fala de relações estabelecidas entre Mãe Celina e o então governador Jader Barbalho, seu pai Lucival Barbalho e o então Secretário de Segurança Pública Paulo Sette Câmara. Pessoas essas que teriam prestado serviço a comunidade religiosa afro-brasileira.

“Saudações Umbandísticas ao Governador Jader Barbalho

*(...) O povo deste imenso Pará (...) vem recebendo um tratamento carinhoso e todo especial por parte de um homem que a ‘umbanda’ sempre acreditou nele. Trata-se do dinâmico, esforçado, trabalhador e incansável Jader Barbalho. (...) Mãe Celina com um grupo de ‘umbandistas’ estiveram na posse do jovem governador para mostrar-lhe a afetividade que a ‘Umbanda’ do Pará tem pela sua simplicidade e humildade. Mãe Celina com toda a ‘Umbanda’ do Pará continua acreditando no seu trabalho, governador Jader Barbalho.” (*O Culto da Umbanda*, Ano 4- Nº 5 s/d: 1)*

“Sette Câmara Entrega Carta a Mãe Celina

*Paulo Sette Câmara, em 1981, secretário de Segurança Pública, como um grande amigo da ‘Umbanda’, usando das suas atribuições legais, dentro das normas e estatutos da lei, que permite o exercício do culto religioso, entrega uma carta de autorização a mãe Celina, para qualquer festa ‘umbandista’ no Pará.” (*O Culto da Umbanda*, Ano 4- Nº 5 s/d: 3)*

“Mãe Celina e suas Filhas-de-Santo com Lucival.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, deputado Lucival Barbalho foi efusivamente homenageado dia 29 de

novembro pela umbanda do Pará. Um grupo de cerca de trinta ‘mães-de-santo’ foi a tarde ao legislativo estadual lideradas pela mãe Celina para este fim. A homenagem fez parte dos festejos de aniversário do deputado. Mãe Celina explicou que a iniciativa foi um agradecimento pelos relevantes serviços que Lucival Barbalho tem prestado aos ‘umbandistas’ toda vez que é procurado. Tem prestigiado todas as festividades para as quais é convidado, ajuda inclusive para as suas realizações. “Lucival é nosso amigo, o único deputado que nos aceita como somos. Por isso ele merece o nosso apoio e o nosso carinho. E nós estaremos sempre ao lado dele”. Disse mãe Celina em nome de todas as ‘mães de santo’ do Estado” (O Culto da Umbanda, Ano 4- Nº 5 s/d: 2)

Apesar dessa linguagem legitimadora que faz uso da mídia e dos homens públicos AAI não mais representa concorrência a FEUCABEP. Diríamos até que é atualmente a entidade de menor visibilidade. Algumas das pessoas que participam atualmente do Festival de Iemanjá costumam freqüentar a FEUCABEP sem a menor intenção de disputar poder. Outras, que participaram da ruptura dos anos oitenta, regressaram à Federação e novamente se agregaram, de maneira harmônica, a sua cúpula. Atrevemo-nos a afirmar que os ressentimentos pessoais gerados pela disputas, são maiores que a própria. Cardoso também nos informa:

“Também a União de Tendas não é mais uma ameaça, nem mesmo uma referência institucional de importância para a AAI. Por isso alguns de seus novos membros não se filiam mais a ela. Com isso mãe Celina Perde espaço nesse campo, e consequentemente poder simbólico, pois a “União de Tendas” sempre foi menos uma instituição das religiões de ‘Orixás’ do que um projeto pessoal de mãe Celina, com a qual ela desafiou, mas não conseguiu abalar a hegemonia da Federação neste campo religioso.” (Cardoso, 1999: 127)

1.4. Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira Seção Pará (Intecab)³⁴ e sua Relação com o ‘Candomblé’ Baiano.

O Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Intecab), é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Salvador. Se “organizou a partir da união de terreiros, associações e alguns intelectuais que visavam criar uma instituição que promovesse os valores afro-brasileiros em nível nacional e internacional” (Campelo, 2001: 53).

Tem por finalidade a “promoção, preservação dos valores espirituais, culturais e científicos emanados da religião tradicional africana no Brasil, na África e nas Américas” (Estatuto

³⁴ A maior parte das informações acerca do Candomblé paraense e do Intecab foram adquiridas através de uma pesquisa anterior intitulada “Os Candomblés de Belém” realizada durante os anos de 2000 e 2001 pela Professora Marilu Campelo..

Reformado Intecab, 1992, Cap. I, Art. 2: 13.). É formada por três órgãos principais quais sejam: O Conselho Religioso Nacional, O Conselho Consultivo Nacional, a Coordenação Executiva e suas secretarias e comissões.

O Intecab Nacional possui Coordenações Estaduais, órgãos que repetem, em nível estadual, a estrutura nacional citada a cima. Essas coordenações possuem o direito de escolher um membro de cada conselho estadual para integrar o similar de âmbito nacional.

As Coordenações Estaduais não têm autonomia plena, estando subordinadas a nacional segundo a relação matriz-filial. Cada estado possui uma “filial” do Intecab nacional que segue o mesmo estatuto e regimento interno. Sua organização é adaptada às necessidades locais.

A Coordenação Estadual do Intecab no Pará surge na segunda metade da década de noventa após uma ruptura dos seus atuais líderes, em sua maioria adeptos da vertente de culto ‘Candomblé’,³⁵ com a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiro do Estado do Pará. Não possui sede própria, funcionando dentro do ‘terreiro’ de uma de suas lideranças.

Na verdade ela expressa uma redefinição do campo religioso afro-paraense que já se arrastava desde a década de setenta, quando um grupo de “ex-umbandistas” e “ex-mineiros” deixou a capital paraense em busca do processo de ‘feitura’ nos ‘Candomblés’ de Salvador. Outro grupo “importa” religiosos das principais ‘casas’ soteropolitanas para realizarem o processo iniciático aqui mesmo em Belém³⁶.

Esses religiosos introduziam novas informações ao contexto religioso local. Tratava-se de formas de ritual e organização social distintas e antagônicas àquelas até então praticadas. Seu discurso era permeado pelo ‘yorubá’ e por longas genealogias que remontavam a África através da Bahia. Tentava-se implantar longas famílias com avós, tios, filhos pais, irmãos, todos construídos ritualmente, que se conheciam por ‘djinas’. Buscava-se a pureza no escrever, no cantar, no traduzir.

Apesar disso, esse grupo ainda não possuía poder suficiente para impor seus modelos frente ao estilo local de se adorar deuses africanos. A população local precisou aprender a manusear os novos símbolos. Apresentar o ‘Candomblé’ ao Pará, ensinar a tocar e dançar, não parece ter sido tarefa fácil.

“O inicio do ‘Candomblé’ em Belém foi assim tanto polêmico porque a primeira pessoa iniciada em Belém do Pará foi o Astianax. Ele foi a primeira pessoa que foi pra Salvador e tal, no Rufino, uma

³⁵ Gostaríamos de deixar claro desde já que não estamos, de modo algum, afirmando que o Intecab abrange apenas membros do ‘candomblé’. Sabemos que ele registra adeptos de qualquer vertente religiosa, bem como a FEUCABEP também o faz. Dizemos sim que a Coordenação Estadual do Intecab foi trazida para o Pará após uma ruptura dos seus principais líderes – adeptos do ‘Candomblé’ - com a FEUCABEP e que, em consequência do momento histórico de seu surgimento, o Intecab Seção-Pa veio dar vós e legitimidade a esse grupo.

³⁶ Para maiores informações ver Campelo, 1999.

casa tradicional, o Beiru, e lá se iniciou. Quando ele veio para Belém, acho que em meados de 60 ou 70³⁷, ele foi que fez um ritual de ‘Candomblé’. Todo mundo ficava sem saber o que era e tal, ficava com interrogação. Bom aí ele não deu adiantamento não. Não conseguiu botar pra adiante o ‘Candomblé’.” (Pai Walmir, ‘candomblecista’)

Consta nas narrativas obtidas que foi difícil ensinar passos, toques e idiomas tão diferentes. Como poderia esse “nascente” tipo de culto se legitimar em meio a um campo religioso eminentemente ‘mineiro’ e ‘umbandista’ ?

A primeira tentativa foi buscar a FEUCABEP, locus da organização religiosa. Todos os grandes nomes do ‘Candomblé’ paraense aparecem nas atas da Assembléia Geral da FEUCABEP, durante a década de noventa. Alguns deles chegam inclusive a integrar chapas vencedoras como a “Shangô” que esteve no poder de 1990 a 1994.

Todavia, as relações da Federação com os adeptos do ‘Candomblé’ não aparecem nas narrativas destes últimos como harmoniosas. Pai Guilherme (Candomblecista) explica que “os antigos da umbanda não queriam ninguém do ‘Candomblé’ lá dentro”. Chegou-se a criar um Conselho Estadual do Candomblé destinado a solucionar problemas relativos a este tipo específico de culto que passou a funcionar paralelamente ao Conselho Religioso Estadual daquela instituição.

“ Esse conselho pra entrar lá foi muito difícil, uma luta muito grande. Esse conselho quem ativou foi o pai Hyder por que nós realmente não aceitamos no Conselho (do Ritual) eles queriam colocar 2’Mina’, 1 ‘Umbanda’ e 1 do ‘Candomblé’. (...). Eu, esse pensamento é só meu, mas nesse sentido eu não fui humilde. Nem eu posso porque eu não queria sentar na mesa pra discutir assunto do ‘Candomblé’ com gente da ‘Umbanda’. Aí todo mundo aceitou, o Haroldo aceitou, o Hyder aceitou. O Hyder discutiu muito. Aí que fizeram só de ‘Candomblé’, porque ele também não aceitava discutir com gente de ‘Umbanda’ e de ‘Mina’ que não gostava do ‘Candomblé. Por que eu ia discutir assunto de um ‘iaô’ meu, de minha ‘casa’, um ‘fundamento’ meu, com gente que nem passou pelo ‘fundamento?’” (Pai Guilherme, ‘candomblecista’ apud Campelo, 2001: 51)

“ Olha eu vou falar da Federação...Eu fiz parte da Federação um bom período. Na época do Juvenal Barbosa, que era presidente, ele fundou, nós fundamos o Conselho Religioso Estadual que só tratava de ‘Candomblé’, eu era o presidente do Conselho (...). O Conselho ainda tentou funcionar mais de um ano tentando conciliar porque as pessoas de ‘Mina’ não entendem nada de ‘Candomblé’. Por exemplo, eles não podem resolver um assunto que diz respeito ao ‘Candomblé’ se eles não entendem, se eles não foram iniciados. Então

³⁷ A iniciação de Astianax Gomes Barreiro, na verdade, data da década de 50.

se fundou esse Conselho Estadual e as coisas do ‘Candomblé’ eram resolvidas por este Conselho” (Pai Walmir, ‘candomblecista’ apud Campelo, 2001:51)

Não obstante, o Conselho Estadual do Candomblé não garantiu a seus membros grande legitimidade. Por mais espaço que o novo tipo de culto conquistasse dentro da FEUCABEP ele sempre esbarraria num detalhe imprescindível, recordado por pai Hyder em uma de suas entrevistas; “*a Federação é ‘Mina’*”, ou seja, possui ‘fundamentos’ de acordo com esta forma de culto.

Por mais que a FEUCABEP em algum momento tenha agregado o ‘Candomblé’, cedendo espaço inclusive para iniciação de um ‘barco’ de ‘Candomblé’, esses eventos nunca fizeram parte do calendário fixo da ‘casa’.

A oportunidade de reverter esse quadro foi conquistar a liderança da FEUCABEP. Sendo assim, um grupo composto em sua maioria por ‘candomblecistas’ lançou, em 1984, uma chapa para concorrer à presidência daquela instituição. Essa foi embargada sob a alegações estatutárias – inadimplência, insuficiência de direitos sociais – o que, evidentemente, não convenceu os ‘candomblecistas’. A versão de alguns membros do Intecab afirma que o presidente da dita chapa era sócio benemérito³⁸ e que tal título foi extraviado sendo o presidenciável acusado de devedor e impedido de concorrer à eleição por ferir os estatutos.

Outra versão, esta dos federalizados, alega que o título cedido ao cabeça daquela chapa era de honra ao mérito e portanto não o liberava das mensalidades e de maneira curta conclui: “*Ele não estava atualizado, ele não era associado quites. Isso foi pra justiça porque ele entrou com embargo*” (pai Hyder, ‘candomblecista’ federalizado).

Não nos cabe aqui tomar partido e eleger uma explicação verdadeira. Cabe constatar um fato; os ‘candomblecistas’ não concorreram à presidência e com isso se afastaram da casa mater. Justamente nesse momento de ruptura, surgiu o Intecab no Pará, uma filial do Intecab Nacional com sede em Salvador, que acolheu os religiosos dissidentes.

“Foi quando eu aceitei a coordenação do Intecab, foi quando o Baraúna, Gilberto Barauna que era meu professor de ‘yorubá’, tinha acesso ao Intecab e queria que eu coordenasse o Intecab aqui no Pará. E eu não quis e tal, e dessa vez, quando eu briguei realmente com a Federação, assumi a coordenação do Intecab.” (Pai Walmir, ‘candomblecista’ apud Campelo, 2001:54)

³⁸ Título conferido em homenagem e agradecimento a serviços prestados a comunidade que confere ao sócio isenção da taxa de mensalidade.

Uma vez rompidos e integrados a nova instituição, esse grupo, que reuniu as lideranças mais expressivas do ‘Candomblé ketu’ e ‘Angola’, passa a questionar o poder simbólico da Federação promovendo uma espécie de “conscientização das massas” ao chamar atenção para um direito constitucional que desobrigava os ‘terreiros’ a filiar-se a FEUCABEP. Passaram também a questionar, de maneira incisiva, a cobrança, feita pela Federação, de taxas relativas ao registro de ‘obrigações’.

Pai Walmir (‘candomblecista’) nos diz:

“Você é sócio da Federação, você vai ‘recolher’ alguém em sua ‘casa’, você tem que pagar. Eles chamam de chão. O!! Eu já discordo. A minha briga começou ai com a Federação porque eles dizem assim: -Ah! Tem que pagar o chão, a guia de recolhimento. Porque eu vou pagar guia de recolhimento se o chão é da minha casa? Se eu não cobro do meu adepto que está iniciando? Eu não cobro, como vocês querem cobrar dele que nem sócio é? Então se alguém tinha que cobrar seja eu. Se eu não cobro porque pagar a Federação? (pai Walmir, ‘candomblecista’)”

Sem o respaldo da antigüidade, haja vista ser esta uma instituição recente (no Pará, data da década de 90), e sem afeição à mídia, em que linguagem o Intecab vai se respaldar ? A tentativa de “africanização”, a organização interna semelhante às associações de caráter acadêmico e uma rede de relações permeada por intelectuais talvez sejam as respostas. Vejamos cautelosamente cada uma delas.

1.4.1. Africanização.

Já nos estatutos reformados do Intecab observa-se preocupação com a preservação de um culto africano tradicional, puro. Em seu capítulo IV, artigo 6º constatamos a existência de um Conselho Religioso Nacional que tem, entre outras finalidades, “*preservar no âmbito de ação do Instituto, os ritos, valores, linguagem dentro dos preceitos da religião tradicional africana, obrigações e finalidades doutrinárias*” (*Estatuto Reformado do Intecab, Cap. IV, Art. 6º*).

No discurso dos religiosos em questão, nota-se empenho na realização de leituras e pesquisas que lhe permitam chegar ao conhecimento, seja pela busca da literatura produzida pelos acadêmicos nas universidades brasileiras, seja pelo esforço de freqüentar cursos de ‘Yorubá’ em Salvador para com isso, africanizar cada vez mais as ‘roças’. É comum encontrarmos entre as lideranças do Intecab o seguinte discurso:

“ Eu fui iniciado em 1977, tenho 22 anos de ‘Orixá’ completo, já dei minha ‘obrigação’ de 21 anos. Eu fui iniciado por Cícero Fernandes de Araújo, lá em Salvador, meu pai ‘Xangô Airá’. E quando meu pai morreu eu passei a ser filho de minha mãe Omeran (...). É sempre assim, muita sede de conhecimento e tal. E hoje eu sou respeitado dentro da religião pelo fato de eu trazer aqui em Belém do Pará, eu sou o único professor de yorubá. Só quem sabe falar yorubá aqui sou eu, então isso me ajudou muito a entrar pro Intecab onde eu sou coordenador aqui em Belém. Eu sou presidente, aqui, da Federação de língua ‘yorubá’, tem ENI em Salvador e a ENI no Pará é minha. Então isso me ajudou muito em busca do africanismo em si porque você sabe que mesclou muito a nossa religião aqui no Brasil. Pelo fato de ter sido no Brasil, veio de lá na pior forma, através do navio negreiro e tal. Vieram os negros de cada parte da África e ficou tudo muito mesclado. Hoje, é difícil uma casa de ‘Ketu’, por exemplo, não falar uma palavra em ‘Angola’. Ficou tudo misturado. Eu tento, por exemplo, na minha casa colocar a essência do ‘yorubá’. Eu não aceito que chame assa pra esteira e sim eni. Eu não aceito que chame enssabá pras folhas e sim ewe. Enfim, se eu sou presidente da preservação da língua, eu tenho que manter aqui, preservar, tentar pelo menos. Aqui, as vezes, quando dou curso em casa, eu coloco nome as coisas (...). Eu tento preservar esse africanismo. As pessoas as vezes, no candomblé de minha casa, eles sentem essa diferença. Por que? Por que eu tento colocar as palavras exatas. Por exemplo eu consertei o alabê (...), ele cantava “Ogum pragadá hê ô”, enquanto não era, “Ogum pa gadá”. Pa é o verbo matar, Ogum pega e mata e tal. Então essas coisas todas eu fui tentando mudar, então as pessoas acham que eu africanizei a minha casa, mas eu acho que se é pra dá a essência da tradição africana... Porque você sabe, o ‘Candomblé’ é uma palavra feita no Brasil. Lá na África é religião tradicional africana ou descendente da religião ancestral, em fim, como se chama lá fora. E depois, o africano, ele teve vários seguimentos no Brasil e nós estamos tentando preservar esse lado. Aqui no Ilé Axé Garonilé é essa preservação.” (pai Walmir, ‘candomblecista’)

A liderança acima referida tenta desfazer a mistura de elementos das diversas vertentes de culto afro-brasileiro; nesse sentido o sincretismo afro-católico torna-se algo inaceitável nessa busca da africanização.

“ É com muito orgulho que eu digo, que eu propago a minha religião. Eu não sou católico, nada disso sabe é só Deus e os ‘orixás’. Eu sou tradição africana mesmo. Inda agora eu falei uma coisa pra você e vou repetir. Não tem nada a ver comigo o catolicismo (...). Esse negócio de fazer a romaria do ‘Iaô’, que tem que levar na Igreja Católica, eu não faço de jeito nenhum, que eu acho isso um absurdo. Eu não tenho que render homenagem a padre. Não tem porque ouvir esculhambação de padre (...). Então eu não vou, vou a sete casas de candomblé pedir a benção do sacerdote. Em Igreja eu não encosto.” (pai Walmir, ‘candomblecista’)

1.4.2. Modelo de Organização Semelhante ao Acadêmico.

Para possibilitar a “recuperação” dos traços africanos e a preservação do culto tradicional, o Intecab conta com uma infra-estrutura interna muito próxima às das associações acadêmicas como a própria ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e com finalidades semelhantes. Ela existe enquanto entidade nacional (bem como a ABA), sede espaço a ramificações (ABANNE – Associação Brasileira de Antropologia Norte –Nordeste.) e promove encontros nas duas esferas.

Folheando o Estatuto do Intecab é possível constatar a existência de uma Comissão de Ciência e Cultura a quem compete, por exemplo:

“Elaborar programa de atividade de estudo, pesquisa, trocas de informações, preservação do culto conferências e comunicações do seminário nacional preparatório para conferências internacionais.

Indicar lista de personalidades de notório saber e /ou estudiosos para participarem do seminário nacional.

Sugerir temas de trabalho religiosos, científicos, culturais e artísticos para planos e programas da entidade junto a eventos programados ou atividades especiais.” (Estatuto Reformado do Intecab, 1992, Cap. VI, Art. 13, Nº 6: 10-11)

Constata-se também, pela mesma fonte, que nessa instituição há uma Comissão de Comunicação e Relações Públicas formada para viabilizar o intercâmbio de informações e pessoas. É objetivo da comissão:

“Manter um controle de leitura e recorte de notícias de interesse da entidade com pastas classificadas e numeradas.

Manter mural de informações atualizado.

Manter controle de distribuição de notícia para todos os jornais, rádios, revistas, Tvs da Bahia e do Brasil com lista de contatos.

Treinar equipes para serviços em seminários, recepção e hospedagem por ocasião de eventos, quando for o caso.

Organizar e executar serviços de apoio a eventos como seminários, providenciando faixas, avisos, pasta, folhetos, crachás, programas e outros.” (Estatuto Reformado do Intecab, 1992, Cap. VI, Art. 13, Nº 10: 11-12)

A admissão dos membros do Intecab é, segundo o referido Estatuto, realizada de maneira semelhante ao processo de inscrição na ABA uma vez que exige apresentação de proposta ou carta de recomendação que são “encaminhadas ao Conselho Religioso que deverá estabelecer critérios adequados para tais fins” (Estatuto Reformado do Intecab, 1992, Cap. VII, Art. 14: 13)

Esse instituto não só tem sua organização interna semelhante às associações Acadêmicas como também constrói uma rede de relações repleta de pesquisadores, principalmente antropólogos, de diversas cidades brasileiras, conhecidos pela dedicação aos estudos das religiões de origem africana. Esses nomes permeiam as narrativas de alguns membros do Intecab, conforme mostra a entrevista abaixo.

“ Todo mundo que vem a Belém, qualquer pesquisador, sem querer me enaltecer, mas o ponto de referência é a casa do pai Walmir e tal. Quer dizer, isso é bacana, bacana mesmo porque toda a pessoa que vem em Belém assim de São Paulo, vem pra aqui, até o Reginaldo Prandi. Ele vem muito na minha casa. Toda vez que ele vem a Belém, já veio quatro vezes na minha casa. E outras mais que vem que; o Duarte, Carlos Lobato, Marco Aurélio Luz que é meu amigo, a Juanita (Juana Elbein dos Santos) é minha amiga demais, o marido dela lá do Intecab. De Recife tem outra antropóloga (Maria do Carmo Brandão) da UFPE faz parte do Intecab.”(pai Walmir, candomblecista)

1.5. Associação dos Amigos do Ilê Omin Asé Ofá Kare (AFAIA) e sua Ligação com o Movimento Negro.

A AFAIA é outra instituição civil que encontramos no espaço religioso afro-paraense. Surgida de forma bem diferenciada das demais citadas anteriormente, foi fundada em 17 de julho de 1985 por Edson Barbosa, vulgo Edson Katendê, funcionário da Petrobrás transferido para Belém em meados da década de 80. Este homem, negro, baiano, criado em Cachoeira, é ‘neto-de-santo’ do Gantois e seguindo a tradição deste renomado terreiro, se estabeleceu em Belém sem nunca ter se federalizado.

A AFAIA é a única associação do Pará que não surgiu de uma ruptura com a FEUCABEP. Sua trajetória histórica é completamente independente e paralela a desta instituição e talvez por isso, a disputa por espaço religioso entre as duas, se existe, é muito sutil, quase imperceptível. Seus membros chegaram a procurar a FEUCABEP, no momento de fundação do ‘terreiro’ (1987), para realizar o que Pai Edson Katendê chamou de “pré-inscrição”, todavia nunca renderam homenagem a FEUCABEP, nem tão pouco se vincularam de maneira efetiva ao cotidiano desta instituição numa disputa por cargos em seus Conselhos ou por poder dentro da mesma.

A AFAIA é uma instituição pequena, estruturada em torno de uma comunidade , o terreiro de ‘Candomblé Ketu’ Ilê Omi Asé Ofá Kare. Possui em média 45 sócios entre filhos

da casa e amigos, sejam eles pessoas do bairro onde se localiza ou religiosos dos mais variados cultos. Não possui sede própria, funcionando no espaço físico do terreiro Ilê Iyá Omi Àsé Ofa Kare, também não é filiada a nenhuma instituição maior como é o caso da FEUCABEP (Ligada a CONDU) e do Intecab-Pa (Espécie de filial do INTECAB Nacional), mas possui relações com importantes grupos nacionais e internacionais envolvidos na causa do resgate da cultura negra.

Esse grupo se legitima basicamente a partir de dois pressupostos básicos: a forte ligação com o movimento negro local (CEDEMPA- Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará) e nacional, (Fundação Palmares) e pelo trabalho social realizado junto à comunidade afro-descendente do bairro onde se localiza o ‘terreiro’ sede³⁹ (Conjunto Maguari- Icoaraci) e adjacências. Seu propósito é a construção da cidadania e a conscientização da negritude.

1.5.1. AFAIA e a Relação com o Movimento Negro.

Já no capítulo primeiro do Estatuto da Associação dos Filhos e Amigos do Ilê Iyá Asé Ofá Kare percebe-se a proximidade entre os objetivos ali expostos e as causas defendidas há décadas pelas organizações de defesa da cultura negra. Seu Art. 2º afirma:

- “A Associação é sem fins lucrativos⁴⁰, apartidária e tem por fim:*
- a) Tratar de assuntos que envolvem a população negra nos seus aspectos sócio, político e cultural com ênfase a Afro-Religiosidade.*
 - b) Desenvolver estudos sobre raízes históricas, manifestações culturais e sociais da comunidade Afro-Brasileira.*
 - c) Denunciar todas as formas de preconceito que a sociedade brasileira condicionou a população afro, a uma vida difícil a nível sócio, político e econômico.*
 - d) Proporcionar o conhecimento do processo de marginalização, a que está exposta a comunidade religiosa.*
 - e) Estimular a participação de afro-religiosos em organizações de caráter profissional, cultural e esportivo, etc... buscando sempre tratamento igualitário.*
 - f) Estimular a população afro-religiosa na descoberta de seu enorme valor na sociedade.*

³⁹ O terreiro sede da AFAIA está situado no Conjunto Maguari (bairro de Icoaraci- Belém).

⁴⁰ Nas entrevistas realizadas, pai Edson Katende, o Diretor Geral da AFAIA afirma que esta é uma associação sem fins lucrativos e por tal inexiste a cobrança de taxas ou mensalidades, todavia, alguns capítulos de seus Estatutos nos dão indícios do pagamento de mensalidades como o capítulo II que versa sobre a diferenciação das categorias de sócios. Segundo o mesmo a AFAIA possui 3 categorias de sócios quais sejam: 1- Os fundadores, 2- Os contribuinte que pagam mensalidade estabelecida pela diretoria e 3- Beneméritos cedidos por serviços prestados.

- g) Participar de encontros regionais, nacionais e internacionais que envolvam a população negra e afro-religiosa.*

Um panfleto inflamado completa:

“A AFAIA juntamente com outras organizações negras brasileiras, surgiu com o objetivo de não permitir que calem nossa voz, estamos buscando formas para combater a opressão, o preconceito e o racismo existente contra as religiões afro; desenvolvemos um trabalho de estudo sobre as nossas raízes históricas, manifestações sociais culturais e políticas da comunidade Afro-Brasileira, denunciando todas as formas de preconceito que a sociedade condicionou a população afro, a uma vida difícil a nível sócio, político e econômico além de estimular a participação de afro-religiosos em organização de caráter profissional, cultural e esportivo, buscando sempre um tratamento igual e a descoberta de seu enorme valor na sociedade.”

Qual seria então a forma encontrada pelos membros da AFAIA de lutar contra o preconceito racial e galgar um espaço social de destaque à cultura negra? A resposta pode ser percebida na longa narrativa do Diretor da Instituição, mas especificamente em suas freqüentes referências ao diálogo com o movimento negro. Muitos dos membros da AFAIA são militantes do CEDENPA (Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará) e desenvolvem projetos em conjunto com este centro.

“ Falando sobre o movimento negro com o AFAIA. Bem, primeiro eu quando cheguei em Belém há mais ou menos vinte e dois ou vinte e três anos atrás existia um movimento negro chamado CEDENPA (Centro de Estudo de Defesa do Negro no Pará). Lá em Salvador estava surgindo o Ilê Aê o movimento negro unificado e antes chegando aqui eu tive contato muito grande com o CEDENPA, inclusive fui coordenador cultural, escrevi uma peça junto com outras pessoas Face Negra Face, contando toda história do negro africano desde de o arranque dele da África até os dias atuais. Depois nós fizemos um grupo, Bambarê, arte e cultura negra, que também tinha que também tinha o papel de não só falar nos termos religiosos, mas nos termos culturais. E nesse contato com o movimento negro eu também amadureci politicamente e achava que era necessário que tivesse uma associação que tivesse esse cunho não só religioso mas também político (...). Eu sou um dos fundadores do CEDENPA, fiz parte da construção daquele prédio, carreguei tijolo, carreguei bloco. Militei no CEDENPA e acho que o CEDENPA hoje em dia no Brasil e até em cunho internacional é uma entidade que tem um reconhecimento mesmo porque tem um trabalho organizado, um trabalho estruturado” (Pai Edson Katendê, ‘candomblecista’)

A interação entre CEDENPA e AFAIA é forte ao ponto de pai Edson Katendê considerar este último núcleo religioso do primeiro.

“A gente tem uma ligação grande com o CEDENPA, na realidade a gente considera, bem, a religião não fechada, mas um núcleo, divide um núcleo, eu acho que a AFAIA, ela é como se fosse um núcleo religioso do CEDENPA. Eu considero assim porque os ‘axés’, todos os ‘axés’, o bloco Afro Axé Dudu, quando começou, quando foi sair, recebeu ‘axé’. Todo mundo vinha aqui comer as coisas pra puder receber ‘axé’ e como o ‘orixá’ patrono do CEDENPA é ‘Xangô’, então eles sempre ‘deram comida’ para ‘Xangô’ toda vez que o bloco Afro Axé Dudu saía.” (Pai Edson Katendê, candomblecista)

Outra característica da AFAIA é a realização de atividades sociais e projetos envolvendo a comunidade carente de Belém. Esses projetos são em sua maioria financiados pela fundação Palmares ou por órgãos públicos como a prefeitura de Belém ou o Ministério da Cultura.

1.5.2. Realização de Projetos Sociais.

No conjunto são projetos que têm por finalidade ensinar noções de cidadania e divulgar aspectos da cultura africana. O público alvo é bem variado, atingindo desde crianças até pessoas da chamada terceira idade. A maior parte desses projetos estão sujeitos a liberação de verba governamental ou dos grupos de Movimento Negro.

Pode-se destacar os seguintes projetos:

- **Escolinha do AFAIA – Público Alvo: Infantil.**

“Bem a gente tem uma escola, agora o projeto tá parado primeiro porque tá de férias e a verba que foi destinada pra gente já encerrou” (pai Edson Katendê, ‘candomblecista’)

- **Projeto Capoeira e Cidadania – Público Alvo: de 8 a 16 anos.**

“O projeto é com Crianças de 8 a 16 anos. É um projeto de capoeira, Capoeira e Cidadania. Então vão começar a trabalhar a capoeira, a importância da resistência. Tem 4 instrutores e já chegou a Ter 40 pessoas freqüentando, no momento a gente tá parado por falta de verba (...), a verba ta sendo solicitada, a gente mandou o projeto de novo pro

Ministério da Cultura e Fundação Palmares (...). Capoeira e Cidadania ajuda no resgate da capoeira que é uma luta, uma dança de origem afro e tal. Eles são batizados aqui no terreiro.” (pai Edson Katendê, ‘candomblecista’)

- **Projeto das Quituteiras – Público Alvo: 3º Idade.**

“Temos um grupo que a gente então conseguiu implementar na realidade e que é o seguinte. É o Projeto das tradições de comida afro, exclusivamente comida afro. Então esse aí já é um grupo fechado. Mulheres, a gente quer trabalhar com terceira idade, mas pra se mostrar o quanto a culinária afro influenciou a culinária brasileira especialmente a paraense e a baiana. Então a gente tem as quituteiras, tem o projeto das quituteiras que a gente tá em andamento pra puder fazer (...). Só estou esperando verba. Apesar de já ter a estrutura de fogão industrial, a gente tá precisando organizar um pouquinho, aguardando verba” (pai Edson Katendê, ‘candomblecista’)

- **Grupo de Dança da AFAIA – Público alvo: juventude.**

“E tem o grupo de dança do AFAIA, um grupo de dança muito bonito, a gente fez algumas apresentações, inclusive a gente já apresentou na praça Waldemar Henrique, já apresentou na área de lazer da AFAIA, em Salinas. Esse grupo da AFAIA ensaia 3 vezes por semana (...) música e dança afro. São 16 pessoas que fazem parte do grupo de dança. Tem pessoas do ‘terreiro’ de ‘Candomblé’, são ‘filhos-de-santo’ e tem pessoas da comunidade, meninas da comunidade, tem o pessoal da capoeira que participa do grupo de dança.” (pai Edson Katendê, ‘candomblecista’)

Por último constata-se nessa rede a existência de um intercâmbio entre a AFAIA e alguns países africanos pois em 1995 a Prefeitura Municipal de Belém realizou um seminário na capital paraense envolvendo atividades em comunidades remanescentes de quilombo que contou com a presença de autoridades da África do Sul que ficaram hospedadas no terreiro sede da AFAIA.

É possível perceber nesses projetos altos interesses ideológicos por parte desse grupo de candomblecistas, que se propõe trabalhar práticas de cidadania com a comunidade afro-descendente, exaltando aspectos da cultura negra e buscando contrair a identidade específica do ser negro.

1.6. Uma Tentativa Frustrada de Diálogo.

Apesar das tensões e rupturas existentes no campo afro-religioso do Pará, notadamente em Belém, curiosamente em algum momento, houve um início de diálogo, impulsionado por agentes

externos. Foi o que aconteceu em 2001 quando a Fundação Palmares lançou uma pesquisa de ressonância nacional que no Pará contou com o total apoio do CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará).

Esta pesquisa visava, entre outras coisas, elaborar um senso com o intuito de conhecer “quem somos e quantos somos”. Em Belém, este projeto e seu corpo de pessoal (pesquisadores, resessenciadores, equipe técnica etc...), foram apresentados às comunidades religiosas em meio a uma solenidade pública realizada dentro de um terreiro, sede da AFAIA. Contou com a presença de membros da Fundação Palmares, representantes das entidades afro-religiosas e de pesquisadores “africanistas” nacionais ou locais (Júlio Braga- UFBA e Anaíza Vergolino- UFPA).

Naquele momento a Fundação Palmares conseguiu neutralizar as adversidades ao levantar uma causa, à primeira vista de interesse comum. Os rancores gerados durante uma história de proximidades e rupturas foi temporariamente relevado e os representantes de cada instituição civil se colocaram à disposição dos pesquisadores, abrindo seus arquivos e dando atenção ao corpo de ressenciadores e equipe técnica do CEDENPA.

Os resultados preliminares que tal pesquisa revelou foram fundamentais para uma possível tentativa de harmonização entre esses grupos. Constatou-se que diversas ‘casas-de-santo’ da capital paraense foram fechadas em função da conversão de seus líderes a Igrejas Evangélicas Neo-Pentecostais.

A preocupação comum com os rumos das religiões africanas em virtude do aumento considerável da bancada evangélica na Câmara Municipal de Belém, levou os religiosos locais, capitaneados pelo CEDENPA, a se articularem com um vereador local, Ildo Terra, da bancada do PT (Partido dos Trabalhadores), com o intuito de fazer reivindicações em nome da comunidade religiosa afro-paraeense. Essa causa gerou a necessidade de coesão, afinal, o inimigo encontrava-se fora dos limites do universo em questão. Não se tratava de defender a ‘Mina’, a ‘Umbanda’ ou o ‘Candomblé’, mas sim lutar pelo direito de professar uma religião que havia conquistado seu espaço e agora sofria retaliações públicas⁴¹.

Realizaram-se então diversas reuniões na sede do Intecab (Casa de Mãe Nanjetum). O objetivo era definir propostas a serem apresentadas à Câmara Municipal de Belém. A FEUCABEP foi convidada e se fez presente com um representante oficial, que apesar de ‘mineiro’ teve atuação brilhante tanto no cenário da Câmara, quanto naquele universo do ‘Candomblé’, especialmente pelo tom de seu discurso essencialmente político e conciliatório ao dizer: “*as portas da FEUCABEP*

⁴¹ É comum observar desrespeito às religiões de matriz africana durante os diversos programas de televisão propagados pelas emissoras evangélicas como por exemplo o “Fala que Eu te Escuto”.

estão abertas para unir e não para desagregar” (pai Rilkin Rodrigues, ex- Relações Públcas da FEUCABEP). A recepção foi cordial e o diálogo harmônico.

Todavia essa aparente harmonia pouco durou, um problema interno da Federação desligou da mesma seu representante oficial o que consequentemente gerou o afastamento temporário desta entidade das discussões ocorridas na Câmara dos Vereadores. Alguns membros do próprio Intecab acusavam um de seus líderes de se apropriação da causa para o favorecimento de sua imagem pessoal.

Outra momento nada pacífico de diálogo diz respeito ao simpósio promovido pelo CEDEMPA e a Fundação Cultural Palmares e Departamento de Antropologia da UFPA intitulado “*Religiosidade e Religiões de Matriz Africana no Brasil/ Pa*”.

Este simpósio foi formado por duas mesas redondas. A primeira era composta por representantes de cada uma das instituições civis defensoras das religiões afro-paraenses (FEUCABEP, Intecab, AAI, UT e AFAIA), que tinha por função fazer exatamente um apanhado geral sobre a história e as atividades de cada uma delas.

A segunda mesa-redonda chamou-se “*Estudo de Religiões de Matriz Africana na Amazônia*” e foi composta principalmente por acadêmicos das áreas da antropologia, da história e da filosofia. Seu objetivo era informar ao público sobre da produção acadêmica local acerca da temática em questão.

Tratava-se de um evento aos moldes acadêmicos, a primeira vez em que os principais pólos de poder religioso se encontravam num mesmo recinto com oportunidade de dizerem a público o porquê de suas existências. Em lugar de falarem como um universo afro coeso, velhas pendengas acabaram sendo expostas e a animosidade se acirrou. O debate que deveria versar sobre formas de organização consistiu em pesadas críticas à FEUCABEP. Nesse momento vieram a público todos os ataques e cobranças de parte dos não federalizados. Esse evento, em nossa análise, foi uma das expressões culminante na disputa pelo poder simbólico. Havia necessidade de se questionar em público a legitimidade da casa mater para tentar enfraquecê-la. A título de conclusão afirmamos que este ainda é um campo em redefinição que merecerá uma revisita posterior.

Capítulo 2:

A História da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará como um Objeto de Disputa.

Observando a trajetória de vida da FEUCABEP podemos conhecer a própria história do campo religioso afro-paraense, suas redefinições, a chegada de novas formas de culto, diferentes da tradicional ‘Mina’ Paraense; a tentativa dessas vertentes galgarem legitimidade nesse espaço alienígena, o nascimento de cada uma das novas instituições, surgidas para fazer frente a FEUCABEP e outros eventos.

Pode-se dizer que a história da Federação está dividida em dois grandes períodos. O primeiro se caracteriza pela tentativa de estruturação e estabelecimento no terreno religioso local. O segundo, por sua vez, é marcado por disputas acirradas por espaço e poder dentro da instituição e por diversas rupturas. Cada um desses períodos está dividido em gestões presidenciais. O primeiro período conta com as gestões João Cardoso e Esmeralda Almeida e o subsequente é formado pelos governos de Julia Gaia Mendes, Juvenal Barbosa e Antônio Gomes da Cruz.

2.1. A Gênese da FEUCABEP como uma Tentativa de Ordenação e Controle.

Anaíza Vergolino em sua dissertação de mestrado intitulada “*O Tambor das Flores*” (1976) se refere ao período de gênese da Federação como sendo de “legalidade compulsória”. Segundo a autora até a fundação da Federação, ocorrida em 1964, um grande número de estabelecimentos religiosos (‘searás’, ‘terreiros’, ‘tendas’ e ‘cabanas’) funcionava aleatoriamente, mediante a concessão de licenças especiais da polícia (Vergolino, 1976: 76).

Essas casas de culto estavam atreladas à 3º Delegacia que também cedia licenças de funcionamento à casas de prostituição, boites e outras formas de entretenimento. Vergolino ainda completa que para serem expedidas tais licenças, as lideranças religiosas precisavam lançar mão de suas relações pessoais com pessoas de prestígio e influência social ou política na cidade de Belém, que se empenhavam junto às autoridades, no sentido de conseguir autorização provisória para realização de toques. A cada festa de santo a ser realizada, o chefe de terreiro precisava submeter-se ao incômodo de solicitar uma licença.

Sem nenhum órgão para congregá-las, ordená-las e protegê-las, as ‘casas-de-culto’ estavam sujeitas à perseguição policial, o que é lembrado de maneira vívida pelos federalizados. “A polícia

vinha, rasgava tambor, prendia ‘pai-de-santo’, ‘mãe-de-santo’, ‘vodum’ se tivesse” (Edilson Oliveira)

Vergolino revela também (1976), que era comum o envolvimento das ‘casas de cultos’ em noticiários escandalosos, publicados em jornais de grande circulação da cidade, que narravam queixas de barulho, desordem, bebedeira, pederastia, lesbianismo, escândalos passionais etc...

O atual presidente da FEUCABEP, Antônio Gomes da Cruz, que acompanha a instituição desde sua fundação, se refere a esses episódios como “*um excesso de safadeza dos pais e mães de santo onde tava havendo queimação de cliente e até morte nesse tempo*”.

Para coibir as irregularidades religiosas e escapar da polícia, um grupo de religiosos coordenado por Manoel Colaço Veras e João Cardoso convenceram o chefe de polícia a fundar uma Federação que tivesse por objetivo manter a ordem dentro do universo afro, para com isso retirar essa religião da guarda da polícia.

“Foi mais por uma questão de tirar a polícia do nosso caminho, que quem mandava nos terreiros e nas searas era a polícia. Se ela não deixasse reunir e o ‘pai-de-santo’ ou a ‘mãe-de-santo’ insistisse em reunir seria até preso como foram alguns. Algumas vezes eu fui intervir para soltar. Então por causa disso nos achamos de nos unir mais para fundarmos um órgão que pudesse afastar a polícia. A polícia num manda em religião nenhuma. (...) começamos a fazer as primeiras reuniões, já são falecidos os primeiros que começaram comigo a fazer as primeiras reuniões como o Manoel Colaço Veras, um pai-de-santo maranhense radicado aqui (cidade de Belém). Até que nós conseguimos congregar um numero para fundar, fundamos dentro da própria polícia, fundamos a Federação dentro da própria polícia”

(Pai João Cardoso, mineiro, primeiro presidente da FEUCABEP)

Consta nas entrevistas, que os religiosos afro-brasileiros se reuniram para pensar o processo de fundação da FEUCABEP, algumas dessas reuniões ocorreram dentro de importastes ‘terreiros’ como o da ‘Cabocla’ Yacira.

“Nós, um grupo de ‘pais-de-santo’ que a maioria já partiu, já ‘atravessou o Olu’, já morreu, já ‘cufou’, resolvemos se reunir na minha casa. Nessa época a casa da ‘cabocla’ Yacira estava localizada na rua da FEB (Força Expedicionária Brasileira), na primeira passagem de quem vai de São Brás para cá, hoje chamada Jutai⁴². Então nós reunimos lá com um grande herói, com um incansável trabalhador, Manoel Colaço, que dentro de nossa ‘casa’, com outros ‘pais-de-santo’ para evitar as constantes invasões da polícia e foi

⁴² A Travessa Jutaí desemboca na Avenida Almirante Barroso, porta de entrada da cidade de Belém, prolongamento da Br 316.

escalada inclusive um delegado pra nos acompanhar em alguns ‘terreiros’ pra ver se tinha condições mesmo de fundar a Federação. Essa Federação foi fundada exatamente no dia 26/08/1964. (Pai Árton Soeiro, ‘mineiro’, Membro do Primeiro Conselho Religioso da FEUCABEP)

Se por um lado os religiosos se sentiam, de certa forma, agredidos pela necessidade de submeter seus rituais e sua fé à instância policial, por outro o Governo Militar instalado em 1964 também via nos ‘batuques’ um foco de desordem que contrariava a ideologia do sistema (Vergolino, 1976). Acirrava o controle as ‘casas de santo’ tornando mais difícil ainda a autorização das licenças de funcionamento. Assim, a idéia de se fundar uma Federação foi imediatamente acatada pela polícia.

O Chefe de polícia convocou os principais donos de ‘terreiros’ da época para uma reunião que discutiria a fundação de uma associação de caráter civil cuja função seria coibir abusos e controlar as ‘casas-de-culto’. (Vergolino 1976:90). Criou-se então, dentro da Secretaria de Segurança Pública a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará, desde seu início sediada à Travessa Itororó, atual Enéas Pinheiro 446, bairro da Pedreira. Ela veio atender às necessidades tanto dos religiosos quanto do Governo Federal colocando, de certa forma, as tão descentralizadas religiões afro-brasileiras ao lado do Governo Militar, conforme a narrativa abaixo:

“Veio a revolução, então quem tava do lado da revolução tinha força e nós estávamos, nós estávamos. Aí nós fundamos dentro da 2ª Delegacia, dia 26 de agosto de 1964. No ano da revolução. E aí organizamos os Conselhos, Conselho Deliberativo, Conselho do Ritual que tinha a autonomia para falar sobre o santo, o próprio nome tá dizendo, sobre o ritual, os dogmas, essas coisas” (Pai João Cardoso, “mineiro”, primeiro presidente da FEUCABEP)

Ao associar-se ao Governo Militar, instituição incipiente ganhou o respaldo do Estado e assumiu para si a ideologia de ordenamento implantada pelo mesmo. Essa postura confere à Federação o respaldo para submeter os religiosos à filiação e usar de mecanismos de controle muito próximos àqueles outrora combatidos, tais como: confisco de tambor, fechamento de terreiro, perseguição. As atribuições que a recém criada FEUCABEP ganhou confundiram-se com a então ideologia estatal tendo, ela mesma, posteriormente, ganhou símbolos como bandeira e hino.

“Como nós tivemos na Ditadura, a gente tinha autoridade. Então chegávamos nos terreiros e pedíamos a carteira. Às vezes só o ‘pai-de-santo’ tinha. Então o que acontecia? – Pára o tambor. O

tambor vai tocar até certas horas. De amanhã em diante, procure tirar a carteira de seus ‘filhos-de-santo’ ou então o ‘terreiro’ não abre. Mas era ditadura, a gente tinha autoridade, a gente tava com a autoridade. Com a democracia não. Com a democracia caiu, nós não temos esse tipo de autoridade.” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

Após a fundação da FEUCABEP, coube então aos fundadores a tarefa de estruturação física e institucional da mesma. Isso aconteceu principalmente no decorrer do mandato dos presidentes João Cardoso e Esmeralda Almeida.

2.1.1. Governo João Cardoso: Os Primeiros Passos de uma Nascente Instituição.

João Cardoso é um Praticante do culto de ‘Mina’, hoje cego e afastado de suas atividades religiosas. Iniciou-se com Boarneges Guimarães. Era funcionário público de uma autarquia de navegação denominada ENASA (Empresa de Navegação da Amazônia S/A). Foi uma das lideranças responsáveis pela fundação da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará.

Presidiu a primeira Junta Governativa que esteve à frente da FEUCABEP durante o ano de 1964 e teve seu mandato prorrogado até 1969. Podemos afirmar que seu mandato foi dividido primeiro com Manoel Colaço Veras - o segundo secretário geral da Federação – e após sua partida para o Rio de Janeiro, com o então tesoureiro e atual presidente Antônio Gomes da Cruz, que o substituía nas freqüentes viagens a serviço.

Duas características marcaram este mandato: A luta contra a perseguição policial e a estruturação dos órgãos internos da FEUCABEP. Vergolino (1976) nos diz que logo no início da instituição, formaram-se duas juntas. Uma Governativa, que vigorou de 1964 até 1965 e outra Executiva, cuja função era justamente a de criar os órgãos internos da FEUCABEP dentro do prazo de seis meses. Foi a segunda Junta quem elaborou o primeiro Estatuto da FEUCABEP que definia os objetivos do nascente órgão, suas categorias de sócios, e os poderes da nascente associação quais sejam:

- Superior Conselho do Ritual cujo objetivo era padronizar os cultos praticados nos ‘Batuques’. Composto por treze membros e um suplente.⁴³

⁴³ O primeiro Superior Conselho do Ritual da FEUCABEP era formado por: 1- João Batista Cardoso, 2- Manuel Colaço Veras, 3- José Ribeiro Fernandes, 4- Maria de Nazaré Aguiar, 5- João Roberto da Silva, 6- Inez Ferreira da Conceição, 7- Francisca Flock dos Santos, 8- Carmelina Amâncio Neto, 9- José Ferreira, 10- Carlos Correia Seixas, 11- Maria Raimunda Sampaio, 12- Maria da Conceição da Silva, 13- Raimundo Luís Gomes e o Suplente Árton Soeiro.

- Assembléia Geral- Órgão de deliberação que representa o poder máximo dentro da FEUCABEP. Constitui-se por sócios fundadores e efetivos e possui uma mesa diretora de trabalhos composta por um presidente, um vice presidente, primeiro e segundo secretários todos eleitos a cada sessão.
- Conselho Deliberativo⁴⁴. É um órgão de deliberação composto de sete sócios fundadores e dois suplentes que elegem entre si um presidente e um secretário.⁴⁵
- Conselho Fiscal. Também é um órgão deliberativo, composto por três membros que escolhem entre si um relator⁴⁶.
- Diretoria Executiva. Formada por um presidente, um vice presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário, um tesoureiro, um diretor de sede, um diretor de patrimônio e um diretor de relações públicas. Possui competência administrativa Geral como cumprimento dos estatutos e previsão orçamentária.

Cada um dos membros da Diretoria possui funções específicas; ao presidente cabe o dever de convocação e representação, o direito de resolver casos considerados urgentes, dando conhecimento à Diretoria. Ele é o ordenador de despesas (assinatura de cheques, ordem de pagamento etc...). O vice-presidente tem as mesmas funções, atuando apenas em substituição; os secretários têm competência burocrática; o tesoureiro tem a responsabilidade de guardar valores e títulos além, de arrecadar e organizar a renda da instituição (Vergolino, 1976:92).

Foi durante a Junta Governativa, mais exatamente no dia 10 de setembro de 1964, que a FEUCABEP se filiou a CONDU (Confederação Espírita e Umbandista do Brasil). A junta Governativa se extingue e o mandato de João Cardoso é prorrogado por mais quatro anos, terminando em 1969.

Deste mandato, Anaíza Vergolino (1976) destaca alguns acontecimentos importantes tais como a criação da filiação obrigatória de todos os médiuns pertencentes às ‘casas de culto’ filiadas a Federação, criação de serviços assistencialistas (médico e jurídico) bem como a fixação de taxas de auxílio funeral.

Foi neste mandato também que aconteceu a primeira ruptura; um grupo de ‘pais e mães de santo’, em sua maioria comerciantes de classe média adeptos do culto de ‘Umbanda’, começaram a se mobilizar no sentido de retirar a sede da FEUCABEP do, à época inóspito e periférico, bairro da

⁴⁴ Este Conselho foi extinto durante o governo de Juvenal Barbosa.

⁴⁵ O primeiro Conselho Deliberativo era formado pelas seguintes pessoas: Presidente- Agripino Dias Carvalho, Vice-Presidente- Maria José Alves da Silva, Primeiro Secretário- Nelson da Silva Figueiredo, Segundo Secretário- Maria Zenaid Nariff Chaves, demais participes- Carmem Léia da Silva e Aurênia Guimarães Simões. Na ata da Assembléia Geral de 6/03/1965 foram apontados mais dois nomes para este conselho o que extrapolaria o número garantido pelo estatuto. São eles Carla Aguiar e Carlos Seixas.

⁴⁶ Não sabemos ao certo quem foram os primeiros membros deste Conselho.

Pedreira. Neste sentido, durante o ano de 1965, alugaram uma sala no centro comercial de Belém⁴⁷, onde passou a funcionar a Federação.

No entanto, o principal fundador da FEUCABEP, Manoel Colaço Veras, nesse mesmo ano, mudou-se para o Rio de Janeiro e com isso surgiu a possibilidade da compra de seu ‘terreiro’, antiga sede da nascente associação. Uma ala dos associados, em sua maioria ‘mineiros’, aparecem nas atas como tendo apoiado o retorno da FEUCABEP para o antigo bairro.

O terreiro de Manoel Colaço foi comprado e a sede da FEUCABEP se instalou definitivamente ali. Em virtude disso, o grupo de ‘umbandistas’ afeitos à idéia da permanência da FEUCABEP no bairro comercial, rompe com a casa mater e funda outra congregação intitulada Ordem Paraense da Umbanda Cristã⁴⁸.

Consta nas Atas da Assembléia Geral da FEUCABEP que data deste mandato também a compra de mobília e a criação dos seus símbolos tais como a bandeira e as armas da Federação. Vergolino (1976:100), destaca ainda a perenidade da diretoria, com constante troca de membros seja por desistência, seja por irresponsabilidade, seja por cassação, ou falecimento. Segundo a listagem cedida pela autora pode-se constatar a troca do vice-presidente, Manoel Colaço Veras, por falecimento; do primeiro e segundo secretários, por dissidência. O tesoureiro foi cassado por ter dado desfalque na sede; uma Conselheira do Superior Conselho do Ritual – a mais velha ‘mãe-de-santo’ de Belém (mãe Doca)– foi substituída por falecimento e assim sucessivamente.

Se por um lado as atas da Assembléia Geral e as preciosas informações contidas no “*Tambor das Flores*” caracterizam esse período como sendo fundamental do ponto de vista estrutural, as narrativas dos principais sócios fundadores – como o primeiro presidente João Cardoso e o atual presidente Antônio Gomes da Cruz – atribuem como principal característica desse período a luta contra a perseguição policial, a tentativa de retirar as religiões afro-brasileiras da alçada da polícia e posteriormente, a dificuldade encontrada na tentativa de ordenação e normatização dos cultos.

2.1.2. Governo Esmeralda Almeida: Um Mandato para Cair no Esquecimento.

Sobre Esmeralda Almeida pouca coisa é dita. O seu mandato é quase ignorado durante as narrativas sobre a trajetória histórica da FEUCABEP. Seu nome aparece pela primeira vez nas atas da Assembléia Geral desta instituição justamente no dia 26 de agosto de 1969, durante uma seção de aniversário da sede onde a mesma recebia o cargo de presidente da FEUCABEP.

⁴⁷ A sede da FEUCABEP localizou-se durante um ano na Avenida Sanador Manuel Barata nº 513.

⁴⁸ Ver Vergolino, 1976.

A chapa que passou a comandar a Federação a partir de 1969 era composta por duas grandes ‘umbandistas’ pois a vice presidente de mãe Esmeralda foi mãe Julia Gaia Mendes (mãe Neném Gaia). Todas as informações acerca desse mandato, que termina numa cassação ocorrida no ano de 1973, foram retiradas do “*Tambor das Flores*” (Vergolino, 1976:100).

Consta que tratou-se de um mandato cheio de irregularidades como por exemplo o excesso de pessoas no Superior Conselho do Ritual, que deveria funcionar com apenas treze membros e na verdade continha mais de quinze e o afastamento de pessoas de seus respectivos cargos seja por motivo de renúncia provocada por fofocas internas, seja por irregularidades.

São três os eventos importantes que podem ser enumerados nesse mandato. São eles: A eleição de um delegado que representaria a Federação Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará junto a CONDU. Tendo sido indicado, em 1966, o nome de Antônio Gomes da Cruz, pessoa de extrema importância na organização burocrática da casa de Manoel Colaço Veras (organização de toque e assuntos de bastidores tais como arrecadação de verbas que viabilizasse os toques), que o acompanhou no processo de fundação da FEUCABEP.

O segundo evento de fundamental importância a ser destacado neste mandato diz respeito a intensificação do processo de normatização e definição de liturgias das diversas vertentes dos cultos afro-brasileiros. O Superior Conselho do Ritual sente necessidade de separar os rituais e as doutrinas específicas de cada vertente de culto, de forma que um ‘umbandista’ ficava terminantemente proibido de tocar tambor.

Vergolino (1976:99) diz que data deste período a criação de testes de admissão instituídos pela FEUCABEP como uma espécie de “vestibular da umbanda”. O religioso era obrigado a se filiar a esta instituição mas para que isso ocorresse ele se submetia a uma sabatina realizada por uma espécie de banca julgadora que o inquiria, de acordo com o questionário específico de sua nação. Também constata-se a realização de cursos e palestras sobre as vertentes das religiões afro-brasileiras, proferidas por pessoas consideradas especialistas em cada ramificação de culto.

O mais importante incidente deste mandato, único recordado pelos contemporâneos durante as entrevistas diz respeito ao precoce término desta gestão. O mandato de mãe Esmeralda Almeida foi cassado em virtude de um desfalque dado pela mesma, na associação. Nos informa o “*Tambor das Flores*” que:

“Em viagem que fez ao Rio de Janeiro, aquela presidente levantou na Confederação Umbandista do Brasil, um empréstimo em nome da Federação Umbandista do Pará. A verba foi liberada mas a mesma foi retirada e depositada na conta particular da presidente. O tesoureiro descobriu a irregularidade, denunciou aos poderes

competentes de modo que a presidente foi cassada e substituída pela vice-presidente que desta forma termina o seu mandato” (1976:99)

Esmeralda Almeida ainda tentou se livrar da acusação afirmando que o empréstimo havia sido pessoal e que ela mesma dera seu carro particular como garantia a CONDU. Na ata da Assembléia Geral do dia 26 de agosto de 1971, ela , numa tentativa de fuga, entra com pedido de licença para tratamento de saúde e logo coloca seu cargo a disposição. No entanto a Assembléia Geral vota pela permanência da mesma na sede. Um mês depois a Assembléia é informada de outra dívida contraída por Esmeralda, esta junto a própria FEUCABEP, que também não fora saudada. Sendo assim, no dia 24 de setembro de 1971 essa ‘mãe-de-santo’ é destituída da presidência que passa a ser assumida por Julia Gaia Mendes, a sua vice-presidente.

2.2. FEUCABEP: um Objeto de Disputa.

Uma vez completamente estruturada, tendo seus Conselhos definitivamente criados e seu poder legitimado perante a comunidade religiosa afro-brasileira local, tem início uma sucessão de disputas pelo poder hegemônico dentro da instituição. Dominar a Federação durante os anos setenta, oitenta e início dos anos noventa é dominar o próprio campo afro-parauense que, apesar da homologação da liberdade de culto garantida pela constituição de 1988, ainda busca respaldo através da filiação a esta instituição.

Sendo assim, tem início um longo período de conchavos e alianças que garantam poder simbólico suficiente esses grupos emergentes para retirar a direção da FEUCABEP das mãos do grupo de velhos que a preside, desde sua gênese, contando apenas com mudança de nomes.

Todas as tentativas, até aqui foram frustradas, e na impossibilidade de permanecerem à frente da casa mater, os grupos emergentes rompem com a mesma, fundam outras instituições e partem para o ataque a imagem e ao poder da FEUCABEP. É principalmente sobre esses conchavos, essas alianças e posteriormente essas rupturas que falaremos a seguir.

2.2.1. Governo Neném Gaia: Um Período de Transição.

A senhora Julia Gaia Mendes, ou mãe Neném Gaia, assume a presidência da FEUCABEP em meio a uma confusão de destituição da presidente e termina esse mandato sem maiores atribulações em 1973, quando, em nova eleição e ela é então eleita presidente, iniciando, neste ano, seu próprio mandato. Mãe Julia Gaia Mendes é ainda reeleita durante o ano de 1978 e 1982 prorrogando sua gestão até 1985.

Mãe Neném Gaia, é uma ‘umbandista’ bonachona; senhora de classe média que habita em um bairro nobre de Belém onde funciona sua tenda intitulada “Olhar de Jesus”. Ela assumiu a presidência da FEUCABEP, no entanto sua religião e seus afazeres domésticos lhe tomavam grande parte do tempo obrigando-a a deixar parte das atribuições institucionais a cargo do, então tesoureiro e atual presidente, Antônio Gomes da Cruz e de seu secretário geral Raimundo Reis. Estabeleceu-se na FEUCABEP uma espécie de regime parlamentarista onde a mãe Neném Gaia assumiu o posto de presidente, mas quem na verdade se encarregou dos assuntos burocráticos era uma espécie de primeiro ministro, cargo este ocupado por Cruz⁴⁹.

Durante o seu mandato a Federação já estava institucionalmente estruturada, já possuía legitimidade no cenário religioso local. Sendo assim, tem início uma fase de disputa por cargos de destaque dentro desta instituição. Dominá-la era ter poder de normatizar, mandar fechar terreiros, era dominar o campo religioso paraense, era ter visibilidade em nível estadual. Despontaram, a partir de 1973, em meios às Atas de Assembléia Geral nomes de grande importância para a história da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará, e consequentemente, para a própria matriz africana do Pará.

A diretoria que passa a governar a FEUCABEP era composta por pessoas como Astianax Gomes Barreiros, o primeiro paraense feito no ‘Candomblé’ baiano que assumiu a vice-presidência da instituição. Podemos, através de seu nome, perceber a gênese da redefinição do universo afro brasileiro local. Se anteriormente todas as pessoas de destaque dentro da Federação estavam divididas entre ‘umbandistas’ e ‘mineiros’, agora vemos um importante ‘candomblecista’⁵⁰ ocupando o segundo cargo de maior destaque na instituição.

Como vice-presidente pai Astianax começa a pleitear, de maneira surda, espaço para o ‘Candomblé’ dentro deste território alienígena. Durante a década de oitenta conseguiu autorização para a iniciação de um ‘barco’ de Candomblé dentro do barracão da FEUCABEP, todavia essa requisição de espaço ainda não é suficiente pois o novo modelo de culto ainda não possui força nem pessoal para garantir sua legitimidade.

Outro nome que começava a aparecer em diversas atas da Assembléia Geral é mãe Celina, ‘filha-de-santo’ de um importante ‘mineiro’ paraense o pai Benedito Saraiva, o único ‘filho-de-santo’ ‘feito’ por Manoel Colaço Veras. Essa senhora, que foi introduzida na FEUCABEP por seu ‘pai-de-santo’, alcançou certa visibilidade em nível municipal graças a realização de um festival, com ares de espetáculo, realizado inicialmente na praia do Cruzeiro distrito de Icoaraci, município

⁴⁹ Cruz é a forma pela qual Antônio Gomes da Cruz é conhecido no universo afro-paraense.

⁵⁰ Pai Astianax Gomes Barreiros, vulgo Prego, possui notoriedade por ter sido o primeiro ‘pai-de-santo’ paraense a iniciar-se no ‘Candomblé’ baiano e por possuir uma rede de relações que agrupa não só os religiosos oriundos de

de Belém⁵¹. Este festival foi criado por um grupo de religiosos, do qual fazia parte mãe Celina, que se uniu a jornalistas e radialistas. Seus dirigentes fundaram uma associação não institucionalizada denominada Associação dos Amigos de Iemanjá.

Primeiramente mãe Celina procurou incorporar o Festival de Iemanjá ao calendário litúrgico da FEUCABEP o que foi rechaçado mediante a reprovação, por parte deste órgão de alguns aspectos litúrgicos do Festival, como a sua realização em água doce e o próprio nome “festival”.

Depois disso, por muitas vezes mãe Celina tentou aproximar da FEUCABEP todos os seus aliados. Um deles, o jornalista Paulo Ronaldo procurou a cúpula da FEUCABEP a fim de lançar proposta de construção de um centro habitacional dos ‘umbandistas’ que corresponderia a construção de residências e de uma grande área central que serviria de templo comunitário onde todos os cultos poderiam, em dias alternados, realizar rituais. Tal projeto seria financiado pelo Banco Nacional de Habitação e pela Prefeitura Municipal de Belém que seria doadora do terreno (Vergolino, 1976: 18-19). A proposta não foi aceita pela FEUCABEP sob a alegação de que essa idéia de centro religioso comunitário causaria brigas e o incômodo gerado pela necessidade de se retirar ‘macumbeiro’ da prisão.

Apesar disso, mãe Celina ainda trava quase dez anos de disputa por poder dentro da FEUCABEP, galgando cargos em seus Conselhos⁵². Membros da AAI (Associação dos Amigos de Iemanjá), conquistaram a direção do jornal desta instituição e finalmente pleiteando lugar de destaque na Junta Governativa que sucede este mandato.

Por vezes, mãe Celina, chega a preterir a própria AAI, como demonstra João Simões Cardoso Filho em seu trabalho intitulado “*Uma Rosa a Iemanjá*”: “*Mãe Celina não comparecera ao terceiro festival de 1973 (...) ela participara junto com o pessoal da Federação da' obrigação' de Iemanjá em Salinas, realizada pelo seu pai-de-santo, já presidente do Conselho do Ritual*” (1997:97).

Este autor ainda nos mostra que durante a segunda metade da década de setenta começa-se a cogitar a possibilidade de oficializar a Associação dos Amigos de Iemanjá, através do registro civil. Todavia, essa idéia foi adiada uma vez que isso poderia causar problemas com a Federação.

No ano de 1982, o presidente da AAI precisou viajar para realizar um curso de dois anos fora de Belém, nesse momento, mãe Celina assumiu a presidência da mesma mas novamente a

⁵¹ ‘terreiros’ nacionalmente conhecidos, a exemplo do Ilê Opô Afonjá, bem como pesquisadores de destaque e jornalistas como é o caso de Pierre Verger e José Medeiros.

⁵² Depois esse festival foi transferido para outro distrito de Belém chamado Outeiro, para maiores informações ver Cardoso, 1999.

pretere haja vista que o cargo por ela ocupado no Supremo Conselho do Ritual da FEUCABEP lhe ocupava tempo integral. Ou seja, podemos perceber que o grupo de Mãe Celina passa todo o governo de mãe Neném Gaia pleiteando espaço dentro da Federação.

Outro nome a ser destacado nesse jogo de disputa por poder dentro da FEUCABEP é o de Raimundo Reis que assume cargo de Primeiro Secretário na eleição de 1973 e em 1978 é elevado ao cargo de secretário geral da FEUCABEP. Nas atas de Assembléia Geral ele aparenta ser uma pessoa muito próxima a mãe Neném Gaia. Em 23 de agosto de 1973, por exemplo, ele enalteceu a presidente recém eleita afirmando serem amigos. Em 1978, ano da Segunda eleição de mãe Julia Gaia Mendes lhe é conferido o título de sócio benemérito desta instituição. Consta inclusive que teve um envolvimento amoroso com uma ‘filha-de-santo’ de sua ‘casa’ que seria Secretária da Federação.

Os problemas envolvendo seu nome têm início na ata da Assembléia Geral de 26 de agosto de 1985 em meio ao discurso inflamado de pai Hyder Lisboa no qual o mesmo acusa Raimundo Reis, então Secretário Geral da FEUCABEP, de se dizer proprietário da mesma. Na ata subsequente de 14 de setembro de 1985, o mesmo pai Hyder Nazareno Lisboa se refere a um escândalo que aconteceu dentro da FEUCABEP, em virtude do envolvimento amoroso do senhor Raimundo Reis, vulgo Raimundinho com a secretária de nome Jarina. Esta ata ainda informa do afastamento de mãe Julia Gaia Mendes do cargo de presidente da instituição e da posterior eleição de uma Junta Governativa que estaria à frente da FEUCABEP a partir de então.

Neste documento consta que enquanto ocorria a eleição para a Junta Governativa, o senhor Raimundo Nonato Reis, havia deixado a sede da Federação levando consigo todos os documentos da mesma. Cria-se um tumulto na Assembléia Geral e alguns de seus membros, dentre eles o senhor Amauri Silveira, aliado de mãe Celina, saíram ao encalço do senhor Raimundo, trazendo-o de volta e fazendo-o devolver os documentos roubados aos arquivos.

Foram as confusões promovidas pelo Secretário Geral que afastaram do cargo de presidente a bonachona senhora Julia Gaia Mendes, mas as atas não deixam claro quais os reais problemas ocorridos dentro da Federação envolvendo o então Secretário Geral. O atual presidente, Antônio Gomes da Cruz, durante de entrevista afirma que:

“Por olho gordo do Secretário Geral, ele inventou uma tramóia pra cima de mim, eles querendo mi butar pra, pra fora, inventou uma tramóia pra cima de mim que eu não podia mais ser tesoureiro. Ele queria dar o lugar pra secretária que tinha um caso com ele. Deu um rolo dum tamanho dum bonde, onde houve uma

⁵² Em 1977 mãe Célia assume cargo de conselheira do Supremo Conselho do Ritual da Federação. Em 1978 ela apresenta ao Conselho o Jornalista Amauri Silveira, repórter de um jornal de grande circulação na capital paraense denominado “O Liberal” que passa a dirigir o jornal interno da Federação intitulado “O Culto da Umbanda”.

Assembléia Geral grande onde quem acabou saindo foi eles e eu fiquei como Diretor Administrativo” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

. Apesar de Antônio Gomes da Cruz não deixar explícito que tipo de “armação” o Secretário Geral tramou para ele, a dita ata do dia 26 de agosto de 1985, a Ata da Assembléia Geral dá uma pista pois traz em seu bojo uma irregularidade na prestação de contas que, em si, prejudicaria o tesoureiro Antônio Gomes da Cruz. Por causa disso, Juvenal Maranhão Barbosa, um militar, esposo de uma mãe-de-santo federalizada e que pela primeira vez tem seu nome inscrito nas atas, sugere que se eleve o senhor Antônio Gomes da Cruz ao cargo de diretor administrativo.

A tentativa do Secretário Geral de prejudicar Antônio Gomes da Cruz fazia sentido pois querendo realmente assumir o poder dentro da instituição, nada seria tão importante do que afastar de lá aquele que a conhecia como a palma de sua mão e a acompanhava desde a sua fundação. Mas a trajetória histórica da FEUCABEP nos mostra que todos os políticos interessados em derrubar Antônio Gomes da Cruz para galgar a presidência da instituição, perderam a eleição e foram afastados da mesma.

Ainda sobre o secretário geral Raimundo Reis nos fala pai João Cardoso:

“O governo mãe Neném Gaia foi bom, já pro final, justamente em 1985 é que começaram a surgir certas coisas. Em oitenta e cinco o secretário tava mandando mais que a própria presidente. Era o Raimundinho, chamavam Negrito para ele. Era tudo da Escola Federal do Pará. Butou a amante dele lá dentro como secretária e os dois que mandavam mais que a presidente (...). Ele utilizava o prestígio dele para usar, a exploração como se diz de prestígio dos ‘terreiros’, dos ‘terreiros’, desfrutava de certos favores, beliscava uma ‘filha-de-santo’ aqui outra ali. (...) Eu fui a mãe Neném pedir a ela renunciar que tava havendo problema na Federação, eu era o presidente da Assembléia Geral da federação. Aí, quando eu estava lá, na casa de mãe Neném Gaia, eu estava tratando do assunto telefonaram pra ela não renunciar. Tudo bem, eu agradeci e convoquei uma Assembléia Geral, tinha muita gente querendo que ela renunciasse pra puder tirar o Raimundo Negrito, Raimundo Reis junto com a amante dele lá de dentro. Eu convoquei uma Assembléia Geral pra dar satisfação e ver o que a Assembléia Geral ia resolver, destituindo não a Neném, mas destituindo o secretário geral e o resto da diretoria dela. Foi quando chegou o elemento, o Raimundo Negrito com a carta dela pedindo licença pra tratamento de saúde por tempo indeterminado. Apresentei a Assembléia Geral que destituiu e propôs que fosse criada uma Junta Governativa. (Pai João Cardoso, primeiro presidente da FEUCABEP).

Outro documento indica algumas das irregularidades cometidas na Diretoria Executiva durante a gestão de mãe Neném Gaia. Trata-se de uma carta escrita pelo senhor Juvenal Maranhão Barbosa ao presidente da Assembléia Geral de 14 de setembro de 1985 -na qual é eleita a Junta Governativa – denunciando e pedindo que se confirme as seguintes irregularidades.

- Membros da diretoria executiva estariam inadimplentes.
- Reforma estatutária realizada pela presente diretoria não teria sido aprovada pela Assembléia Geral.
- Atual diretoria não estaria reunindo de acordo com as determinações estatutárias.
- O Conselho Fiscal, poder constante no novo e no antigo estatutos não fora nomeado.
- Extinção, de acordo com os novos estatutos, de órgãos que controlam os atos da diretoria, a exemplo da extinção do Conselho deliberativo que era o órgão representante dos sócios durante a gestão da diretoria.
- Secretário Geral se envolvia em assuntos do Conselho do Ritual.
- Continuação de cobranças de taxas como distintivos, alvarás de funcionamento, título de sócio proprietário que segundo os novos estatutos haviam sido extintos da receita.
- Existência de um caixa extra.
- Doações em dinheiro ou em espécie para FEUCABEP não estavam sendo lançadas em quaisquer escrituração.

Ao final do documento o autor conclui:

“Somente isso já é motivo suficiente para que se aplique o disposto do artigo 38 (41) que prevê perda do mandato a juízo desta Assembléia Geral a todos os detentores dos cargos que a isso fizeram juz por sua ação prejudicial aos interesses dessa federação” (Carta de Juvenal Barbosa ao presidente da Assembléia geral de 14/09/1985)

Ressalta ainda que: “Levando em consideração que nem todos os membros da diretoria em questão participaram ativamente das irregularidades, mas que nem por isso deixam de ser culpados por omissão” Carta de Juvenal Barbosa ao presidente da Assembléia geral de 14/09/1985)

A ata da assembléia Geral de 26 de novembro de 1985 constata o afastamento da Diretoria, a cassação do título de sócio benemérito do senhor Raimundo da Silva Reis e sua expulsão do quadro de associados desta Federação por “ter apurado sua má-fé quando ao tentar manipular de forma negativa a opinião pública, mostrando uma imagem distorcida da situação atual em sua sede de poder” (Ata de Assembléia Geral de 26/11/1985).

Também a secretária, senhora Jarina, que teria mantido relações amorosas com o secretário geral, é afastada do cargo visto que “*foi apurado fraudes como sendo: falsificação de assinatura da antiga presidente em alvarás, datas de registro de sócios alterados para beneficiar terceiros.*” (*Ata de Assembléia Geral de 26/11/1985*).

Por omissão e ausência mãe Neném Gaia perdeu a presidência da Federação. Sua figura omissa não incomodava necessariamente ninguém porque era, como já foi assinalado, uma presidente que não governava.

Era diretamente auxiliada por duas lideranças; uma administrativa; que era Antônio Gomes da Cruz; quem conhecia todos os arquivos e articulava verba em meio a sua rede de relações para , por exemplo, auxiliar na construção da sede. A outra liderança era Raimundo Reis que almejou alçar vôo político dentro daquela instituição, vinha ganhando espaço e usufruindo do prestígio que a FEUCABEP lhe garantia e por isso começava a ser perigoso e precisava ser afastado, o que aconteceu em meio a instalação da Junta Governativa.

Dessa diretoria destituída foi preservado o chefe administrativo, Antônio Gomes da Cruz, então tesoureiro e burocrata. Apesar de todas as irregularidades financeiras (caixa extra, doações feitas a FEUCABEP sem constar em livro), seu nome sequer foi chamuscado.

Raimundo Reis, conforme vimos anteriormente, “armou” para afastá-lo da Federação pois certamente sabia que sua figura seria um empecilho para a conquista de poder dentro daquela entidade, todavia o afastado por expulsão foi o próprio.

Em meio a Assembléia Geral de 14 de setembro de 1985, o senhor Juvenal Maranhão Barbosa, até então um mero desconhecido nas atas de Assembléia Geral, em grande jogada política, propõe a elevação do senhor Antônio Gomes da Cruz do cargo de tesoureiro ao cargo de gerente administrativo, livrando-o assim, da jogada do senhor Raimundo Reis para prejudicá-lo. Nomeação acatada, o senhor Juvenal Barbosa solicitou empossamento imediato de Cruz para o cargo nomeado.

Certamente Juvenal Barbosa já almejava galgar cargo de destaque dentro da FEUCABEP e sabia que isso só seria possível mediante o afastamento da antiga diretoria que estava ganhando espaço dentro da instituição. Entretanto, por si, o senhor Juvenal Barbosa ainda não possuía poder simbólico suficiente para chegar à presidência da Federação sem fazer alianças. Sendo assim, ele não só devassou todas as irregularidades da Diretoria de Raimundo Reis afastando-o definitivamente da Federação, como se aliou a um grupo que há anos vinha dirigindo a instituição mediante a eleição sistemática de todos os seus candidatos.

Sendo assim, defender Antônio Gomes da Cruz é aliar-se a ele e conseguir respaldo simbólico para ser eleito presidente da Junta Governativa, que presidiria a Federação a partir de então.

Antes de falar sobre a gestão subsequente, encabeçada por esse perspicaz militar, devemos ressaltar ainda duas características importantes do governo Julia Gaia Mendes quais sejam: o contato entre jornalistas e políticos de renome local com a FEUCABEP e a construção da sede social em alvenaria.

Na ata de Assembléia Geral do dia 26 de setembro de 1974 o jornalista de nome Alan Kardec Souza fez um pronunciamento acerca da diferenciação entre missão e religião. Em 26 de agosto de 1976 a Comissão do Mobral não só participa da Assembléia Geral como compõe a mesa diretora. Seu representante toma a palavra e pede o apoio de todos os presentes para realização de cursos no espaço da sede.

Em 1978 o jornalista Elói Santos coloca todos os serviços de rádio a disposição da Federação. No ano de 1982, o Secretário de Segurança Pública Paulo Sette Câmara encaminha à Federação um documento que liberava o toque de tambor e outros rituais de rua na zona urbana de Belém desde que os mesmos fossem supervisionados por esta instituição. Finalmente, na fatídica reunião de 26 de agosto de 1985 comparecem a sede e compõe a mesa diretora daquela Assembléia Geral o Coronel Alacid Nunes, então governador do Estado que, segundo o ex-presidente João Cardoso, havia “*dado o aval para o chefe de polícia Sr. Paulo Sette Câmara liberar a portaria*” acima citada. Nesta ocasião, este homem público pede a palavra e se diz muito satisfeito em estar ali, comemorando o vigésimo primeiro aniversário da Federação.

Nesta mesma reunião, também se fizera presente na composição da mesa diretora o Deputado Federal Dionísio Hage, na ocasião candidato a Prefeito de Belém pela Frente Liberal e estava, naquele exato 26 de agosto, iniciando, pela FEUCABEP, seu período de campanha eleitoral. Fato que ele populistamente havia atribuído aos desígnios divinos. Também o senhor Filomeno Melo os acompanhava e pediu a todos os presentes que elegessem Dionísio Hage Prefeito de Belém.

No mandato de mãe Neném Gaia diversos títulos de sócio benemerito foram distribuídos a pessoas de destaque na história política da instituição e àquelas que contribuíram financeiramente durante o processo de construção da sede. São elas: Pai Benedito Saraiva, mãe Raimunda Prudenciana, (20/08/1982) pai Mábio Brandão, Mãe Igracy Damus e Pai Hyder Lisboa (20/08/1984).

Nada é mais importante de se destacar durante os catorze anos de governo Julia Gaia Mendes do que o processo de construção da sede social da FEUCABEP. Até o início da década de

setenta a Federação funcionava num casebre de taipa⁵³, coberta de palha com porta e janela. Na ata da Assembléia Geral de 26 de agosto de 1976, a presidente Júlia Gaia Mendes fala da importância de se reconstruir esta sede da instituição que para ele seria a “catedral da umbanda⁵⁴ no Pará” . Uma instituição de caráter normatizador como a FEUCABEP não poderia funcionar num local completamente sem infra-estrutura.

Só foi possível se erguer a sede graças a rede de relações da presidente e do então tesoureiro Antônio Gomes da Cruz. Em quase todas as atas da década de setenta e oitenta mãe Neném Gaia se refere, de maneira grata, a seu genro, o engenheiro civil Mário Nazareno, que , conforme a mesma, “*proporcionou seus trabalhos de forma totalmente gratuita como reconhecimento de carinho por sua sogra*”(*Ata de Assembléia Geral da FEUCABEP de 26 de agosto de 1976*).

No entanto, os serviços de outra pessoa foram fundamentais para a construção da nova sede, trata-se daquele tesoureiro a quem mãe Neném Gaia, na mesma ata se refere como “*Um grande baluarte que trabalha dia e noite para elevar a umbanda e para elevar nós umbandistas*” ”(*Ata de Assembléia Geral da FEUCABEP de 26 de agosto de 1976*). Sua importância se deu no sentido de arrecadação de verbas. Para isso lançou mão de sua rede de relações pedindo dinheiro, material de construção ou fazendo promoções tais quais as narradas abaixo:

“ O Cruz além de ser tesoureiro, de ser o coordenador, ele ficava fazendo eventos, promovia eventos, promovia bingos, promovia rifas, pra poder puxar as coisas pra dentro da Federação. Que nunca foram os presidentes que fizeram isso, nunca foram os presidentes. Sempre foi o Cruz, o Cruz saía batendo de porta em porta quando num ligava pra pedir coleta, pra pedir ajuda pra construir a Federação. Então pessoas como eu que dei muita coisa pra Federação, monte de tijolo, cimento. Outros também devem ter dado, eu acredito que deram sim. Ele fez a campanha do tijolinho, fez a campanha da caixa de fósforo. Isso era um palito ou então um tijolo. A pessoa comprava x pra puder passar pros clientes (...). Essas campanhas, eu já não tenho visto mais, mas na década de setenta e oitenta, principalmente na década de oitenta, quando a Federação ainda era uma casinha muito humilde. O Cruz mandava fazer umas cartelas grandes, por volta de vinte por trinta centímetros. Uns taquinhos e isso eram os tijolinhos. Então era a campanha do tijolinho que ele fazia. Aí dava duzentos tijolinhos pruma pessoa aí você passava esses tijolinhos. Em dinheiro da época, tipo assim um cruzeiro, então eu passava dez tijolinhos, dez cruzeiros, vinte tijolinhos, vinte cruzeiros. Então juntava tudo e entregava pra ele o equivalente a x cartelas que ele tinha dado. Aí as caixas de fósforo, ele mandou fazer milhares de caixas de fósforos, aí mandava os

⁵³ Na região Amazônica é muito comum encontrar casas de taipa, principalmente nas regiões periféricas do interior ou subúrbios das grandes cidades. Trata-se de residências feitas com armação de madeira e enchimento de barro.

⁵⁴ Leia-se Umbanda como uma palavra genérica para definir os cultos afro-brasileiros de maneira geral.

pacotes de caixa de fósforo, 500 caixas pro fulano, 300 pro siclano. Já vendia aquelas caixas de fósforo por um preço simbólico e aquele dinheiro remetia em prol da construção da Federação. Foi assim que o Cruz construiu a Federação. Houveram pessoas, sim, que deram. Eu mandei vinte milheiros de tijolo, muitas sacas de cimento, muita areia, mas tinham pessoas que não davam, então fazia isso, a campanha do tijolinho. Depois disso vieram bingos, vieram outras coisas, rifas. Ele fazia isso para levantar a Federação.” (Pai Hyder Lisboa, ‘candomblecista’ federalizado)

2.2.2. Governo Juvenal Barbosa: de Democrata a Ditador.

Juvenal Maranhão Barbosa foi o primeiro presidente laico da FEUCABEP. Trata-se de um militar reformado da Aeronáutica, esposo de uma ‘mãe-de-santo’. É um homem instruído que exerceu um governo ambíguo.

Seu mandato teve início através de uma Junta Governativa eleita para substituir o governo de mãe Neném Gaia. Esta Junta Governativa foi eleita na Assembléia Geral de 14 de fevereiro de 1982. À sua presidência concorreram Juvenal Barbosa e pai Hyder Nazareno Lisboa. Juvenal Barbosa foi eleito para governar, juntamente com a secretária Ida Carmem Said⁵⁵ e o diretor João Paulo⁵⁶. Para os Conselhos do Ritual, Deliberativo e Fiscal foram eleitos respectivamente Benedito Saraiva⁵⁷, Hyder Lisboa⁵⁸ e Itacy Domingues⁵⁹. A Junta Governativa durou até 1987 quando Juvenal se elegeu presidente permanecendo à frente da FEUCABEP por treze anos.

A Junta Governativa ganhou características específicas da personalidade do militar Juvenal Barbosa. Seu slogan era “Organização e Disciplina” com programa que incluiu a realização de congressos, seminários, conferências⁶⁰ etc... Sua presidência se estendeu por mais três mandatos. Após a Junta Governativa, ele foi empossado presidente em 1988 tendo como sua vice-presidente Ida Carmem Said e tesoureiro Antônio Gomes da Cruz.

Saiu candidato novamente em 1990 com a chapa “Shangô”, da qual também faziam parte os candomblecistas Walmir da Luz Fernandes, Mercedes Aquino, Alberto Martins e outros que posteriormente rompem com a FEUCABEP. Sua última candidatura ocorreu em 1994 com uma chapa que recebeu o sugestivo nome de Antônio Gomes da Cruz, a pessoa mais importante da Federação. Essa chapa, apoiada pelo tesoureiro, era composta por Juvenal Barbosa (presidente),

⁵⁵ Que concorreu com pai Haroldo Ferreira.

⁵⁶ Que concorreu com pai Benedito Saraiva.

⁵⁷ Que concorreu com o senhor José Ferreira.

⁵⁸ Que concorreu com o Coronel Itacy Domingues.

⁵⁹ Que concorreu com o senhor Luís Augusto de Souza.

⁶⁰ As atas da Assembléia Geral da FEUCABEP atestam a realização do Primeiro Seminário Paraense de Umbanda com participação ativa da CONDU.

Emília Cruz (vice), Victor Martins Saldanha e Jendersson da Silva (membros). Não possuiu concorrentes já que a outra chapa inscrita, de nome Renovação, formada eminentemente por ‘candomblecistas’, fora impedida de concorrer a partir da alegação de problemas estatutários que analisaremos com mais vagar posteriormente.

No início de sua trajetória política na FEUCABEP, Juvenal Barbosa procura atrair para a associação todo tipo de religioso, inclusive os velhos ‘pais-de-santo’ que haviam se afastado da mesma ao longo de sua trajetória histórica, a exemplo do senhor Ayrton Soeiro, cujo nome está presente nas atas de fundação da FEUCABEP, assumindo cargo de suplente no Primeiro Conselho Religioso do Ritual.

Apesar de ser marido de uma ‘mineira’ e ferrenho defensor da ‘Mina’, Juvenal Barbosa, numa jogada política, também tentou atrair para a sede o povo do ‘Candomblé’, modalidade de culto já totalmente inserida no contexto religioso afro-brasileiro local e que precisava ser açambarcada pela casa mater até então predominantemente ‘umbandista’ e ‘mineira’.

Uma das estratégias para atrair os candomblecistas para a FEUCABEP foi a criação do Conselho Estadual do Candomblé, órgão composto eminentemente por ‘candomblecistas’, que funcionava paralelamente ao Conselho do Ritual, com atributo exclusivo de decidir assuntos relativos a esse tipo de culto.

“Eu fiz parte do Conselho da Federação. Depois me iniciei no ‘Candomblé’, aí sim eu fui pro corpo mesmo da Federação,, dos conselheiros (...). Eu não gostava muito do que acontecia lá, por exemplo, o Juvenal se metia em tudo, eu não aceitava isso. Ficava muito chateado porque além dele não ser iniciado, ele não podia meter o bedelho onde ele não tinha autonomia para isso. (...) Aí ele me escolheu para nós formarmos o Conselho Estadual do Candomblé onde eu seria o presidente. E formaríamos um Conselho para que nós resolvêssemos, entre aspas, os problemas das pessoas do ‘Candomblé’. Então nós fundamos, uma certa feita, ele começou a meter o bedelho nas coisas do ‘Candomblé’ que ele não entendia. Então isso me feriu enquanto sacerdote e eu disse a ele que não aceitava aquilo porque se ele não era iniciado como ele podia dar opinião naquilo que ele não conhecia? – Ah mas eu estudo, eu leio isso e aquilo. Eu disse: - Não, se você quer que a gente lute até pra normatizar a coisa eu acho que você não devia dar opinião até porque você não entende. Ele se chateou com isso. Em resumo, acabou o Conselho do Candomblé” (Pai Walmir da Luz, ‘candomblecista’ diretor do Intecab-PA)

Muitos foram os que retornaram a casa mater.

“ O Juvenal conseguiu ser eleito e reeleito e conseguiu ficar dentro da Federação por aproximadamente dez ou doze anos. Ele modificou muita coisa dentro da Federação, algumas realmente boas, a gente tem que reconhecer, outras nem tanto.(...) Coisas boas que eu digo até porque as pessoas ficaram mais unidas. O Juvenal era aquele tipo morcego, chupa e abana, ele agradava dum lado, agradava do outro, puxava aqui e aculá. As pessoas começavam a se aproximar. Até gente que não gostava da Federação passou a gostar porque ele favorecia essas pessoas. O Juvenal Favorecia as pessoas facilitando alvarás, facilitando situações etc..” (Pai Hyder Lisboa, ‘candomblecista’ federalizado)

Todavia, essas pessoas cedo se afastariam em virtude do extremo militarismo do presidente no, ato de governar. A segunda metade de seu mandato foi tão centralizadora que Juvenal chegou a exercê-la sozinho, sem a diretoria, brigando até com sua vice-presidente, mãe Emília Cruz⁶¹ e com muitos outros religiosos devido sua intromissão nos assuntos referentes ao Conselho do Religioso Estadual, mesmo sendo um presidente laico.

Seu centralismo superava sua tentativa de ser político. Foi por isso que ele acabou por afastar todos que haviam retornado à casa mater. Conforme a narrativa de pai Walmir, esse foi o motivo que acabou por prejudicar e encerrar o Conselho Religioso do Candomblé.

Pode-se afirmar que esse mandato representou o auge da disputa por poder dentro da Federação. Diversos grupos de pessoas que aparecem nas atas da Assembléia Geral ocupando cargos de destaque dentro da FEUCABEP, depois de frustradas tentativas de galgar a direção desta instituição, romperam com ela e fundaram outros órgãos que procuram aglutinar uma parcela do mercado religioso local.

Juvenal assume a presidência num momento de redefinição do campo religioso afro-brasileiro. Em 1982, durante o governo de Alacid Nunes, o Secretário de Segurança Pública entrega, em momento de seção solene na sede da FEUCABEP, um documento que garante a comunidade afro-brasileira a liberdade de tocar tambor na região metropolitana de Belém. Seis anos mais tarde é promulgada a constituição de 1988 que garantia liberdade de culto a todas as religiões. Estes dois documentos se não esvaziaram o significado primeiro da FEUCABEP, tiraram a obrigação formal de um terreiro se filiar a essa instituição e abreu precedentes para a fundação de outros órgãos. A Federação já não era mais a própria voz do Estado e os dissidentes tinham liberdade de fundar novas associações ameaçando o império da FEUCABEP.

Muitos foram os que romperam com a casa mater. Pessoas de importância na associação dela se afastaram, como o seu primeiro presidente – João Cardoso – que há anos assumia o cargo

de presidente da Assembléia Geral, o poder máximo da FEUCABEP, segundo o Estatuto. Na ata da Assembléia Geral de 4 de agosto de 1986, o presidente da Junta Governativa destitui João Cardoso do Cargo de presidente da Assembléia Geral alegando a ilegalidade desse cargo ser vitalício. Esse evento gerou briga entre as duas lideranças com menção de palavras desrespeitosas de João Cardoso contra a presidência da FEUCABEP. Essas palavras respaldaram os argumentos de Juvenal, na tentativa de eliminá-lo da presidência da Assembléia Geral.

Pai João Cardoso não desistiu e entrou com recurso contra a FEUCABEP e seu presidente. Este recurso foi lido, de maneira tendenciosa, durante a Assembléia Geral de 5 de agosto de 1987 merecendo discussão com longos pronunciamentos acerca do comportamento desrespeitoso de João Cardoso para com a casa mater.

Nesta mesma ocasião, o Senhor Juvenal Barbosa, na tentativa de eliminar de vez aquela liderança que tanto o incomodava, a acusa de tentar politizar partidariamente a FEUCABEP. Segundo ele, João Cardoso queria atrelar este órgão ao PFL. O primeiro presidente da FEUCABEP também era acusado de agredir verbalmente todo o Conselho Religioso Estadual, chamando-o pelo adjetivo “safado”. A tentativa de formação de opinião foi completamente efetiva de forma que a ata desta Assembléia Geral de 1987 termina da seguinte forma:

“A Plenária decidiu pelo seguinte. A AG (Assembléia Geral) considerou o senhor João Batista Cardoso culpado das acusações contra ele feitas, de ter se dirigido de maneira ofensiva a entidade agravado pelo fato do mesmo ter sido dirigente máximo da FEUCABEP, além de sócio fundador e benemérito (...). Sendo assim, este poder ratifica sua decisão de 5 de agosto de 1986 de eliminá-lo e dá o assunto por encerrado.” (Ata da Assembléia Geral de 7 de agosto de 1987)

João Cardoso foi uma das lideranças afastadas da FEUCABEP durante o governo de Juvenal Barbosa, no entanto não foi o mais importante. As duas principais rupturas aconteceram posteriormente e acabaram por ocasionar a fundação de outras associações: a União de Tendas de ‘Umbanda’ e ‘Candomblé’ de Belém e o INTECAB- Seção Norte.

Primeiramente falaremos da mãe Celina, já referida durante a gestão Neném Gaia e do grupo vinculado a Associação de Tendas de Umbanda e Candomblé de Belém e da Associação dos Amigos de Iemanjá. Essa ruptura aconteceu ainda no período da Junta Governativa. A segunda ruptura afastou da FEUCABEP pai Walmir da Luz, o antigo presidente do Conselho Estadual do

⁶¹ O senhor Juvenal Barbosa se desentende com sua vice presidente mãe Emília Cruz por fazer críticas atrozes a seu processo de iniciação.

Candomblé, juntamente com um considerável grupo de ‘candomblecistas’ durante o período eleitoral que antecede o último mandato de Juvenal, que tem início em 1994.

A trajetória de mãe Celina na Federação já foi mencionada. Durante todo o mandato de mãe Neném Gaia esta religiosa tentou galgar posição de destaque dentro da instituição e nela infiltrou as principais lideranças da Associação dos Amigos de ‘Iemanjá’. Seu grupo participa ativamente da Assembléia Geral de 5 de agosto de 1985, que - depõe a velha diretoria - apontando irregularidades e concorrendo a cargos de destaque na Junta Governativa.

Todavia apenas um de seus aliados, Itacy Domingues, – presidente vitalício da Associação dos Amigos de Iemanjá – participou da Junta conseguindo um cargo secundário no Conselho Fiscal mas logo foi destituído por não comparecer às reuniões do mesmo. Completamente enfraquecido, consta que o grupo de mãe Celina tentou sua última cartada procurando atingir o presidente da Junta Governativa, Juvenal Maranhão Barbosa, no que tange à sua vida profissional. João Simões Cardoso Filho (1999), baseado na transcrição das atas de Assembléia Geral da FEUCABEP, relata:

“O presidente da Junta Governativa denuncia ao Conselho que o Capitão Itacy teria mandado uma carta para o Comandante da Aeronáutica na intenção de afastá-lo da Federação. A referida carta teria sido assinado por um deputado” (Cardoso, 1999:98)

Não é certeza que tal carta tenha realmente existido, se existiu não produziu o efeito esperado pois, conforme relatava o presidente da FEUCABEP, Juvenal Barbosa, a partir desse episódio o seu superior direto estreitara laços com o mesmo passando até a se consultar com sua esposa para assuntos espirituais. (Cardoso, 1999:98)

Cardoso diz que a partir desse momento mãe Celina, então vice presidente do Conselho do Ritual da FEUCABEP se ausenta das reuniões o que “*que indica que o desafio de mãe Celina e seus aliados termina com a vitória do grupo tradicionalmente no poder da Federação*” (Cardoso, 1999:98).

Sendo assim, o grupo rompido finalmente institucionaliza a AAI legalmente⁶² e para “*contrariar o poder hegemônico da FEUCABEP no campo da religião de ‘orixás’ em Belém, desta vez de fora, criara finalmente a União de Tendas de Umbanda e Candomblé Seção-Pa* (Cardoso, 1999:98).

Outra liderança religiosa que rompeu com a FEUCABEP nesse período, foi Walmir da Luz Fernandes. Seu nome aparece pela primeira vez na Ata da Assembléia Geral de 1989 onde, na

⁶² A Associação dos Amigos de Iemanjá, conforme foi dito anteriormente, só existia de fato, não de direito uma vez que mãe Celina temia que a institucionalização da AAI afastasse mais ainda seu grupo da cúpula da FEUCABEP.

condição de presidente do Conselho Estadual do Candomblé, é convidado a compor a mesa diretora.

Durante o processo eleitoral de 1990, este religioso é um dos componentes da chapa “Shangô”⁶³, presidida por Juvenal Maranhão Barbosa, que também contava com a participação de outra liderança importante do ‘Candomblé’, mãe Mercedes Nazaré de Aquino, que posteriormente também rompe com a FEUCABEP.

Não tendo sido apresentada outra chapa, a “Shangô” concorreu ao pleito na condição de chapa única e por isso foi aclamada pela Assembléia Geral. Sendo assim, no dia 17 de junho de 1990 realiza-se a Assembléia Geral de posse da nova Diretoria. Em seu discurso de posse, o presidente eleito ressalta a necessidade de união entre as religiões de matriz africana para lutar contra os ataques das outras religiões. Franqueada a palavra, Mãe Mercedes Aquino homenageia a vice-presidente empossada, mãe Ida Carmem Said e a ‘valorixá’ Mariza Queiroz Barbosa, esposa de Juvenal Maranhão Barbosa.

“E completando a homenagem os representantes do ‘Candomblé Ketu’ e da ‘nação ‘Angola’, respectivamente, Rodolfo Corrêa e Adair Valente, conferiram solenemente ao novo presidente o título de “ministro de Xangô” tendo na ocasião Rodolfo Corrêa explanado minunciosamente sobre o significado da homenagem. Mercedes Aquino procedeu a entrega do documento que dava legalidade ao título de ‘Obá’” (Ata de Assembléia Geral da FEUCABEP de 17 de junho de 1990)

Durante a reunião da Assembléia Geral ordinária de 26 de agosto de 1990, que comemorava o aniversário de 26 anos da Federação, reencontramos o nome do senhor Walmir da Luz Fernandes participando da composição da mesa diretora. Nessa ocasião o religioso pede a palavra e :

“Faz uma breve apresentação dos vinte e seis anos da FEUCABEP, dizendo que a mesma já está em idade adulta precisando cada vez mais atuar beneficamente sobre toda a comunidade afro-brasileira. O senhor Walmir também elogia o trabalho que está sendo feito pela nova diretoria da FEUCABEP e encerra parabenizando a todos pelo grande evento” (Ata de Assembléia Geral da FEUCABEP de 26 de agosto de 1990)

⁶³ A chapa Shangô era composta pelos seguintes membros:

Presidente: Juvenal Maranhão Barbosa, Vice-Presidente: Ida Carmem Said, Membros: Ayrton Soeiro, Benedito Saraiva Monteiro, Walmir da Luz Fernandes, Adair Monteiro Valente, Haroldo Ferreira, Haroldo José Corrêa, Mercedes Nazaré Aquino, José Ribamar Rodrigues e Maria José Martins.

No entanto a ruptura dos laços de convivência entre o senhor Walmir da Luz Fernandes – e com ele um considerável grupo de ‘candomblecistas’ – com o presidente da FEUCABEP e conseqüentemente com a própria instituição, se dá em meados do ano de 1994 durante o processo eleitoral para a presidência da instituição.

No dia 24 de março do mesmo ano, esse ‘babalorixá’ da nação ‘Ketu’ envia um ofício a FEUCABEP requerendo o registro da chapa “Renovação”, para fins de concorrer às eleições do corrente ano que seriam realizadas no dia 05 de junho.

Esta chapa contava com a participação de 11 membros, em sua maioria adeptos do ‘Candomblé’ nação ‘Ketu’ e ‘Angola’, quais sejam:

1. Presidente: Walmir da Luz Fernandes (‘Candomblé Ketu’).
2. Vice-presidente: Alberto Paulo Martins. (‘Candomblé Ketu’).

Membros:

3. João Ramos (‘Candomblé Ketu’).
4. Luís Augusto Loureiro Cunha (‘Mina Nagô’)
5. Ângelo Sávio da Lima Imbiriba (‘Candomblé Angola’)
6. Elder Fábio Câmara Andrade (‘Candomblé Ketu’).
7. Mercedes Nazaré Nobre de Aquino (‘Candomblé Ketu’).
8. Milton Argemiro Coelho Corrêa (‘Candomblé Ketu’).
9. Marcelo Ricardo Machado Soares (‘Umbanda’).
10. Sebastiana Dias Silva (‘Candomblé Ketu’).
11. Maria de Lourdes Monteiro Borba (‘Candomblé Ketu’).

Era a primeira vez, durante trinta anos de existência da FEUCABEP, que havia a possibilidade de um grupo composto eminentemente por religiosos adeptos de uma tradição alienígena, tomar a frente da instituição. Tratava-se portanto mais que mera disputa eleitoral.

Para concorrer com esta chapa, no dia sete de maio de 1990, dá-se a inscrição de outra chapa denominada “Antônio Gomes da Cruz”⁶⁴, presidida por Juvenal Maranhão Barbosa que tentaria a reeleição tendo como membros muitos nomes da antiga cúpula dos antigos. São eles:

1. Presidente: Juvenal Maranhão Barbosa (sem nação)
2. Vice-presidente: Maria Emília Miranda Cruz. (‘Mina’)

Membros:

3. Haroldo Ferreira. (‘Ketu’).
4. Luiza Ninfá Oliveira (‘Ketu’ e ‘Mina’).

⁶⁴ Apesar desta chapa levar o nome de Antônio Gomes da Cruz e ser evidentemente apoiada pelo mesmo, ele não participa da chapa e nem do processo eleitoral, enviando uma carta a presidência da FEUCABEP pedindo seu afastamento em virtude de problemas de saúde.

5. Abílio Xavier Farias ('Ketu').
6. Adair Valente ('Omolocô').
7. Benedito Saraiva Monteiro ('Mina-Nagô').
8. Álvaro Pizzarro ('Mina').
9. Pedrina Melo Santos ('Umbanda').
10. Maria José Martins ('Umbanda').
11. Aldo Ferreira Pereira ('Umbanda')

Inscritas as duas chapas, cabia a Comissão Eleitoral acatá-las ou não. De acordo com os Estatutos seriam elegíveis os sócios que:

*“a- Se enquadrem no que estabelece e Art. 28.
b- Sejam admitidos no quadro social até o dia 05 de fevereiro
do ano eleitoral da FEUCABEP.
c- Preencham os requisitos constantes das alíneas “a”
(estejam quites com suas mensalidades alvarás e demais obrigações
financeiras até o dia 5 de maio do ano eleitoral da FEUCABEP) e
“b” (estejam em gozo de seus direitos sociais)” (Estatutos da
FEUCABEP).*

Durante a averiguação da situação de todos os membros de cada chapa é que começaram a nascer os problemas, uma vez que os dois membros da comissão impugnaram a chapa “Renovação”, sob a alegação de que muitas irregularidades foram encontradas pois seus membros estavam inadimplentes ou haviam pago fora do prazo.

Para este fato existem duas explicações. Pai Walmir da Luz Fernandes informa que havia recebido da FEUCABEP um título de sócio benemerito e por tal deixara de pagar a instituição. A prova da veracidade deste fato seria, segundo ele, uma carteirinha de benemerito que recebera das mãos da secretária Isabel Assunção. Para este religioso, seu título, bem como as atas de Assembléia Geral que atestariam o recebimento do mesmo, teriam sido extraviados numa jogada política do presidente da Federação, para garantir sua reeleição.

Por outro lado, os manuscritos da Comissão Eleitora da Federação mostram que não apenas pai Walmir da Luz Fernandes estava irregular. Consta que na chapa “Renovação”, apenas três pessoas estavam aptas a concorrer, eram elas: Luís Augusto Cunha, João Ramos e Sebastiana Dias.

Os oito membros restantes, segundo o documento, estavam irregulares tendo alvará em atraso, pagamento de mensalidade efetuado fora do prazo estipulado pelos estatutos ou inadimplência.

A respeito da situação do senhor Walmir da Luz Fernandes, a Federação informa que o título conferido ao mesmo foi de honra ao mérito e não de sócio benemérito o que não o isentaria do pagamento das mensalidades. Quanto à concessão de uma carteirinha de sócio benemérito a este candomblecista, a secretária Isabel Assunção explica por meio de uma carta endereçada, na época, à presidência da FEUCABEP.

“Fui procurada pelo senhor Walmir da Luz Fernandes sócio e conselheiro dessa entidade, na época, o que me comunicou que era sócio benemérito e solicitou uma carteirinha social com essa categoria. No cumprimento das ordens recebidas da presidência que os conselheiros são pessoas de confiança, atendi o cidadão e retirei sua ficha financeira do arquivo dos efetivos para o dos beneméritos. Por esse motivo explico o fato do referido sócio não aparecer nos levantamentos dos sócios em débito. Tendo em vista que sócio benemérito está isento de pagamento é óbvio que não há devedores.”
(Carta de Isabel Assunção a Presidência da FEUCABEP, 11 de abril de 1994)

Não cabe aqui decidir se o ocorrido se deu em virtude de um grande equívoco ou de um jogada política para afastar a ameaça. Conclui-se que mediante as irregularidades mencionadas, a chapa “Renovação” foi impedida de concorrer à presidência, restando apenas a “Antônio Gomes da Cruz” que é eleita vencedora. Juvenal Maranhão Barbosa não só permanece na presidência da Federação como garante a continuidade da cúpula dos antigos e do governo ‘mineiro’.

Quanto a pai Walmir da Luz Fernandes e seu grupo de seus aliados, ainda tentaram entrar com uma ação contra a Federação mas desistiram, se retiraram da mesma⁶⁵ e logo em seguida fundaram no Pará o INTECAB- Seção Norte, que passa a fazer frente ao poderio da casa mater a partir de uma “campanha de conscientização das massas” para a existência da liberdade de culto, e consequentemente, o fim da necessidade de filiação a Federação (Ver capítulo I).

Muitos outros feitos podem ser atribuídos à gestão de Juvenal Barbosa. Foi ele, por exemplo que estende a influência da FEUCABEP ao interior do Estado, fundando uma delegacia no distrito de Icoaraci e sub - associações nos municípios de Xinguara, Itaituba, Paragominas, Tucuruí, Santarém Castanhal, Marabá, Abaetetuba etc... Seu objetivo era marcar a presença da Federação nessas localidades.

A relação das associações interioranas com a casa mater da capital segue o modelo matriz-filial. As sucursais do interior estão ligadas a sede municipal de Belém e, como ela, também tem

⁶⁵ Alguns dos membros da chapa “Renovação” rompem definitivamente com a FEUCABEP, outros romperam a sociedade mas continuaram solicitando alvará. Há também, aqueles mais afastados do eixo da discussão que conciliaram a sociedade com a FEUCABEP com o ingresso no INTECAB.

direito de ceder alvará e fazer associados devendo remeter à matriz a porcentagem (40 %) do dinheiro arrecadado com a concessão de alvarás⁶⁶.

A construção da sede prosseguiu nesta gestão. Em 1986 foi construído o salão nobre onde funciona o Conselho do Ritual, o hall de escada, os quartos do andar superior e as instalações sanitárias. Também ocorreu o processo de modernização da sede com a atualização de todos os arquivos, fichas e currículos (religiosos, de casas de ritual e de filiação) e compra de móveis e eletrodomésticos.

Além disso, os dois principais salões da Federação, o salão do ritual e o recém construído salão nobre, passam a denominar-se respectivamente Manoel Colaço Veras e Antônio Gomes da Cruz. Percebe-se ainda a continuação do apoio de políticos e poderes públicos. A ata de 5 de agosto de 1986 informa a doação de impressos pelo Banco do Brasil, de cem metros quadrados de lajota pelo Governo do Estado do Pará e de três mil novas carteiras pela SEMEC.

Reaviva-se o Jornal da Federação que falira com a saída do grupo de mãe Celina. Os novos números passam a se chamar “Mina-Jê” que, segundo informações informais, era elaborado exclusivamente pela figura do presidente, sem a presença de uma comissão redatoria.

Durante o mandato Juvenal Barbosa, mais especificamente em 1989, a FEUCABEP recebeu das mãos do então Reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Nilson Pinto de Oliveira, uma medalha comemorativa, oficializada pela resolução nº 565 de 17 de junho de 1987 do Egrégio Conselho Universitário. Esta atitude fazia parte da política de Extensão da UFPA e visava homenagear a Federação pelos seus 25 (Jubileu de Prata) de fundação, bem como pela sua intensa colaboração com a pesquisa científica.⁶⁷

Ainda nesta ocasião foi montada no Palacete Augusto Montenegro, onde Funciona o Museu da Universidade, uma exposição que visava mostrar ao público aspectos litúrgicos de todas as modalidades de culto reconhecidos pela FEUCABEP. Esta exposição foi organizada pelo Diretor do Museu da Universidade, João Mercês, e pela Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará.

Cresceu durante o Governo Juvenal Barbosa o poder de ação de Antônio Gomes da Cruz, haja vista que durante o seu terceiro mandato, iniciado no ano de 1994, o presidente propõe em Assembléia Geral, que Cruz, como tesoureiro, ganhasse liberdade de assinar cheques e abrir conta

⁶⁶ Taxas como as de filiação e concessão de documento comprovando o pagamento de ‘obrigações’ como ‘feitura’, ‘deka’ e muitos outros permanecem integralmente para as filiais do interior.

⁶⁷ O departamento de Antropologia da UFPA, mas especificamente representado pelos Professores Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino, foi pioneiro no que tange a pesquisa e o trabalho de extensão realizados principalmente junto as comunidades afro-brasileiras, representadas pela FEUCABEP. Grande parte do acervo museológico do Departamento de Antropologia da UFPA foi doado por religiosos vinculados a Federação, bem como parte da memória fotográfica desta instituição está arquivada no acervo Audio - Visual do referido departamento.

em bancos (Bradesco, Banco Real, Itaú, Caixa Econômica Federal, etc...) em conjunto com o próprio presidente. Proposta que foi acatada por unanimidade pela Assembléia.

Dá-se também, durante este mandato, uma reforma estatutária já que uma das acusações do atual presidente ao mandato anterior dizia respeito justamente às irregularidades na reforma estatutária anterior. Sendo assim Juvenal Barbosa, em agosto de 1987, fez “*uma resenha do projeto da reforma estatutária que seria apresentada pedindo a plenária que a medida que fossem lidos os artigos, parágrafos, itens etc, deveriam manifestar a favor ou contra. Foi iniciada assim a leitura do projeto da reforma estatutária, tendo o mesmo sido aprovado sem restrições*” (*Ata de Assembléia Geral 26 de agosto de 1987*) sem eleger comissão de reforma ou estabelecer discussão.

O próprio senhor Juvenal modificou cada artigo do Estatuto, bem como também fora ele quem elaborara o Regimento interno da FEUCABEP, dando prova do caráter centralizador de seu governo. No entanto, por não estar em ata o pedido de autorização para reforma – o que ele atribui a um lapso da diretoria – o cartório não aceitara o reconhecimento da reforma. Por isso em 1993, véspera do período eleitoral, o presidente volta a Assembléia Geral e propõe a eleição de uma comissão composta por três membros que em cento e oitenta dias procedesse a reforma.

Propõe ainda que o novo estatuto fosse ampliado, uma vez que o antigo tinha base de sindicato, sendo profundamente social sem se referir a parte religiosa. Diz o presidente saber ser difícil “*se estatuir o campo religioso mas propunha que se estauísse a parte religiosa-sindical e não de fundamentos*” (*Ata da Assembléia Geral de 26 de agosto de 1995*). Para o presidente a Federação precisava elaborar regras de ritual para basear fechamento de casas e punição de religiosos impedindo que todas as decisões fossem tomadas de forma pessoal, mas deixou que a decisão de incluir regras religiosas no Estatuto, ficasse a cargo da Assembléia Geral, o foi acatado.

A partir de seu último mandato (1994-1998), Juvenal Barbosa começa a ter sua imagem desgastada em função de todos os problemas mencionadas, além de sua características extremamente centralizadora que provocou o afastamento de Walmir Luz e, em consequência, de um grande grupo de ‘candomblecistas’ que fundaram no Pará a seção norte do Intecab Nacional e passaram a questionar a legitimidade da casa mater.

Outro motivo para o desgaste de sua imagem diz respeito a intromissão desse militar leigo em assuntos relativos ao ritual, tentando normatizar tipos de culto e opinar nesta normatização, interferindo de forma despótica, no Conselho Religioso Estadual. O Conselho Estadual do Candomblé foi desfeito uma vez que toda e qualquer decisão que esse poder tomava estava sujeita à aprovação do presidente.

Juvenal acabou, como já foi informado anteriormente, por afastar a diretoria. Brigou inclusive com sua vice-presidente ao tecer críticas ao seu processo iniciático. Sua figura, passou de aliado a concorrente de Antônio Gomes da Cruz haja vista que também era uma liderança laica. O senhor Juvenal passou a exercer atividades que o senhor Cruz exercia, a disputar seus amigos e a tomar conhecimento de seus atributos. Nessa quebra de braços entre lideranças laicas, o tesoureiro saiu ileso justamente por manter-se laico e frisar que suas atividades eram puramente burocráticas, deixando o poder religioso e as decisões religiosas a quem de fato lhe cabia, ao Conselho Religioso Estadual.

Outro fator de desgaste do presidente foi sua mudança para dentro da sede da FEUCABEP. Estando sua residência em reforma, a família de Juvenal passou a habitar as dependências desta instituição. Este fato não foi visto com bons olhos pela diretoria, dentre outros motivos, porque um dos quartos onde a família se instalou, fica acima da ‘capela’ e parecia inconcebível que estivessem praticando ato sexual acima daquele local sagrado.

Há também explicações de cunho sobrenatural para a derrocada de Juvenal Barbosa. Pai Walmir da Luz Fernandes, em discussão com este presidente, no momento da ruptura dos ‘candomblecistas’, lhe havia dito:

“Olha Juvenal, quem me iniciou dentro da minha religião foi uma pessoa de ‘Xangô’⁶⁸ e você se diz de ‘Xangô’. Eu tenho certeza absoluta que existe ‘Xangô’ e se você é filho de ‘Xangô’, você não vai ficar na Federação porque o que você fez foi uma traição muito grande⁶⁹ e o meu terceiro orixá é ‘Xangô’. Ele é o Deus da Justiça. E realmente depois eu soube que houve um problema lá entre eles, o Juvenal parece que tava morando na Federação ou alguma coisa assim. Houve um problema entre eles e o Juvenal foi embora para Manaus.” (Pai Walmir da Luz, ‘candomblecistas’ presidente do INTECAB-Pa)

Em 1998, acaba o reinado do senhor Juvenal Barbosa e ele deixou a FEUCABEP completamente desfalcada levando, consigo bens como a biblioteca e o computador da sede.

Na ata da Assembléia Geral do dia 21 de junho de 1998 ele entregou o cargo de presidente a Antônio Gomes da Cruz, o líder burocrático que finalmente deixou os bastidores e assume a presidência da instituição, a qual teria dedicado toda sua vida, numa eleição sem concorrentes.

A transmissão do cargo foi feita por meio de um discurso populista onde o ex-presidente afirma ter assumido a presidência da Junta Governativa sem intenção de permanecer treze anos mas, “tendo declarado que admitia o fato da Federação ter se transformado pra ele em uma

⁶⁸ Gostaríamos de lembrar aqui que é ‘Xangô’ também o Orixá patrono da FEUCABEP.

espécie de vício, justificado por seu amor a entidade” (Ata da Assembléia Geral de 21 de Junho de 1998).

Refere-se também, na mesma ata, ao medo de entregar a FEUCABEP à políticos:

“Falou que há treze anos recebia a FEUCABEP das mãos dos sócios e naquele momento estava devolvendo para os sócios, que em muitos momentos anteriores tivera medo de ter que passar a FEUCABEP a um político (...) mas considerava estar passando a Federação a uma nova diretoria apenas no protocolo porque quem sempre havia governado a Federação era uma cúpula dos antigos ressaltando dessa cúpula a figura do senhor Antônio Gomes da Cruz. Era essa cúpula que sempre mandara e continuava mandando da FEUCABEP ao longo desses anos. Portanto considerava que menos do que presidente, ele havia sido um gerente da FEUCABEP”. (Ata da Assembléia Geral de 21 de Junho de 1998).

A presidência da FEUCABEP passa assim a ser assumida por Antônio Gomes da Cruz, assessorado ritualisticamente por duas outras pessoas. Trata-se de Benedito Saraiva e Aldo Pereira, que junto com o próprio Cruz são oriundas da casa de Manoel Colaço Veras. Sendo assim procede afirmar que o poder da FEUCABEP retornou à linhagem de seu fundador através do triunvirato de descendentes.

Do senhor Juvenal, sabe-se que mudou para o Amazonas, juntamente com sua família; que passou por graves problemas de saúde⁷⁰ e hoje vive paralisado em uma cadeira de rodas. Em conversa informal os membros da diretoria da Federação atribuem essa situação a demanda dos diversos religiosos que ele teria prejudicado.

2.2.3. Governo Antônio Gomes da Cruz: da Calmaria à Tempestade.

Para o pesquisador que pôde percorrer as atas de Assembléia Geral da FEUCABEP desde a sua gênese, ler os documentos referentes à gestão Antônio Gomes da Cruz é um ato bastante enfadonho. Esse governo teve início na Assembléia Geral de 21 de junho de 1998, na qual é empossado por meio de um discurso populista do ex-presidente Juvenal Barbosa, - já referido – sendo reeleito em 2002.

Seu mandato foi marcado por uma espécie de calmaria e pelo processo de reequilíbrio da instituição, uma vez que a mesma teria sido desfalcada durante a gestão anterior. Através da ata de Assembléia Geral do dia 06 de agosto de 1998 o contador da Federação nos informa:

⁶⁹ Refere-se ao episódio da ruptura dos candomblecistas anteriormente relatada.

⁷⁰ O Senhor Juvenal Barbosa sofreu um derrame cerebral e atualmente vive inutilizado em uma cadeira de rodas.

“Poderia dizer que a Federação está com a situação financeira equilibrada, mas economicamente a situação ainda era de desequilíbrio” (Ata de Assembléia Geral da FEUCABEP de 06/08/1998).

Na mesma ata, o presidente Antônio Gomes da Cruz declara:

“Quanto a elevação da Federação, declarou que estava ainda arrumando a casa e esperava que daquela data em diante obter êxito nos quatro anos que tinha pela frente” (Ata de Assembléia Geral da FEUCABEP de 06/08/1998).

Na ata subsequente, o vice-presidente Lourival Modesto menciona:

“Oposição sempre haveria, mas todos sabiam que o Cruz fora aquela pessoa que sempre carregara a Federação” (Ata de Assembléia Geral da FEUCABEP de 21/08/2002)

A primeira gestão de Antônio Gomes da Cruz voltou-se, principalmente, para a ampliação física da sede social. Um informativo⁷¹ elaborado pela Diretoria eleita em 2002, mostra, em detalhes, essas mudanças.

“I. Piso Térreo:

- *Ampliação e revestimento em lajota do salão de ritual Manoel Colaço Veras.*
- *Instalação de aparelho de ar condicionado 7000 btus na capela.*
- *Revestimento em lajota da copa – cozinha incluindo o balcão da mesma.*
- *Expansão com cobertura em laje de área de estar contígua a copa – cozinha. Revestimento total da mesma em lajota.*
- *Recuperação de dois quartos na área externa (quintal) para troca de roupa (marcação) e acomodação de médiuns impossibilitados (as) de subir as escadas.*
- *Pintura total do piso térreo da sede.*
- *Recuperação (pintura) da ‘casa dos Exus’ da Federação.*

2. Piso Superior.

- *Recuperação da Copa de Apoio existente no andar superior.*
- *Revestimento total em lajota e pintura do salão de reuniões do Conselho Religioso e do Supremo Conselho.*
- *Revestimento em Granito das duas escadas que dão acesso ao piso superior.*

⁷¹ Esse informativo não chegou a ser retribuído uma vez que a Diretoria foi deposta, no início do ano de 2003, por uma ação judicial.

- Limpeza, pintura e aquisição de cama beliche para os quartos superiores destinados aos médiuns que pernoitam na sede nos dias dos toques oficiais da FEUCABEP.
- Recuperação do banheiro do piso superior.
- Cobertura da nova laje do piso térreo e adaptação da mesma como mais uma área de estar dos sócios.

3. Sala de Computação.

- Recuperação com troca de portas, janelas e piso da sala frontal destinada à sala de computação.
- Aquisição e instalação de um computador SPECTRUM 4 – VR para o serviço de informatização da FEUCABEP.
- Aquisição e instalação de um aparelho de ar-condicionado 7000btus na sala da computação.” (Informativo da Diretoria Executiva da FEUCABEP com acessoria da Profª Anaíza Vergolino - 2002)

Quanto à parte social, poucas foram as mudanças durante o primeiro mandato. Em 2000 houve ampliação dos benefícios para o associado que passou a usufruir de exames laboratoriais de fezes, urina e sangue. Através de um Plano de Metas elaborado pela Diretoria Executiva da Federação tivemos conhecimento de que Antônio Gomes pretende atender o associado durante o seu segundo mandato, tanto no que tange à assistência material quanto espiritual. Talvez esta seja uma forma de responder às críticas externas. Este Plano de Metas informa que a diretoria pretende, dentre outras coisas:

- “Realizar “domingueiras” do tipo: pequenas excursões locais (praia Caripi/ Alça Viária; Praia de Sirituba/ Barcarena etc...) ou bingos na sede social.
- Manter e ampliar o Programa do Dia das Crianças (já iniciada Pai Beijamin e equipe).
- Retomar a Cesta de Natal para os sócios doentes e carentes.
- Criar sorteio mensal de uma cesta básica entre os associados. Definir os critérios do sorteio.
- Federalizar o “sopão dos pobres” (já iniciado por pai Osmar Boadana).
- Retomar a prática de passes e outros tipos de assistência espiritual gratuita no espaço da sede social (já iniciada).
- Planejamento de um calendário de palestras, encontros ou seminários quinzenais sobre determinado assunto religioso a ser definido. (ex: tambor de choro, história dos orixás em cada nação, dos voduns e demais entidades, etc...)
- Promoção de “Encontros” de debate da Mina, do Angola, da Umbanda, etc...
- Retomar a prática de ‘passes’ e outros tipos de assistência espiritual gratuita no espaço da sede social (já iniciada).

- *Realização de campanha em defesa das religiões afro com palestrantes internos e externos (historiadores, antropólogos, etc...), elaboração de folders e ampla divulgação na imprensa escrita, falada e televisiva.*

- *Articulação com segmentos da sociedade civil (políticos, movimento negro, INTECAB) na garantia de proteção e defesa legal – jurídica dos associados.” (Plano de Metas elaborado pela Diretoria Executiva da FEUCABEP com acessoria da Profª Anaíza Vergolino - 2002)*

No final do primeiro mandato, pudemos perceber outro foco de disputa por poder. Durante a primeira metade do ano de 2002 o vereador Ildo Terra (bancada do PT na Câmara dos Vereadores) começou a reunir as vertentes dos cultos afro-brasileiros com a finalidade de debater o preconceito racial e a discriminação religiosa de caráter público enfrentada pelos afro-descendentes e lançar propostas a serem mostradas à Prefeitura Municipal de Belém , para coibir os violentos ataques das Igrejas Evangélicas Pentecostais.

Tratava-se de uma problemática externa que exigia união de todas as instituições representantes dos cultos afro-brasileiros em Belém; ou seja, dos pólos opostos na disputa pelo poder. No primeiro momento isso pareceu uma excelente oportunidade de trégua. Membros do Intecab; instituição que estava mais diretamente em contato com o vereador acima mencionado; compareceram à sede da FEUCABEP convidando pessoalmente essa instituição para participar de uma reunião, a ser realizada no dia 3/05/2002 na sede do Intecab. Tal reunião tinha por finalidade, elaborar um documento com as propostas acima mencionadas, uma vez que o primeiro encontro entre religiosos afro-brasileiros e o Vereador Ildo Terra estava marcado para o dia 17 de maio de 2002.

A FEUCABEP, por sua vez, elegeu um membro do Conselho Religioso Estadual para relações públicas. Tratava-se de pai Rilkim Rodrigues, que compareceu a tal reunião representando aquele órgão e lançando propostas em nome do mesmo. A atuação de Rilkim Rodrigues mereceu elogios tanto dos membros das outras instituições, quanto da cúpula da FEUCABEP que muito se orgulhava dos discursos elaborados pelo recém eleito relações públicas.

Todavia, os problemas entre o relações públicas - que começava a se destacar - e a FEUCABEP não tardaram a aparecer. O mesmo passou a se utilizar do destaque que havia galgado através de seu contato com grupos dissidentes, bem como com o próprio vereador da Câmara Municipal de Belém, para tentar conquistar poder dentro da Federação.

Este religioso aliou-se ao então vice-presidente da FEUCABEP, Lourival Modesto, para montar uma chapa que concorreria com Antônio Gomes da Cruz. Lourival Modesto é um pai-de-santo antigo, há muitos anos federalizado, provavelmente ressentido com Antônio Gomes da Cruz,

uma vez que o mesmo, ao montar a chapa “Cruz e Cruz”, que concorreria a reeleição, escolheu Mãe Emilia Cruz⁷² para o cargo de vice-presidente, preferindo-o.

Rilkim Rodrigues, por si só, não poderia concorrer à presidência da Federação haja visto que tinha pouco tempo de associado e o Regimento Interno é claro ao instituir:

“São elegíveis apenas os sócios que: (...) b) tenham sido admitidas no quadro social há 7 (sete) anos ou mais”. (Regimento Interno da FEUCABEP)

Sendo assim pai Rilkim se une a Lourival Modesto lançando, durante a última reunião do Conselho Religioso Estadual da gestão Antônio Gomes da Cruz, a candidatura deste para a presidência da Federação e a sua para vice-presidente. Nesta mesma ocasião, pai Rilkim pede a palavra e tece numerosas críticas ao Estatuto, ao Regimento Interno e ao próprio Conselho Religioso Estadual.

“Sua primeira crítica começou pelo conselho onde disse que tem muita gente que merecia estar no Conselho (...). O Conselho era taxado de omisso e os Conselheiros de “vaquinha de presépio” (...). Passou também a fazer críticas (...) relativas a falhas, omissões e contradições do Estatuto por ele classificado de viciado e tendencioso. Mostrou que o Estatuto não previa reeleição nem dissolução do Conselho Religioso Estadual como estava acontecendo no momento. Também não previa o afastamento do presidente de seu cargo. Outra crítica foi relativa ao prazo de carência para o sócio votar (1 ano) e ser votado (7 anos) comentando que aquilo era inconstitucional (...) podendo ser derrubado judicialmente. A seguir passou a criticar conflitos existentes entre Estatuto e Regimento Interno nº 003/98 que afirma: que são eletores de qualquer categoria que estejam quites com as mensalidades, alvarás e obrigações financeiras até o dia 5 de maio de 1998. Segundo pai Rilkim quem é sócio pode pagar a mensalidade de maio até 5 de junho e votar. (...) Afirmou que é inconstitucional proibir o direito de voto. Outras críticas são relativas as penalidades sociais que ele omite as 1º e 2º advertências (...). Acrescentou que havia necessidade de um presidente religioso, enfatizando que estava se posicionando a favor de um presidente religioso e não apenas um administrativo pois “não se precisa de um administrador, mas de um religioso com noção de administração” (Ata do Conselho Religioso Estadual 18/05/2002)

Após as críticas, lançou a proposta de adiamento das eleições por 90 dias, tempo necessário para se elaborar um Regimento Eleitoral para elucidar e reformular prazos, decidir quem poderia votar e ser votado bem como quem presidiria a mesa. Esta proposta foi posta em votação no Conselho e derrotada por 10 votos contra e 2 abstenções.

⁷² Devemos ressaltar que apesar do sobrenome, mãe Emilia Cruz não é parente do presidente da FEUCABEP.

Tendo perdido suas expectativas de mudar as normas eleitorais e assim sair candidato, pai Rilkim lança a candidatura de Juvenal Modesto e ameaça a recorrer judicialmente numa tentativa de impetrar a decisão do Conselho.

A candidatura de Juvenal Modesto gerou um clima de surpresa e decepção entre os presentes. Os federalizados julgaram este ato como uma traição, já que se tratava de um velho aliado de Cruz que por muitas vezes o elogiara em ocasiões de Assembléia Geral, conforme já foi mostrado em citação anterior. Pai Lourival logo foi indagado sobre da veracidade daquele fato, mas os questionamentos foram respondidos de maneira neutra, o que faz pensar que este religioso era uma pessoa secundária nesta disputa de poder.

Essa reunião gerou tumulto, muitas fofocas surgiram, todavia nenhuma das ameaças de pai Rilkim surtiu efeito, nenhuma chapa foi apresentada até às 18 horas do dia 31 de maio de 2002, prazo máximo para inscrição. Sendo assim, Antônio Gomes da Cruz foi reempossado durante uma Assembléia Geral ocorrida no dia 16 de junho de 2002, escolhendo nova Diretoria, elaborando um Plano de Metas voltado a atender aos associados e retomando a edição do jornal da Federação que passou a se chamar “O FEUCABEP”.

Em função da “traição”, pai Rilkin Rodrigues foi destituído do cargo de relações públicas. Por ter jogado a Federação na Justiça, foi expulso da mesma. Uma vez expulso, soubemos que pai Rilkim fundou uma nova instituição civil que também passaria a fazer frente ao poder da Federação.

Essa foi mais uma tentativa frustrada de derrubar Antônio Gomes da Cruz. Novamente houve uma ruptura cujo dissidente tentou se legitimar via instalação de outra instituição civil a disputar com a FEUCABEP uma parcela do campo religioso Afro-Brasileiro. Pode-se concluir que outra vez a história se repete.

Em meio a todas essas atribulações internas, a FEUCABEP se retirou das discussões com a Câmara Municipal de Belém que lutava contra o preconceito religioso. A Federação chegou ainda a participar do processo de organização do I Congresso Municipal de Religiosidade Afro-Brasileira: Um Culto a Cultura Afro-Brasileira e a Prevenção a AIDS, promovido pela Prefeitura Municipal de Belém, mas logo se ausentou sob a alegação de que, enquanto instituição mais antiga e tradicional, não estava sendo devidamente escutada e respeitada pela Comissão Organizadora.

Capítulo 3 :

O Poder Burocrático na FEUCABEP.

“ O Cruz que hoje é o presidente da Federação, um incansável trabalhador. Para a Federação o Cruz tem sido a alma. Todos esses anos continua e hoje é a alma dela. Posso te assegurar que ele deu o maior número de seus dias felizes, de sua vida, de seu desempenho, de suas realizações dentro daquela casa. Pode ter como todo mundo tem seus pecados, suas falhas, seus defeitos, como todo pecador mas, se tratando da Federação, o Cruz foi e é o espírito daquela Casa (...). Então eu lhe digo, mesmo antes de se cogitar fundar uma Federação o Cruz já era a alma daquilo. Ele desempenhou, ele brigou, ele agrediu, ele foi agredido mas ele venceu. Foi ele quem praticamente saiu no lugar do Colaço pra entrar na polícia, pra fazer tudo que era possível. Antes mesmo de fundar a Federação, o Cruz já era um grande baluarte. Então eu lhe digo, apesar de não gostar do Cruz eu acho que ninguém, ninguém pode se atrever a dizer que ele não é a alma daquela Federação. Ele merece toda reverência. (Pai Ayrton Soeiro⁷³, ‘mineiro’)

Em seu livro “Guerra de Orixás: Um Estudo de Ritual e Conflito” (1975) Yvonne Maggie Alves Velho acompanha um ‘terreiro’ de ‘umbanda’ em sua formação, crise e morte, o que sucedeu no curto período de três meses. Para a autora a Tenda Espírita Caboclo Serra Negra surgiu baseada em duas ordens distintas; uma de cunho burocrático e outra religiosa e feneceu motivada justamente pelo conflito existente entre essas duas ordens que se pautavam em códigos de lideranças diferentes.

A ordem religiosa, no ‘terreiro’ em questão, era representada pelos religiosos tais como ‘pais-de-santo’, ‘mãe pequena’, ‘filhos-de-santo’, enfim, pessoas que dominavam o código do santo, ou seja, entravam em transe e pretendiam coordenar as casas a partir de leis sagradas.

Essas pessoas não possuíam estudo, sendo em sua maioria analfabetos, acreditavam que uma ‘casa-de-santo’ deveria ser organizada internamente através de uma ordem que a mesma denominou de “ordem do santo”.

“ A ordem do santo implicava em obediência a ‘mãe pequena’, num controle mágico e o objetivo do médium deveria ser prestar caridade, colocar problemas pessoais diante dessa missão. O poder deveria ser dado a quem manipulasse melhor as técnicas do santo (rolar em cacos de vidro, enfiar um punhal,

⁷³ Pai Aírton Soeiro participou do processo de fundação da Federação ocupando posição de suplente no primeiro Conselho do Religioso Estadual, mas logo depois se afasta para fundar um outro órgão a Ordem Paraense da Umbanda Cristã.

beber cachaça com fogo, ter ‘mãe de santo’, conhecer as leis da umbanda” (Velho, 1975: 122-123.)

Por outro lado, em conflito com a ordem acima narrada, o terreiro possuía outra ordem; a burocrática, esta baseada em normas muito próximas àquelas valorizadas pela sociedade civil. No caso em questão, esta ordem é assumida por Mário, o presidente do ‘terreiro’ que era um estudante universitário, acessor do diretor do Instituto Nacional do Livro e portanto, possuía uma posição social e nível educacional mais elevados que as demais pessoas do ‘terreiro’. Este poder se baseia em critérios como prestígio econômico e social.

Para o presidente a organização do ‘terreiro’ deveria ser obtida através de uma ordem burocrática que implicava:

“No estabelecimento de um estatuto com regras rationalmente organizadas, ou seja, um controle não mágico. O poder deveria ser dado a alguém que prenchesse alguns critérios de prestígio econômico e social na sociedade mais ampla (“ter estudo”, “ter cultura”, “ter um nível alto”). Implicava num prolongamento da sociedade para dentro do terreiro, importava saber se o médium “tinha cultura”, se tinha um “nível alto” se era branco, preto, estudante universitário. (...)O controle deveria ser feito de forma não mágica, assim através desse código, seria atualizada uma visão menos intuitiva e mais racional. A possessão não era a única forma de especulação da realidade. Tal especulação deveria ser feita através de um conhecimento não intuitivo, através portanto de um conhecimento escolar.” (Velho, 1975, 123)

A autora etnografa uma seqüência de conflitos que denotam a oposição latente entre esses dois códigos no caso estudado. Dentro da Tenda Espírita Caboclo Serra Negra essas forças eram vistas como excludentes. Tratava-se de dois poderes distintos que disputavam espaço.

De um lado estava o pedreiro analfabeto que dominava o código do santo, rolava em cacos de vidro, enfiava punhal no peito, entrava em transe, conhecia as leis da umbanda, possuía experiência e ‘família-de-santo’ e acusava o presidente de ser “novo no santo” ou seja, de desconhecer esse código.

Por outro lado, desprovidos de todos esses atributos, estava o universitário Mário, presidente leigo do ‘terreiro’ que atribuía o adjetivo de “palhaçada” aos feitos do pai-de-santo (rolar em cacos de vidro etc...), considerando-o um “ignorante” e “sem cultura” acusando-o de só saber fazer as coisas quando em transe. Essa disputa acirrada acabou por culminar na derrocada do terreiro.

Na Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará, podemos também constatar a existência desses dois códigos; o religioso e o burocrático. Todavia, ao contrário do caso acima relatado, existe uma harmonia entre os dois poderes que são exercidos por pessoas distintas mas oriundas da mesma ‘casa-de-santo’.

Conforme já foi mencionado no capítulo primeiro, a FEUCABEP é governada por uma espécie de triunvirato que deita raízes na casa do principal fundador da FEUCABEP, Manoel Colaço Veras e consequentemente atinge a África por meio do contato com Manuel Tel Santo, um nigeriano erradicado no Maranhão.

O poder religioso desta instituição é exercido pelo único ‘filho-de-santo’ feito pelo religioso maranhense Manoel Colaço – Pai Benedito Saraiva – e por um ‘ogã’ que também conviveu em sua ‘casa-de-santo’ – Aldo Ferreira, todavia esse é o tema do capítulo posterior.

O poder burocrático, por sua vez, é exercido por Antônio Gomes da Cruz⁷⁴ que gerenciava a Casa de Manoel Colaço coordenando atividades como levantamento de verbas para festas e organização das mesmas, dentre outras. É particularmente a este homem que dedicaremos esse capítulo.

Dentro da FEUCABEP o poder religioso e o poder burocrático não só são exercidos por pessoas distintas como essas pessoas se respeitam e não ultrapassam suas áreas de atuação nem tão pouco interferem nas atribuições alheias. Todas elas fazem parte de um mesmo grupo diretor que está à frente da sede desde sua fundação. Sempre permaneceram do mesmo lado e jamais disputaram poder entre si.

Se o extinto terreiro estudado por Yvonne Velho feneceu em função de disputas internas dentro do grupo dirigente, se aquela foi uma experiência baseada no conflito, o caso da Federação é bem diferente. Atrevemo-nos a afirmar que o segredo da permanência desta instituição no cenário afro-paraense atual, com o poder que ainda detém, se baseia na separação hermética e plenamente harmônica entre esses dois poderes, sem intromissão das partes no poder alheio.

Certa feita, testemunhamos uma cena que demonstra a rigidez da linha divisória que separa as zonas de influência. Estábamos em meio a realização de nosso trabalho de campo, era dia 31 de dezembro de 2001 e fomos acompanhar os federalizados em uma ‘obrigação’ de final de ano em homenagem a rainha ‘Iemanjá’, nas águas salgadas do município de Salinópolis (região do salgado paraense).

Saímos em dois ônibus, um oriundo da sede da FEUCABEP que levava o presidente, o ‘ogã’ da Federação, alguns ‘abatazeiros’, alguns religiosos, amigos e pesquisadores. O outro

⁷⁴ Consta que quando Manoel Colaça ao viajar para o Rio de Janeiro pedira a este homem que tomasse conta da Federação até o dia de sua morte.

ônibus saiu da frente da casa de pai Benedito Saraiva, o religioso que exerce o poder religioso dentro da sede. Neste ônibus seguiram os ‘filhos-de-santo’ de pai Bené, os ‘abatazeiros’ de sua casa, seus filhos e netos carnais bem como todas as ‘obrigações’ de ‘Iemanjá’ (comida, champanhe, presentes, jóias, espelhos, sabonetes, perfumes talcos, etc...). As pessoas desse ônibus estavam vestidas com camisas personalizadas com a estampa de Santa Bárbara e nome do ‘terreiro’ “Terreiro de Nagô de Santa Bárbara”.

Chegamos à praia por volta das oito horas da manhã quando teve início o ritual encabeçado por pai Bené. Lá pela metade do ritual, dona Mariana, uma ‘cabocla’ da família da Turquia, incorporou em pai Bené que transferiu a direção do ritual e sentou-se em uma cadeira para beber a sua ‘espumosa’ e conversar com a ‘assistência’.

Já eram quase quinze horas quando o presidente leigo da Federação, Antônio Gomes da Cruz, que estava sentado ao lado da roda, contemplando o ritual debaixo de um alambrado e conversando com outros religiosos federalizados, se levantou recomendando a dona Mariana que já era hora de pai Bené encerrar o ritual. Naquele momento ocorria uma tentativa de invasão de poderes. Aquela ‘encantada’, ‘na cabeça’ de pai Bené, saiu em defesa de seu ‘cavalo’ de forma agressiva afirmando que o velho Benedito Saraiva era experiente ‘no santo’, sabia conduzir o ritual e sabia o horário de encerrar a cerimônia pois há anos fazia aquilo. Reiterou que nenhum dos religiosos ali presentes conhecia tanto as leis da ‘Mina’ quanto ele.

Naquele momento, o austero presidente se retraiu e se calou. Pai Bené ainda ‘incorporado’ com dona Mariana esperou seus ‘filhos-de-santo’ voltarem do meio do mar onde foram depositar as ‘ofeendas’, recolheu os tambores e se retirou resmungando sem encerrar o ritual. Ouvimos o presidente da FEUCABEP, muito sentido, lamentar que não esperava por aquela atitude de pai Bené.

Percebemos que a discussão era nada mais, nada menos que uma imposição de fronteiras. Pai Bené, incorporado com Dona Mariana, limitava, de maneira brusca, os limites de seu poder. Usou o código que lhe é competente (tempo de santo, tradição, conhecimento das leis do santo, transe, hierarquia e uma árvore genealógica que açambarca o fundador da FEUCABEP), para expulsar de seu domínio o presidente leigo da instituição e castrou a tentativa de ultrapassar seus limites.

A partir do exemplo citado, percebe-se que o segredo do sucesso da FEUCABEP e de sua permanência por entre as décadas, é a impermeabilidade dos dois poderes; o religioso e o burocrático. Neste capítulo específico trataremos do poder burocrático que está personalizado na pessoa de um único homem que acompanha esta instituição desde os seus primórdios, tendo exercido dentro dela diversos cargos. Sua importância é tão grande e antiga que, a ele Anaíza

Vergolino dedica um capítulo de sua dissertação de mestrado intitulada “*O Tambor das Flores*” datada da década de setenta. Esta autora constatou a importância deste homem através das freqüentes referências a seu nome em fofocas e pela observação de sua rede de relações.

3.1. A FUCABEP como uma Burocracia.

O poder burocrático dentro da Federação segue o modelo Weberiano. Max Weber em seu trabalho “*Ensaio de Sociologia*” (1982) nos fornece uma série de características do que ele chamou de burocracia e as mesmas, em sua maioria, condizem com o modelo detectado por nós na Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará.

Para começar, concordamos com Weber quando diz que:

“A Burocracia moderna funciona da seguinte forma específica:

- 1- *As atividades regulares necessárias aos objetivos da estrutura governada burocraticamente são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais.*
- I- *A autoridade de dar ordens necessárias a execução Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais ordenadas de acordo com regulamento, ou seja, por leis ou normas administrativas.*
- 2- *desses deveres especiais se distribuem de forma estável sendo rigorosamente delimitadas pelas normas relacionadas com os meios de coerção físicos, sacerdotais ou outros que possam ser colocados ‘a disposição dos funcionários ou autoridades.*
- 3- *Tomam-se medidas metódicas para realização regular e contínua desses deveres e para execução dos direitos correspondentes; somente as pessoas que tem qualificações previstas por regulamento geral são empregadas.*

Nos poderes públicos e legais esses elementos constituem a autoridade burocrática” (Weber, 1982: 229).

A parte burocrática da instituição denominada Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros de Belém do Pará, possui todas as características acima citadas. Quanto ao artigo primeiro podemos dizer que a FEUCABEP é amparada por um Estatuto e por um Regimento Interno que, dentre outras coisas, definem as categorias de sócios, seus direitos, deveres, prazo de pagamento, definição da receita, regras de admissão, penalidades sofridas mediante infração dos Estatutos e divisão de poderes, etc.

Em relação ao item número dois pode-se mencionar principalmente o capítulo X do Estatuto desta instituição no que se refere aos Poderes assim discriminados.

- “a) Assembléia Geral*
- b) Supremo Conselho Estadual*
- c) Diretoria*
- d) Conselho Religioso Estadual*
- e) Conselho Fiscal Estadual” (Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará)*

Três desses poderes tratam exclusivamente do poder burocrático, são eles: A assembléia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal. A Assembléia Geral é o poder supremo da FEUCABEP do qual emanam todos os outros poderes. É constituído por todos os associados em gozo da carência social e serve para tratar de assuntos exclusivos e de interesse da Federação, cujas deliberações serão incorrigíveis. É composta por uma mesa diretora formada por um presidente, um vice-presidente e dois secretários que terão seus mandatos extintos ao término da sessão para a qual foram eleitos. As sessões da Assembléia Geral são convocadas pelo presidente da FEUCABEP em exercício, a partir de edital publicado em jornal de grande circulação da cidade constando também o assunto de pauta.

Este poder conta com reuniões ordinárias e extraordinárias. As sessões ordinárias acontecem no dia 26 de agosto de cada ano, – sessão solene para festejar a data de fundação da sede – no dia 12 de janeiro – para apreciação de balanço e relatórios administrativos, religiosos e financeiros apresentados pelos respectivos poderes, referentes ao exercício anterior bem como para apreciar o orçamento para o exercício do ano em curso. Finalmente, no primeiro Domingo de junho dos anos eleitorais da FEUCABEP- para dirigir as eleições de acordo com as normas do Estatuto e Regimento Interno.

As Assembléias Gerais extraordinárias acontecem também em três situações; quando convocadas por qualquer um dos poderes, quando convocadas pelo presidente da FEUCABEP ou quando convocadas por um sócio fundador ou efetivo, em gozo da carência social através de requerimento assinado por cem sócios em igual situação.

Outro órgão também representa o poder burocrático. Trata-se do Conselho Fiscal que, como o próprio nome diz, é um órgão fiscalizador em assuntos financeiros, composto de três membros eleitos pelo presidente para um mandato de quatro anos.

O terceiro e último poder burocrático da Federação é a Diretoria que representa uma instância executiva constituída por cargos eletivos como o presidente que é:

“o agente diretor da administração geral e o representante da FEUCABEP, eleito na forma deste Estatuto e Regimento Interno”

(Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará). Além do presidente também compõe a Diretoria o vice-presidente que assumiria o cargo em caso de ausência do presidente. Ambos os mandatos possuem duração de quatro anos e são os únicos cargos eletivos da diretoria. Cargos como primeiro e segundo secretário e tesoureiro são escolhidos pelo presidente eleito também para o mandato de quatro anos.(Estatuto da FEUCABEP)

Além dos poderes, os Estatutos também prevêem, de acordo com o item b da definição Weberiana de Burocracia, os direitos e deveres dos associados. Como deveres constatamos:

- “a) Pagar suas contribuições até o quinto dia útil do mês vencido.
- b) Comparecer as Assembléias Gerais e as reuniões de qualquer órgão ou Comissão para qual tenha sido eleita ou designado dela se incumbido com escrúpulo e dignidade.
- c) Aceitar, salvo motivo de força maior, encargo ou comissão para o qual tenha sido eleito ou designado, dela se incumbindo com escrúpulos e dignidade.
- Conhecer perfeitamente os estatutos(...)
- e) Manter postura de cortesia e urbanidade, quer na sede da FEUCABEP ou fora dela (...).
- f) Acatar e respeitar os demais sócios. (...)
- Preservar os bens e interesses da FEUCABEP (...).
- h) Saldar qualquer débito contraído com a FEUCABEP (...).
- i) Indenizar qualquer prejuízo causado a FEUCABEP. (...)
- Comparecer a sede da FEUCABEP dentro do prazo fixado quando convocado por qualquer Órgão Administrativo.
- Portar e exibir seus cartões sociais.
- m) Cientificar a diretoria por escrito qualquer irregularidade referente a FEUCABEP.
- n) Tratar com respeito e urbanidade os funcionários da FEUCABEP.
- o) Não portar armas nas dependências da FEUCABEP
- p) Aceitar os julgamentos e as penalidades que lhe forem impostas(...).
- Cumprir fielmente os Estatutos e o Regimento Interno da FEUCABEP. (...)
- r) Defender e preservar a integridade da FEUCABEP (...).”
- (Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará)

Em dias com todos esses deveres os sócios podem usufruir dos seguintes direitos:

- “a) auxílio Funeral no valor de 50 mensalidades. (...)
- b) Assistência médica em nível de clínica Geral.

- c) Assistência Odontológica em Nível de Extração Dentária
- d) Assistência Jurídica nos assuntos relacionados ‘a sua livre prática do Culto Afro-Brasileiro.
- e) Assistência Social.
- f) Participar da vida social da FEUCABEP.
- g) Ser informado por escrito quando indicado para qualquer cargo ou comissão.
- h) Demitir-se ou renunciar a cargo ou comissão para o qual tenha sido eleito, designado ou indicado.
- i) Solicitar sua demissão do quadro social estando em gozo da Carência Social com a FEUCABEP e isento de responsabilidade de passível pena.
- j) Defender-se nos termos desse Estatuto das acusações que lhes foram imputadas.
- l) Usufruir dos direitos estatutários e regulamentares.
- m) Receber beneficência, conforme normas estatuídas.
- n) Propor a Presidência por escrito, medidas que julgue de real interesse da FEUCABEP. e/ou no quadro de associados.
- o) Receber assistência espiritual.” (Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará)

Os associados que não cumprem com os dispositivos do Estatuto estão sujeito a afastamento e expulsão. Será afastado o sócio que:

- “a) Atrasar por mais de 60 dias o pagamento de sua mensalidade
- b) Prestar falsa informação quanto a sua identidade e situação civil no ato da filiação.
- c) Por sua ação e omissão for julgado de conduta perniciosa por qualquer um dos poderes da FEUCABEP” (Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará)

Será expulso o sócio que:

- a) “No exercício de mandato como membro de qualquer dos poderes praticar irregularidades de natureza graves, odiosas ou culposas.
- b) Apropriar-se de dinheiro pertencente a FEUCABEP ou for cúmplice de desfalque, ainda que o indenize.
- c) Recorrer a meios ou poderes estranhos a FEUCABEP para solucionar qualquer divergência com a mesma, antes de esgotados os recursos previstos neste Estatuto.
- d) Ameaçar tentar ou agredir por quaisquer motivos, sócios ou membros da administração da FEUCABEP em qualquer dependência da mesma.
- e) Caluniar a administração por qualquer motivo, sendo ainda passível de processo criminal” (Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará).

Concordamos também com Weber quando este nos diz que a administração das instituições modernas, se baseia em documentos escritos, (os arquivos), preservados em esboço. São vários os arquivos desta instituição. Há os arquivos que contém os nomes de todos os sócios, sejam eles religiosos ou não, que estão divididos conforme os bairros da cidade. Há também os arquivos que abarcam o interior do Estado, separados por municípios. Por último, sabemos da existência de um arquivo que contém o histórico de cada religioso filiado. Este histórico conta com cada ‘obrigação’ religiosa que o mesmo se submeteu. Uma espécie de Curriculum Vitae que faz contar toda e qualquer gradação galgada pelo religioso.

Além de tudo isso a Federação também possui um conjunto de livros de atas de reuniões dos diversos poderes, burocráticos ou religiosos como por exemplo do Conselho Religioso Estadual (poder religioso), do Supremo Conselho Estadual (poder religioso), do Conselho Fiscal (poder burocrático) e principalmente da Assembléia Geral (poder burocrático) às quais tivemos acesso.

Outra característica que aproxima a FEUCABEP de uma burocracia Weberiana é a separação que existe nas organizações modernas entre a “repartição” e o domicílio do servidor. Por mais que a Federação seja uma instituição com características muito peculiares, visto que além de instituição burocrática é também um ‘terreiro’ com ‘assentamentos’, ‘casa de Exu’ e demais lugares sagrados como a ‘capela’, etc..., não se pode negar que exista uma repartição hermética dos espaços.

Os poderes religiosos funcionam nos lugares ritualmente preparados para eles. As festas públicas religiosas acontecem no salão do ritual, onde existe os ‘assentamentos’ do ‘terreiro’ e onde estão os tambores devidamente alimentados. A ‘obrigação’ de ‘Exu’ é realizada na casa desta entidade que situa-se, conforme o costume da ‘Mina’ paraense, fora dos limites do ‘terreiro’. Os ‘orixás’ ‘comem’ na capela, lugar nobre, reservado, onde vemos os ‘otás’ e as imagens dos santos católicos.

A parte da FEUCABEP que corresponde à idéia Weberiana de “repartição” funciona em lugares diferentes e completamente laicos, conforme mencionado no capítulo primeiro, é formada por secretaria, sala de computador e sala de arquivos.

Entretanto em nenhum desses espaços, (religiosos ou burocráticos) existe espaço para a residência do servidor. Conforme Weber nos lembra:

“A organização moderna de serviço público será a repartição separada do domicílio privado do funcionário. O dinheiro e o equipamento público estão divorciados da propriedade privada da

autoridade (...). Em princípio o escritório executivo está separado da residência, a correspondência pessoal é separada da pessoal e os bens da empresa são distintos das fortunas privadas.” (1982: 230-231).

A necessidade de separação entre a FEUCABEP, enquanto instituição burocrática ou sagrada, e a residência pessoal de seus líderes se torna nítida num momento histórico específico. Durante o último mandato de Juvenal Barbosa na presidência da FEUCABEP, sua residência entrou em obras, o que fez com que o mesmo se mudasse, juntamente com sua família, para dentro da sede da Federação. Isso gerou um certo mau estar entre os sócios, principalmente aqueles que faziam parte da Diretoria e dos Conselhos.

Pode-se enumerar dois motivos para tal mau estar. O primeiro é de ordem burocrática, ou seja, a autoridade, um funcionário estava se apossando do bem público; a repartição. O público se tornara privado a uma família, cujo líder era a autoridade máxima da instituição, passa a habitar em suas fronteiras. Esses dois domínios se misturaram de tal forma, que ao deixar a presidência da Federação, o funcionário se achou no direito de levar consigo o computador e a biblioteca da instituição.

O segundo motivo possuía um caráter muito religioso. A presença daquela família habitando os arredores dos lugares sagrados como a ‘capela’ rompia com certos tabus religiosos. Um dos quartos onde a família Barbosa se instalou, estava situado sobre a ‘capela’, onde estão localizados os ‘otás’, ou seja, as pedras sagradas dos orixás da casa. Sendo assim era verdadeiramente inconcebível que se praticasse relações sexuais sobre esse espaço sagrado. Todos esses fatos; a invasão da repartição e o desrespeito aos símbolos sagrados; contribuíram para a derrocada desta autoridade.

Outra proximidade entre a teoria weberiana e o nosso estudo de caso diz respeito hierarquia. Sobre isso Max Weber nos afirma:

“O princípio da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significa um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. (...) A hierarquia dos cargos é organizada monocraticamente” (1982: 230)

Pudemos perceber, ao longo de nossa pesquisa, que existe uma hierarquia de papéis dentro da FEUCABEP. Existe um conjunto de funcionários como secretária, fiscais e Oficce Boy, que estão submetidos a autoridade do presidente⁷⁵.

A essa autoridade também são submetidos todos os Conselhos. Segundo o Estatuto, só existe um órgão dentro da Federação capaz de superar o poder do presidente, trata-se da Assembléia Geral. O Supremo Conselho Estadual⁷⁶ (SCE), que nos Estatutos da instituição está sempre grafado em negrito, também tem grande importância por ser um poder de instância superior, recurso máximo garantido ao associado, possuindo poder de voto.

Todavia, a primeira vista acreditamos que, na prática, esses poderes funcionam em conformidade com a Diretoria Executiva a ponto de parecer que a autoridade máxima dentro da instituição é o burocrata, ex-tesoureiro e atual presidente, Antônio Gomes da Cruz.

3.2. Antônio Gomes da Cruz: O Vodunsi Laico.

Conforme mencionado, o poder burocrático máximo da FEUCABEP parece estar nas mãos de Antônio Gomes da Cruz, que hoje é o presidente desta instituição. Julgamos que, até o início do governo deste homem, vigorava na FEUCABEP uma espécie de sistema parlamentarista onde quem mandava era a figura do primeiro ministro, cargo que sempre foi assumido por Antônio Gomes da Cruz. Os presidentes, a exceção de Juvenal Barbosa, estavam sempre ocupados com seus afazeres domésticos e religiosos, deixando sob a responsabilidade de Cruz a direção da Federação.

Para assumir a direção da FEUCABEP, esse homem, precisou preencher alguns requisitos básicos. Weber nos diz:

“O desempenho de um cargo segue regras gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas e que podem ser apreendidas. O conhecimento dessas regras representa um aprendizado técnico especial, a que se submetem o burocrata.(...) A ocupação de um cargo é uma profissão. Isso se evidencia primeiro pela exigência de treinamento rígido que demanda toda a capacidade

⁷⁵ O presidente da Federação é eleito pelo voto direto dos sócios que estejam dentro da carência social que estejam quites com suas mensalidades e alvarás. Essa eleição é realizada de quatro em quatro anos. A ele cabe a escolha dos 1º e 2º secretários, dos membros do Conselho Religioso Estadual, do Conselho Fiscal e seus acessórios como Relações Públicas. É ele quem homologa as decisões desses conselhos.

⁷⁶ Uma espécie de “Conselho dos Anciões”. O Artigo 20 dos Estatutos menciona “**O Supremo Conselho Estadual (SCE) é um poder de instância Superior com Jurisdição nos assuntos sociais, administrativos, financeiros e religiosos a competência do respectivo poder**”. É composto por 6 membros (Adair Monteiro Valente, José Pedro Cordeiro da Silva, Raimunda Hage, Francinete Bezerra de Souza e Victor Roberto Saldanha.) presididos por pai Benedito Saraiva, o filho-de-santo feito por Manoel Colaço Veras. O **Supremo Conselho do Ritual** possui representação no Conselho do Ritual, no Conselho Fiscal e na Assembléia Geral. Este poder jamais é desfeito e suas cadeiras vitalícias são assumidas pelos religiosos mais velhos, da região, de reconhecimento local que deixam o cargo apenas por morte.

de trabalho durante um longo período de tempo. (...) O ingresso num, inclusive na economia privada é considerado como a aceitação de uma obrigação específica de administração fiel” (1982: 231)

Antônio Gomes da Cruz acumula estas atribuições administrativas desde antes da fundação da Federação. Ele mesmo nos relata:

“Eu conheci Aimorino da Conceição Pimentel, conhecido como Crioulo, dentro da ‘casa’ dele eu era a segunda pessoa. Eu tomava conta de tudo, dos ‘mèdiuns’, dos festejos e de tudo. Porque eu enfeitava os ‘terreiros’, aí enfeitei o terreiro de Maria Aguiar, depois passei pra Chico Légua. Sempre fui uma pessoa a parte do ‘batuque’, praticava mas não dançava, era teoricamente. Depois com a morte do Chico Légua foi que eu conheci o Manoel Colaço, foi aonde eu morei. Foi o primeiro ‘pai-de-santo’ que eu morei. Que nós nos conhecemos em 1958, até 65 quando ele foi embora pro Rio de Janeiro mas nessa altura ele já tinha fundado a Federação. (...) Na ‘casa’ de Colaço eu era igual lá na casa do Crioulo. Eu mandava em tudo, tudo passava pela minha mão. Eu não era cargo de santo, eu era cargo de mandar, eu dizia sobre os ‘toques’, ajuda do terreiro, eu guardava o dinheiro, as jóias da Dona Jarina. Era assim, então depois do dono da casa quem dava ordem era eu” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

Com tanta intimidade com Manoel Colaço, Antônio Gomes da Cruz esteve com ele durante o processo de formação da Federação. Perguntado a ele : - O senhor participou desse processo de formação da Federação?

“To-tal-men-te, tanto aqui inscrevendo os ‘umbandistas’ como na hora da fundação, na polícia. Só que eu não fui, eu assinei o livro aqui (...). O papel do Colaço ele era o cabeça, ele foi o cabeça de tudo, ele e o João Cardoso, os outros eram Maria vai com as outras. Era ele que organizou, ele fez tudinho, ele que foi pro Rio de Janeiro, escreveu na CONDU, que era a Federação Nacional do Brasil. E ele sempre me dizia, a última vez que eu estive com ele, ele me disse:

-Cruz, aconteça o que acontecer, nunca abandona a Federação a não ser por morte. É por isso que eu estou aqui (...) pra mim é um pedido de um amigo meu que eu tou até hoje agüentando, não sei pra frente.” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

Como já foi dito anteriormente, a carreira do burocrata Antônio Gomes das Cruz se inicia muito antes da existência da Federação. Sua passagem pelas casas de santo antigas, Crioulo, Chico Légua e Manoel Colaço Veras lhe conferem experiência profissional e aprendizado técnico que continuou a ser acumulado por intermédio da sucessão de cargos exercidos dentro da

Federação. Por ocasião de seu ingresso nesta associação, ele não possuía a importância e a influência da atualidade. Segundo ele:

“ Manoel Colaça fundou a Federação e com um ano e pouco ele mandou que eu vendesse a casa para a Federação. Eu vendi, mas fiquei como uma pessoa dentro da mesma trabalhando sem receber nada, só que se precisou de empregados e aí butou uma menina para trabalhar, chamada Celina. Mas nós não tínhamos ordenado, eles davam assim cinco cruzeiros. Quando a gente pedia um vale pro tesoureiro ele dizia que não tinha dinheiro.(...) E aí foi passando, foi quando entrou uma Junta Governativa que durou um ano aí teve o primeiro presidente que foi João Cardoso” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

A trajetória foi ascendente, “o funcionário se prepara para uma carreira dentro da ordem hierárquica do serviço público” (Weber, 1982: 237) para tal se faz necessário o recebimento de uma compensação salarial. É ainda Weber que nos lembra :

“ O funcionário recebe compensação pecuniária regular de um salário normalmente fixo e a segurança da velhice representada por uma pensão. O salário não é medido como uma remuneração em termos de trabalho feito mas de acordo com a hierarquia, ou seja, segundo o tipo de função, e além disso possivelmente segundo o tempo de serviço” (1982: 237)

Por mais que isso não esteja previsto nos Estatutos da FEUCABEP, é exatamente o que acontece no caso do funcionário em questão. Ele começa sua trajetória na instituição ocupando o cargo de terceiro secretário para o qual foi escolhido em maio de 1965, ainda durante a Junta Governativa e percorre uma carreira ascendente.

“ No governo João Cardoso eu já era empregado mas sem carteira assinada. Em 1968, eu precisei fazer uma operação aí eles me empregaram para puder tirar a carteira. Eu tirei, na gestão do João Cardoso, dois anos de presidente. O João Cardoso era empregado da ENASA, viajava muito então eu é que assumia. Depois veio Júlia Gaia Mendes, não veio, Esmeralda, a Esmeralda foi exonerada por motivos de problemas dentro da Federação, depois da Esmeralda veio a Júlia Gaia Mendes por doze anos. Eu já era nessa altura tesoureiro da mesma.” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

Em 26-08-1966 foi escolhido Secretário junto a CONDU e apesar de não ocupar cargo religioso algum, esse lugar lhe confere poderes de normatização e acesso às reuniões do Conselho Religioso Estadual e às bancas de teste de admissão.

“Em 1966, quando eu fui resolver um grande problema dentro da Federação no Rio de Janeiro, o senhor Manoel Colaço Veras, o nosso representante da Federação aqui no Rio de Janeiro perante a Confederação, pediu ao general Mauro Porto, presidente da Confederação que ele queria que o general Mauro Porto me nomeasse como delegado da Confederação o que, pelos estatutos da Federação Umbandista me dá poderes pra entrar em qualquer Conselho, ‘seara’ ou ‘terreiro’.” ((Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP apud Vergolino, 1976:109)

O cargo de tesoureiro foi assumido em 26-08-1969, durante o governo da Esmeralda, nessa época ele já possuía influência suficiente para eleger um presidente. A experiência, o aprendizado e o tempo de serviço se acumulam gerando o conhecimento profícuo da instituição e lhe atribuindo poderes para exercer atividades próprias de presidente. Em muito pouco tempo o funcionário assume o papel de uma espécie de primeiro ministro resolvendo a maioria dos problemas. Isso fez aumentar sua influência sobre a instituição e sobre a comunidade que a forma de maneira que todos os presidentes eleitos são aqueles apoiados pelo funcionário.

“O Cruz na Federação, de início era como um assistente, alguma coisa assim e depois passou para tesoureiro. Como tesoureiro, o Cruz coordenava tudo, porque os presidentes da Federação nunca conheceram nada da Federação porque não se interessavam. Neném Gaia foi presidente muitos anos, ela ficava lá na casa dela, ela não dava expediente. O Juvenal foi o único que dava expediente porque ele morava dentro da Federação, ele pediu pra morar na Federação então ele se fazia presente, dava expediente. Atrás disso era o Cruz pra decidir tudo. O Cruz sabe hoje em dia o nome de qualquer pessoa, o Cruz sabe o número do prontuário, o Cruz sabe quanto gasta de água, telefone, sabe quanto tem no banco. O Cruz sabe porque ele é o faz tudo dentro da Federação” (Pai Hyder Lisboa, candomblecista)

Tanto mãe Esmeralda, que ao assumir o fez tesoureiro, quanto mãe Neném Gaia, que a substituíra foram apoiadas por Antônio Gomes da Cruz. Juvenal Barbosa que sucedeu mãe Neném Gaia, chegou ao poder através de uma Junta Governativa que afastou da instituição um grupo de pessoas que tentavam prejudicar o Cruz. Para facilitar seu caminho rumo à presidência da Federação, Juvenal Barbosa aliou-se a Antônio Gomes da Cruz, sugerindo a criação do cargo

remunerado de Administrador Geral da Federação e propondo o nome deste burocrata para o mesmo.

Depois da Junta Governativa, finalmente Antônio Gomes da Cruz assume a presidência da Federação, posto que ocupava indiretamente desde a gênese daquela instituição. Juvenal Barbosa transfere o cargo mediante um discurso que beira o sentimentalismo, no qual afirma estar transferindo o cargo apenas legalmente, uma vez que o mesmo sempre foi assumido por Antônio Gomes da Cruz. Este homem foi eleito sem chapa concorrente sendo, durante o finalizar de nosso trabalho de campo, reeleito do mesmo modo.

Apenas uma das características estabelecidas por Max Weber na definição de seu conceito de burocrata é rompido ao longo da trajetória de Antônio Gomes da Cruz. Este teórico nos diz:

“É decisivo para a natureza específica da fidelidade moderna ao cargo, que no tipo puro, o funcionário não estabeleça uma relação pessoal(...). A lealdade moderna é dedicada as finalidades impessoais e funcionais” (Weber, 1982: 232)

No caso da FEUCABEP, essa impessoalidade não existe, Antônio Gomes da Cruz tem sua vida pessoal sublimada, passando a viver o cotidiano da instituição. Trata-se de um senhor que beira os setenta anos, nascido no interior do Pará, na cidade de Irituia. “*Descendente de portugueses que dizia não assinar o nome da mãe porque herdara o nome do avô paterno mas fazia questão de ressaltar ser filho de matrimônio*” (Vergolino, 1976:105). Como o funcionário weberiano também é oriundo de uma “*camada social economicamente privilegiada e possui certo nível educacional*” (Weber, 1982: 232). Anaíza Vergolino em seu “*Tambor das Flores*” nos afirma:

“Percebia-se nele a insistência em salientar que havia nascido de gente boa, tendo ficado órfão aos 11 anos de idade fora para a companhia dos tios que o criaram(...). Ele fazia questão de citar os nomes das ruas onde havia morado e que eram ruas do Reduto, um dos bairros centrais da cidade e naquele tempo área de residência de comerciantes bem sucedidos. Na casa de seus tios ele teria recebido a instrução que possui (comercial incompleto) pois como ele dizia: - La tirei o curso primário no grupo Escolar Beijamin Constant e logo em seguida comecei a trabalhar com a idade de 16 anos e comecei a estudar no Grêmio Literário Português até o segundo ano comercial. Logo em seguida começou a gazeta e eu perdi o gosto pelos Estudos e não estudei mais”(Vergolino, 1976:105 e 106)

Por mais que o funcionário não possua uma faculdade, seu segundo grau incompleto já o coloca numa posição superior ao público com o qual passou a lidar. Os religiosos filiados a Federação eram, em sua maioria, analfabetos ou mal concluíram o ensino primário. Após ter largado os estudos Cruz adquiriu experiência de vendas e de contato com o público ao dedicar-se ao trabalho numa loja de ferragem denominada “Importadora de Ferragens”.

Era parco seu contato com o universo religioso afro-brasileiro e com o lado periférico da cidade de Belém.

“Eu vim conhecer a Pedreira com 22 anos de idade, ainda tinha bonde. Eu morava na cidade, nesse tempo eu num freqüentava ‘umbanda’. Nós freqüentava uma ‘seara’ ‘espírita’ mas no meio entrava uma cura e aí arriava dona Mariana como Arara Cantadeira mas ela num dava o nome de Mariana.” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

A relação com a família logo cedo foi sublimada e substituída pela FEUCABEP. Sua sexualidade o afastou da família e do centro da cidade e lhe apresentou ao universo afro-brasileiro onde é plenamente aceito. Com isso aconteceu seu deslocamento para a periferia, espaço onde esses cultos aconteciam. Anaíza Vergolino nos lembra:

“Ele conta que em 1954, por motivos particulares se afastou de casa: “eu passei o dia fora de casa, de minha família, e no outro dia logo fui morar com minha irmã mais velha a passagem Boa Vista n.º 1. Isto em 1954. Em 55 fui ao Rio de Janeiro morei com uns tios meus na Voluntários da Pátria n.º 19. Em seguida tornei a voltar do Rio de Janeiro morando de novo com meus tios no mesmo endereço. E desde aí pra cá eu continuei morando com minha irmã. Em 1958 eu conheci um pai-de-santo Crioulo, cujo nome é Aimorino da Conceição Pimentel(...). Tive com ele uma amizade sincera (...). Em 1959, fim de 59 para 60 eu tive uma desavença com o Crioulo. Já não morava mais com minha irmão porque achei que não devia motivado a vida que eu levava. E passei a morar com um pai-de-santo chamado Manoel Colaço Veras ‘a travessa Timbu no bairro da Pedreira. Depois Manoel vendeu a casa e fomos morar no Curió (denominação mais pobre e periférica do bairro do Marco). Em 60 nos mudamos pra Pedreira onde hoje é a Federação Espírita Umbandista. (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP apud Vergolino, 1976:106)

Depois da partida de Manoel Colaço Veras para o Rio de Janeiro, Antônio Gomes da Cruz compra uma pequena casa localizada em uma passagem lamaçenta do mesmo bairro da Pedreira,

chamada Joana D' arc, que fica atrás da sede da Federação. Sua vida passa a se limitar a estes arredores.

“A Casa do Cruz era uma casinha de enchimento porta e janela, coberta de palha. Casinha pequena, tinha uma sala, um sofá, e um, um, um, uma mesinha que eu me lembro, na sala e discos. Eu me lembro bem da gente chegar lá e ficar sentado naquele sofá de plástico ouvindo Clara Nunes (...). Nessa época a gente morava só nessa casa, a única companhia dele era a Santa Luzia, Ne? Porque tinha uma sala, depois tinha assim um quarto, tipo assim uma alcova, a cama dele, depois tinha assim um outro espaço, uma saleta que tinha um altarzinho escantilhado, como eu chamava, e o banheiro. E as cachorrinhas que ele tinha, a Fusca e a Divinéia que eram duas cachorrinhas pequinês. Então era isso até os anos setenta mais ou menos era isso a vida do Cruz. Até a reforma da casa que ele tá morando agora.” (Anaíza Vergolino, antropóloga)

Uma vez afastado da família, quem o acolhe é o ‘povo-de-santo’. Se sua escolha sexual e seu modo de vida são considerados desviantes para o grupo de onde ele é oriundo, seu jeito extravagante é, no entanto, bem acolhido pelo povo-de-santo.

“Ele me relatou isso em conversa, ele rompeu com a família e eu acho que foi por causa da homossexualidade. Há um momento em que ele declara na família, em alto e bom som a condição de homossexual e naquela época isso foi um escândalo. Eu tenho a impressão que a vida dele se tornou impossível no núcleo familiar, né? Eu acho que nesse momento a rede que vai apoiá-lo é a do santo. Eu acho que é nesse momento que ele vai morar com o Crioulo, o Aimorino da Conceição Pimentel, tem uma fase da vida dele que ele mora com o Crioulo depois com Manoel Colaço. Ele adentra pelo mundo do santo, que é um mundo perpassado pela homossexualidade, então ele arruma grandes amizades como a do Aldo⁷⁷. E aí no mundo do santo, quer dizer, entre o mundo do santo e a vida dele sozinho, quer dizer, a vida dele começou a se passar entre essas amizades e o mundo do santo. Então, eu, quando eu conheci, eu não me lembro de família, assim o Cruz chegado a família (...). A Federação não sei se assume lugar de família mas torna-se a razão de viver da criatura e isso aconteceu com ele, a Federação passou a ser parte da vida dele” (Anaíza Vergolino, antropóloga)

A última coisa a ser destacada é a mediunidade do funcionário Antônio Gomes da Cruz. Apesar de não lhe permitir uma transposição de poderes, apesar de suas atribuições permanecerem em nível de burocracia, este homem possui uma mediunidade que se manifesta em ocasiões

específicas e que é usada pelo mesmo como instrumento de legitimação quando é acusado por seus rivais, de ser um presidente leigo. Sobre sua mediunidade, Anaíza Vergolino destaca:

“O tesoureiro se diz médium, classifica sua mediunidade como intuitiva e a explica da seguinte forma: A minha mediunidade é intuitiva, eu não digo que ‘recebo santo’ todo dia nem toda hora. Sou ‘cruzado’ pra Exu. Isso se revelou comigo numa obrigação que o Crioulo sempre fazia em Mosqueiro.(...) Desde o momento em que o tambor saiu eu comecei e quando chegou um certo tempo eu num vi mais nem arriar ‘obrigação’ nem nada. Já a canoa vinha de volta eu dei um pulo e aquilo desapareceu de cima de mim e foi apanhar uma média, filha de ‘Iemanjá’ na praia.”(Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP apud Vergolino, 1976:107)

Por último, dizemos que a relação de Cruz com a FEUCABEP é tão intensa que, se por um lado ele fez desta instituição substituta de sua família, por outro, ela mesma precisou dele para se erguer fisicamente. Muitas vezes, este burocrata lançou mão de rifas, campanhas e festas que arrecadavam fundos para construção da sede..

“Outro sistema que ele usava para angariar fundos para Federação eram as rifas e as campanhas. Uma fabricante de imagens de santo, que devia favor pessoal ao tesoureiro, lhe deu de presente um ‘vulto’ de um ‘preto-velho’ em tamanho natural. Essa imagem foi a rifa e , segundo o tesoureiro, a campanha fora um sucesso”
(Vergolino, 1976:107)

Através desse trecho do “*Tambor das Flores*”, podemos averiguar que a rede de relações do tesoureiro foi imprescindível no momento de construção da sede. Afinal o, na época, era muito bem relacionado. Possuía relações de amizade com comerciante, pessoas da “sociedade” e com professores da Universidade, como a Professora Anaíza Vergolino e o Professor Napoleão Figueiredo, que freqüentavam a sua casa. Consta que este último, só recebia descarga de pólvora com o Cruz.

“Na Federação nós fomos recebidos pelo Cruz, por um senhor que depois viemos a saber que se chamava Antônio Gomes da Cruz. Esse primeiro encontro, esse recebimento, eu relato um pouco no “Tambor das Flores”. Digo como nós fomos recebidos, a aceitação do professor Napoleão, os atributos que ele tinha, eu acho que isso foi uma abertura. Ele passou a ser um informante do professor Napoleão e eu o conheci através dessas entrevistas. Fomos retomando a história

⁷⁷ Aldo Ferreira é o ‘ogã’ da Federação que possui uma amizade com Antônio Gomes da Cruz desde os tempos de Manoel Colaço Veras.

desta Federação que estava nascendo e daí, de informante, passou a Ter um conhecimento. Depois eu já me lembro, independente de informante, da pesquisa, o Cruz se dizendo amigo do Napoleão. O Cruz, nessa época, era tesoureiro (...), na verdade ele era, depois eu fui estudar, um faz tudo. Era secretário, era a pessoa que no cotidiano dirigia a Federação. Me lembro dele como amigo do Napoleão. O Napoleão, não sei como, só tomava ‘descarga de pólvora’ com o Cruz. Era a única descarga que o Napoleão tomava, lá no prédio da Federação, onde hoje é o salão de festa, era ali que era feita a descarga. A gente ia dia de Sábado e o Cruz dava a descarga nele. (...)”(Anaíza Vergolino, antropóloga)

Hoje, Antônio Gomes da Cruz, está aposentado - embora continue na presidência da FEUCABEP – e recebe uma pensão que lhe garante “segurança na velhice” (Weber, 1982: 201). Sua relação com a família foi reatada, de forma que um de seus sobrinhos foi morar em sua casa com a família. Os filhos desse sobrinho, que vêm a ser seus sobrinhos netos, passam a dividir espaço com a Federação na vida deste burocrata.

Capítulo 4:

Revisitando o ‘Tambor das Flores’.

4.1. O Poder Religioso: Federação como Terreiro de Raiz.

Neste último capítulo pretendemos analisar o poder religioso da FEUCABEP, pois a mesma é uma instituição que congrega não apenas o poder burocrático – aquele que, entre outras coisas, associa, cede alvarás e possui características assistencialistas – mas também o poder religioso que possui características muito próprias.

Yvonne Maggie Alves Velho nos mostra que o poder religioso é a própria ordem do santo que se pauta num controle mágico, exercido pelas pessoas que manipulam as técnicas “do santo”.

“Implica em uma ruptura entre a vida de fora e a vida no terreiro. A posição dos médiums no terreiro não seria referida, ou seja, não importaria se fossem brancos, pretos, pedreiros ou estudantes. Essa posição seria revelada de forma invertida durante a possessão. (...) O conhecimento do idioma da possessão seria o critério básico para o estabelecimento do poder no terreiro. O controle deveria ser obtido magicamente. Através do código do santo seria atualizada uma visão de mundo mais intuitiva onde a própria possessão forneceria elementos para uma especulação mais sensível” (Maggie, 1975: 126)

É justamente este poder que difere a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará da demais Federações e instituições de caráter civil que congregam religiosos afro-brasileiros ao longo de todo país. Principalmente por causa desse poder religioso que a Federação ainda se mantém de pé nos dias atuais.

O primeiro estudo de cunho antropológico sobre os cultos afro-brasileiros no Pará foi realizado pelo casal norte americano Seth e Ruth Leacock durante a década de sessenta. Estes pesquisadores realizaram minuciosa etnografia sobre os ‘batuques’ de Belém, dedicando um breve espaço em seu trabalho para falar sobre a Federação, que, à época era uma instituição nascente. Segundo eles :

“Federation of Afro-Brazilian cults was established in Belém. As it was constituted a year later, when we visited the city in 1965, the federation was more of a mutual –aid society than it was an ecclesiastical body. The founders of the federations, Manoel Colaço and João Cardoso had modeled it after federations in existence in Recife and Rio de Janeiro. In return to monthly dues, the member was

entitled to the services of a lawyer retained by of the federation and a bureal payment". (Leacocks, 1975:245)

Esses pesquisadores, fecham estes comentários com um prognóstico apocalíptico, esta nascente sociedade de ajuda mútua não teria muitos anos de vida uma vez que dificilmente sobreviveria aos diversos conflitos internos acontecido por entre os conselhos.

Cerca de dez anos após essas previsões apocalípticas dos americanos, a antropóloga Anaíza Vergolino dedica sua dissertação de mestrado a observar a FEUCABEP e constata a permanência daquela instituição durante a década de 70. Observa que a Federação nascera em meados do Governo Militar, momento histórico que exigiu a organização dos religiosos afro-paraenses em torno de uma instituição que os ordenasse e regulasse.

Sendo assim a FEUCABEP passa a se legitimar por seu caráter de mediação entre as casas-de-culto e o Estado. A autora afirma ainda que:

“A Federação Umbandista é uma instituição fraca cuja a organização viva só era concreta graças a seu tesoureiro (atual presidente)⁷⁸. Vimos que o tesoureiro representa o poder burocrático, intransigente quanto ao cumprimento de um regulamento estatutário. Por sua vez esse poder era conflitante com outro – o religioso – igualmente legitimado através do Presidente do Superior Conselho do Ritual. (...) Apesar de visível as divergências entre o burocrata – tesoureiro – e o religioso – pai-de-santo, presidente do Superior Conselho do Ritual, em todas as divergências⁷⁹ a opinião do burocrata sempre se sobrepujava a do pai-de-santo” . (Vergolino, 1976:147)

Apesar da preponderância do burocrata sobre o religioso e dos conflitos gerados em função disto, a autora afirma que a Federação Umbandista não sucumbiu a crise durante estes dez anos de existência. Isso acontecera porque o burocrata falava simultaneamente os dois códigos: era um burocrata ao mesmo tempo que um umbandista. “*Sendo assim ele se utilizava simultaneamente desses dois códigos numa estratégia mediadora*”(Vergolino, 1976:148).

Durante a realização do nosso trabalho de campo constatamos várias mudanças. No início do século XXI a Federação já não possuía a legitimação do Estado, uma vez que a constituição promulgada em 1988 instituía a liberdade de culto a toda e qualquer modalidade religiosa. O antigo tesoureiro virara presidente mas já não influenciava o poder religioso. Com a extinção dos testes

⁷⁸ Lembrete inserido por nós haja vista que a citação acima data de 1976.

⁷⁹ A título de exemplo a autora cita o caso de um candidato que fora reprovado no teste de admissão a época empregado pela FEUCABEP. O dito candidato fora reprovado pelo religioso, presidente do Supremo Conselho, todavia o burocrata insistiu para que lhe fosse dado uma segunda chance, no que foi atendido.

de admissão ele não opinava nos assuntos religiosos que passaram a ser resolvidos somente pelo Conselho Religioso Estadual.

A Federação continua mantendo os dois poderes, religioso e burocrático. Todavia esses poderes já não são mais conflitivos uma vez que são assumidos, não por uma mesma pessoa, mas por uma mesma cúpula de antigos que descendem da mesma ‘casa-de-santo’.

Assim o que passou a legitimar a Federação foi sua própria organização interna e falando da organização interna da FEUCABEP podemos afirmar que ela se estruturou tanto quanto instituição burocrática – parte já referida no capítulo anterior – quanto um terreiro de raiz.

Conforme já foi mencionado no capítulo primeiro, a Federação foi instituída dentro do ‘terreiro’ de um de seus fundadores Manoel Colaça, um maranhense feito por Anastácia Santos do ‘Terreiro’ da Turquia⁸⁰ que por sua vez está ligada ao Nigeriano Manoel Tel Santo.

“Sempre foi lá na ‘casa’ de Colaço a Federação. Lá foi fundado o ‘terreiro’ dele, lá que ele fundou a Federação e continua lá a Federação. Era pequena, era de palha. Só tinha um sótão em cima. Depois que os presidentes foram crescendo, crescendo aí ficou no que está né?!” (Pai Benedito Saraiva, Presidente do Supremo Conselho da FEUCABEP e principal responsável pelo poder religioso interno da Federação)

Antes da fundação da Federação três pessoas jogaram búzios para identificar seus patronos:

“Quem escolheu os patronos da Federação foi o ‘jogo de búzios’, confirmado três vezes, três pais de santo jogaram, foi o Manoel (Colaço), eu e na época um outro nosso irmão que era maranhense o Agripino” (Pai João Cardoso, ‘mineiro’, primeiro presidente da FEUCABEP)

Sendo assim constatamos que a Federação foi fundada tanto em nível institucional – por meio de uma reunião realizada dentro da Segunda Delegacia de Polícia – quanto ritual através da realização de ‘assentamentos’. Então ‘assentou-se’ ‘Exu’⁸¹, ‘Xangô’⁸², ‘Yansã’⁸³ e posteriormente ‘Ogum’⁸⁴ e ‘Oxalá’⁸⁵ e ‘Iemanjá’⁸⁶.

Criou-se uma entidade com espaços laicos e sagrados:

⁸⁰ Importante terreiro maranhense que recebeu esse nome pelo culto da família de turcos. Hoje, falecida mãe Anastácia Santos, esta ‘casa-de-santo’ passou a ser dirigido por pai Euclides (da casa de Fanth Achath) que, neste local, realiza uma única festa pública durante o ano.

⁸¹ Segundo nossos informantes esse ‘assentamento’ foi realizado por Manuel Colaço Veras.

⁸² Segundo nossos informantes esse ‘assentamento’ foi realizado por Manuel Colaço Veras.

⁸³ Segundo nossos informantes esse ‘assentamento’ foi realizado por Manuel Colaço Veras.

⁸⁴ Esse ‘assentamento’ foi realizado posteriormente por pai Benedito Saraiva.

⁸⁵ Esse ‘assentamento’ foi realizado posteriormente por pai Benedito Saraiva.

“Ela é Federação mais possui um ‘terreiro’ dentro que é aquele ‘terreiro’ dela. Ela tem o ‘terreiro’ dela, ela tem casa própria, tem tudo certinho, tem escritório, tem o terreiro dela, tem tudo” (Pai Benedito Saraiva, Presidente do Supremo Conselho da FEUCABEP e principal responsável pelo poder religioso interno da Federação)

Pode-se destacar como lugares burocráticos: a secretaria, a sala de computação, a sala de reunião, a sala dos arquivos, os banheiros. Todavia o maior espaço da sede é destinado aos lugares sagrados que atendem finalidades rituais, são eles: salão de ritual “Manoel Colaço Veras”, ‘capela’, copa-cozinha⁸⁷, dois quartos de trocar roupa (‘marcação’), quartos de dormir⁸⁸, uma ‘casa de Exu’, área externa com poço para depósito de ‘obrigações’.

Para dar sentido a esses espaços a FEUCABEP também possui um tempo sagrado, ou seja um calendário de festas realizadas em uma nação específica; a tradicional ‘Mina’ Paraense. Este calendário pode ser dividido em rituais ordinários e extraordinários. Os rituais ordinários são aqueles que possuem data (ou mês) fixo, que pertencem ao cotidiano da casa. São eles:

1. Festa de Oxalá⁸⁹: Janeiro.

Instituída por Manoel Colaço Veras ainda no período de fundação da FEUCABEP (1964), se divide em ‘obrigação’ e festa pública. Durante as ‘obrigações’ são realizados ‘cortes’ de um galo preto para ‘Exu’ e uma galinha preta para ‘Pomba Gira’⁹⁰ e de um galo para ‘Ogum’, orixás alimentados antes de qualquer ritual na Federação. As outras entidades assentadas recebem comida seca , ‘Yansã’ come uma batida feita com camarão e quiabo cortado redondo, ‘Iemanjá’ recebe comida a base de arroz.

‘Oxalá’, o dono da festa, recebe o sacrifício de um pombo branco e na ausência desse pode-se substituir por um galo branco. Seu ‘otá’ recebe vinho branco, mel e azeite de oliva, além de sua comida que é feita a base de milho branco.

2. Tambor das Flores⁹¹: 27 e 28 de maio.

Este ritual foi inventado pelo burocrata Antônio Gomes da Cruz em 1966 e o descreveremos, com mais vagar, posteriormente.

3. Festa de Exu: Segunda segunda-feira de agosto.

⁸⁶ Esse ‘assentamento’ foi realizado posteriormente por pai Benedito Saraiva, em função de ser a ‘Orixa’ de Antônio Gomes da Cruz, festejada durante o ‘Tambor das Flores’.

⁸⁷ Destinada ao preparo de oferendas e comidas laicas nos dias de festejos.

⁸⁸ Estes quartos são destinados a acolher os dançantes após o término do ritual.

⁸⁹ A grande maioria dessas festas são realizadas antes do dia específico do ‘orixa’ para que os religiosos que dela participam, também possam homenagear esse ‘orixa’ em suas respectivas ‘casas-de-santo’.

⁹⁰ Observar ‘corte’ de ‘Exu’ na descrição feita sobre a festa de ‘Exu’.

Esta festa acontece desde a fundação da Federação e consta de uma ‘obrigação’ para ‘Exu’, durante o dia e de uma festa pública realizada na noite da segunda segunda-feira de agosto.

A ‘obrigação’ de ‘Exu’ consta do sacrifício de um galo preto para ‘Exu Marabô’ e de uma galinha também preta para ‘Pomba Gira’ realizados dentro da ‘casa de Exu’ da Federação. Além disso os ‘Exus’ da Federação também recebem ‘obrigação seca’, ou seja, que não leva sangue.

A ‘obrigação seca’ é servida em cinco alguidares, um com farofa e água, um com farofa e mel, um com farofa e dendê, um com farofa e cachaça e o último com farofa e vinho.

Os ‘Exus’ da Federação também recebem obrigação antes de todas as festas realizadas na sede. Caso a Federação permaneça sem festa por mais de três meses, o ‘ogã’ da casa se incube de oferecer aos mesmos uma ‘obrigação seca’, num dia de lua cheia, para que nada de errado aconteça na sede.

Além de ‘Exu’ outra entidade ‘come’ nesta ocasião. Trata-se de ‘Ogum’ que recebe cerveja, sua ‘obrigação seca’ feita com feijão, e o ‘corte’ de um galo.

4. Festa de Xangô: Setembro.

Também instituído por Manoel Colaço Veras no período de fundação, o ‘toque’ de ‘Xangô’ geralmente acontece na semana do dia 30 de setembro que é o dia de São Jerônimo, santo católico com quem esta entidade é sincretizada. Sua festa também consta da ‘obrigação’ e da festa pública⁹².

A ‘obrigação’ acontece geralmente pela manhã e conta com ‘corte’ e ‘oferendas’ para ‘Exu’, ‘Ogum’ e para ‘Xangô’. Para ‘Exu’ se oferece as mesmas ‘oferendas’ citadas acima, para ‘Ogum’ cerveja e sua ‘obrigação seca’ que é preparada com feijão preto e o ‘corte’ de um galo.

‘Xangô’ por sua vez, recebe o sacrifício de um galo vermelho, sua bebida (cerveja preta ou vinho) e sua ‘comida seca’ que, de acordo com informações cedidas pelo ‘ogã’ Aldo Ferreira, é preparada com feijão fradinho e quiabo cortado inteiro.

Outra ‘obrigação’ realizada é servida ao público durante todas as festas públicas realizadas para Orixá. Trata-se do Afurá uma bebida fina cuja receita será dada ao longo desse capítulo.

5. Obrigação de Cosme e Damião: 12 de outubro.

Esta é a mais nova obrigação realizada na FEUCABEP. Foi criada em 2001 a partir de uma promessa realizada por um dos membros do Conselho do Ritual chamado pai Beijamim. Consta de uma distribuição de presentes e lanche para 400 crianças do bairro da Pedreira. É realizada no dia das crianças.

⁹¹ O ‘Tambor das Flores’ é um ritual que foi criado por Antônio Gomes da Cruz no ano de 1966.

⁹² Não me dedicarei a descrição das festas públicas da Federação pois elas se assemelham ‘aquela realizadas durante o ‘Tambor das Flores’ que será minunciosamente descrita por nós.

6. Festa dos Caboclos: 15 de novembro.

O Tambor dos Caboclos é uma ‘obrigação’ recente. Começou a ser realizada durante o primeiro mandato de Antônio Gomes da Cruz, no dia da Umbanda. Consta do ‘corte’ de ‘Exu’ e de uma festa pública dedicada somente aos ‘caboclos’. Além disso é feita a ‘obrigação da mata’ é preparada a ‘Jurema’.

A obrigação da mata é feita através da construção de uma cabana no canto do terreiro onde são colocadas muitas frutas. Também se deposita nessa cabana as seguintes bebidas: vinho, cachaça, dendê, água benta e um pouquinho de refrigerante para os ‘erês’.

A ‘Jurema’ é uma bebida preparada com a casca da jurema, champanhe, mel, gengibre e algumas ervas cujos nomes não nos foram informados. Ela possui também um jeito especial de preparo uma vez que fica em infusão dentro de um pote de barro por oito dias. Na véspera da festa a bebida é coada e passada para outro pote.

Durante esses oito dias o pote fica dentro da ‘capela’ da Federação com uma vela acesa a frente para “dar luz e fortificar aquela bebida” (Aldo Ferreira, ‘ogã’ da Federação). Findo esse ritual, a bebida é servida durante a festa pública para dançantes, para assistência e para os ‘caboclos’.

7. Festa de Yansã: Dezembro.

Também instituída por Manuel Colaço Veras durante o processo de fundação da FEUCABEP. Ocorre geralmente na semana do dia 4 de dezembro, dia de Santa Bárbara, santa católica com a qual esta entidade é sincretizada. Consta do ‘corte’ de um gallo para ‘Exu’, de uma galinha para ‘Pomba Gira’, de um gallo para ‘Ogum’, ‘obrigação seca’ para ‘Oxalá’, ‘Iemanjá’ , o ‘corte’ de uma galinha amarela para ‘Yansã’, que também come uma batida feita com camarão e quiabo cortado redondo.

A noite se realiza uma festa pública e quando é servido o ‘afurá’ e o acarajé, que é a ‘obrigação seca’ de Yansã, para dançantes e para a assistência.

8. Obrigação de Praia: 31 de dezembro.

Criada em 1965 por Antônio Gomes da Cruz, essa ‘obrigação’ é realizada fora dos limites da Federação. Muitos dos Federalizados viajam em dois ônibus até Salinópolis, uma cidade da região do salgado paraense. Os ônibus saem de Belém na madrugada do dia 30 para o dia 31 de dezembro e chegam em Salinópolis ao amanhecer. Monta-se um terreiro na areia da praia e repetem -se as festas públicas realizadas geralmente no salão de ritual da Federação. A diferença é que em determinado horário os religiosos deixam a praia em barcos que os levam ao meio do mar

onde são depositados presentes (jóias, espelhos, flores perfumes, cosméticos em geral, colares, escovas etc...), champanhe e ‘obrigações’, dados a ‘Iemanjá’ como agradecimento pelo ano findo e como forma de pedido por um ano novo mais próspero. Todavia, antes de sair da Federação os religiosos já realizaram os ‘cortes’ para ‘Exu’ bem como o presentearam com sua ‘obrigação seca’.

Do calendário ordinário três festas são estatutárias, ou seja, estão prevista nos estatutos da FEUCABEP. São elas: Festa de ‘Exu’, Festa de ‘Xangô’, Festas de ‘Yansã’. Duas Festas são particulares, criadas pelo burocrata Antônio Gomes da Cruz: Tambor das Flores e Obrigação de Praia. As demais – Festa de ‘Oxalá’, festa dos ‘Caboclos’ e Obrigação de Cosme e Damião⁹³ foram instituídas pelo Conselho do Ritual.

Além das festas acima mencionadas existe outro ritual, de caráter extraordinário que não possui data fixa e é realizado em nação diferente a tradicional ‘Mina’ paraense. Trata-se do Ritual de ‘Candomblé’ realizado segundo o modelo do ‘Candomblé Angola’ ou ‘Ketu’. E acontece esporadicamente sem dia ou mês determinados.

Esta festa foi instituída pelo Conselho Religioso Estadual em respostas aos ‘candomblecista’ que acusam a instituição de abarcar somente a ‘Mina’. Todavia os tambores de ‘Candomblé’ na Federação só contam com a festa pública. Como os assentamentos da FEUCABEP seguem os padrões da ‘Mina Nagô’. Toda ‘obrigação’ realizada antes do ritual são feitas fora dos limites da Federação, nos ‘terreiros’ dos religiosos incumbidos pela organização da festa.

Outra dificuldade diz respeito ao uso do ‘aguidavi’ uma pequena vareta de madeira com a qual os ‘candomblecistas’ adeptos do ‘Ketu’ tocam os seus tambores. Os tambores da Federação não podem ser tocados com este instrumento uma vez que foram batizados na ‘Mina’ por mãe Mariza Barbosa, esposa do ex-presidente Juvenal Barbosa.

O processo de batismo dos tambores é descrito por Aldo Ferreira da seguinte maneira:

“Batiza um tambor como se fosse uma coisa, o tambor fica de pé e tem toque. Depois tem ‘corte’ de galho e galinha em cima dele, faz a reza para o dono do tambor. O Tambor vai pra capela e deita. Os tambores da Federação são de ‘Ogum’ o azul, de ‘Xangô’, o do meio e de ‘Yansã’ o terceiro” (Aldo Ferreira, ‘ogã’ da FEUCABEP)

Há controvérsias sobre a disposição de cada um desses toques no ano litúrgico da FEUCABEP. Algumas pessoas, como o presidente Antônio Gomes da Cruz, seguem o calendário civil, portanto, para elas, o ano da FEUCABEP iniciaria com o ‘toque’ de ‘Oxalá’, em janeiro e encerraria com a ‘obrigação’ de praia realizada a trinta e um de dezembro. Outras pessoas, como o

‘ogã’ Aldo Ferreira, afirmam que o ano litúrgico é aberto em agosto com o ‘toque’ de ‘Exu’,⁹⁴ e encerrado em janeiro com o toque de ‘Oxalá’. Este último formato de ano litúrgico deixaria de fora do calendário o ‘Tambor das Flores’, a festa inventada que acontece no mês de maio.

Outro aspecto que atribui à Federação características de ‘terreiro de raiz’ é o fato de podermos traçar uma genealogia entre seus líderes atuais e a África. A FEUCABEP é governada por uma espécie de triunvirato masculino ligado por linha de ascendência ao fundador Manoel Colaço e consequentemente ao Nigeriano Manuel Tel Santo o que faria esta instituição muito próxima de um modelo de ‘terreiro de raiz.’

A primeira pessoa do triunvirato é Antônio Gomes da Cruz sobre quem falamos fartamente no capítulo anterior. Antônio Gomes da Cruz que hoje possui atribuições puramente burocráticas. Consta que este homem recebeu a instituição das mãos de seu fundador e hoje a preside.

“Sempre ele dizia, a última vez que eu estive com ele foi em 1968 e ele me disse: - Cruz, aconteça o que acontecer, nunca abandona a Federação a não ser por morte.” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

Antônio Gomes da Cruz passou por muitos ‘terreiros’ antigos, migrou da casa do ‘mineiro’ apelidado de Crioulo⁹⁵ (Aimorino da Conceição Pimentel) para o ‘terreiro’ de Chico Légua⁹⁶. Com a morte do mesmo passou a morar com Manoel Colaço que teria chegado a Belém para realizar o ‘axexe’ de Chico Légua.

Apesar de ter conhecido todas as ‘casas’ acima mencionadas, Antônio Gomes da Cruz não passou por nenhum processo de iniciação complexo. Segundo ele mesmo nos informa:

“Sou só na ‘Umbanda’, cruzado e sacramentado na umbanda pelo Aimorino da Conceição Pimentel, o Crioulo. Ele era uma ‘Umbanda’ misturada com ‘Mina’, aquela mistura de antigamente.” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

Também consta que nunca foi dançante:

⁹³ A Obrigação de Cosme e Damião é a mais nova obrigação da Federação foi instituída em 2000 a partir de uma promessa realizada por um de seus Conselheiros, Pai Beijamin.

⁹⁴ Talvez esse ano litúrgico se inicie com ‘Exu’ que é o ‘Orixá’ dos caminhos, da rua, o responsável pelo contato entre os humanos e os ‘orixás’. Primeira Entidade a quem se dá ‘obrigação’ durante um ritual para se evitar transtornos que possam vir a ser criados pelo mesmo.

⁹⁵ ‘Pai de santo’ paraense que teria sido iniciado por mãe Doca que é considerada por muitos dos pesquisadores dos cultos afro-paraelenses como a fundadora da ‘Mina’ no Pará. Tratava-se de uma ‘irmã-de-santo’ de Anastácia Santos, também ‘filha-de-santo’ de Manoel Tel Santo.

⁹⁶ ‘Pai de santo’ maranhense, famoso, radicado também no bairro da Pedreira. Segundo nossos informantes teria sido assassinado por seu amante com o punhal de ‘Exu’ provocando comoção em todo bairro da Pedreira que compareceu em peso ao seu enterro.

“O Cruz nunca dançou, ele só ajudava lá no Colaço, nas coisas. Ajudava os clientes, dava banho nas mulheres, assim ele ganhava o dinheiro dele quando o Colaço foi embora que fundou a Federação e butou ele lá trabalhando” (Pai Benedito Saraiva, Presidente do Supremo Conselho da FEUCABEP e principal responsável pelo poder religioso interno da Federação).

Na casa de Colaço, bem como nas demais, assumia apenas funções burocráticas bem próximas àquelas que realiza hoje na Federação.

“Na casa do Colaça eu era igual na ‘casa’ do Crioulo, eu mandava em tudo, tudo passava pela minha mão. Eu não era cargo de santo, eu era cargo de mandar. Eu dizia sobre os toques, ajudava no terreiro, eu guardava o dinheiro, as jóias da Jarina. Eu era assim, então depois do dono da casa quem dava as ordens era eu” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

“Ainda continua da ‘casa’ do Colaça lá(na Federação) principalmente os mais íntimos. Bom o Cruz não adianta nem falar porque o Cruz sempre foi a principal pessoa dele. (...) O Cruz sempre foi dirigente, ele ajudava assim na burocracia. Ajudava a arranjar uma coisa e outra pra dentro do ‘terreiro’, né?!” (Aldo Ferreira, ‘ogã’ da Federação)

As outras duas pessoas do triunvirato respondem pelo poder religioso. A “primeira pessoa”⁹⁷ responsável pelo ritual da Federação é o ‘pai-de-santo’ Benedito Saraiva, um senhor de oitenta anos, paraense, nascido no município de Curuçá (região do salgado paraense). Pai Bené, como é conhecido, alfaiate de profissão, foi o único ‘filho-de-santo’ feito por Manoel Colaço.

“Eu conheci o Colaço da ‘casa’ do Crioulo que era um ‘pai-de-santo’ que foi daqui pro Rio arrumou ‘casa’ e ficou. Quando ele voltou, ele chamou os ‘filho-de-santo’, reuniu e mandou que cada um fosse procurar seu rumo(...). Do Crioulo aí fomos, eu e o Cruz pra ‘casa’ do Colaço, encostou lá. Nós éramos amigos desde a ‘casa’ do Crioulo. E lá ele falou cumigo e fez meu santo. (...) Na ‘casa’ do Crioulo eu só dançava, eu era ‘borizado’ pelo Crioulo.” (Pai Benedito Saraiva, Presidente do Supremo Conselho da FEUCABEP e principal responsável pelo poder religioso interno da Federação).

Pai Bené é quem coordena as festas públicas da Federação a partir do modelo de culto de sua ‘casa’ que, segundo ele, lhe fora ensinado por seu ‘pai-de-santo’, ou seja; a ‘Mina Nagô’. É ele quem abre e fecha os rituais e se encarrega de todas as ‘obrigações’. Em todas as festas públicas

⁹⁷ Esta expressão nos foi passada por Aldo Ferreira como adjetivo de Pai Benedito Saraiva.

que já presenciamos na Federação, desde que a conhecemos, em 1997, jamais o vimos se ausentar de um ‘toque’⁹⁸.

“Pode dizer que a Federação é um ‘terreiro’, ela é Federação mas tem um ‘terreiro’ dentro. O ‘terreiro’ lá, a Federação é ‘Nagô’ como eu na minha ‘casa’. (...) Na ‘casa’ de Manuel Colaço é assim como eu faço na minha ‘casa’, como eu abro é assim que ele abria lá” (Pai Benedito Saraiva, Presidente do Supremo Conselho da FEUCABEP e principal responsável pelo poder religioso interno da Federação).

O terceira do triunvirato é Aldo Ferreira, uma espécie de ‘ogã’ da Federação responsável pelas ‘matanças’ e ‘obrigações’ da ‘casa’. Trabalha em companhia do pai Bené. Pode-se dizer que suas funções permanecem nos bastidores das festas uma vez que nunca toma parte da ‘gira’.

“Sobre o ritual quem pode falar mais é o pai Bené porque ele é o principal, eu sou apenas o defensor dele, trabalho mais na parte de ‘obrigação’. Então faço ‘cortes’ para o ‘orixá’, eu dou o ‘afurá’, dou o ‘afurá’ pro pessoal representando o ‘orixá’ maior” (Aldo Ferreira, Pai Pequeno da Federação).

Sua trajetória foi um pouco diferente das pessoas acima citadas. Trata-se de um militar reformado, com cerca de 65 anos, belenense de nascimento. Ele é oriundo da ‘casa’ de um ‘umbandista’ que ainda praticava o ritual com palmas,⁹⁹ conhecido por Diquinho de Pena Verde por receber tal entidade.

“Eu era da ‘casa’ do Raimundo Diniz, o Diquinho e passei para ‘casa’ do Manuel Colaça Veras. Lá então que eu aprendi certo tipo de coisa. Então foi quando ele viajou para o Rio eu continuei a ficar lá porque aí surgiu a Federação em 64. (...) Eu não dançava eu fiquei só tomando conta da ‘capela’, das ‘obrigações’ do santo, dos ‘orixás’. Então eu me dediquei mais a esta parte. Agora quando do final já do toque do tambor, que as vezes o santo me ‘assaltava’ e eu me ‘atuava’. Mas era uma vez na vida e outra na morte, não era todo o tempo (...) minha ‘cabocla’ era Jureminha.” (Aldo Ferreira, ‘ogã’ da Federação).

Não é por acaso que essas três pessoas estão à frente da Federação. Tendo procedido da ‘casa’ de seu fundador, apenas elas possuem a “chave simbólica” da ‘casa’, ou seja somente elas conhecem os segredos dos ‘orixás’ e principalmente dos ‘exus’ ali ‘assentados’ que só são

⁹⁸ Exceto nos toques de ‘Candomblé’ que não só ele como toa a cúpula mineira está ausente do ritual.

repassados por morte. Estas entidades estão acostumadas a “comer por essas mãos” e mudar isso pode gerar um infortúnio religioso.

Depois de expostas todas estas características, podemos afirmar que em meio a um campo religioso desprovido de ‘terreiros de raiz’ - como a Casa das Minas e a Casa de Nagô são no Maranhão e o Sítio de Pai Adão é em Pernambuco - essa característica é de fundamental importância. Afirmamos, através de nossa observação do contexto religioso local que é justamente a Federação que assume este posto: de ‘terreiro de raiz’ do Pará pois possui ‘assentamentos’, nação específica e dirigentes que pertencem a uma genealogia que remonta à África. Essas são suas características específicas.

Além da “tradição” religiosa, a FEUCABEP é também a primeira instituição a congregar religioso a afro-paraenses; referida até pelos seus dissidentes como ‘casa mater’. Foi fundada por pessoas que estão na memória como os pioneiros, implantadores da religião afro-brasileira em Belém do Pará¹⁰⁰.

Estar associado a Federação garante legitimidade ao religioso, que pode ser equiparada a legitimidade de um estudante formado por uma Universidade Federal, por exemplo. Tal qual esta Universidade cede diploma aos seus colandos, a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará também cede alvarás – que usualmente são emoldurados e expostos nas paredes dos ‘terreiros’ filiados – carteira para ‘abatazeiro’, para ‘médium’, diploma, comprovante de registro de iniciação, ‘boris’, liberação plena com mais de sete anos com ou sem ‘Deká’. Todos esses títulos são cedidos no ato de seus registros, mediante ao pagamento de taxas específicas¹⁰¹ que mantém a FEUCABEP.

Acabamos de falar sobre o poder religioso interno da FEUCABEP, ou seja, da Federação enquanto ‘terreiro’, mas existe o poder religioso que atua em outra instância, exterior à Federação, resolvendo problemas referentes a peculiaridades de rituais ocorridos nos ‘terreiros’ da cidade e que são trazidos a julgamento ou discernimento da casa mater.

Para solucionar tais problemas, o Estatuto da Federação registra a existência de um Conselho Religioso Estadual e o Supremo Conselho Estadual¹⁰². O Conselho Estadual é, segundo o artigo 22 do Estatuto da Federação Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará:

⁹⁹ Antigamente, antes da constituição de 1988 a grande diferenciação entre mineiros e umbandistas é que os primeiros tocavam tambor e os últimos batiam palmas.

¹⁰⁰ Estão na ata de fundação nomes como Manuel Colaço Veras, Raimundo Silva, Maria Aguiar, Rosa Nunes Vieira (Mãe Doca), Carmelina Amâncio Neto (mãe Amelinha), Ida Carmem Costa, Inez Ferreira, João Batista Cardoso e muitos outros que participaram de suas primeiras diretorias.

¹⁰¹ Ver tabela de preços em anexo.

¹⁰² As reuniões desses conselhos são registradas em atas, no entanto, por serem muitas não pudemos analisá-las para esta dissertação.

“é um dos poderes da FEUCABEP de primeira instância e com ação exclusiva na área religiosa, tem as seguintes atribuições: Orientar, Coordenar, Normatizar, Disciplinar e fiscalizar as atividades doutrinárias, dogmáticas, litúrgicas e ritualísticas relacionadas à Religião Afro-Brasileira (RAB) no Estado do Pará” (Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará, 1998)

Hoje este Conselho é composto por 15 membros¹⁰³ contando com seu presidente e vice-presidente) e mais dois membros da Diretoria que presenciam as reuniões realizadas quinzenalmente, mas não têm direito de voto. Este poder é desfeito a cada término de mandato.

O Supremo Conselho Estadual, por sua vez, é uma espécie de Conselho dos anciões composto por 6 membros vitalícios escolhidos entre os mais velhos e experientes religiosos paraenses.

Este poder nunca é desfeito e ultrapassa toda e qualquer Diretoria. Sobre ele o artigo 20º do Estatuto diz:

“O Supremo Conselho Estadual é um poder de instância maior com jurisdição nos assuntos sociais, administrativos, financeiros ou religiosos que extrapolem a competência do respectivo poder” (Estatuto da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará, 1998).

O Supremo Conselho tem poder de homologar qualquer decisão tomada pelos outros poderes e seu presidente – Benedito Saraiva também responsável pelo poder religioso interno – exerce o poder máximo dentro desse “Conselho de Anciões”.

Agora que mostramos o poder burocrático e o poder religioso da FEUCABEP podemos concluir que essa estrutura em muito se assemelha da encontrada na Tenda Espírita Caboclo Serra Negra descrita por Yvonne Maggie em seu livro intitulado *“Guerra de Orixás”*. Todavia, diferentemente daquele terreiro que feneceu motivado por conflitos existentes entre as duas ordens (burocrática e religiosa), a Federação ainda está de pé, completando no próximo ano, quarenta anos de existência. Isso ocorre em virtude de uma divisão hermética entre os dois poderes. Na maioria dos casos as fronteiras não são ultrapassadas diferentemente do exemplo da Tenda Espírita Caboclo Serra Negra, onde burocrata, Mário que também era religioso.

Mário ao tornar-se presidente, achou-se no direito de opinar nas atitudes do pai-de-santo, criticando-o, chamando-o de ignorante, acusando-o de “não ter cultura”. Este burocrata pretendia

¹⁰³ Os membros do Conselho Religioso estadual são os seguintes: Tânia Costa, Maria José Mesquita dos Santos, Mãe Luíza Ninfa Oliveira, Terezinha Azevedo, Cleonice Cordeiro, Pedrina Santos, Maria Rosa Rêgo, Osmar Boadana, Álvaro Pizzarro, Sebastião Machado, João Batista Carvalho, Maria Lúcia Moraes, Laurenir Miranda Souza, Daniel Rodrigues, Carlos Sandro Serra.

modificar até a própria estrutura do ritual de ‘Umbanda’ a partir do pensamento intelectual. No auge do conflito, ele próprio, assume o cargo de presidente.

Antônio Gomes da Cruz apesar de ser “cruzado e sacramentado” na ‘Umbanda’ e de se utilizar disso em momentos que lhe são convenientes¹⁰⁴, não invade o território religioso. Da mesma forma jamais observamos nenhum dos líderes religiosos opinar em assuntos referentes a situações burocráticas tais como prestação de contas, assistencialismo e diversos outros, mesmo sendo pai Bené presidente do Supremo Conselho Estadual.

Até o momento vimos que a Federação se difere de todas as outras instituições civis por possuir um poder religioso estruturado, vimos também que essa característica é responsável pela existência da Federação nos dias atuais. Esse poder está sob a responsabilidade de pessoas que descendem do pai fundador que praticam os rituais de acordo com os critérios de uma nação específica: a ‘Mina Nagô’.

Por tudo isso escolhemos um ritual específico para etnografar: ‘Tambor das Flores’. Nossa intenção é, a partir de tal etnografia, mostrar algumas características básicas da ‘Mina Nagô’ praticada na Federação.

4.2. O ‘Tambor das Flores’ como uma Tradição Inventada.

O calendário litúrgico ordinário da Federação possui sete festas e qualquer uma delas poderia ter sido escolhida por nós para servir de modelo da ‘Mina Nagô’ praticada na FEUCABEP. Preferimos o ‘Tambor das Flores’ em função de dois motivos específicos. Primeiramente destacamos o fato já ter sido etnografado por Anaíza Vergolino durante a década de setenta, num trabalho que recebe o nome do ritual e que norteia a presente dissertação.

Outro motivo, é justamente o fato de ter sido inventado por uma pessoa específica – Antônio Gomes da Cruz - para suprir necessidades financeiras da FEUCABEP, ou seja, com finalidades burocráticas. Curioso é que este ritual inventado se tornou o mais importante, mais divulgado, mais elaborado e mais longo do calendário, sendo praticado a partir dos fundamentos de uma nação específica – a ‘Mina Nagô’.

4.2.1. Histórico do ‘Tambor das Flores’.

Conforme já foi dito o ‘Tambor das Flores’ é hoje a festa mais tradicional da Federação. Todavia, nem sempre foi assim pois estamos diante de uma tradição inventada. Utilizaremos o conceito de tradição inventada a partir das idéias de Éric Hobsbawm. Para ele tradição inventada é:

“ Um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas abertamente aceitas. Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visão inculcar certos valores e normas de comportamento

¹⁰⁴ Durante o processo eleitoral de 2002 o conselheiro Rilkin critica seu mandato acusando-o de ser um presidente laico. Mediante essas acusações ele retruca afirmando ser “cruzado e sacramentado” na umbanda.

através da repetição o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado.” (Hobsbawm, 1997:9)

Este autor afirma ainda que:

“Mais interessante, do nosso ponto de vista é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições, inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade um amplo repertório desses elementos, e sempre há uma linguagem elaborada compostas de práticas e comunicações simbólicas. As vezes as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas, outras vezes podem ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais” (Hobsbawm, 1997:14).

Adianta também que existem três tipos de tradição inventada quais sejam:

- Aquelas que estabelecem e simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de grupos ou comunidades reais ou artificiais.
- Aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade.
- Aquelas cujo propósito é a sociabilização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento.(Hobsbaw,1997: 13)

Podemos afirmar que o ‘Tambor das Flores’ traz em seu bojo todas as características acima mencionadas e, de uma forma geral, atende às três categorias de tradição inventada. Mas antes de analisarmos os porquês, discorreremos sobre a História de sua gênese e mostraremos quais os “fins originais” o ‘Tambor das Flores’ veio atender.

Sobre a sua criação nos informa Antônio Gomes da Cruz:

“A Federação era muito pobrezinha e não tinha condições de evoluir. Em 1965 foi criado a Festa de ‘Iemanjá’ em Salinas. Trabalhava comigo uma menina chamada Celina que hoje em dia é quem faz tambor pro pessoal tocar. E ela chegou comigo e disse assim: - Vamos fazer o ‘Tambor das Flores’?!” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP)

Anaíza Vergolino Registra no “*Tambor das Flores*” outra entrevista com Cruz que contém informações importantes:

“ Dentro de Belém não existia ‘Tambor das Flores’, existia tudo das flores menos o Tambor; resolvemos fazer o Tambor para ajudar a Federação, entre limpeza, alguma coisa que fosse preciso comprar em relação a cozinha, ao terreiro. Então não gasta um tostão da Federação. É por esse motivo que o ‘Tambor das Flores’ é falado, porque o dinheiro que a gente recebe a gente joga tudo em

despesa. Não fica nada. Eu pago ‘tamboreiro’, tudo, tudo. Então foi para isso que a gente fez o ‘Tambor das Flores’.” (Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP apud Vergolino, 1976: 149)

Nessas duas entrevistas efetuadas por pessoas distintas e em tempos distintos, podemos observar que o ‘Tambor das Flores’, realizado em maio, não é uma tradição paraense. Trata-se de uma ‘obrigação feita a ‘orixá’ ‘Iemanjá’ que, em Belém, é usualmente festejada em duas ocasiões.

Certos ‘terreiros’ a festejam no dia dois de fevereiro, efetuando o sincretismo dessa entidade com a santa católica Nossa Senhora das Candeias. Outro grupo a festeja em oito de dezembro estabelecendo assim um sincretismo com Nossa Senhora da Conceição. Além disso, as pessoas em geral realizam ainda rituais nas praias durante o dia 31 de dezembro, fazendo ‘obrigações’, dando presentes, agradecendo o ano que termina e pedindo graças pelo vindouro. Pergunta-se então: Como se teria criado essa tradição de festejar ‘Iemanjá’ em maio?

Maio é o mês das mães, o mês das debutantes e o mês de Maria, mãe de Jesus. Durante esse mês a Assembléia Paraense – clube tradicional freqüentado por pessoas de classe média e alta da cidade – realiza uma festa também tradicional denominada Festa das Flores durante a qual os casais paraenses apresentam suas filhas de 15 anos à sociedade.

O grupo que dirigia a Federação durante a segunda metade da década de 60, período de criação do ‘Tambor das Flores’, certamente não freqüentava o Baile das Flores, tomando conhecimento do mesmo através das páginas dos jornais de grande circulação na cidade. Mesmo assim Antônio Gomes da Cruz tomou o baile de debutantes como modelo para realizar, dentro da Federação o ‘Tambor das Flores’ que tinha por objetivo atender a “fins bem originais” como arrecadar dinheiro para reconstruir, pouco a pouco, a sede da Federação.

Todavia o líder burocrático não poderia simplesmente programar um tambor para atender necessidades laicas da instituição. Sendo assim era imprescindível criar-se um pretexto religioso. Sincretizou-se ‘Iemanjá’ – que vêm a ser a ‘Orixá’ do inventor da festa - com Santa Maria e passou-se a fazer a essa ‘entidade’ um ritual, realizado segundo o modelo tradicional; a ‘Mina Nagô’.

Dois elementos foram necessários para legitimar o ‘Tambor das Flores’, durante a década de sessenta. São eles a analogia estabelecida entre o baile de debutantes promovido pela alta sociedade e o ‘Tambor das Flores’ e sua realização segundo os padrões da ‘Mina’ tradicional. Hoje, no entanto, ele se tornou o ritual mais prolongado e mais elaborado da Federação que por si só se legitima. Esses dois elementos legitimadores primeiros se tornaram tão corriqueiros que nem chegam a ser lembrados pelos componentes da Festa.

No princípio, por ser um ritual pessoal, criado por Antônio Gomes da Cruz para homenagear sua ‘orixá’, ele precisava da aprovação anual do Conselho Religioso Estadual, que possuía poder para vetá-lo, embora isso nunca tenha ocorrido.

Hoje, no entanto, o ritual foi incorporado ao calendário da instituição de forma que o Conselho Religioso Estadual não só não mais possui poder de voto, como também contribui para sua realização fazendo doações, promovendo rifas etc...

É importante lembrar que, neste início de século XXI, a sede da Federação é bem diferente daquela descrita pelo atual presidente no “*Tambor das Flores*”. Segundo ele a instituição “não tinha nada, era pobre e ainda é pobre” (*Antônio Gomes da Cruz, presidente da FEUCABEP apud Vergolino, 1976:110*)

Nos dias atuais as coisas são bem diferentes. Não se pode dizer que a sede enriqueceu, mas seu prédio está bem mais estruturado que aquela casinha de porta e janela coberto de palha. Há dois pavimentos, muitos cômodos, erguido em alvenaria, bem iluminado, lajotado. Seus arquivos começam a ser organizados em computador.

Tudo isso indica que a Federação não mais precisa de um ritual que arrecade fundos para reconstruí-la pois ela já está reconstruída. O ‘Tambor das Flores’ hoje existe por si só, por sua característica de tradição, inventada; é bem verdade. Mas que tradição um dia não foi inventada?

Os dias 27 e 28 de maio, período em que se realiza a Festa, é o único momento do ano em que são realizadas ‘cortes’ à todos os orixás ‘assentados’ na federação, de ‘Exu’ à ‘Oxalá’. Neste momento também, durante a ocasião da festa pública, podemos perceber que a Federação recebe mais visitantes que em qualquer outra ocasião.

Este ano de 2002, por exemplo, pudemos perceber o retorno de velhos dançantes, afastados da sede durante o governo de Juvenal Barbosa, como mãe Yolanda , a filha-de-santo de pai Zezinho - que era responsável pelo poder religioso da instituição no momento em que foi escrito o “*Tambor das Flores*” – ou mãe Dora, uma ‘vodunsi’ antiga iniciada por Chico Légua.

A Federação, nesta ocasião, recebeu a visita inclusive de uma das pessoas que rompeu com a instituição e que desde a década de noventa vem mantendo relações reticentes com as principais lideranças da mesma. Trata-se do candomblecista Walmir da Luz Fernandes que levou consigo para festa alguns religiosos oriundos da cidade de Macapá.

Além desses dissidentes, muitos outros federalizados que não participam do cotidiano da Federação se fazem presentes, como é o caso de pai Mábio Brandão que vimos na Federação, pela vez primeira, durante este ano ‘Tambor das Flores’ de 2002.

A presença desses federalizados e dos dissidentes na Federação durante esta festa específica e não em qualquer uma outra, reforça sua importância enquanto tradição. Para terminar afirmamos

que o ‘Tambor das Flores’ atende a qualquer um dos três tipos de tradição inventada mencionada por Eric Hobsbawm. Ela simboliza coesão social, uma vez que atrai para sede muitos federalizados bem como certos dissidentes, conforme já dissemos anteriormente.

Ela legitima a instituição perante o campo religioso afro-paraense, legitima também as relações de autoridade, uma vez que, através dela, podemos observar quais os principais líderes da instituição e em que instância cada um deles atua. Por último, o ‘Tambor das Flores’ inculca idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento já que, em sendo instituída segundo um tipo de ritual específico, suas ‘obrigações’, suas danças, suas doutrinas reproduzem seu sistema de crença, expõe seu panteão, determinam regras e tabus ensinando-os aos ‘filhos-de-santo’ mais novos, bem como, à própria assistência.

Terminada esta etapa de caracterização do ‘Tambor das Flores’ enquanto uma tradição inventada, passaremos a etnografar o evento.

4.3. O ‘Tambor das Flores’: A Etnografia de um Ritual de ‘Mina’.

4.3.1. Os Preparativos para Festa.

Sobre o processo de organização da festa pouco podemos falar uma vez que ficamos impossibilitadas de acompanhá-lo de perto haja vista que estávamos morando em outra cidade. Sabemos no entanto que é a parte do ‘Tambor das Flores’ completamente organizada por Antônio Gomes da Cruz que age na tentativa de conseguir verba que viabilize a festa.

Para tal, a primeira atitude do burocrata é distribuir cartas convites a pessoas da diretoria, meros federalizados ou amigos em geral, informando que a pessoa foi escolhida juiz do ritual. Em sendo juiz ela deverá contribuir com a quantia de CR\$ 50,00.

Através da carta recebida por nós percebemos que as pessoas que contribuem com o ‘Tambor das Flores’ estão divididas em diversas categorias, quais sejam:

- Patrocinadores¹⁰⁵: São duas pessoas que contribuem com uma quantia relativamente grande de dinheiro estipulada por elas próprias. Vimos entre os patrocinadores o nome de Antônio Gomes da Cruz que além de dinheiro, contribui com seu trabalho.
- Patronos¹⁰⁶: Também são duas pessoas que contribuem com uma quantia considerável dinheiro, também estipulada por elas próprias.

¹⁰⁵ Antônio Gomes da Cruz nos informa que a primeira patrocinadora da Festa foi a ex-presidente mãe Julia Gaia Mendes. Com o fim de seu mandato, quem assumiu este posto foi mãe Mariza Barbosa esposa do presidente Juvenal Barbosa.

¹⁰⁶ Fomos informados de que o primeiro patrono do ‘Tambor das Flores’ foi o antropólogo Napoleão Figueiredo.

- Juízes de Barracão: São vinte e quatro pessoas que contribuem com a quantia de CR\$ 50,00.
- Juízes de Brindes: São doze pessoas que contribuem com a quantia estipulada de CR\$ 50,00 reais.
- Obrigação do Orixá: A pessoa que contribui, não com dinheiro mas com trabalho religioso. É o responsável pela preparação das ‘obrigações’ a serem ofertadas aos ‘orixás’ ‘assentados’ na FEUCABEP . Quem assume esta tarefa é um dos responsáveis pelo poder religioso da Federação; Aldo Ferreira.
- Decorador: É a pessoa contratada e remunerada para decorar a sede no dia da Festa.
- Dirigentes do culto¹⁰⁷: São os religiosos responsáveis por dirigir a festa pública. Trata-se do principal responsável pelo poder religioso dentro da FEUCABEP, pai Benedito Saraiva e sua filha-de-santo Maria Antônia Brito.
- Diretores da Festa: A diretoria da festa é formada por pessoas que contribuem com quantia menor estipulada em CR\$ 30:00.

Antônio Gomes da Cruz nos informa que a única função de cada uma dessas pessoa é contribuir monetariamente com a festa. Fomos informados de que não existe diferença alguma entre cada uma das categorias de juiz, sendo as denominação juiz de barracão, juiz de brinde e juiz de capela, mera formalidade.

Durante a década de sessenta, quando o “*Tambor das Flores*” foi escrito, existia ainda a figura do mordomo, pessoas que contribuíam com quantias irrisórias que nos dias atuais corresponderia a CR\$ 3,00 ou CR\$ 5,00. Todavia esta categoria de contribuinte foi extinta.

Depois da arrecadação deste dinheiro, Antônio Gomes da Cruz parte para a organização da festa comprando bichos e demais materiais que fazem parte da ‘obrigação’ dos ‘orixás’. Além disso providencia decoração, comida laica, brindes a serem dados aos contribuintes¹⁰⁸, garçons etc... Com o restante do dinheiro o presidente faz alguns reparos na sede, a exemplo da pintura da mesma que todos os anos , por esta época, é efetivada.

O ‘Tambor das Flores’ não conta com ajuda oficial do Estado ou da Prefeitura Municipal de Belém. Ele se sustenta com as doações mencionadas. Uma ou outra pessoa pode, porventura, vir a doar algum tipo de mantimento ou alimento como mãe Deusarina Viana dos Santos, uma das

¹⁰⁷ Antônio Gomes da Cruz nos informa que a primeiro dirigente do culto foi o finado pai Zezinho.

¹⁰⁸ Toda e qualquer pessoa que contribui com o ‘Tambor das Flores’ recebe brindes que a distingue. Os patrocinadores e patronos recebem um presente comprado pelo presidente e uma blusa com o logotipo do ‘Tambor das Flores’ e a seguinte frase: “‘Tambor das Flores 2003”. Todos os juizes recebem a blusas do ‘Tambor das Flores’ que também são distribuídas aos dirigentes do culto, ao responsável pela ‘obrigação’ do ‘orixá’ e para os diretores da festa. Os convidados também recebem um brindes simbólico, que este ano foi uma flor confeccionada em arame com papel crepom e miçangas.

patrocinadoras da festa, que costuma ofertar badejas com doces ou frios. Todavia isso não é comum.

Ser escolhido para financiar a festa em qualquer categoria, é motivo de orgulho para os federalizados e deixar de contribuir com a mesma é motivo de ofensa ao seu principal organizador, Antônio Gomes da Cruz que nos informa:

“ Neste Conselho que eu tenho, nem todos vão cooperar porque alguns já devolveram a carta. Não têm peito de devolver pra mim mas devolveram. Quer dizer será um membro que se eu continuar não participará. Pessoas bestinhas pra mim não me interessam e pessoas de duas caras também não. Se cinco ou dez não cooperar, ele é cortado e para o outro ano ele não é convidado mais. Tanto faz ser da capela ou do barracão ou de brinde, se não cooperar, não entra mais para o ano.”(Antônio Gomes da Cruz, Presidente da FEUCABEP)

Como se trata de uma festa particular, a Federação enquanto instituição não contribui com nada, o mesmo pode se afirmar em relação aos Conselhos. É possível – e comum – que seus conselheiros sejam convidados a contribuir participando de alguma categoria acima mencionada, no entanto o convite é feito a pessoa do conselheiro não ao membro do Conselho.

À punição a pessoa que não contribui é dada em nível de sua relação pessoal com o presidente da sede. Como este é, na verdade, o grande organizador da festa, a festa sendo dele , ele pode simplesmente não mais chamar o indivíduo que não coopera para integrar uma das categorias acima mencionadas no próximo ano. Mas não pode, de maneira alguma, expulsá-lo do Conselho ao qual faz parte, por exemplo.

A título de conclusão afirmamos que pela leitura do “*Tambor das Flores*” percebemos que esta etapa da festa era mais elaborada durante a década de setenta. Como o dinheiro arrecadado pelo ‘Tambor das Flores’ servia também para reconstruir a sede, que naquela época era completamente carente, podemos perceber que além do dinheiro arrecadado entre os juizes e mordomos, a festa também recebia maior quantidade de doações.

Hoje a festa é feita por ter se tornado tradição e as arrecadações, são destinadas à manutenção da festa e à alguns poucos reparos que são feitos na sede social.

4.3.2. Etnografia da Festa Religiosa.

Como já foi mencionado anteriormente o ‘Tambor das Flores’ é o maior ritual realizado na Federação. Acontece nos dias 27 e 28 de maio, mês de Maria. Estes dias são classificados respectivamente em “Festa dos Juizes” e “Dia da Obrigação”.

- **Dia 27 de maio de 2002 – Período Diurno.**

Chegamos a FEUCABEP por volta de dez horas da manhã conforme o combinado com ‘ogã’ Aldo Ferreira, para ver a ‘matança’ de ‘Exu’, realizada no dia 27 pela manhã, por ele e por pai Bené. Esta é a primeira obrigação, aquela que abre o ‘Tambor das Flores’.

Não foi possível observarmos tal obrigação; pai Bené vetou nossa participação pois os ‘Exus’ da Federação foram ‘assentados’ por homens e só ‘comem’ por mãos masculinas. Mulheres não podem se aproximar desses ‘assentamentos’. Por esse motivo não vimos os ‘cortes’ nem o preparo das ‘obrigações’. Apenas pudemos olhá-las arrumadas aos pés dos ‘Exus’. Assim sendo, permanecemos na secretaria conversando com a secretária que embrulhava os brindes dado aos patrocinadores e juizes da festa.

Percebemos que, durante o dia, existe uma divisão de tarefas sagradas e laicas. Algumas pessoas cuidam das ‘obrigações’ dos santos e outras da organização da festa. Duas Conselheiras,¹⁰⁹ Mãe Terezinha de Azevedo e mãe Pedrina dos Santos cuidavam dos a fazeres da cozinha enquanto pai Aldo e pai Bené faziam os ‘cortes’ de ‘Exu’. Esses dois homens trajavam roupas e tocas brancas com ‘fios de conta’ vermelho e preto pendurados no pescoço.

Lá pelas onze hora, Antônio Gomes da Cruz¹¹⁰ coordenava tudo, telefonava para chamar o decorador que ainda não chegara, e dava ordens ao ajudante serviços gerais que pintava a sede. O ‘ogã’ Aldo Ferreira nos chama para observar a ‘obrigação’ de Exu usando um código .

Tiramos os sapatos e adentramos na ‘casa de Exu’. Trata-se de uma pequena saleta retangular com duas imagens em tamanho original. Uma imagem era de ‘Exu Marabô’ – homem moreno, barbudo, vestido de calça e blusa vermelha. A sua frente havia uma vela branca sete dias sete noites e um copo de vinho. A outra imagem era de ‘Pomba Gira’ que trajava um escorrido vestido vermelho de cor mais clara. Em frente a ela, via-se também uma vela sete dias, sete noites e um copo de vinho. Ao lado da ‘Pomba Gira’, que ficava no fundo da sala, havia as ferragens de ‘Exu’ juntamente com a ‘comida’ que lhe foi ofertada.

¹⁰⁹ Chamaremos de Conselheiras as pessoas que participam do Conselho do Ritual.

¹¹⁰ A partir de agora chamaremos essa pessoa pelo sobrenome Cruz, como ele é conhecido.

Segundo consta na descrição de Aldo Ferreira, fez-se o ‘corte’ de um galo preto para ‘Exu’ e de uma galinha da mesma cor para a ‘Pomba Gira’. A ‘menga’ (o sangue) desses bichos foi jogada sobre as ferragens. Esse ato é sempre acompanhado de rezas e cânticos.

Após o ‘corte’ fez-se o ‘padê’ em seis pequenos alguidares de barro. Dois continham farinha e vinho, dois possuíam farinha e dendê e os últimos farinha e água. Esses alguidares foram colocados três (um de cada) a frente de cada imagem acompanhados por três copos (a frente de cada imagem) contendo respectivamente dendê, vinho e água.

Em frente às ferragens via-se os ‘axés’ das aves ofertados em alguidares maiores. Os ‘axés’ são as partes sagradas do animal, quais sejam: os pés (responsáveis pela locomoção), as asas (responsáveis pela locomoção), cabeça (que mexe e pensa) e o sobre do animal (oferta de conotação sexual).

Existem dois alguidares com os ‘axés’. Um contendo os ‘axés’ do galo e o outro com os ‘axés’ da galinha. Aldo Pereira nos explica tudo e antes de sair curva o corpo e bate palmas várias vezes saudando: - Laroê Exu, Laroê Exu. Agradeço a ele e ao pai Bené pela concessão feita e saio pelo salão de ritual.

O salão de ritual já está decorado, repleto de arranjo de flores distribuídos nas colunas, grades, e nas divisórias de centro, os balões, entretanto, ainda não estavam cheios e isso preocupava Cruz. Retornamos para terminar os embrulhos dos presentes e nesta atividade permanecemos até meio dia e meio, quando fomos auxiliar na cozinha.

Continuaram os afazeres domésticos, na cozinha mãe Pedrina e mãe Terezinha, por exemplo continuavam a desfiar Peru. Eram quase três horas quando Aldo e Pai Bené, ainda de branco, ocuparam este cômodo para fazer a ‘obrigação’ de ‘Ogum’, que na Federação ‘come’ no mesmo dia que ‘Exu’. Neste momento as duas mulheres se afastaram da cozinha.

Foi feito o sacrifício de um galo em cima da pedra de ‘Ogum’ localizada na ‘capela’. Os ‘axés’ deste animal já haviam sido retirados e a carcaça fora levada para cozinha para ser depenada, limpa e preparada para ser servida a assistência durante a festa pública.

Faz-se também uma farofa contendo o coração, moela, tripa e fígado que é colocada num alguidar. Sobre ela arrumou-se a cabeça, as asas, as pernas e o sobre do galo. O alguidar foi posto em frente os assentamento de ‘Ogum’, localizado na ‘Capela’ da Federação, juntamente com um copo de cerveja, bebida dessa entidade. A ‘menga’ foi derramada sobre a pedra sagrada. Nesse dia apenas ‘Exu’ e ‘Ogum’ ‘comem’, são as entidades responsáveis pela abertura dos caminhos.

- **27 de Maio de 2002 – Festa Noturna.**

Este ritual público é denominado por Cruz de “Festa dos Juízes”. Trata-se de uma festa muito bem elaborada e oferecida às pessoas que auxiliaram na organização do ‘Tambor das Flores’.

Chegamos a sede da Federação as 20:35 horas. Logo na entrada da sede, percebemos que havia um copo de vinho, um copo de dendê e uma vela branca acesa sobre o ‘assentamento’ do Exu da porta. Em frente a imagem do ‘caboclo’ Pena Verde, que se encontrava ao lado a porta de entrada da Federação, vimos uma taça com água e uma vela branca acesa.

Neste dia a sede da Federação estava totalmente enfeitada e cheia de visitantes como jamais havíamos visto antes. Fomos até o terreiro, que é uma grande sala retangular localizada no andar térreo da Federação após a secretaria. Neste local vimos três tambores dispostos num pedestal localizado bem a frente de quem entra. Eles estavam cobertos com uma toalha branca de bordado azul. Acima deles podemos ver um retrato de Manuel Colaço Veras e uma placa de mármore com os seguintes dizeres:

“Hoje é grande a minha satisfação de ver coroado com pleno êxito o meu velho sonho. Existir uma entidade capaz de reunir e congregar sobre um só teto todos aqueles que têm missões espirituais a cumprir. Manuel Colaço Veras 15/10/1964”.

Neste local ainda observamos a existência de bancos de cimento ao redor de toda sua extensão, bem como cadeiras de plásticos dispostas ao fundo do salão. Além delas, existia três cadeiras de honra, destinadas a visitantes ou religiosos ilustres que porventura comparecessem ao ‘terreiro’.

O salão de ritual estava enfeitado com arranjos de flores e faixas de pano azul e brancas colocadas nas colunas, nos centros e nas grades. Havia arranjos de flores também na ‘capela’ e na saleta lateral onde ficam as imagens dos ‘caboclos’. Membros de vários ‘terreiros’ de Belém vieram apreciar o ritual. Outros ‘terreiros’ trouxeram seus ‘filhos-de-santo’ para dançar. Pela primeira vez vi mãe Luíza Ninfa Oliveira (mãe Lulu), presidente do Conselho Religioso Estadual, juntamente com suas ‘filhas-de-santo’ vestidas com ‘marcação’ branca e azul, e usando ‘guias’ e ‘rosários’¹¹¹, para dançar na Federação. Mãe Lulu é uma ‘mineira’ também iniciada no ‘Candomblé Ketu’ que diz praticar a ‘Mina’ por ser uma tradição herdada de sua mãe, a já falecida Carmelina Amâncio Neto (mãe Amelinha).

¹¹¹ Rosário é um tipo de colar usado pelos mineiros. São feitas, geralmente com contas de cristal na cor do “santo” da pessoa, que traz na ponta uma cruz.

Cruz andava pela sede distribuindo brindes e resolvendo últimos problemas. Ele trajava calça branca e blusa azul marinho. Vinte e uma horas adentrava o salão mãe Júlia Gaia Mendes, ex-presidente da FEUCABEP, em sua cadeira de rodas causando movimentação na assistência. Cruz imediatamente veio cumprimentá-la e dela recebeu um presente.

Pouco depois os ‘abatazeiros’ se posicionavam em frente aos tambores, e se puseram a fazer barulho. É sinal que o ritual ia começar. Todos eles eram oriundos da casa de pai Bené e vestiam a camisa do ‘Tambor das Flores’ 2003. Os dançantes já estavam posicionados na porta do ‘terreiro’ esperando o toque do ‘adjá’.

O clima entre a assistência era de descontração, havia barulhos e murmúrios de conversas. Nas roupas predominava o branco e as cores claras em geral. Os tambores e o agogô soaram de maneira seqüencial por quase cinco minutos, anunciando o início do ritual. O religiosos adentraram o salão de ritual Manuel Colaço Veras, em fila indiana, respeitando a hierarquia do culto. Entraram Pai Bené (‘pai-de-santo’ responsável pelo ritual da Federação), mãe Lulu (‘mãe-de-santo’ responsável por um ‘terreiro’ secular de Belém), mãe Yolanda (mãe-de-santo ‘feita’ pela primeira pessoa responsável pelo ritual dentro da Federação; o finado pai Zezinho) e todos ‘filhos-de-santo’, respeitando a hierarquia¹¹².Deram três voltas no salão e se posicionaram em forma de círculo.

Ao entrar em ‘guma’ todos saudaram os tambores envergando o corpo e levando a mão direita da boca do tambor à cabeça. Formaram-se duas rodas, na interna estavam posicionadas as pessoas mais velhas ‘no santo’ - e na externas os mais novos. O salão estava cheio de dançantes, em sua maioria filhos de pai Bené e de mãe Lulu.

O barulho dos instrumentos cessou e Cruz pediu a palavra para agradecer aos juizes por ajudarem na realização do 36º ‘Tambor das Flores’, afirmou que são eles que, na verdade bancam a festa pois a Federação não gasta um tostão de seus cofres, ainda que seja acusado de ganhar dinheiro em cima da festividade. Aproveitando o ensejo, anunciou sua candidatura a reeleição.

Ele se calou e foi aplaudido pelos presentes. Pai Bené então voltou a sacudir o ‘adjá’ começando a cantar: o ‘xirê’ de abertura.

I

“Embarabô-ô, emojubá} bis

Alaruê, Alaruê
Eu - mandei cogi -cogi
Embarabô-ô, emojubá

II

Na joqueira, na joqueira
Oi mã, oi céu

III

¹¹² A hierarquia aqui estabelecida considera o processo iniciático e o tempo que a pessoa têm de iniciado.

Alajoqueira, orianana
Na Joqueira, na joqueira
Oi mã, Oi céu} bis”

Podemos dizer que o ritual de Mina –Nagô que é tocado na Federação divide-se em quatro partes:

- Embarabô: Cântico de ‘Exu’ que abre o ritual, seguido por doutrinas destinadas a ‘Ogum’. Esses dois orixás são responsáveis pela abertura do ritual uma vez que são considerados senhores dos caminhos.
- ‘Xirê’ de ‘Vodum’, ‘senhores’ e ‘orixás’: Parte do Ritual voltada a homenagear essas categorias de entidade que são hierarquicamente superiores aos ‘caboclos’. Durante esta ocasião o transe é rarefeito e as entidades recebidas possuem movimentação restrita conforme veremos na descrição posterior.
- ‘Virada para caboclo’: Parte do ritual onde se passa a cantar para os ‘caboclos’ que rapidamente tomam seus ‘cavalos’ e vão até a boca do tambor entoar suas ‘doutrinas’.
- Encerramento: Todos os ‘caboclos’ que estão em ‘guma’ são mandados embora e os tambores são silenciados.

Na mina, existe dois tipos de dança¹¹³, quais sejam:

- Hierarquia: é um tipo de dança que respeita a hierarquia de um terreiro. Os dançantes estão dispostos em fila na frente do tambor. Na primeira fila estão os pais e mães-de-santo, na segunda fila ficam os filhos-de-santo com cargo nas casas dos pais-de-santo dispostos na primeira fila. As demais são organizadas hierarquicamente dos ‘feitos’ para os ‘não-feitos’, dos mais antigos para os mais novos ‘no santo’.
- Círculo: Forma-se um círculo e os passos são dados de forma a fazê-lo rodar. Muitas vezes forma-se dois círculos; no interno dançam as pessoas mais velhas ‘no santo’ é no externos os mais novos.

A letra acima escrita corresponde ao embarabô, que é seguido por doutrinas ao ‘orixá’ Ogum e dançadas em hierarquia. Ainda neste início de ritual, de forma despercebida adentram no salão Pai Walmir¹¹⁴ da Luz Fernandes, juntamente com mãe Mercedes Aquino e dois religiosos oriundos de Macapá e se posicionam na lateral esquerda do terreiro próximo aos tambores. Mãe Mercedes Aquino se senta numa das cadeiras de honra. A cúpula da Federação não lhes fazem a corte nem os destratam.

¹¹³ Referimo-nos aqui especificamente a posição dos dançantes não aos passos que são diversos.

¹¹⁴ O pai Walmir aqui referido é o mesmo que rompeu com a Federação durante a década de noventa e hoje é presidente do INTECAB- Seção Norte.

Sobre as entidades cultuadas, Anaíza Vergolino, em seu trabalho “*Os Cultos Afros no Pará*” (2002) Nos informa:

“Na tradição Mina-Nagô tanto se cultuam os ‘orixás’ ‘nagô’ – Exu, Ogum, Oxossi, Iansã, Nanã Iemanjá, Xangô e Oxalá – quanto os ‘voduns’ ‘jejes’ que podem corresponder aos seguintes ‘orixás’ nagôs: Elebara (Exu), Doçu (Ogum), Azacá (Oxossi), Obaluaê/Omulu/ Xapanã (Acossi Sapatá), Badé (Xangô), Euá (Oxum), Vó Missã (Nanã). De todos os ‘orixás’, Yansã é sem dúvida, a mais popular. Ela é festejada no dia 4 de dezembro, associada a Santa Bárbara e, em Belém, é amplamente conhecida como Barbassuera, Maria Barba Soeira ou simplesmente, Maria Bárbara. Cultuam-se também ‘caboclos’ sem os quais nenhum ‘toque’ ou tambor parece se realizar. No conjunto, ‘orixás’, ‘voduns’ e ‘caboclos’ podem ser designados de “encantados”. Os ‘encantados’ se dividem em duas grandes categorias: os ‘Senhores’ e os ‘Caboclos’. Inclui-se entre a primeira classe os ‘orixás’ ‘nagô’, os ‘voduns’ ‘jejes’ mas também os espíritos de reis, duques, barões marqueses, alguns deles personagens da história portuguesa e européia datada, e que no culto se transformaram em heróis do mito, como nos exemplos de Dom Luís Rei de França, Dom João e Dom Sebastião, que foram reis de Portugal. (...). Como no tambor-de-mina maranhense, essas entidades são agrupadas em famílias. Outras, por influência da Umbanda, se agrupam em linhas como os ‘Exus’ e falanges, como a “falange de botos”. Terceiros podem ter filiação como acontece com os orixás nagôs.” (pp. 18; 19)

A seqüência de cânticos da Federação, após o embarabô segue o ‘xirê’ do terreiro de pai Bené que privilegia o ‘nagô’ cantando principalmente para os ‘orixás’. Os homenageados são os seguinte: Ogum, Rainha Dina, Oxalá, Verequete, Yansã, Barbara Soeira, Yemanjá. Quando é puxada a primeira doutrina para Verequete, aqueles que recebem essa entidade se dirigem ao pai Bené – dirigente do ritual – para beijar-lhe a mão num pedido de benção.

“ Mama dolô
 Mama ê
 Mama dolô
 Mamaê
 Verequete undá, undá
 Mama dolô
 Mama ê
 Verequete, undá, undá
 Mama dolô
 Mama ê

Este ‘corrido’ ainda estava sendo entoado quando todos os ‘filhos-de-santo’ de mãe Lulu se ajoelharam aos seus pés e beijaram sua mão num pedido de benção. Isto acontece porque esta

‘vodunsi’ tem por entidade principal o ‘vodum’ Verequete. Pai Bené começou a saudar Yansã e Barbara Soeira, ‘vodum’ correspondente a essa ‘orixá’. Como Yansã é patrona da ‘casa’, ao ouvir sua doutrina todos os dançantes tocam o chão. Neste momento chega na Federação comitivas compostas por vários membros de outros ‘terreiros’ a exemplo de mãe Tânia Regina da Silva Costa que é vereadora da cidade de Primavera.

Durante a saudação a Bárbara Soeira, mãe Lulu entra em transe. È Verequete que chega através de um transe discreto proporcionado pela agitação da dança é circular, e do toque ‘corrido’. A letra da doutrina diz:

*Vamos dar viva Santa Bárbara
No terreiro de Guiné
No terreiro de Nagô
Santa Bárbara nagô é.*

Outra letra conta à assistência quem é a dona do terreiro:

*Ela é Maria Bárbara
Ela é Babassueira
Ela é dona dessa casa
É dona desse terreiro.*

A possessão de Verequete é discreta, como de todo ‘vodum’. A entidade pouco fala, não dança. O tronco de seu ‘cavalo’ fica um pouco envergado para frente titubeando de trás para frente enquanto as pernas permanecem unidas e paradas. O rosto fica fechado e baixo, os olhos apertados, boca em formato de bico e os braços para trás.

Como na ‘Mina’ não existe a figura da ‘ekedi’, Diucelena, uma filha-de-santo de mãe Lulu colocou uma ‘toalha’ de renda branca na cintura de Verequete/ Mãe Lulu¹¹⁵. Toda vez que um ‘vodum’, está em ‘guma’ coloca-se uma toalha de renda em sua cintura ou cobre-lhe a cabeça com a mesma.

Verequete foi saudado por pai Bené e levado pelo mesmo até mãe Júlia Gaia Mendes, a ex-presidente da Federação que permanecia sentada em sua cadeira de rodas no lugar reservado aos visitantes ilustres. Mãe Neném Gaia o saudou, beijando respeitosamente a mão do ‘cavalo’ que foi sentado por pai Bené numa das cadeiras de honra. Pai Walmir saiu de seu lugar para cumprimentar a entidade. Muitos outros religiosos se ajoelharam aos pés da entidade também num gesto de saudação.

¹¹⁵ Todas as vezes que uma pessoa estiver incorporada nos referiremos a ela utilizando o nome ta entidade/ nome do médium.

Não tarda que Verequete se vá de forma quase imperceptível, apenas a cabeça do médium tombou para traz e mãe Lulu abriu os olhos ainda um pouco ‘sombreada’. Diucelana pegou um pano e se pôs a abanar sua mãe-de-santo que permanecia cansada, jogada na mesma cadeira.

As músicas de Bárbara Soeira continuam a ser entoadas até que pai Bené foi para o centro do círculo de dançantes. E lá permaneceu sozinho até que dona Mariana começasse a sombreá-lo. O ‘pai-de-santo’ titubeou como se perdesse o equilíbrio mas não ‘incorporou’. A roda de dançantes se desfez, o ‘toque’ muda para um ‘dobrado’ como qual se entoa as primeiras cantigas de ‘Iemanjá’.

*“Iemanjá, Iemanjá
Iemanjá, Iemanjá
Já micô roô no Ilê
Iemanjá
Já micô roô no Ilê
Iemanjá,*

Pai Bené foi até a boca do tambor e puxa a doutrina acima citada. Diucelena, que é filha de Yemanjá se deitou aos pés de mãe Lulu – sua mãe-de-santo – que continua sentada ao lado de Mãe Júlia Gaia Mendes.

Ainda se está cantando para Iemanjá quando finalmente dona Mariana chegou em ‘guma’ incorporando em pai Bené. Seu corpo titubeia, como se perdesse o equilíbrio. Já inconsciente põe as mãos na cabeça, seus olhos se fecham. A primeira atitude desta encantada é se livrar dos sapatos. Neste momento, os cânticos de Iemanjá são suspensos e “a Bela Turca” - como também é conhecida Dona Mariana – saúda a todos:

*Boa noite Povo
Com Deus e Maria
Cheguei agora
Com Deus e Maria*

E todos respondem:

*Boa noite povo
Com Deus e Maria
Chegou agora
Com Deus e Maria.*

Dona Mariana é uma turca, da família do rei da Turquia. Ela possui diversas manifestações. Desce na ‘linha de cura’ sob o nome de Arara Cantadeira, como ‘cabocla’, como velha¹¹⁶ e como senhora. Seus filhos costumam afirmar que ela é protetora da Marinha Brasileira. Há, inclusive, uma lenda que diz que estando a Cabocla Jarina encantada numa pedra na praia dos Lençóis foi esta cabocla, acompanhada de uma esquadra da Marinha Brasileira, quem a salvou.

A rigor não deveria ‘baixar’ neste momento. Deveria esperar para vir junto com todos os outros ‘caboclos’ – turcos, juremeiros, ou povo de légua – após a ‘virada para caboclo’. No Pai Bené ela vêm como ‘senhora’ e por tal, é costume recebê-la antes da virada para caboclo, mas especificamente, quando se canta para o povo da água, no caso Iemanjá. Todavia, apesar de sua presença, o ‘toque’ continua saudando os ‘orixás’ e ela, ou se adequa ao ‘toque’ puxando ‘doutrinas’ dos ‘orixás’ ou se retira para tomar sua ‘espumosa’.

Seu transe é bem diferente daquele descrito anteriormente de Verequete. Dona Mariana, como os demais caboclos fala, dança, bebe e brinca com a assistência. Tão logo esteja em ‘guma’ esta entidade entrega o ‘adjá’ a mãe Lulu, o que significa que é ela quem encabeçará o ritual a partir daquele momento.

Esta turca saúda a todos. Começa pelos abatazeiros a quem saúda tocando-lhes o braço. Cumprimenta também mãe Mercedes, mãe Lulu, mãe Júlia Gaia e toda ‘assistência’, encostando o ombro esquerdo de seu ‘cavalo’ no direito da pessoa da ‘assistência’ e vice-versa. Depois sai para copa cozinha em busca de ‘espumosa’.

Há uma senhora na ‘assistência’ que vibra de forma descontrolada. Ela chegou à Federação em companhia de mãe Julia Gaia Mendes, sua filha e seu genro. A senhora estende os braços ao céu balançando-os juntamente com a cabeça que estava trêmula. Parecia balbuciar uma oração ou iniciar um transe. Depois de uma conversa informal soubemos que se tratava de uma senhora de posses que gostava muito das religiões afro-brasileiras e por isso recebeu o apelido de “velha tarada por macumba”.

O ritual ganhou características próprias do ‘terreiro’ de mãe Lulu, uma vez que é a mesma quem o estava encabeçando. Esta mãe-de-santo pratica uma ‘Mina’ voltada mais para os ‘voduns’. Ela começava cantando para Janaina, uma sereia do mar sincretizada com ‘Iemanjá’. Os tambores entoam o ‘corrido’ e ela canta:

“Ora viva a Rainha do mar
Mina Jê, Mina já
Rainha do Sereiá”

Ou

¹¹⁶ Quando dona Mariana vêm como velha ela não ingere bebida alcóolica, tomando apenas café preto.

“Ela é sereia
 Sereiá
 Ela é Sereia
 A rainha do mar
 Ô Janaina
 Princesa Real
 É encantada
 Na Cobra Coral”

Os ‘abatazeiros’ se revezam e dois daqueles que assumem pertencem ao “Terreiro Dois Irmão” de mãe Lulu. Os tambores tocam de forma mais alegre e a ‘mãe-de-santo’ rodopia sua saia rodada e tufada por diversas anágua, pelo salão.

Repentinamente mãe Lulu entoa outra ‘doutrina’ à Sereia do Mar tocada, de forma mais pesada. Os ‘abatazeiros’ tocam um ‘dobrado’ e todos passam a dançar de forma arrastada com os corpos semi-curvos, dando dois passos a esquerda, um breque e dois passos a direita. A disposição dos dançantes é em hierarquia. Na primeira fila estão mãe Lulu, mãe Dora e mãe Yolanda. Na segunda, vê-se mãe Nazaré e mãe Maria Antônia, mulheres que possuem cargos nas casas de Mãe Lulu e pai Bené respectivamente. Os outros filhos são organizados segundo a hierarquia do ‘santo’.

A letra cantada é:

*“A sereia lá no mar cantou
 E a estrela lá no céu já brilhou
 A sereia lá no mar cantou
 E a estrela lá no céu já brilhou
 Ô caminho tão certo que Deus me guiou
 Ô caminho tão certo que Deus me guiou
 Ô caminho tão certo que Deus me guiou
 Ô caminho tão certo que Deus me guiou”*

Durante a música, a primeira fileira dá as costas para os tambores segue dançando nesse passo até a entrada do terreiro, efetuando uma saudação a porta. Essa atitude é seguida pelas outras filas de forma a inverter a posição da hierarquia. Quando a primeira fila esta no fundo do salão a última posiciona-se em frente aos tambores. Logo a posição se normaliza.

Nunca vimos um ‘Tambor das Flores’ tão animado, o ‘terreiro’ ainda lotado de pessoas que não se afastam mesmo quando chamadas para jantar. Mãe Lulu entregou o ‘adjá’ e a direção do culto a mãe Yolanda, ‘filha-de-santo’ do falecido pai Zezinho. O adjá é uma pequena sineta de bronze enfeitado com fitas de seda azul e branca e é passado com as palmas juntas.

Mãe Yolanda continua o mesmo ‘toque’, cantando a ‘Iemanjá’. O tambor silencia esperando que alguém cante mas isso dura apenas alguns segundos. Existia uma cumplicidade entre as três mulheres; mãe Lulu, mãe Yolanda e mãe Dora. Elas trocavam olhares, o que nos fazia pensar que

compartilhavam a mesma memória, pertenciam a uma genealogia que toca o mesmo tempo distante, cultuavam uma mesma ‘Mina’. Por vezes nos questionamos se não estavam numa grande disputa para ver quem puxa a doutrina mais antiga. Entoada a doutrina, uma sorria para outra em sinal de aprovação.

A próxima a cantar foi mãe Dora que chama princesa Flora, silenciando os tambores ao término de cada doutrina ao baixar a mão direita diante dos tambores. Então entoou:

*“Princesa Flora
Rainha do mar
Princesa Flora
Rainha do mar
Ela vêm do pão de ouro dos orixás
Ela vêm do pão de ouro dos orixás”*

Ao nosso lado, em pé, do lado direito dos tambores, estava pai Mábio Brandão, conselheiro antigo cujo nome desapareceu das atas de Assembléia Geral durante a gestão de Juvenal Barbosa. Pai Augusto de Souza, um adepto do ‘Candomblé Ketu’ que fora cobrador da Federação, assumiu o cheque.

Mãe Dora, cansada de cantar tentou passar o ‘adjá’ para mãe Lulu que a mandou entregar a pai João. Pai João, é mais novo e só recebe a direção do ritual depois de todos os mais velhos. Ele inicia cantando para o nobre dom João. O toque mudou, e um dobrado foi entoado:

*“Rei Dom João,
Ele é o rei maior
Rei Dom João
Ele é o rei maior
Ele é o rei da Cademia
Ele é o rei maior.
Ele é o rei da Cademia
Ele é o rei maior”.*

Volta-se a dançar curvo, abrindo e fechando os braços na altura da cintura. Outra doutrina é entoada e os médiuns fazem um movimento com os pés como se pisassem em algo. A doutrina diz:

*“Ê Dom João
Tu pisa no ouro
Tu pisa no ouro
Que eu piso no chão”*

Outras músicas falam um pouco da história da entidade. Uma delas diz que Dom João é um rei que mora num grande castelo:

*“Castelo de Dom João
Tem vinte e cinco janelas
Cada janela é um cruzeiro
Cada cruzeiro é uma vela”*

No entanto, pai João não permanece muito tempo cantando, logo entrega o ‘adjá’ a pai Cesar. Este religioso, que é um ‘umbandista’, deu início a uma série de músicas de ‘Umbanda’ que são facilmente reconhecidas por seu ritmo carnavalizado. Seus trajes eram mais chamativos. Usava uma brilhante blusa roxa com um turbante na cabeça.

Pai Cesar iniciou uma doutrina para ‘Ogum’ de ronda que mais parece um sambão contando, inclusive com uma paradinha que os abatazeiros faziam no toque do tambor e que consistia em batida de palma.

Por se tratar de ‘Ogum’ de ronda as pessoas voltaram a dançar em círculo dando um passo para dentro e outro para fora da roda. As pessoas mais velhas permaneceram fora desse círculo, dançando de frente para o tambor.

Após Ogum de ronda, o homenageado foi ‘Ogum’ de lei. A dança se tornou uma marcha militar com os dançantes divididos em dois blocos dispostos até o final do terreiro. Os dançantes do bloco esquerdo, marchavam da esquerda para o centro e os da direita, da direita para o centro.

O ritual voltou a ser encabeçado por mãe Lulu que passou a cantar para ‘Oxum’, sua ‘orixá’ no ‘Candomblé’. Todos os seus ‘filhos-de-santo’ voltaram a lhe beijar a mão. Mãe Lulu rodopiava pelo salão:

*“Ô menina, ô menina
Oxum é uma menina
Ô menina, ô menina
Oxum é uma menina”*

Depois de cantar para ‘Oxum’, mãe Lulu cantou para o nobre D. José rei Floriano que vêm a ser o chefe de sua ‘casa’. O passo continuou a ser tipo marcha mas os dançantes iam todos, num bloco só, marchando da esquerda para direita. Seus corpos estavam eretos com o braço erguido na altura do peito e dedo indicador em pé, posição que lembrava muito uma arma empunhada.

Nesta ocasião Dona Mariana/ Pai Bené retornou ao ritual e nele se enquadrou numa posição hierarquicamente superior. Percebemos que sua vestimenta pouco mudou. A roupa branca que pai Bené trajava permanece acrescida de um lenço de estamparia vermelha que Mariana traz no pescoço. Ela se pôs na frente de todos, dançando de maneira arrastada ao lado de mãe Lulu que

volta a cantar para Verequete e por isso torna a receber a saudação de seus filhos. Ela também, nessa ocasião, beijou a mão de Dona Mariana/ pai Bené.

É um costume da Mina saudar o pai ou ‘mãe-de-danto’, os ‘irmãos-de-santo’ e os outros ‘pais-de-santo’ da roda, toda vez que se toca para o seu santo, o santo de seus superiores, ou o santo de sua casa. Percebemos que durante essa etapa do ritual o transe era escasso. Só quem estava incorporado é pai Bené. Apesar da hierarquia de pai Bené, dona Mariana dança descalça.

Mãe Lulu se retirou do salão, foi até a copa-cozinha pedir a Antônio Gomes da Cruz que chamasse pai Walmir para jantar. Fazia uns dez minutos que mãe Emília adentrara o salão do ritual chamando a parte mais ilustre da ‘assistência’ para jantar. O jantar é sempre servido por partes. Pequenos grupos são chamados e tão logo terminem, outros grupos se dirigem ao salão de recepção. Todos os religiosos de renome já haviam sido chamados mas ninguém se lembrara de pai Walmir que é um dissidente da sede.

Mãe Lulu retornou e cinco minutos depois Cruz se dirigiu a pai Walmir chamando-o para jantar, porém, este que já havia percebido tudo, agradeceu mas recusou e em seguida se retirou juntamente com sua comitiva¹¹⁷.

Dona Mariana/ Pai Bené reassumiu o ritual cantando para Nanã e nesse momento acontece um incidente parecido ao que também é presenciado por Anaíza Vergolino no “*Tambor das Flores*”. A “senhora tarada por macumba” ‘recebeu santo’ e começou a tremer de forma descontrolada no meio do salão. Diucelena lhe jogou a toalha na cintura, atitude comum quando um ‘vodum’ está em ‘guma’, mas a suposta entidade puxou a toalha da cintura para a cabeça e continuou a tremer como se sambasse segurando uma enorme figa na mão.

Os dançantes não reconheceram aquilo como possessão e por isso traziam um sorriso de desaprovação calado na boca. A “senhora tarada por macumba” se deitou em frente aos tambores e bateu com as palmas no chão. Mãe Lulu a olhou com o rabo do olho, dona Mariana/pai Bené, irritada a levantou e a retirou da roda acabando definitivamente com a cena estranha. A médium retornou ao local de origem como que fingindo sair de transe. Todos a esqueceram rapidamente.

O tambor silenciou, e mãe Lulu já entoava uma ‘doutrina’ que em sei ‘terreiro’ indica a ‘Virada para caboclo’: “*Oxosse é, Oxossi é...*”. Dona Mariana/ Pai Bené a repreendeu pois ainda não era hora da virada.

Dona Mariana/Pai Bené ainda entoou ‘doutrinas’ para ‘Nanã’, ‘Omulu’, antes da ‘virada para caboclo’. Nesse ínterim mãe Julia Gaia Mendes se retirou do recinto, sua cadeira foi

¹¹⁷ Posteriormente soubemos, pelo próprio pai Walmir, que ele ficara chateado com o acontecido e muito envergonhado pois estava em companhia de pessoas de outros Estados.

empurrada pelo Cruz. Os tambores silenciaram os toques para ovacioná-la e ela saiu abençoando a todos e pedindo proteção de ‘Xangô’ e ‘Yansã’ para aquela Federação.

Saímos para trocar o filme da máquina e ao voltar percebemos que já era hora da virada. Dona Mariana/ Pai Bené, da boca do tambor entoava:

*“Xangô já mirimbô na aldeia
Kaô já mirimbô na aldeia
Já morimbô, já mirimbô na aldeia
Kaô já mirimbô na aldeia”*

Nem todos os ‘terreiros’ de ‘Mina’ promovem a virada cantando para ‘Xangô’. Mãe Lulu, por exemplo, canta para ‘Oxossi’, o ‘orixá’ das matas, antes da vinda dos caboclos. Mas em todo e qualquer ‘casa-de-santo’ a ‘virada para caboclo’ representa o fim da hierarquização marcada.

Este momento é completamente marcado pelo transe. Os ‘caboclos’ vêm chegando um a um, sejam eles juremeiros, sejam turcos, seja o povo de léguas e dão aos seus filhos, mesmos os mais novos e que em ocasião anterior permaneciam sempre ao fundo do terreiro, a possibilidade de se aproximar dos tambores que soam constantemente o ‘corrido’.

Sobre os ‘caboclos’ da ‘Mina’ Mundicarmo Ferretti nos informa:

“Na mina (...) denomina-se genericamente caboclo todas as entidades espirituais recebidas pelos filhos-de-santo que não eram cultuadas pelos negros antes da abertura dos primeiros terreiros. Nos terreiros mais apegados a tradição africana, os caboclos são encarados como embaixadores ou substitutos dos donos da cabeça (vodum ou orixá). Os caboclos além de serem antigos na mina, há muito deixaram de Ter vida terrena. No tambor de mina eles não são índios embora tenham alguma relação com eles. De acordo com a mitologia são brancos europeus, turcos (mouros) e crioulos, de origem nobre ou popular, que entraram na mata ou na zona rural, ou ainda, que renunciando ao trono e a civilização, aproximaram-se da população indígena, miscigenando-se com ele e distanciando-se dos padrões de comportamento das camadas dominantes. São também, em menor escala, índios civilizados (acaboclados) ou miscigenados, recebidos na Mina como Caboclo. (...) O caboclo da mina tem geralmente, um ancestral não caboclo, que os aproxima dos gentis, ou foi adotado como filho por algum vodum. (...) tal como os voduns e fidalgos, os antigos caboclos da mina vêm do mar e muitos deles descendem de reis poderosos e conhecidos (cristãos, como D. Luís, Cristãos – Novos, como Rei da Turquia e reis ligados ao paganismo como Légua Bogi Boá.”

Os ‘caboclos’ da ‘Mina’ não costumam usar penas, mesmo aqueles ligados a mata, mesmo os índios. Geralmente usam saias e calças muito coloridas, com lenços ou faixas amarrados no cabelo. Por vezes usam apenas o lenço ou a faixa coloridas, alguns apenas tiram as ‘guias’ e os

‘rosários’ de ‘orixá’ e ‘vodum’ e cruzam as de ‘caboclo’ no peito. É comum também o uso de ‘espadas’, pano amarrado a cintura do caboclo que geralmente traz o nome do mesmo bordado.

Dona Jarina é a primeira a se apresentar. Ela ‘sobreia’ mãe Maria Antônia, uma filha-de-santo de pai Bené que treme levemente depois volta a si. Finalmente chega jogando os sapatos da médium longe, arrancando-lhe o ‘ojá de ori’ e os grampos que prendem seus cabelos. As ‘guias’ de seus orixás são retiradas por uma ‘filha-de-santo’ e quase num gesto mecânico a entidade cruza as guias de ‘caboclo’ no peito. A primeira atitude de dona Jarina em ‘guma’ é dizer que está seca, ou seja, quer cerveja.

É comum aos ‘caboclos’ da ‘mina’ a ingestão de bebida alcoólica, geralmente eles preferem a ‘espumosa’ (cerveja) tomada ou em taças, ou em copos, ou no ‘cuité’. Bebidas como vinho e a cachaça são menos usadas pois geralmente são consumidos por Exus. Logo que chega, dona Jarina cumprimenta toda ‘assistência’ da mesma forma que dona Mariana o fez ao se ‘incorporar’ em pai Bené. Depois se dirige para boca do tambor onde entoa um ‘ponto’ que a apresenta a ‘assistência’.

Cada ‘caboclo’ vai a frente do tambor se apresentar até os que se ‘incorporaram’ em ‘filhos-de-santo’ de pouca notoriedade. Alguns deles chegam a tocar instrumentos musicais como o cheque e o agogô. Depois de dona Jarina todos os ‘mídiuns’ recebem seus ‘caboclos’.

Um menino franzino, com jeito de homossexual é tomado de surpresa por seu ‘caboclo’ que o faz rodopiar freneticamente pelo meio do salão com a face turva e a mão fechada na altura do ouvido. Sua primeira atitude foi meter as mãos entre as guias para cruzá-la no peito e arrancar o pano de cabeça. Pela doutrina puxada pela entidade a reconhecemos, tratava-se de povo de Légua, entidade muito própria da cidade de Codó, no Maranhão:

*“Ô Mearim, Ô Mearim, Ô Mearim a é Codó
Ô Mearim, Ô Mearim, Ô Mearim Codó
Codó não é Mearim, Mearim não é Codó
Codó não é Mearim, Mearim não é Codó”*

Outra cantiga nos dá idéia da aparência física de tal encantada:

*“Preta, Preta , Pretinha
Preta, Preta Pretinha
Ela é Pretinha Codoense
Ela é Pretinha Codoense”*

Uma outra nos diz o nome da encantada:

*“Eu sou uma moça,
Eu sou encantada,*

*Maria Légua
Nunca enganei ninguém
Eu sou uma moça,
Eu sou encantada,
Maria Légua
Nunca enganei Ningúém”*

Por último a encantada nos informou que em Belém, o povo de Légua é visto como boiadero:

*“Eu selei o meu cavalo
Para não andar a pé
Eu selei o meu cavalo
Para não andar a pé
Minha morada é Morro de Areia
Ô, serra, ô serra, lá no tremendá”*

Terminada essas doutrinas, Maria Légua entregou a boca do tambor para que outra entidade cantasse e saiu dizendo que só iria dançar pois não tinha mais garganta para cantar. Permaneceu pelo salão brincando com a ‘assistência’ e seguiu para o fundo da sede para trocar de roupa. A ‘virada para caboclo’ trouxe ao terreiro muita descontração. Era muito grande a interação entre a ‘assistência’ e os ‘caboclos’ que costumam falar pornografia e debochar de seu próprio ‘cavalo’.

Um caboclo mouro chegou em ‘guma’ puxou duas doutrinas:

*“ Seu Turquia vamos ao mar
Correr o mundo geral
Seu Turquia vamos ao mar correr o mundo geral
Ora vamos levar a Maria
Avereço e Pombo do Ar”*

*“Terra de mouro, mourerogama
Terra de mouro, mourerogama
Meu pai é mouro,
Eu sou mouro
Sou da família de mouro”*

Não conseguindo mais cantar, saiu da roda furioso porque “*o cavalo do Turco tá rouco, não sei o que ele chupou para ficar rouco*”. Existe uma diferença entre a personalidade do ‘médium’ e a do ‘caboclo’ que ele recebe. Certa feita vimos um ‘caboclo’ guerreiro reclamar pois, em sendo o ‘cavalo’ “*um grande veado*” ele (entidade) nem podia paquerar as moças que não lhe davam atenção.

Os ‘caboclos’ da mata da Jurema são apresentados pelos ‘filhos-de-santo’ da casa de mãe Lulu, quase todos eles ‘carregam’ caboclos Juremeiros que cantam doutrina falando da mata:

*“Ô caçador da beira do caminho
Ô não me mate essa coral na estrada
Ela abandonou sua choupana caçador
Foi no romper da madrugada, caçador”*

*“Ela atirou
Ele atirou e ninguém viu
Só ele mesmo é quem sabe
Aonde a flecha caiu”*

*“Eu vi a lua, eu vi a lua, eu vi a lua
Eu brinquei com ela
Eu vi a lua, eu vi a lua, eu vi a lua
Eu vi alua e o clarão foi dela”*

Mãe Lulu, que havia saído do salão, retornou ao ouvir seus filhos cantarem e se sentou em uma das cadeiras laterais reservadas para convidados ilustres quando Diucelena, já incorporada com a cabocla Jureminha, se jogou de maneira violenta a seus pés tomando a benção de sua ‘mãe de santo’. Esta ‘cabocla’, que tinha os olhos cerrados e o cabelo arrepiado, saudou mãe Lulu com um grito selvagem que mostra sua procedência.

Depois dos Juremeiros quem assumiu foiseu Ubirajara, em mãe Dora, que entoou:

*“Aê caboco, lá na mata serenô
Aê caboco, lá na mata serenô
Eu mandei içar bandeira
Pra caboco baiador
Eu mandei içar bandeira
Pra caboco baiador.”*

Dona Jarina, que havia chegado no meio dessa confusão chamando o pessoal de sua ‘casa’ a se encaminhar até a copa-cozinha em busca da ‘espumosa’ retorna ao terreiro e expulsa o turco da boca do tambor. Este sai debochando de Jarina que se põe a rebolar em frente ao ‘abatazeiros’. Parece que há concorrência entre os ‘encantados’. Alguns deles se apossam dos instrumentos musicais, tocam cheque, agogô e até tambor., contrariando a regra de que na ‘Mina’, mulher não toca tambor.

Dona Mariana/ Pai Bené voltou para o terreiro e assumiu a liderança do ritual, chegou a hora de expulsar os caboclos. Seu Ubirajara reclama afirmando que não deu nem tempo dele se despedir . Dona Mariana lhe deu a chance da despedida e ele entoou:

*“Meu pai me chama, eu vou
Pra terra de Mouro
Eu sou vodunsi
Do Cajado de ouro”*

Se calou porque os tamboreiros estavam tocando errado. “*Bate como eu canto*”. Neste momento, certamente atraídos pela despedida regressaram ao salão todos os caboclos. Seu Ubirajara começou a se despedir da assistência, se despediu de Dona Mariana/pai Bené e deu um impulso para trás no que vem a médium ‘pura’. Imediatamente dona Dora, ainda ‘sombreada’, descruzou as ‘guias’ do peito. Dona Mariana/ Pai Bené continuou a despedida:

*“Léu léu, léu
Ta na hora de maré
Ta na hora de maré
Ta na hora de maré, léu”*

Mãe Lulu colocou os caboclos de seus filhos de joelhos e os mandou embora de um a um tocando-lhes o peito e a nuca. Eles se foram dando um impulso para trás e ainda um pouco ‘sombreados’ voltaram para a dança. A música continuou a mesma até que os instrumentos se calaram e Dona Mariana/ pai Bené e seu Aldo cobriram os tambores com o mesmo pano branco bordado de azul.

Alguns caboclos , no entanto, não foram embora e permaneceram na sede bebendo e brincando até o final do jantar. São geralmente caboclos de pessoas mais velhas que ocupam posição hierarquicamente superior dentro do culto, como dona Mariana a cabocla do dirigente pai Benedito Saraiva que permaneceu sentada em frente ao balcão do bar bebendo e brincando.

Dona Jarina/ Mãe Maria Antônia, por exemplo estava dando gargalhadas ao conversar com o pessoal do Movimento Negro (CEDEMPA). Os religiosos ‘puros’ subiram em comitiva de terreiro para trocar de roupa. Mãe Yolanda e mãe Dora, trocaram a ‘marcação’, arrumaram as sacolas e se dirigiram para o pátio superior traseiro onde estava armada a mesa de frios e onde um garçom servia o jantar.

No quarto do beliche, anexo ao salão traseiro, estavam mãe Deusa e mãe Emília conversando e bebendo. A elas se juntam mãe Lulu e Pai Bené já ‘puro’ que se sentam para jantar. Continuamos tirando fotos do recinto até 2:45 horas quando fomos embora.

• 28 de Maio de 2002 – Período Diurno

Este é o segundo dia de ‘Tambor das Flores’. Chegamos a sede da Federação por volta das 13:00 horas pois sabíamos que não poderíamos acompanhar a obrigação. Naquele dia, todos os

‘orixás’ ‘assentados’ na capela (exceto Ogum) seriam ‘alimentados’. Os sacrifícios e obrigações foram realizados pela parte da manhã. E, de acordo com informações fornecidas pelo ‘ogã’ Aldo Ferreira, constavam do sacrifício de um galo vermelho em cima do ‘otá’ de ‘Xangô’, uma galinha da mesma cor no de ‘Yansã’ e uma pata branca no da dona da festa, ‘Iemanjá’.

Esses ‘orixás’ também receberam a ‘obrigação seca’. Para ‘Iemanjá’ deu-se ‘comida’ - preparada com arroz branco e azeite de oliva - e bebida, uma taça com champanhe. Para ‘Xangô’, um prato preparado com quiabo cortado comprido, dendê e camarão bem como uma taça de vinho tinto. ‘Yansã’, recebe a mesma comida e a mesma bebida que ‘Xangô’, a diferença está na forma de se cortar o quiabo, para ela corta-se o quiabo em formato redondo¹¹⁸. ‘Oxalá’, neste dia só recebeu ‘obrigação seca’, feita a base de milho branco.

A sede da Federação, àquele horário, encontrava-se vazia uma vez que era horário de almoço. Na secretaria, pai Bené falava ao telefone e na cozinha duas mães de santo cuidavam dos afazeres domésticos desfiando os restos dos frangos sacrificados que seriam servidos à ‘assistência’ durante a festa pública noturna.

Como o ambiente estava tranqüílo, utilizamos este momento para fotografar a decoração da sede. Já eram quase duas horas quando Antônio Gomes da Cruz retorna do almoço e se senta próximo a nós para comentar sobre a festa do dia anterior. Ele se dizia feliz pois o dia dos juízes foi muito bonito. Disse que havia comparecido gente que não freqüentava a Federação há muitos anos pois haviam se afastado da mesma durante a gestão de Juvenal Barbosa. Previu que a festa do segundo dia não seria tão freqüentada por se tratar de um dia de ‘obrigação’ e pouco se demorou uma vez que iria ao Banco Itaú, ver se havia chegado dinheiro enviado por um dos juízes que morava em São Paulo.

Aproveitamos o momento de descontração para perguntar a pai Bené maiores informações sobre seu ‘pai-de-santo’, Manoel Colaço Veras que narramos aqui a título de curiosidade. Aquele sacerdote se deteve a contar sobre uma das entidades recebidas pelo mesmo, um ‘caboclo’ de nome Joãozinho. Entidade que ele mesmo recebe, embora tenha medo.

Pai Bené informa que seu Joãozinho é um ‘caboclo’ traiçoeiro que vivia a fazer maldade com seu pai-de-santo. Recorda que certa vez seu Joãozinho, incorporado em Manoel Colaço queimou toda a roupa desse médium que foi obrigado a usufruir do guarda-roupa de Antônio Gomes da Cruz de quem era amigo íntimo.

Em outra ocasião ele, pai Bené, estava rezando quando ouviu gritos vindos da área lateral da ‘casa’ onde existia um poço para depósito das ‘ofrendas’ suspensas dos altares. Terminou suas

¹¹⁸ Yansã’ também pode receber champanhe.

orações, se dirigiu para o local e lá chegando vira que seu Joãozinho, jogara Manoel Colaço dentro do dito poço.

Muitas outras histórias foram narradas, algumas delas mostram a popularidade que o fundador da Federação tinha junto à população do bairro da Pedreira. Consta que durante uma festa de ‘orixá’, Colaço havia gasto todo o dinheiro arrecadado com clientes em enfeites e ‘obrigações’ para a entidade festejada. Quando repentinamente seu Joãozinho ‘baixara’ e aborrecido despejara toda a comida laica a ser servida para assistência, na lama. Depois do feito, esta entidade foi embora deixando o médium desesperado. A festa só não foi suspensa porque “*Manoel Colaço era muito querido*” pelos moradores do bairro que o emprestaram dinheiro e cederam alimentos.

Enquanto pai Bené conversava de forma descontraída, o ‘ogã’ Aldo ferreira se encontrava recolhido a ‘capela’ agilizando o preparo de ‘afurá’. Já eram quase quinze horas quando pai Bené retornou àquele espaço sagrado. O ‘afurá’ é uma “*bebida fina*” da ‘Mina-Nagô’¹¹⁹, uma espécie de comunhão servida aos ‘mèdiuns’ e à ‘assistência’ no momento das festas públicas dedicadas a ‘orixás’, ‘voduns’ e ‘senhores’¹²⁰. É feito em homenagem à entidade do dia a partir da seguinte receita:

“*a gente bate a massa da farinha do arroz e cozinha aquela massa, né?! Então deixa esfriar, tira da panela. No outro dia, a gente vai e mistura essa massa com leite de coco, gengibre, erva doce, cravinho, noz moscara. Depois de frio não vai mais ao fogo. É colocado num pote, ai se tira um pouco (antes de colocar açúcar), o ‘Amalá’. O ‘amalá’ não leva açúcar. O ‘amalá’ é de ‘Oxalá’. O doce é o ‘afurá’, o doce, do orixá que está sendo homenageado*” (Aldo Ferreira, Ogã da FEUCABEP)

Conforme pudemos averiguar o ‘afurá’ é servido junto com o ‘amalá’, bebida de ‘Oxalá’. Depois de pronta esta comunhão é preciso que se acenda uma grande vela branca que recebe a denominação de tocha branca em frente aos dois potes de barro, para “*dar luz*” a ‘obrigação’. Durante o seu preparo orações são mencionadas, porém as mesmas não nos foram cedidas.

As pessoas encarregadas de fazer o ‘afurá’ precisam se submeter a certos tabus alimentares e sexuais. Não se deve ingerir bebida alcoólica ou determinados, nem manter relações sexuais durante os três dias precedentes e os três dias posteriores ao preparo desta ‘obrigação’. Também não acompanhamos o preparo do ‘afurá’ até tentamos observar através da janela de vidro mas percebemos que não seria possível. Permanecemos na FEUCABEP até as 17:00 .

¹¹⁹ Apesar de ser recorrente em todos os ‘terreiros’ de ‘Mina Nagô’ e de ser servida aos ‘orixás’, o senhor Aldo nos informa que se trata de uma bebida de origem indígena.

- **28 de Maio de 2002 – Festa Noturna.**

Não nos aprofundaremos na descrição da festa noturna do dia 28 de maio de 2002 uma vez que ela, em muito se assemelha a do dia anterior. A estrutura do ritual permanece a mesma com algumas modificações.

Neste dia chegamos a sede por volta das 20:30 horas e encontramos a ‘casa’ completamente vazia, como havia previsto Antônio Gomes da Cruz. A decoração era a que sobrara do dia anterior, no salão traseiro víamos a mesa de frios, hoje vazia e em frente dela estavam dispostas algumas cadeiras onde se sentavam alguns membros da cúpula da FEUCABEP. Mãe Emília Cruz e o senhor Aldo Ferreira torciam para que houvesse dançante e contavam todas as pessoas que adentravam a sede, carregando sacolas com ‘marcação’.

Até às 21:00 horas havia apenas algumas pessoas ligadas à ‘casa’ de pai Bené, que nunca estão ausentes. As cadeiras e bancos reservados à assistência estavam vazios, apenas um ‘abatazeiro’ fazia barulho no tambor, indicando que o ritual estava para começar. Os demais, soubemos que haviam fugido para um bar das redondezas onde havia mesa de bilhar, O ritual começa assim mesmo.

Pai Bené já estava devidamente vestido, usando seu conjunto branco, sua toca de crochê da mesma cor e as ‘guias’ relativas aos seus ‘orixás’. O ‘adjá’ é tocado de maneira seqüencial enquanto este sacerdote, seguido de seus ‘filhos-de-santo’ e outros poucos religiosos adentraram o salão seguindo, tal qual fôra feito no dia anterior, a hierarquia de ‘no santo’.

A primeira diferença foi observada logo ao início do ritual: tratava-se da ausência do Embarabô. Esta ‘doutrina’, destinada a ‘Exu’, só é entoada durante a abertura dos rituais e o ‘Tambor das Flores’ já havia sido aberto na noite anterior e ainda não estava encerrado. Pai Bené puxa uma ‘doutrina para ‘Xangô’ que é o ‘orixá’ dono da ‘casa’, além de ser o patrono da ‘Mina’.

I
 “*Xangô*
Xangô Ilê
Nanã Ilê
Lá no má-ilô
 II
Tô Tô
Xangô Ilê
Nanã Ilê
No ma-ilô”

¹²⁰ Não se prepara o ‘afurá’ em festas de caboclos ou qualquer entidade hierarquicamente inferior.

Neste momento, todos os dançantes, posicionados em hierarquia, se ajoelharam com o tronco curvo e dedos tocando o chão. Trata-se de uma saudação à entidade ‘assentada’ naquela ‘casa-de-santo’. Este momento, em que a ‘doutrina’ de ‘Xangô’ é abafada pelo som agudo do ‘adjá’, se prolonga por cerca de cinco minutos.

O ritual segue , cumprindo o ‘xirê’ ‘nagô’ próprio da ‘casa’ de pai Bené até as 22:30 hora, mais ou menos, quando se escuta a primeira ‘doutrina’ de ‘Iemanjá’ . O tambor toca:

*“Iemanjá, Iemanjá
Iemanjá, Iemanjá
Já micô roô no Ilê
Iemanjá
Já micô roô no Ilê
Iemanjá,*

O ‘ogã’ Aldo, vestido de calça e blusa de linho branco, usando uma ‘guia’ branca de ‘Oxalá’ e uma toca feita em crochê da mesma cor, se recolheu para ‘capela’ e manda chamar os dançantes para tomar a ‘obrigação’. Os religiosos deixaram a ‘gira’ de dois em dois, saíram do salão de ritual de costas¹²¹, deixaram os sapatos na porta da ‘capela’, adentrando, em silêncio naquele local sagrado. Da ‘capela’ ouvíamos que os dirigentes do ritual haviam parado de cantar para ‘Iemanjá’ e passado a entoar doutrinas que anunciam o início da ‘obrigação’ do ‘afurá’ e ‘amalá’:

I
*“Esse esse mâmâe
É o amalá
Esse esse mamâe
Papai me disse,
Não é afurá*
II
*Toma amalá que eu te dou
Aluité
Toma amalá que eu te dou
Aluité*

Na capela via-se uma toalha de renda estendida ao chão, sobre a qual vê-se um vaso com rosas brancas e vermelhas posto em frente à vela tocha, que por sua vez está colocada a frente de dois potes de barro, que contêm o ‘amalá’ e o ‘afurá’, cobertos com renda branca. Os médiuns se ajoelham, curvam o corpo em sinal de respeito e contrição e de cabeça baixa recebem das mãos do ‘ogã’, uma cuia contendo, primeiro o ‘amalá – ‘obrigação de ‘Oxalá’ – depois o ‘afurá’ – bebida do santo homenageado, no caso, ‘Iemanjá’.

¹²¹ E m sinal de respeito, evita-se virar de costas para o ‘terreiro’.

Ao entregar a cuia, contendo cada um dos líquidos, o ‘ogã’ bateu duas vezes, com o dedo indicador, na mesma. Quem a recebeu repetiu o gesto e ingeriu o líquido, de maneira contínua, até o final, uma vez que tomar ‘a obrigação’ em goles é considerado falta de respeito. Ao término, o religioso devolveram a cuia e recebe o afurá, repetindo o procedimento. Terminado este ritual, o indivíduo se levanta, tomaram a benção do ‘ogã’, se retiraram da capela, também de costas, e retorna a ‘gira’ tomando a benção de seus superiores e dos demais dançante.

Dessa forma todos os dançantes participam da comunhão antes que as pessoas da assistência sejam chamadas. Para comungar do ‘amalá’ e do ‘afurá’ é preciso também obedecer certas prescrições como tabu de boca e, principalmente, tabu sexual. O senhor Aldo nos informa que uma pessoa que praticou ato sexual não deve adentrar na ‘capela’ uma vez que ali estão expostas as ‘obrigações’ dos ‘orixás’. Depois da comunhão é indicado que se deixe passar pelo menos uma hora, antes da ingestão de bebida alcóolica.

Quando fomos chamadas para compartilhar da oferenda, dona Mariana / Pai Bené já estava em ‘guma’ dando procedência a seqüência de cânticos da ‘casa’ de seu ‘cabalo’. Não percebemos, durante esta noite, doutrinas entoadas a determinados ‘senhores’ , a exemplo de Dom José Rei Floriano, ou princesa Flora que na noite anterior foram puxadas por duas religiosas praticantes de um tipo de mina que privilegia saudações à ‘voduns’ e ‘senhores’.

Após o término do Xirê de ‘orixá’, ‘vodum’ e ‘senhor’ deu-se a ‘virada para caboclo’. Estas entidades chegaram quase aniquilando a hierarquia do culto e descontraindo o ambiente. A última diferença entre esta noite e a anterior, diz respeito ao encerramento do tambor.

É novamente dona Mariana/pai Bené quem fez o encerramento. A doutrina entoada lembra que “*é hora de maré*”, ou seja, de finalizar a festa. Todavia o encerramento se deu de forma mais complexa, afinal nesta ocasião se encerrava o próprio ‘Tambor das Flores’. Os ‘caboclos perfilados’ deram três voltas pelo salão jogando todos os seus apetrechos – lenços, guias, espadas etc. - no centro do salão.

Também perfilados saíram em direção à ‘capela’ onde passam em frente das ‘obrigações’, bateram palma e retornaram ao salão pegando de volta as suas insígnias e voltando a formar uma roda. Os tambores rufaram, todos fazem uma saudação ao solo do terreiro. O ‘ogã’ Aldo trouxe a toalha branca com bordado azul que é estendida acima da cabeça de todos, de forma a se fornecer um ‘alá’. Todos os presentes tocaram num pedaço daquele pano. Entoou-se o hino da ‘Umbanda’, que foi dançado em círculo de forma a fazer o ‘alá’ girar. Cada pessoa passava por baixo daquele ‘alá’ num gesto que atraía bons fluídios. Jogou-se a toalha sobre os tambores, bateu-se palmas e dona Mariana/ Pai Bené finalizou mais um ‘Tambor das Flores’ fazendo uma prece aos santos e ‘orixás’, especialmente à ‘Xangô’ e ‘Yansã’ – os donos do ‘terreiro’ pedindo sucesso para o período

eleitoral que se aproximava. Neste momento, coincidentemente estavam dispostos em frente aos tambores e abaixo do retrato do fundador da Federação, Manoel Colaço, justamente todos os três membros do triunvirato que sustenta a FEUCABEP. Dona Mariana / Pai Bené terminou a oração pedindo ‘axé’, paz e harmonia à ‘casa’. Encerra-se assim o 37º ‘Tambor das Flores bem como esta dissertação.

Considerações Finais

Temos consciência de que este trabalho está longe de ser uma análise conclusiva sobre a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará em função da riqueza de dados acumulados por nós ao longo de nosso trabalho de campo. Assim sendo, optamos por realizar uma abordagem fundamentalmente etnográfica, ainda que reconhecendo que muitos aspectos precisam ser aprofundados e que as indicações teóricas, apenas sugeridas, precisam ser melhor elaboradas.

Retomando o nosso objeto, vislumbramos outras perspectivas de estudo como, por exemplo, observar o poder religioso externo que a Federação possui. Ou seja aquele órgão que tem por finalidade resolver os mais diversos problemas de caráter doutrinário-ritualístico que são trazidos a casa mater pela comunidade afro-paraense. Se refere à Federação diante da enorme variedade observada dentro da própria ‘Mina’ paraense, poderíamos ter investigado o Conselho Religioso Estadual, que em si mesmo é um locus de diversidade. Na solução dos conflitos rituais, o que seria consensual diante dessa diversidade? Certamente que um caminho seria analisar as atas das reuniões do Conselho Religioso Estadual, que alcançam à casa das centenas, se considerarmos a data de fundação da Federação.

Outra perspectiva de investigação seria retornar à análise do poder burocrático da instituição, detalhando o jogo de poder entre os Estatutos e a prática de cada um de seus Conselhos, como eles se relacionam entre si, como está estruturada a hierarquia entre os mesmos e o poder máximo da FEUCABEP, pois à primeira vista nos parece que o poder máximo se concentrava na Presidência e sua Diretoria.

Esta temática se mostrou como uma nova vertente de análise a partir de um fato inusitado acontecido após a conclusão desta monografia. Dia 6 de Janeiro de 2003, depois da nova Diretoria ter assumido e começado a pensar propostas para o segundo mandato, um oficial de justiça, num calmo dia de expediente, compareceu à Federação trazendo consigo uma liminar judicial que destituía, não só o presidente, Antônio Gomes da Cruz, como também toda a sua Diretoria. Voltava a tona o último, e mais efetivo, episódio da disputa por poder narrado pelo capítulo segundo dessa monografia. É que o ex-relações públicas e conselheiro do Conselho Religioso Estadual Rilkim Rodrigues havia reaberto o processo contra a instituição em que solicitava o embargo das últimas eleições, ocorridas durante o ano de 2002, alegando irregularidades estatutárias que feriam seus direitos garantidos pela Constituição Federal.

Pelo mandato judicial deveria assumir a presidência, como foi feito, o funcionário público estadual e ‘pai-de-santo’ da ‘nação’ ‘Omolocô’ Lourival Modesto (vice-presidente da FEUCABEP

até o fim do último mandato) que imediatamente declarou que, no momento da deposição, estava de férias em sua casa, desenformado dos últimos acontecimento, quando fora surpreendido pelo telefonema do Oficial de Justiça pedindo seu compadecimento à sede da Federação para assumir a presidência. Como vimos no capítulo segundo, era uma figura secundária e preterida que agora ocupava o centro desse novo cenário de disputa de poder. A diretoria destituída, burocrata “weberiano” deposto, o triunvirato desfeito não se anularia o argumento central dessa dissertação?

À primeira vista sim mas foram os episódios ocorridos na reunião extraordinária da Assembléia Geral do dia 11/01/2003, em que o presidente interino convocou todos os antigos membros do Conselho Religioso Estadual, do Supremo Conselho bem como de funcionários administrativos tais como a secretaria e os colaboradores da Instituição.

À reunião compareceram elementos do Conselho Religioso, os anônimos funcionários da cobrança e, para surpresa, o presidente do Supremo Conselho, pai Benedito Saraiva. Estavam presentes também o causador do incidente, pai Rilkim Rodrigues acompanhado de seu advogado. Na ata desta reunião algumas particularidades nos chamam atenção.

Primeiro, o tom do discurso tanto do presidente interino quanto de pai Rilkim: um tom pacificador, especialmente por parte de Pai Lourival Modesto que procurava desfazer a sensação de ruptura que “estava no ar” após os últimos acontecimentos.

“Abrindo a reunião, o senhor Lourival falou do porquê de sua presença: estava ali por decisão policial, não para tomar o lugar de ninguém, fora apanhado de surpresa em sua residência para assumir a Federação. Gostaria de esclarecer que a vida da Federação continuaria igual por noventa dias. (...) Repetiu que viera por ação liminar, não viera para tirar ninguém de seus cargos (...). Queria dizer que a Festa do dia 13 – para Oxalá - continuaria com as mesmas pessoas à frente.” (Ata da Reunião Extraordinária da Federação Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará , 11/01/2003)

O segundo é que, apesar da ruptura judicial, havia o esforço do presidente em enfatizar “*a vida da Federação continuaria, especialmente a Festa que estava planejada*”. Ele se referia à Festa de Oxalá realizada dia 13/01/2003. Sua fala gerava uma ambigüidade diante do Conselho a ponto de mãe Maria de Nazaré Andrade questionar como ficaria a situação do Conselho Religioso Estadual diante de tudo aquilo. De acordo com a ata desta reunião presidente Lourival Modesto respondeu reiterando que “*vida da Federação continuaria, especialmente a Festa que estava planejada, tendo a frente pai Bené.*” (Ata da Reunião Extraordinária da Federação Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará , 11/01/2003)

Nos parece que esse discurso respalda o Presidente do Supremo Conselho que pede a palavra e relembra:

“Pai Bené pediu a palavra para dizer que não tinha nada contra ninguém. Recapitulou sua entrada na Federação com o seu pai-de-santo Manoel Colaço e desde quando passou a tomar conta dos rituais da Federação, e uma coisa que nunca entregou ou dividiu com ninguém foi o Exu. Sempre zelara pelo Exu e dirigindo-se para a Assembléia da mesa disse: “no caso de vocês, se eu estou dando dor de cabeça, até porque não falo, estou disposto a entregar o ritual, mas tenho o segredo do Exu.” (Ata da Reunião Extraordinária da Federação Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará , 11/01/2003)

O que isto significa? Para nós, nas palavras do velho ‘mineiro’ fica claro que a Federação não é simplesmente uma instituição civil. É este ‘pai-de-santo’ ainda que se dirigi a pai Rilkim e lhe diz:

“Não tenho nada contra o senhor, tenho confiança no senhor, sempre lhe achei competente em muitas coisas, diferente de mim porque eu só entendo de santo e não de lei. Agora, se quiserem me tirar, podem.” (Pai Benedito Saraiva, presidente do Supremo Conselho da FEUCABEP apud Ata da Reunião Extraordinária da Federação Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará , 11/01/2003)

Suas palavras humildes dizem, de maneira surda, à pai Rilkim que o que estava em jogo não era o conhecimento da lei - o que este detinha – mas da estrutura de segredo da Federação que apenas o velho mineiro sabia e que só passaria por morte. Naquele momento percebemos que pai Bené conhecia o poder que tinha nas mãos.

O presidente interino, sendo ‘pai-de-santo’, conhecendo muito bem a hierarquia e sabendo o que poderia acontecer ao romper com o código do santo, respondeu simplesmente “ *O senhor sabe que é peça importante na Federação.* ” (Ata da Reunião Extraordinária da Federação Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará , 11/01/2003)

No dia do Tambor de ‘Oxalá’, lá estavam os mesmos atores. Pai Bené no comando no centro, encabeçava o ‘xirê’. Sentado na cadeira reservada aos ‘pais-de-santo’ ilustres, víamos pai Lourival Modesto e no fundo do salão, pai Rilkim Rodrigues. O ritual decorreu normalmente, as entidades se apresentaram, como de costume. O ‘afurá’ foi servido e pai Rilkim o tomou ajoelhado na ‘capela’. Diante do poder religioso, se levantou e foi tomar a benção de dona Mariana /pai Bené que estava em ‘guma’...

Não podemos prever o desfecho da situação recém instalada mas voltamos a afirmar que o poder dentro da Federação não é, em seu todo, repassado numa simples troca de presidente. Porque ela é mais que uma instituição civil; é um ‘terreiro de raiz’.

Bibliografia.

- ALVARENGA, Oneyda. *Babassuê*. São Paulo: Discoteca Pública Municipal, 1950.
- ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS e AMIGOS do ILÊ IYÁ ASÉ OFÁ KARE. *Estatuto*. Belém, 1991.
- BARRETO, Mária Amália. *Os Voduns do Maranhão*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*, 2^a. Edição. São Paulo: Pioneira, 1985.
- BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbanda?*. São Paulo: Brasiliense: 1983.
- _____. “A Mudança Política das Federações de Umbanda”. In: *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BROWN, Diana. “Uma História da Umbanda no Rio”. *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CAMPELO, Marilu. *Os Candomblés de Belém: O Povo-de-Santo Reconta sua História*. Belém: Capes, 2001.
- CARDOSO, João Simões. *Uma Rosa a Iemanjá*. Belém: UFPA, 1999. (Dissertação de Mestrado)
- CONCONNE, Maria Helena Villas Boas. “Umbanda: Da Representação à Cooptação”. *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1995.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA E UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS DO ESTADO DO PARÁ. *Livro de Atas da Assembléia Geral*. Belém, Volume I e II, 1964-2002.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA E UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS DO ESTADO DO PARÁ. *Estatuto*. Belém, 1997.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA E UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS DO ESTADO DO PARÁ. *O Culto da Umbanda*. Ano 4- Nº 5 s/d.
- FERNANDES, Gonçalves. *Os Xangôs de Recife*. Recife: Biblioteca de Divulgação Scientífica, 1937.
- FERREIRA, Euclides. *Turquia 1989 a 2000*. São Luís, 2000.
- FERRETTI, Mundicarmo. *Terra de Caboclo*. São Luís: Plano Editorial, 1999.
- _____. *Desceu na Guma*. São Luís: EDUFMA, 2000.

- _____. *Maranhão Encantado*. São Luís: UEMA Editora, 2000.
- _____. *Encantaria de Barba Soeira*. São Luís: Editora Siciliano, 2001.
- FERRETTI, Sergio Figueiredo. *Querebetan de Zomadônu*. São Luís: EDUFMA, 1985.
- _____. *Andreza e Dudu – os Jeje e os Nagô: Apogeu e Declínio de Duas Fundadoras do Tambor de Mina Maranhense*. III Simpósio Nacional de História das Religiões: Insurgências e Ressurgências no Campo Religioso. Recife, 1999.
- FIGUEIREDO, Audrin Moura. *A Cidade dos Encantados: pagelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950*. Diss. De Mestrado, IFCH/ UNICAMP. Campinas, 1996. (mimeo)
- FIGUEIREDO, Napoleão & VERGOLINO, Anaíza. “Alguns Elementos Novos Para o Estudo do Batuque de Belém”. In: Simpósio sobre a Biota Amazônica. Vol. 2. *Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa, 1966*.
- _____. *Religiões Mediúnicas na Amazônia: O Batuque*. In: Journal of Latin American Lore. Vol. 1. Los Angeles: Latin American Center, 1975.
- FURUYA, Yoshiaki. Entre “Nagoização” e “Umbandização”. Tókio: Universidade de Tóquio, 1986.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. *O Campo das Produções Simbólicas e o Campo Científico em Bourdieu*. São Paulo: Cap. Pesq., Nº. 97, 1990.
- GUIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HALBBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- INSTITUTO NACIONAL DA TRADIÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA – INTECAB. *Estatuto Reformado*. Salvador, 1992.
- LEACOCK, Seth and Ruth. *Spirits of the Deep. A Study of na Afro-Brasilian Cult*. New York: The Americam Museun of Natural History. 1972.
- LIMA, Olavo Correia. *A Casa de Nagô Tradição Religiosa Iorubana no Maranhão*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1981.
- LUCA, Taissa Tavernard. *Devaneios da Memória: A História dos Cultos Afro-Brasileiros em Belém do Pará na Versão do Povo-de-Santo*. Belém: UFPA, 1999. (Trabalho de Conclusão do Curso de História)
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, VOL. I, 1994.
- OLIVEIRA, Edilson. *Histórico do Terreiro Dois Irmãos Antigo Terreiro de Santa Bárbara*. Belém: (mimeogr), 1990.

- REGIS, Olga Francisca. “Nação Queto”. In: Encontro de Nações de Candomblé. (1981) Salvador (Ba.). Promovido pelo Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 1 a 5 de junho de 1981. Salvador: IANAMÁ. Centro de Estudos Afro Orientais da UFBA, Centro Editorial Entidade da UFBA. 1984.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: Sob o Regime da Escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971.
- SANTOS, Maria do Rosário. *Boboromina*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1986.
- SUBLITZ, Zélia. *Os Saravás da Política: Um Estudo Das Federações Umbandistas do grande Rio*. Rio de Janeiro: Relatório Final (Dot: 30.0091/81), 1983.
- _____ “A Gira Profana”. In: *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- TUPINAMBÁ, Pedro. *Batuques de Belém*. Belém: Academia Paraense de Letras, 1973.
- VELHO, Yvonne. *Guerra de Orixás: Um Estudo de Ritual e Conflito*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- VERGOLINO E SILVA, Anaíza. *O Tambor das Flores*. São Paulo: UNICAMP, 1976.
(Dissertação de Mestrado)
- _____ et FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença Africana na Amazônia Colonial: Uma Notícia Histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.
- VERGOLINO-HENRY, Anaíza. “História Comum, Tempos Diferentes” In: *A Amazônia e a Crise da Modernidade*. Belém: MPEG. 1994.
- _____ *Religiões Africanas no Pará: Uma Tentativa de Reconstrução Histórica*. Amazônia. Belém: IPAR, Ano 2, Nº 2, 2000.
- _____ *Discurso Proferido por Ocasião do Transcurso de 37º da Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará*. Belém: FEUCABEP, 2001.
- _____ *Os Cultos Afros do Pará*. Belém: SEDUC (no prelo), 2002.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.
- .

Glossário

Abatazeiros: Tocadores dos os tambores na Mina paraense. Nome derivado de abatá, um tambor de duas bocas tocado em cima de uma armação horizontal de madeira.

Adjá: Pequena sineta de metal enfeitada com fitas coloridas de seda, tocada por quem dirige o ritual público. Muitas vezes é usado para estimular o transe.

Afurá: Bebida a base de massa de arroz, servida como comunhão, em festas de Voduns e Orixás.

Aguidavi: Vareta de madeira que os adeptos do Candomblé tocam os tambores.

Alá: Grande pano branco debaixo do qual são conduzidos certos orixás.

Amaci: Infusão de ervas sagradas usadas no processo de iniciação para lavar a cabeça do médium.

Alimentar: Colocar comidas e bebidas para entidades e tambores.

Assaltar: Sofrer incorporação inesperada.

Assentado: Sacralizado

Assentamento: Cerimônia que transforma um lugar ou coisa (pedra e objetos) de profano em sagrado; fixar axé.

Assistência: Espectadores de um ritual.

Atravessar o olu: Morrer.

Atuar: Incorporar com uma entidade.

Axé: Força dinâmica, e por extensão, as partes sagradas do animal como os pés (responsáveis pela locomoção), as asas (responsáveis pela locomoção), cabeça (que mexe e pensa) e o sobre do animal (oferta de conotação sexual). Pode também ser usado como sinônimo de poder.

Axexé: Ritual Fúnebre próprio da Mina.

Babalorixá: Palavra usada no Ketu para denominar o pai-de-santo.

Baiar: Dançar.

Baixar: Verbo usado para dizer que a entidade incorporou no médium.

Barco: Conjunto de pessoas que se submetem ao processo iniciático na mesma ocasião

Batuques: Denominação dada á cerimônia pública dos ‘mineiros’, com mais freqüência até a década de 70.

Bori: Cerimônia secreta que tem por finalidade fortificar a cabeça do médium para suportar as repetidas possessões.

Borizado: Pessoa que se submeteu a um bori.

Cabana: Nome dado até a década de 80 às casas-de-culto que não se utilizavam de instrumentos musicais.

Caboclo: Espírito de status social baixo, podendo ser índios, boiadeiros, turcos e outros.

Candomblé: Denominação genérica que é dada aos cultos não Mina, mais especificamente ao Candomblé Ketu.

Candomblé Ketu: Candomblé de nação nagô Iorubá. Têm como um dos maiores pólos de tradição a cidade de Salvador (Bahia). Uma das principais características é o culto dos Orixás.

Candomblé Angola: Culto afro-brasileiro com maior influência dos negros angola embora os Deuses destes tenham sido assimilados, em sua maior parte pelos Nagô.

Candomblecista: Adepto do Candomblé.

Capela: Espaço sagrado onde se encontra um altar com santos católicos e outro com as pedras dos Orixás.

Caruanas: Espíritos ligados ao fundo dos rios que incorporam nos rituais de pajelança.

Carregar santo: Pessoa que entra em transe com determinada entidade

Casa: O mesmo que Terreiro.

Casa de Exu: Espaço, geralmente localizado fora do terreiro onde estão ‘assentados’ os Exus, suas imagens e ferragens e onde também são feitas as obrigações para esta entidade.

Casa-de-santo: O mesmo que terreiro.

Casa de culto: O mesmo que terreiro

Cavalo: Pessoa que entra em transe com determinada entidade.

Comer: Diz-se do ato em que as entidades se alimentam das oferendas.

Corrido: Toque acelerado dos tambores que se assemelha a um sambão.

Corte: Sacrifício de animal para determinada entidade.

Cruzar: Misturar princípios ritualísticos e doutrinários das nações do candomblé, da umbanda e da pajelança entre si.

Cufar: Morrer.

Cuité: Peque na cuia onde os caboclos bebem cerveja.

Curador: Adepto do culto de Pena e Maracá

Dar Comida: Vide alimentar

Deká: Ritual pelo qual um filho-de-santo submete a cabeça ao completar 7 anos de iniciado tornando-se apto a abrir seu próprio terreiro.

Demandá: Termo usado como significado de vingança, trabalho feito em função de vingança.

Desenvolvimento: Processo de aprendizado ao qual o médium se submete antes de se tornar um sacerdote.

Dijina: Nome que os religiosos adeptos do candomblé recebem depois de iniciados.

Dobrado: Toque com ritmo lento, durante o qual o religioso dança abaixado.

Doutrinas: Músicas rituais.

Encantado: Seres sobrenaturais da Mina que se dividem em caboclos, senhores etc..

Encantaria: Local onde os seres sobrenaturais habitam sendo as comuns as localizadas localizam no fundo dos rios e nas matas.

Ekedi: Cargo do Candomblé Ketu dado àquelas pessoas que não incorporam e têm a função de auxiliar o pai ou mãe-de-santo e outros médiuns, quando em transe.

Erê: Espírito infantil que incorpora no médium principalmente durante o período de iniciação.

Espada: Pano que envolve o corpo do médium quando incorporado com caboclo.

Espírita: Nome dado ao seguidor do ritual Kardecista.

Espumosa: Nome pelo qual os caboclos designam a cerveja.

Exu: Entidades das mais importantes dos cultos afro-brasileiros que não é cultuado na mina mais tradicional, tendo ingressado em seu panteão através do sincretismo jeje-nagô com a função de mensageiro entre os Deuses e o homem. E de senhor dos caminhos.

Exu Marabô: Exu que trabalha na linha de Oxossi.

Família de santo: Família construída ritualmente tendo por base o processo de iniciação.

Feita: Pessoa que passa por todas as etapas do processo iniciático.

Feitura: Processo iniciático.

Fio de contas: Fio de miçangas coloridas que identifica a entidade que o religioso recebe.

Filha-de-santo: Iniciado do sexo feminino.

Filho-de-santo: Iniciado do sexo masculino.

Fundamentos: Segredos litúrgicos e também objeto que contém axé.

Gira: Roda ritual com cânticos e dança.

Guias: Colares rituais de miçangas coloridas com mais de um fio que indicam as entidades que o usuário recebe.

Guma: Salão onde se realiza os rituais públicos.

Ialorixá: Denominação dada à mãe-de-santo num terreiro de Candomblé.

Iaô: Pessoa recém iniciada.

Iemanjá: Orixá do mar, considerada a mãe de todos os orixás. Representa a gestação e procriação.

Incorporado: Pessoa em transe com determinada entidade.

Irmã de santo: Pessoa feita por um mesmo pai (ou mãe)-de-santo.

Iroko: Árvore sagrada, morada do orixá nagô Iroko.

Jogo de Búzios: Jogo divinatório utilizados para adivinhação. Acredita-se que Exu é quem trás as respostas.

Juremeiro: Denominação dada aos caboclos da mata da Jurema.

Jurema: Bebida preparada com a casca da árvore da jurema, champanhe, mel, gengibre e ervas, servida na Federação durante um tambor para caboclos.

Ketu: vide Candomblé Ketu

Légua: Denominação dada aos caboclos oriundos das matas do Codó, estado do Maranhão. Geralmente possui características de boiadeiro.

Linha de cura: Nome dado às sessões de pajelança dentro de terreiros de Mina.

Mãe-de-santo: Chefe feminina de um terreiro.

Macumbeiro: Denominação genérica e pejorativa dada aos adeptos dos cultos afro-brasileiros.

Marcação: Roupa ritual.

Matança: Sacrifício de animal para determinada entidade

Médium: Pessoa que entra em transe

Menga: Denominação dada ao sangue do animal sacrificado depositado sobre o otá.

Mina: Denominação dada ao ritual oriundo de São Luís do Maranhão que, em linhas gerais, cultua orixás, voduns, senhores e caboclos.

Mina-Nagô Tipo de culto sincrético, que mistura elementos litúrgicos jeje e nagô, introduzido no Pará por religiosos maranhenses.

Mineiro: Praticante do culto de Mina.

Missão: Predestinação.

Na cabeça: Dizer que uma entidade está na cabeça de alguém é afirmar que esta pessoa está incorporada com a entidade.

Nação: Conjunto de culto específico dos diferentes tipos de candomblé.

Nação Jeje: Denominação dada a linguagem, crença e rituais oriundas da região do Daomé.

Nação Ketu: Vide Candomblé Ketu.

Nação Angola: Vide Candomblé Angola.

Nagô: Em Belém está associado ao culto Mina (vide Mina Nagô) e que tem fortes influências do Candomblé Ketu, rito Nagô.

Nanã: Orixá feminino, a mais velha das Deusas da água, ligada ao pântanos, à lama. Nanã tem também relações com a morte.

Neto-de-santo: Pessoa que descende em segunda geração de alguém, segundo os critérios de feitura.

No santo: Na carreira religiosa.

Obaluáê: Orixá da varíola, sincretizado com São Sebastião. É conhecido nos terreiros de Mina como Xapanã.

Obrigações: Oferendas rituais que o crente é obrigado a fazer a sua entidade.

Obrigação de mata: Oferenda para Oxossi e Surrupiras depositada nas matas. Uma réplica pode ser aquela colocada em uma espécie de cabana, armação provisória instalada no canto do terreiro onde são colocadas muitas frutas e bebidas como vinho, cachaça, dendê, e um pouquinho de refrigerante para os erês.

Obrigação seca: Oferenda em que não se faz sacrifício de animal.

Oferenda: Ofertório de comidas e presentes que os médiuns têm obrigação de dar às suas entidades pessoais e de sua casa.

Ogã: Pessoa do sexo masculino que geralmente não incorpora e é responsável pelo sacrifício dos animais.

Ogum: Orixá iorubá ligado a guerra. É o Deus do ferro sincretizado com São Jorge.

Ojá de Ori: Pano, geralmente branco, que os religiosos usam para cobrir a cabeça durante os rituais. Também chamado de pano de cabeça.

Omolocô: Culto originado do cruzamento nação angola com a umbanda sobressaiu procedente do Rio de Janeiro.

Orixá: Divindades intermediária iorubana muitos deles são antigos reis ou heróis divinizados, os quais representam as vibrações das forças da natureza.

Otás: Pedras sagradas onde estão ‘assentados’ os orixás.

Oxalá: Orixá iorubano da criação da humanidade, sincretizado com Nossa Senhora Jesus Cristo.

Oxossi: Orixá iorubano da caça, protetor dos caçadores.

Oxum: Deusa da águas doces, bem como da riqueza e da beleza. A mais jovens das esposas de Xangô.

Padê: Oferenda dada a Exu antes do início de qualquer ritual, também conhecido como “despacho de Exu”

Pajelança: Ritual de origem cabocla muito próprio da região Amazônica.. Os pajés trabalham com encantados, espíritos da natureza que habitam no fundo dos rios e das matas.

Pai-de-santo: Chefe masculino de um terreiro.

Passes: Prece realizada sobre a cabeça do paciente para espantar inveja e outros malefícios.

Pena e Maracá: Vide pajelança.

Pomba Gira: Exu feminino.

Pontos: Músicas rituais.

Possuir: Ato em que a entidade toma posse do corpo do médium.

Povo de santo: Pessoas vinculadas às religiões afro-brasileiras.

Preto Velho: Entidades muito próprias do culto de Umbanda que representam velhos escravos forros.

Puro: Médium, homem ou mulher, quando não incorporada.

Querebetã de Zomadônu: Nome dado à “Casa das Minas”, no Estado do Maranhão.

Raspado no Santo: Pessoa que se submeteu ao processo iniciático completo em ritual que segue de perto o modelo Ketu.

Receber santo: Entrar em transe, ser possuído por alguma entidade.

Recolher: Ato de isolar-se no terreiro para submeter-se ao processo iniciático.

Roças: Nome dado às casas de Candomblé.

Rosários: Colares coloridos feitos de pedras de cristal ou louça com crucifixo na ponta, próprio dos rituais de ‘Mina’. Elas podem indicar entidades que o médium carrega.

Seara: Denominação dada a uma casa de Umbanda.

Senhor: Entidades de status mais elevado cultuadas na Mina. Nessa categoria pode-se incluir espíritos de reis, duques, marqueses, barões e alguns personagens da história política luso-brasileira.

Socado: Toque pouco acelerado que estanca a cada dois passos.

Sombreado: Pessoa em estado de semiconsciência.

Tambor das Flores: Ritual em homenagem à Iemanjá realizado anualmente em maio na FEUCABEP.

Tamboreiro: Pessoa do sexo masculino encarregado de tocar tambor.

Tauari: Cigarro de palha usado para defumar os clientes num ritual de pajelança.

Tenda: Denominação dada a uma casa de Umbanda.

Terreiro: Local onde são realizadas os rituais afro-brasileiros.

Terreiro de raiz: Casas-de-santo, antigas, tradicionais, que possuem genealogia que remonta a África. Aquela que represente a origem e tenha importância histórica.

Toalha: Pano bordado na cor branca usado sobre o médium quando incorporado com um vodum ou orixá.

Toques: Rituais públicos com toque de tambor.

Turco: Entidade da família da Turquia.

Umbanda: Religião formada no Brasil a partir de uma fusão de elementos africanos Congo Angola, pajelança e espiritismo Kardecista.

Umbandista: Adepto do culto de Umbanda.

Virada para Caboclo: Parte do ritual de Mina em que se deixa da louvação aos voduns e orixás para os caboclos.

Vodum: Divindade jêje correspondente ao orixá nagô.

Vodunsi: Velhas praticantes dos cultos Mina.

Vodunços: Vide Vodunsi.

Vulto: Estátuas, geralmente, em gesso que retratam de caboclos, preto velhos e outras entidades.

Xangô: Grande e poderoso Deus do raio e do trovão, considerado o senhor da Justiça. Sincretizado com são Jerônimo.

Xangô Airá: Xangô mais velho, sincretizado com são Pedro.

Xangô Aganju: Uma das muitas qualidades de Xangô.

Xangô Agodô: Sincretizado com São Jerônimo.

Xirê: Seqüência de cânticos rituais.

Yansã: Orixá iorubana das tempestades, sincretizada com Santa Bárbara.

Yorubá: Povo sudanês que habita a região de Yorubá, foi trazido em grande proporção para a Bahia onde implantaram o candomblé Ketu.

ANEXOS

Anexo 1: Documentos da FEUCABEP

Documento 1: Exemplar da Primeira Ficha de Filiação da FEUCABEP

FEDERAÇÃO ESPIRITA UMBANDISTA E DOS CULTOS AFROS-BRASILEIROS DO ESTADO DO PARÁ		Classf _____
		Reg. N.º _____
Categoria	COLETIVO	Cl. Ass. _____
Associado (Nome da Entidade Filiada)	TENDA DE UMBANDA SANTA BARBARA	
End		
Quadro Social, composto de	Contribuintes,	Prestantes,
Fundadores,	Honorários e	Benemeritos, tendo como
O(a) Sr. (a)	Qualificado no verso	
desta, como principal responsável, do associado, recebendo a matrícula		
Portador da carteira Social N.º	Emitida-em	Apresentado
Pela proposta N.º de	/	/ por Mat. N.º
Ident. p/ Doc.		
Secundado por	Ident	
No cargo de	, O Sr.	
Ident.	No cargo de	
E	Ident.	
No cargo de	Que também assinaram o termo de diretoria	
N.º	Em / /	Recebendo a ent. associada o Diploma N.º
Tendo a ent. ass. como guia chefe	PENA VERDE	
Às	com sessões	
SEXTA-FEIRA		
VIDE VERSO		

Documento 2: Hino da FEUCABEP

Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará .
Sede Própria: Trav: Enéas Pinheiro, 697-Pedreira-Belém-Pará-Fone:276.40.36
CGC:04.812.541/0001-75 I M 046482-8 CEP 66087-430

HINO DA FEUCABEP

A FEUCABEP

AO SAIR DE UM NOVO DIA

FALA AOS QUATRO VENTOS

JÁ SEM O LAMENTO

DOS IRMÃOS DE ALÉM MAR

SÃO NEGROS !

ONDE A LUZ VEIO A NASCER

FIRMARAIM !

DOS ORIXÁS O SEU PODER

VITÓRIA

A NOSSA LUTA CONSAGROU

VENCEMOS !

SALVE IANSÃ, OGUM E XANGÔ

BRANCA E VERMELHA É A NOSSA BANDEIRA

FORMA COMIGO, IRMÃO A TRINCHEIRA

É BRANCA A BANDEIRA

IRRADIAR

É FORÇA

EPÉ EPÉ, AXUÊ BABÁ

UNIDOS COM GARRA AO IDEAL

LUTANDO PELO BEM E CONTRA O MAL.

LETRA E MÚSICA DE AYRTON SOEIRO

DOCUMENTO 3: ARMA DA FEUCABEP



Presidente da Federação
M. Sônia Ferreira Barbosa - Presidente da
Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Agro-Brasileiros do Estado do Pará - Belém - PA
Fone: 326-90-56

FEDERAÇÃO UMBANDISTA
A. Maria Gomes da Costa
B. Maria das Graças
C. Maria das Flores
AULAS DA FAPEA
Luisa Nogueira da Costa
Grazielle Nogueira Nogueira
A. Maria das Graças
M. Sônia Ferreira Barbosa
M. Sônia Ferreira Barbosa
C. Maria das Flores
B. Maria das Graças
B. Maria das Flores
B. Maria das Flores

Luisa Nogueira da Costa
C. Maria das Flores
M. Sônia Ferreira Barbosa
B. Maria das Flores

CONSELHEIRO DE HONRA
A. Maria das Flores
B. Maria das Flores
C. Maria das Flores
CONSELHO TÉCNICO
A. Maria das Flores
B. Maria das Flores
C. Maria das Flores
D. Maria das Flores
E. Maria das Flores
F. Maria das Flores
G. Maria das Flores
H. Maria das Flores
I. Maria das Flores
J. Maria das Flores
K. Maria das Flores
L. Maria das Flores
CONSELHO FISCAL
A. Maria das Flores
B. Maria das Flores
C. Maria das Flores
D. Maria das Flores
E. Maria das Flores
F. Maria das Flores
G. Maria das Flores
H. Maria das Flores
I. Maria das Flores
J. Maria das Flores
K. Maria das Flores
L. Maria das Flores
CONSELHO DE ÉTICA
A. Maria das Flores
B. Maria das Flores
C. Maria das Flores
D. Maria das Flores
E. Maria das Flores
F. Maria das Flores
G. Maria das Flores
H. Maria das Flores
I. Maria das Flores
J. Maria das Flores
K. Maria das Flores
L. Maria das Flores

**DOCUMENTO 4: EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL DA
FEUCABEP**

(JORNAL "O DIÁRIO DO PARÁ" 07/05/1994)

**Federação Espírita Umbandista e dos Cultos
Agro-Brasileiros do Estado do Pará
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (A.G.E.)**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente desta entidade de acordo com o Art. 16, § 2,6,8(b), 11, 13 e art. 22(n), convoca todo o seu quadro social para A.G. E. que realizará em sua sede social no dia 14/5/94 às 20:00h em 3º convocação para deliberar sobre a seguinte pauta:

- a) Representações e Requerimentos;
- b) Eliminação e expulsão de sócios;
- c) Eleições da Feucabep p/1994.

Belém, 07 de maio de 1994.

JUVENAL MARANHÃO BARBOSA

Presidente

CI 166013 CIC 002891672-72

Documento 5: Convite para o Tambor das Flores

**TAMBOR DAS FLORES EM HOMENAGEM
A SANTA MARIA E YEMANJÁ**

~~R\$50,00~~ R\$50,00

Ilmo.(a) Sr.(a), **TAISSA TAVERNAR DE LUCAS**
V. Sa. Foi escolhido(a) para juiz(a) da festa em Homenagem a Santa Maria e Yemanjá a realizar-se nos dias 27 e 28 de Maio de 2002, no **SALÃO DE RITUAIS " MANOEL COLAÇO VERAS"**da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará, Sito na Trav:Enéas Pinheiro, 697 Bairro da Pedreira - Belém - Pará Fone: 276- 40 -36

PATROCINADORES

Antonio Gomes da Cruz
Duzarina Viana dos Santos

JUÍZES DA CÂPELA

Lúiza Nísia da Costa Oliveira
Omar Nogueira Boadana
Rikim Tavares Nascimento
Victor Roberto Martins Saldanha
Cleonice Santana Cordeiro
Sebastião de Souza Machado
Raimunda Nonata Hagé Alves

Adir Monteiro Valente
Pedrina de Melo Santos
Linda José Havat Nery
Luiz Augusto de Souza
Ceci da Silva
Maria Lúcia de Freitas
Luiz de Souza Carneiro

PRESIDENTE DE HONRA

Anaiza Vergolino e Silva Henry
Maria Emilia Miranda da Cruz

JUÍZES DOS TAMBORES

Lourival Modesto Pereira
Maria Rosa Moreira Rêgo
Nazare Inéz R. Nascimento
Terezinha Pereira de Azevedo
Doroteia Clarice do Nascimento Carvalho
Maria José Mesquita Santos
Fernando A Santos Rodrigues

JUÍZES DO BARRACÃO

Tinia Regina da Silva Costa
Marlene Ferreira Ribeiro
Hyder Nazareno de Moraes Lisboa
Maria de Nazaré Andrade
Benjamim Ribeiro de Almeida Neto
Taissa Tavernard de Lucas
Iete Marin da Silva Ferreira
José Odenir Rodrigues

Alvaro Pizarro
Valda Pereira Pinto
Antonio dos Santos
Maria Farias dos Santos
Terezinha de J. Oliveira
Maria Claudia Souza Santos
Magnolia Nazaré dos Santos
Ricardo André Scotti

Mabio da Silva Brandão
Maria Augusta da Silva
Elivaldo de Oliveira Santos
Júlia de Mores Gaia Pacheco
Jorge Luiz Barbosa Pires
Carlos Sandro de Sena e Silva
Alcivi José da Silva
Genival Soares dos Santos

JUÍZES DOS BRINDES

José Pedro Cordeiro de Souza
Erosy Maria Pará da Silva
Clelia Maria Menezes Godinho
Francinete de Paula Auad Bezerra

Juarez Ribeiro Ferreira Andrade
Anselmo Lima de Moraes
Maria Ruth Gaia M. do Nascimento
Ida Carmen Florêncio Costa

Percilia Ivanovich
Marizete de Freitas Pena
Jaime de Nazaré Rodrigues
Nair Rodrigues Magina

OBRAÇÃO DO ORIXÁ

Aldo Ferreira Pereira

Eneedito Saraiva Monteiro

Maria Consuelo Azevedo
Eduardo Monteiro de Aviz
Adelaide Ferreira Santo
Ernani de Melo Pereira
Eosa Maria de Souza Ventura
Cristino de Carvalho Filho
Jana Maria Lima de Oliveira
Maria de Fátima M. de Carvalho
Maria de Nazaré F. do Rosário
Maria da Paz Nunes de Medeiros
João Batista Almeida de Carvalho
Francisco de Assis Macedo
Estanila Ferreira dos Santos
Luis Carlos dos Santos de Souza

DIRIGENTES DO CULTO

DIRETORES DA FESTA

Mara Graça Melo Faria
José Edison Albuquerque Pereira
Tereza Brito do Couto
Maria da Conceição O. de Lima
Aurea Ribeiro
Maria Aurora da S. e Silva
Antonio Cavalcante de O. Júnior
Charley Ernesto Pinto da Silva
Nilza Sacramento Trindade
Raimunda Rodrigues dos Santos
Denilson Neivaldo Gursen de Souza
Terezinha Nazaré da Silva
Rosana Cordovil Correa dos Santos
Efigênia,Cristovina e Welleyork

DECORADOR

Francisco Miranda

Maria Antonia F. Brito

Bernadete G. S. Carvalho
Doralice Campos Siqueira
Maria do S. Villas Perlin
Maria do S. B. Scofano
Luiz Augusto de Souza
Ana Rita da S. Guimarães
Maria R. da C. Santana
Ana Santana Barbosa
Edson Pina da Silva
Lucimar Paiva de Oliveira
Wilma Portugal da Costa
Maria da C. F. de Souza
Rosa Maria da S. Tavares
Maria da Conceição R. Costa

Belém,02/03/2002.

OBS: AS CONTRIBUIÇÕES DEVERÃO SER ENVIADAS ATÉ O DIA 20/05/2002, PARA ESTA ENTIDADE AGRADECE O PRESIDENTE
--

Documento 6: Tabela de Preços da FEUCABEP

Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará
Sede Própria: Trav:Enéas Pinheiro, 697- Pedreira -Fone:276-40-36-Belém-Pará
 CGC:04812541/0001-75 I.M:046482-2 CEP:66087-430

ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS
TABELA DE PREÇOS
AVIGORAR A PARTIR DE 17/06/2002.

ADMISSÃO COM CARÊNCIA DE 12 MESES (FILIAÇÃO)

ANUIDADE	R\$20,00
MENSALIDADE	R\$20,00
CARTEIRA	R\$20,00

Total = R\$60,00

TAXAS DE SÓCIOS

TAXAS	SÓCIO	NÃO SÓCIO BELÉM	NÃO SÓCIO NO INTERIOR
MENSALIDADE P/ SÓCIOS ANTIGOS	R\$15,00		
MENSALIDADES P/SÓCIOS NOVOS	R\$20,00		
LICENÇA DE 1 ^ª VEZ(ALVARÁ)	R\$60,00	R\$100,00	R\$150,00
RENOVAÇÃO DE LICENÇAO (ANUAL)	R\$60,00	R\$80,00	
CARTEIRA	R\$20,00	R\$20,00	
MUDANÇA DE RITUAL	R\$65,00	R\$90,00	
DIPLOMA	R\$35,00	R\$50,00	R\$50,00
CARTEIRA PARA ABATAZEIRO	R\$20,00	R\$30,00	R\$30,00
CARTEIRA PARA MEDIUNS	R\$20,00	R\$30,00	R\$30,00
LICENÇA ESPECIAL	R\$35,00	R\$60,00	
ACRESCIMO P/MÊS DE ATRASO	R\$2,00	R\$2,00	
ALVARÁ			
OUTRAS		TAXAS EM PROMOÇÃO	
INICIAÇÃO, BORÍS, AMANCÍS,VUMBÍS, CRUZAMENTO, BATISMO, COROAÇÃO, ANJO DE GUARDA: LIBERAÇÃO PLENA C/ MAIS DE 7 ANOS E COM OU SEM DEKA	R\$20,00	R\$30,00	

TAXAS EM ATRASO SERÃO ATUALIZADAS PELOS PREÇOS ACIMA

Belém, 17 de Julho de 2002.

O Presidente